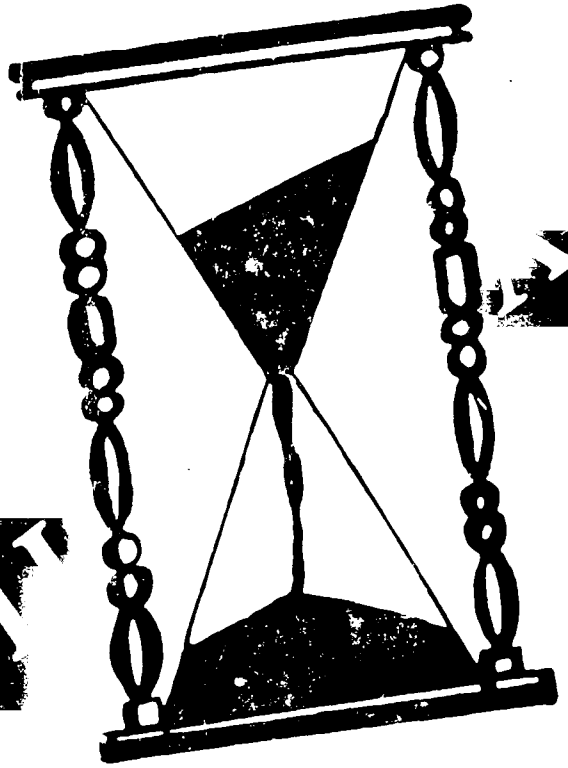


INA - BUC

LUIZ DO NASCIMENTO



III

DA  
IMPRENSA  
DE  
NAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
IMPRESA UNIVERSITARIA - RECIFE - 1967

“O livro de Luiz do Nascimento — “História da Imprensa de Pernambuco — 1821/1954” (Vol. I — “**Diário de Pernambuco**”) — merece distribuição em todo o país. Não basta entregá-lo às entidades culturais de Pernambuco e às livrarias do Recife. É preciso fazê-lo chegar a todas as Bibliotecas, a todos os críticos e colonistas brasileiros, a todos os pontos onde se possa tornar acessível aos estudiosos e interessados em nossa região.

Isso porque não se trata de obra recreativa ou inócua, dessas que, lendo-a, o leitor nem perde nem ganha. Mas da perfeita reconstituição da vida de um grande jornal, de 137 anos de lutas pela liberdade, que essa é a matéria prima da história pernambucana; portanto, da reconstituição, pelo menos nas referências a fontes autênticas, de um longo período da própria história de Pernambuco vista através das coleções deste **Diário**. De história viva, ainda bolindo como se estivesse no momento das ocorrências. Esta, a vantagem do jornal — a de captar os fatos na plenitude, com o sangue e os nervos, sem as triagens da história oficial, sempre com as suas peneiras para o que julga conveniência ou inconveniência para si mesma e para as gerações do futuro.

Luiz do Nascimento, criatura de paciências infinitas, tacto e talento de historiógrafo, pescador de minúcias, certo de que uma delas muitas vezes vale mais do que o conjunto do fato, pegou, praticamente no comêço, a obra de Alfredo de Carvalho, e vem conferindo-lhe extraordinária amplitude”.

(Do **Diário de Pernambuco**, edição de 22 de novembro de 1962).

# História da Imprensa de Pernambuco

(1821 / 1954)

## HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO (1821/1954)

### Publicados:

Vol. I — “**Diário de Pernambuco**”, Arquivo Público/Imprensa Oficial, Recife, 1962. 2.<sup>a</sup> Edição, Imprensa Universitária, Recife, 1968.

Vol. II — “**Diários do Recife — 1829/1900**”, Imprensa Universitária, Recife, 1966.

Vol. III — “**Diários do Recife — 1901/1954**”, Imprensa Universitária, Recife, 1967.

### A publicar:

Vols. IV a X — “**Periódicos do Recife**”...

Vols. XI a XIV — ... dos Municípios.

### Outros trabalhos publicados pelo Autor:

“**Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco**”. “**Grandeza e Miséria do Jornalismo em Pernambuco**”. “**Periódicos do Recife no Século XIX**”. “**O Jornal por dentro e por fora**”. “**Três Mestres de Direito no Batente do Jornal**”. “**A Imprensa Vitoriana no século XIX**”.

### A publicar:

“**História da Imprensa de Olinda — 1831/1954**”.

“**O martirológico do Jornalista Borges da Fonseca**”.

“**O fabuloso Nascimento Feitosa**”.

“**Roteiro de Jornalistas Pernambucanos**”.

“**Dicionário Pernambucano de Pseudônimos**”.

“**Um Decênio de Imprensa e Vida**”.

LUIZ DO NASCIMENTO

# História da Imprensa de Pernambuco

(1821 / 1954)

VOL. I

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

2.<sup>a</sup> Edição

Imprensa Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Recife, 1968

Fundação Joaquim Nabuco

BIBLIOTECA CENTRAL

873 11919 1988

**PREFÁCIO**  
**(da 1.<sup>a</sup> Edição)**





*Não é u'a missão suave, essa a que me devoto há tantos anos, no sentido de trazer à superfície, a começar dos seus primórdios, a existência dos órgãos da imprensa de Pernambuco, tantos e tão esquecidos pelo tempo.*

*Bem ao contrário, trata-se de serviço laborioso, fruto de obstinação e paciência, mas sobretudo de desamor ao utilitarismo do cotidiano, de desinterêsse pelo imediatismo da vida material.*

*Realmente, a que pode visar quem, pelos anos a fora, se confunde com a poeira das bibliotecas e dos arquivos, públicos e particulares, a encher de notas maços e maços de papel, a manusear, em ritmo monótono, numerosas coleções de jornais e revistas, poliantéias e almanaques, para, depois, tudo concatenar e reduzir a livro?*

*Trabalhar para a posteridade — eis a questão. Trabalhar hoje para que se conheça amanhã o que se publicou ontem. E trabalhar com apuro, com dedicação e honestidade, sem passar por cima do principal, sem claudicar na informação colhida, a fim de não deixar em dúvida o leitor de vinte, trinta, cinqüenta, cem anos adiante, quando de milhares de jornais, de milhares de revistas só restarão papéis moídos e amarelecidos.*

*Mas é preciso que alguém faça alguma coisa para alguém. E aqui está, com o melhor do meu esforço de pesquisador sem ajudante e sem ajuda, o primeiro volume da "História da Imprensa de Pernambuco".*

*Não é uma peça literária; faltam-lhe o ajeitamento da frase, a fantasia, o rebuscado da linguagem. É, sim, um apinhado bibliográfico mais ou menos completo, porque tratei de desfiar todos os aspectos e características de cada jornal, desde A AURORA PERNAMBUCANA, primeira fôlha apa-*

*recida no Estado, exatamente no dia 27 de março de 1821 (1). Uma vez encontradiço, nesta ou naquela biblioteca, nenhum órgão da imensa família da Imprensa — que “pertence à ordem terrível dos males necessários”, segundo Louis Veuillot — escapou ao bisbilhotar do modesto pesquisador.*

\* \* \*

*Não se trata, contudo, de pioneirismo. O mestre Alfredo de Carvalho foi o primeiro a desbastar o campo, tão vasto e tão cheio de escolhos. E organizou os “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908” (2), livro de 640 páginas, com o qual concorreu à Exposição do Primeiro Centenário do Estabelecimento da Imprensa no Brasil (1808/1908), como contribuição do Estado de Pernambuco, mandado imprimir pelo governador Sigismundo Antônio Gonçalves. Compreende, pròpriamente, 557 páginas da matéria principal, precedidas de uma “Advertência” e do estudo “Gênese e Progressos da Arte Tipográfica em Pernambuco”. Acham-se nêle registradas 1619 publicações, dos diferentes tipos, 1422 do Recife e as restantes de municípios interioranos. É um simples alinhar de nomes e datas, só em casos especiais dedicadas algumas páginas a determinados órgãos. Obra, infelizmente, repleta de senões, êrros e omissões.*

---

(1) A primeira tipografia de Pernambuco existiu em 1706, destinada “à impressão de letras de câmbio e breves orações devotas”. Entretanto, consoante Alfredo de Carvalho (“Gênese e Progressos da Arte Tipográfica em Pernambuco”), “da sua existência efêmera é testemunho único o documento ordenando a sua supressão, não tendo chegado até nós um só dos seus modestos produtos”.

A segunda, estabelecida em 1815 e pertencente a Ricardo Fernandes Catanho, só entrou em funcionamento em 1817, sob a denominação de Oficina Tipográfica da Segunda Restauração de Pernambuco. Nela imprimiu-se simples prospecto — o famoso **Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro da tirania real.**

Derrotados, depois, os idealistas da República de Pernambuco, foi a tipografia encaixotada e mandada para a Côrte. Ficara, porém, “boa porção de tipos” e, para aproveitá-los, o governador Luiz do Rêgo autorizou, em 1821, a construção de um prelo de madeira, no qual veio a imprimir-se **A Aurora Pernambucana.**

(2) Na realidade, os “Anais” só registam as publicações aparecidas até o ano de 1907.

Posteriormente, escreveu o historiador Mário Melo "A Imprensa Pernambucana em 1918" (memória apresentada ao I Congresso Nacional de Jornalistas), trabalho, como se vê, restrito.

Poucos anos depois, Sebastião de Vasconcelos Galvão incluiu no seu "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco" (vol. III, de 1921), sob o título "A Imprensa do Recife", uma relação sumaríssima, compreendendo as publicações fundadas até o mês de junho do mencionado ano.

Logo mais, em 1925, Manuel Caitano assinava o estudo "Um século de Jornalismo em Pernambuco", inserto no "Livro do Nordeste", comemorativo do centenário do DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

Sanelva de Vasconcelos, por sua vez, divulgou, em 1939, "Prelos e Jornais", volume de 91 páginas, focalizando aspectos dos primórdios da Imprensa no Estado.

No mesmo ano divulgava-se o livro "Letras Católicas em Pernambuco", do Cônego Alfredo Xavier Pedrosa, compreendendo estudo e nomenclatura comentada dos órgãos especializados.

Tôdas essas contribuições tiveram, sobretudo, como base a obra de Alfredo de Carvalho.

Finalmente, em 1946, saía do prelo o excelente "Figueiroa do DIÁRIO", de Leduar de Assis Rocha, constituído da biografia de Manuel Figueiroa de Faria e conseqüente relato da vida do DIÁRIO DE PERNAMBUCO durante o período de 1835 a 1866, trabalho de pesquisa dos mais completos.

Alguns desses autores serviram-me, naturalmente, de rumo, a ressaltar os nomes de Alfredo de Carvalho e Leduar de Assis Rocha. Não deixei, entretanto, de manusear, uma a uma, coleção por coleção, tôdas as publicações do período por eles pesquisado, continuando até atingir 1954, do Recife e dos cento e tantos municípios pernambucanos, que constarão dos diversos volumes desta "História".

\* \* \*

Quando, em 1949, realizamos, em S. Paulo, o II Congresso

*Nacional de Jornalistas Profissionais, uma de suas resoluções consistiu na recomendação, às delegações de cada Estado, no sentido de promoverem, por intermédio dos respectivos órgãos da classe, bibliografias ou estudos históricos da sua Imprensa (3).*

*Tal recomendação não teve a ressonância esperada. Como resultante, só veio a público, em 1950, a "História da Imprensa de São Paulo", do jornalista Freitas Nobre, que já a vinha elaborando algum tempo antes da efetivação do conclave.*

*Permaneci quêdo. Não cogitava do assunto. Mas entrou em cena o médico José Ferreira, cearense radicado no Recife, ao convidar-me para colaborar num livro geral que planejava, destinado a focalizar os diferentes aspectos da vida de Pernambuco, cabendo-me redigir um resumo bibliográfico da Imprensa.*

*Entrei em atividade no princípio de 1952. Algum tempo após, comunicava-me o dono da iniciativa a sua desistência devido ao falecimento do governador Agamenon Magalhães, que seria o principal colaborador da obra.*

*Havendo tomado gôsto pela pesquisa, associei-me à recomendação do certame jornalístico de 1949, resolvido a produzir um trabalho definitivo.*

*Como enfrentar, porém, tão alto "batente", em meio às obrigações da redação e da repartição?! Só houve um jeito: enfrentá-lo mesmo, como fôsse possível, aproveitando as horas excedentes do ganha-pão cotidiano, os domingos e feriados.*

*Olímpio Costa Júnior — um dos maiores conhecedores do passado de Pernambuco — já me havia deixado à vontade na Biblioteca Pública do Estado, que tão superiormente dirige, onde me guiou, principalmente, a prática de Francisco Caeté,*

---

(3) Ja em 1918, quando da preparação do I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado no Rio entre 10 e 22 de setembro, constara do Programa, antecipadamente distribuído pela Associação Brasileira de Imprensa, o seguinte item: b) "História do Jornalismo Nacional, podendo o congressista que se ocupar do assunto escrever pequenas memórias relativas a quaisquer períodos da vida jornalística em qualquer ponto do país".

*servidor eficiente a tôda prova, com mais de quarenta anos de convívio com livros, jornais e revistas, além do corpo geral de funcionários da casa, colaboradores prestimosos.*

*Lá me instalei, furtando até horas ao trabalho remunerado. Espécie de quartel-general, de lá me erguia para visitar, por exemplo, a biblioteca do Gabinete Português de Leitura, a do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a do Arquivo Público Estadual, a da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, o arquivo do DIARIO DE PERNAMBUCO, a biblioteca do DPHAN no Recife, o arquivo da Associação Comercial, bibliotecas de outras instituições e particulares, em tôda parte encontrando lisonjeira receptividade e afetuosa compreensão.*

*Aproveitando periodos de férias, tive ocasião de percorrer, com bastante proveito, as coleções de material de Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional, do Estado da Guanabara; na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo; na Biblioteca Pública de Aracaju, Sergipe noutras de diferentes Estados, além de consultas através de correspondência.*

*Cascavilhei bibliotecas e gavetas particulares em diversos municípios do interior do Estado, continuando a fazê-lo enquanto se imprimem os primeiros volumes.*

*Não me faltou, igualmente, o estímulo de amigos e colegas, a distinguir a personalidade modestíssima de Alvaro Alvim, o historiador dos feitos de Goiana. Numerosos dêles, às vêzes simples conhecidos, manifestaram interêsse e entusiasmo pela minha audácia bisbilhoteira, pondo-me à disposição suas coleções, fazendo-o também jornalistas e escritores do interior e de terras mais distantes.*

*O escritor pernambucano Artur de Lemos Filho, radicado no Rio de Janeiro há longos anos, merece o título de colaborador mais eficiente, com sua presença lúcida na intensa pesquisa que realizamos — eu e minha espôsa — na Biblioteca Nacional.*

*Apreciável estímulo dignaram-se de proporcionar-me amáveis colunistas da imprensa diária do Recife, como Aníbal Fernandes, Jorge Abrantes, Mário Melo, Mauro Mota, Nilo Pereira, Valdemar de Oliveira, Tadeu Rocha, Samuel Soares,*

*Luiz Beltrão, Carlos Moreira e Aderbal Jurema, registando e comentando, sempre com muito carinho, os trabalhos que, baseados na obra geral, tenho produzido como contribuição aos Congressos Jornalísticos, realizados em vários pontos do Brasil.*

*Destaco, ainda, a compreensiva cooperação de minha espôsa, parcela de amparo e encorajamento sem a qual a tarefa do pesquisador seria bem mais penosa.*

*Sem todo êsse apoio moral, talvez houvesse fracassado em meio à procelosa jornada...*

*Apoio material, vejo-o agora concretizado, mediante o início da divulgação desta obra, sob os auspícios do Arquivo Público Estadual e da Imprensa Oficial, duas repartições que honram o govêrno de Pernambuco.*

\* \* \*

*Há de parecer estranho que o histórico dêste volume termine no ano de 1954.*

*Sucedeu que, pesquisando aqui e ali, ao mesmo tempo produzindo para as três séries — diários, periódicos do Recife e imprensa do interior — a fim de não perder oportunidades, cheguei à conclusão da necessidade de marcar um ponto de remate. De modo contrário, não acabaria nunca. Então firmei-me em 1954 por um princípio de uniformidade.*

*Outro, mais adiante, que retome o caminho.*

\* \* \*

*Esta edição constitui uma homenagem ao DIÁRIO DE PERNAMBUCO, pela sua qualidade de jornal mais antigo em circulação na América Latina, destacada, assim, da Primeira Parte da obra geral, compreendida no sub-título "Diários do Recife", constante de 134 órgãos.*

L. do N.

**PREFÁCIO**  
**(da 2.<sup>a</sup> Edição)**





*Aconteceu haver-se esgotado a primeira edição deste livro.*

*Publicado o Vol. II — “Diários do Recife, 1829/1900” — surgiram novos leitores, que tomaram interêsse pelo princípio da obra, o mesmo ocorrendo no tocante ao Vol. III — “Diários do Recife, 1901/1954”.*

*Aí está, pois, a segunda edição do Vol. I, que contém a história única do Diario de Pernambuco, não simplesmente reproduzida, mas melhorada de novos dados e referências, ainda colhidos nas velhas coleções do órgão ou indicados por leituras diferentes.*

*Foi igualmente possível adicionar-lhe o necessário Índice Onomástico.*

*Para proveito dos bibliófilos, a presente edição se iguala às características dos II e III Vols., nesse apurado desempenho gráfico da Imprensa Universitária, da Universidade Federal de Pernambuco.*

*L. do N.*

Rua Coronel João José de  
Figueiredo, 72 — Sítio Nôvo  
— Olinda, Pernambuco.



**DIARIO DE PERNAMBUCO**  
**(1825 — 1954)**



DIARIO DE PERNAMBUCO — Número 1 — Hoje, segunda-feira, 7 de novembro de 1825 (1) — S Florêncio, B. — Com êste cabeçalho, apresentou-se o órgão que viria a tornar-se o mais antigo em circulação na América Latina (2), fundado por Antonino José de Miranda Falcão, iniciando suas atividades com o formato de 24 1/2 x 19 centímetros, como simples “fôlha de anúncios”, as quatro páginas franqueadas aos leitores, que pagavam 40 réis por exemplar. Dizia a “Introdução”:

“Faltando nesta cidade assás populosa um Diário de Anúncios, por meio do qual se facilitassem as transações, e se comunicassem ao público notícias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Tipografia de Miranda & Companhia (3) se propôs a publicar todos os dias da semana, exceto os domingos sòmente, o presente **Diario**, no qual, debaixo dos títulos de Compras — Vendas — Leilões

---

(1) Na data da fundação do **Diario de Pernambuco**, ainda não era o Recife capital da província e sim Olinda, que veio a entregar-lhe o título a 15/2/1827.

Ocorreram, no ano do aparecimento do **Diario**, outros importantes acontecimentos no Recife, a saber: fuzilamento de Frei Caneca; fundação do Liceu Provincial, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, e criação do primeiro corpo da Política Militar. Exercia a Presidência da Província o prócer mineiro José Carlos Mairink da Silva Ferrão.

(2) Houve controvérsia, a princípio, quanto à primazia da imprensa na América Latina. Não foi difícil, contudo, chegar à evidência de que, em segundo lugar, conta-se **El Mercurio**, de Valparaíso, Chile, a 12 de setembro de 1827, e, em terceiro, o **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, a 1 de outubro do mesmo ano, conforme apurou Mário Melo (artigo no **Diario de Pernambuco** de 20/12/1925), e não como foi consignado nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908” (aliás, 1907), de Alfredo de Carvalho, quanto a **El Mercurio**, registado em terceiro lugar, como tendo iniciado sua circulação em 1828.

(3) O tipógrafo intelectual Antonino José de Miranda Falcão já havia possuído, em 1823, pequena oficina, onde imprimira alguns pe-

— Aluguéis — Arrendamentos — Aforamentos — Roubos — Perdas — Achados — Fugidas e Apreensões de escravos — Viagens -- Afretamentos -- Amas de leite, etc., tudo quanto disser respeito a tais artigos; para o que tem convidado a tôdas as pessoas, que houverem de fazer êstes ou outros quaisquer anúncios a os levarem à mesma Tipografia, que lhes serão impressos grátis, devendo ir assinados. Também se publicarão todos os dias as entradas e saídas das embarcações do dia antecedente, portos de onde vieram, dias de viagem, passageiros, cargas e notícias que trouxeram. Além disto, tôdas as semanas se darão os preços correntes dos gêneros de importação e exportação, com um atestado de dois negociantes desta praça”.

Para facilitar a entrega dos anúncios (4), “porque para muitas pessoas seria incômodo dirigir-se à Tipografia”, foram criados postos no Botequim da Praça, em Santo Antônio, na Loja da Gazeta, rua do Rosário, e na Boa Vista, na Botica de João Ferreira da Cunha, ao largo da Matriz, em cujas casas se recebiam, igualmente, assinaturas.

---

riódicos (sobretudo **O Typhis Pernambucano**, de Frei Caneca). Em 1824, estêve prêso como cúmplice da revolução conhecida com o nome de Confederação do Equador. Em 1825 (faltam notícias do destino dado à sua tipografia), Antonino adquiria do governo a Tipografia Nacional, antiga Oficina do Trem de Pernambuco, na qual veio a imprimir o **Diário**. (Informações colhidas na primeira parte dos “Anais” citados, sob o título “Gênese e progressos da arte tipográfica em Pernambuco”).

(4) Vai aqui uma mostra dos anúncios da época, atualizada a ortografia:

**Vendas** — “Vende-se, ou afreta-se, o brigue-escuna americano “Abbis”, de 135 toneladas, em muito bom estado e pronto de todo o necessário e muito veleiro. Quem o quiser comprar ou afretar, pode dirigir-se a Luís Gonçalves Ferreira” (**Diário**, n.º 1, 1825).

**Fugidas de Escravos** — “No dia 22 do corrente fugiu de casa de seu Senhor, morador da rua do Vigário n.º 26, uma escrava por nome Manuela, crioula, de estatutra mediocre e grossa de corpo. Quem a pegar leve à mesma casa, que lá receberá a paga de seu trabalho” (**Diário**, n.º 41, 1825).

**Viagens** — “Para o Maranhão sai o brigue “Bizarria” até 20 de janeiro de 1826. Quem nêle quiser carregar dirija-se a Antônio José Vieira da Silva ou a Manuel Severino d’Avelar, no Forte do Mato, casa da viúva Miranda, 2.º e 3.º andar” (**Diário**, n.º 41, 1825).

**Compras** — “Quem tiver escravos ladinos e os queira vender, para engenho, procure no botequim da rua do Rosário, casa térrea n.º 144, que achará com quem tratar” (**Diário**, n.º 44, 1826).

Do primeiro número (5) constava, ainda, o seguinte Aviso: “Faz-se crer aos srs. assinantes dêste **Diario** que, na ocasião de lhe ser entregue, se as suas portas se acharem fechadas o **Diario** será metido por baixo das mesmas, porque se torna muito incômodo procurar duas ou três vêzes a qualquer dos srs. assinantes para lhe entregar em mão própria dito **Diario**”.

Com tipografia instalada à rua Direita n.º 267 (onde residia Antonino), a fôlha divulgou, até 24 de dezembro, 41 edições, e mais duas até o dia 31, esta de n.º 43, assim datada: “Hoje, sábado, último dia do ano de 1825” (6), tudo somando 141 páginas numeradas, seguidamente, para efeito de encadernação.

Os ns. 41 e 43 apresentam inexplicável ponto final no título: (**Diario de Pernambuco.**), inutilidade que permaneceu por mais de cinquenta anos. Abaixo, numa linha larga, anunciava-se o santo do dia e, noutra, a situação da Preamar.

A matéria do n.º 41, só constituída de anúncios ligeiros e notas marítimas, não chegou para encher as quatro páginas, ficando em branco a quarta e grande parte da terceira.

Enquanto isto, o n.º 43 inseriu, extraídas do **Correio do Porto**, duas matérias sômente, que foram a conta exata da

---

(5) O n.º 1 do **Diario de Pernambuco** foi reimpresso: em 1882, pelo tipógrafo João Paulo de Almeida (ver pág. . . . .); em 1891, por iniciativa do historiador Francisco Augusto Pereira da Costa, no n.º 39 da **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, e em 1925 por lembrança de Carlos Pereira da Costa. Existem, também, facsímeles sem data.

(6) Correspondentes a 1825, só possui a Biblioteca Pública do Estado os ns. 1, 41 e 43.

Aliás, o exemplar do n.º 1 do **Diario de Pernambuco** não é o original, mas uma reprodução, em formato menor, de 17 x 12 1/2. É o que se dá, igualmente, com o n.º 1 da biblioteca do Museu do Açúcar do Recife, adquirido como autêntico, em 1962, pelo historiador Gil de Metódio Maranhão, no Rio de Janeiro. Nas mesmas condições guarda um exemplar do dito n.º 1 o colecionador Pedro Tasso de Sousa.

Ao pé de um artigo que divulgou no **Diario** a 13 de dezembro de 1925, revelou o jornalista Samuel Campelo haver-lhe comunicado José Celestino Gomes, de Vitória de Santo Antão, rua Alexandre Luna n.º 73, que herdara de seu sogro um comprovante do n.º 1. Entretanto, não voltou ao assunto.

edição: “Carta de lei, Constituição Geral e Édito Perpétuo em que S. M. Imperial e Real assumiu o título de Imperador do Brasil” e “Carta de Confirmação e Ratificação do Tratado feito com o Imperador do Brasil”.

Os dois referidos exemplares, impressos em papel encorpado, azul claro desbotado, têm a dimensão de 30 x 19, incluídas as margens. Variou, porém, a altura da composição: 21 cm no n.º 41 e 23 cm no n.º 43. Tipos utilizados: corpos 10 e 12.

No ano seguinte, uma terceira linha larga, sob o cabeçalho, dava as fases da lua, o que foi, em 1827, suprimido.

A edição de 25 de agosto de 1826, n.º 44 (7), páginas 175 a 178, papel branco, formato de 26 x 19, divulgou uma Correspondência do Ouvidor de Olinda, Luís Ângelo Vitória do Nascimento Crespo, em resposta a acusações de um **Constante Leitor**, feitas através da **Gazeta Parahibana** e transcritas no **Diário**, chamando-o de “injusto” e “subornado”, a propósito de um despacho sobre apropriação de escravos. Prometia levar o acusador ao Tribunal dos Jurados, quando este ficasse organizado em Pernambuco.

A 1.º de fevereiro de 1827, já no 25.º número do ano (8), abria-se a primeira página com o artigo “Liberdade de Im-

---

(7) Pareceria que só haviam sido publicadas, até 25 de agosto, 44 edições. É que ocorreram dois começos de numeração em 1826. Encerrada a primeira a 30 de junho, teve início a segunda a 1.º de julho. Embora não se adotasse tal método no ano seguinte, cuja numeração se fez de janeiro a dezembro, o exemplo pegou em 1828 (aí terminando), o que levou Alfredo de Carvalho (obra citada) a cometer um lapso, quando registrou haverem circulado, durante o ano, apenas, 144 edições, num total de 596 páginas, o que, na realidade, só corresponde ao segundo semestre.

(8) O único comprovante existente de 1826 (25 de agosto) também pertence à Biblioteca Pública do Estado, mas a coleção de 1827, excluído o mês de janeiro, só é encontrável no arquivo da Empresa **Diário de Pernambuco**, porém microfilmada pela referida Biblioteca, assim como as raras edições de 1825/1826, interditas ao manuseio. As coleções da B. P. E. começam, propriamente, a partir de 1828, com algumas lacunas, sendo também microfilmadas até julho de 1844, serviço suspenso, assim permanecendo. Existem coleções do **Diário** ainda, noutras bibliotecas, mas todas incompletas, inclusive a da Associação Comercial de Pernambuco, a da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e a da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro.



prensa”, assim iniciado: “Os meios de se segurar as vantagens desta salutar instituição, os meios de fazer eficaz a sua garantia, os meios, enfim, de tornar proveitoso êste primeiro ingrediente dos governos constitucionais, todos êles se reduzem a prevenir seus desastrosos abusos; nisto só é que tôda a dificuldade consiste. Debalde se pretenderá deduzir benefício da liberdade de escrever e de publicar os nossos pensamentos, se, convertendo-se os pensamentos em fatos por meio de sua publicação por escrito, fôr esta liberdade convertida num valhacouto, donde impunemente possam de contínuo ser violados os direitos dos outros, e continuamente caluniadas tôdas as operações de um govêrno”.

Êsse editorial, depois de ocupar mais de duas páginas, trazia abaixo: **continuar-se-à**, prosseguindo em várias edições.

Adotando programa mais vasto, a fôlha divulgava, também, a par de raros artigos da redação, variedades e Correspondências, estas com assinaturas como **O Abelhudo, O Venturoso, Um Matuto, O amigo dos homens, O bumba papa-farinha, O bumba meu boi, O carurense**, etc., naturalmente uma matéria de cada vez, devido à deficiência de espaço, inclusive ainda excertos de discursos parlamentares ou transcrições.

A edição de 26 de fevereiro divulgou o seguinte “Aviso aos srs. subscritores”: “Sendo assaz dificultosa e até prejudicial a recepção das assinaturas desta fôlha pela maneira até agora praticada, avisa-se aos srs. que a têm honrado ou a quiserem honrar d’ora em diante, que tais assinaturas se receberão sòmente na casa da tipografia do **Diario**, rua Direita n.º 267, 1.º andar, e findando elas com o corrente mês, roga-se aos sobreditos srs. o obséquo de reformarem as suas a tempo, a fim de não haver falta na entrega dos números do mês vindouro”.

Logo mais, a 20 de março, ocorria o primeiro aumento do custo do exemplar: “Vende-se na loja de livros defronte de Palácio, a preço de 60 réis”.

A 7 de agôsto iniciava-se o prometido processo (9) contra

---

(9) “Êsse curioso processo está, em original, arquivado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, na seção de manuscritos”, segundo declarou Mário Melo, que o transcreveu abaixo do seu artigo “O fundador do **Diario de Pernambuco**”, inserto no “Livro do Nordeste”, comemorativo do primeiro centenário do jornal.

Antonino José de Miranda Falcão, mandado instaurar pelo ouvidor de Olinda, Luiz Ângelo Vitória do Nascimento Crespo. Dizia a denúncia que fôra “ofendida a liberdade de imprensa e o suplicante atacado em sua honra”, requerendo que se procedesse “na forma da lei de 2 de outubro de 1823” (10), a fim de ser dada ao ofendido a satisfação devida. Defendeu-se cabalmente, o acusado, que veio a inserir, no seu jornal, a 11 de outubro de 1827, o artigo intitulado “O redator do **Diario de Pernambuco** chamado a jurado”, no qual assim resumiu o fato: a **Gazeta da Parahiba** publicara, em 23 de agosto de 1826, “uma carta arguindo o Juiz de Fora, dessa cidade, de alguma malversação em seu ofício; pediram-nos para reimprimir no nosso **Diario** essa mesma carta, assim o fizemos”; o Juiz de Fora, “deixando em sossêgo o editor da **Gazeta da Parahiba**, encaminha o atropêlo ao do **Diario de Pernambuco**”; e o autor do libelo acha que “não é mais réu c que imprime do que é o reimpresor” (11).

Quatro dias após, o Conselho de Jurados, reunido, considerava improcedente a denúncia, sendo Antonino José de Miranda Falcão absolvido.

A partir de 1828, ao passo que aumentava o formato da folha para 30 x 20, acrescentou-se-lhe o preço da assinatura mensal: 640 réis. Junto à matéria de rotina, já inseria alguns atos oficiais. Depois, veio a colocar, a 15 de novembro, a seguinte divisa, abaixo do cabeçalho, à direita: “**Le Citoyen genereux, en servant la patrie ne peut avoir le dessin de se rendre haissable, ou meprisables, a ses yeux — Moral Universal**”, que permaneceu até 1.º de abril de 1829 (12). Começando no segundo semestre dêsse ano, a primeira página, mais a segunda e parte da terceira das edições dos sábados eram ocupadas com os “Preços correntes dos gêneros de importação em grosso”, o movimento de entrada de merca-

---

(10) Foi a nossa primeira lei de imprensa, depois da constitucionalização do Brasil. Aliás, Barbosa Lima Sobrinho (“O problema da Imprensa”), assinala-a como tendo sido assinada, por d. Pedro I, a 22 de novembro.

(11) Dizia o libelo que o A. “não usou imediatamente da denúncia apresentada a fls. 2 por não estar ainda criado o Tribunal dos Jurados, como é fato de notoriedade pública, e ninguém pode ser obrigado a impossíveis”.

(12) Alfredo de Carvalho (obra citada) registrara por engano, que a divisa permaneceu no cabeçalho “durante os meses de outubro de 1829 a março de 1830”.

dorias pelo pôrto e estatísticas comerciais, só ficando uma página e pouco para os pequenos anúncios.

No mês de maio de 1829, o médico e jornalista baiano Jorônimo Vilela Tavares entrou, pelas colunas do **Diario**, a polemizar com o Padre Francisco Ferreira Barreto, mostrando-lhe (edição de 23) “os falsos caminhos por onde se emaranhou, as topadas que deu e como esbarrou com os narizes no precipício”, para concluir: “. . . resta-me desejar-lhe uma doce inclinação a converter-se, um vivo arrependimento dos seus erros, dando-se a um sistema de moral mais firme e conducente, pois que só dêste modo poderá ganhar neste mundo a estima dos homens e, no outro, a bemaventurança eterna, para o que desde já lhe perdôo o que a meu respeito, e em meu descrédito, tem feito, desculpando-me também a limitância”.

Aconteceu que o sacerdote, através d'**O Cruzeiro**, atribuiu a Jerônimo Vilela a autoria de violento artigo, n'**A Abelha Pernambucana**, com a assinatura **O comprovinciano**, tendo o acusado desmentido (**Diario** de 18 de maio) que houvesse escrito “produções tão recheadas de falsidade e ignorância”.

Em artigo do dia 25, denunciava Jerônimo, que era redator do **Diario**, ter sofrido uma agressão “pelo que não fêz”, frisando: “. . . assaltou-me (certo indivíduo) com um cacete, dando-me duas cacetadas nas costas, ao que, voltando-me, gritei contra o assassino, que, apesar disto, me atirou mais duas”. À aproximação de algumas pessoas, o agressor correu, desaparecendo. Afirmou a vítima que o assaltante fôra um mandatário da Coluna do Trono e do Altar, da qual o Padre Barreto era figura proeminente.

A mesma edição inseriu uma Correspondência contra o Padre Barreto, chamando-o “mentiroso”, a propósito de três artigos que êle pedira, antes da prisão do signatário, para publicar, usando diferentes pseudônimos: **O pensador**, **O constitucional** e **O correspondente**. Firmou a matéria o próprio dono do **Diario**, Antonino, que se encontrava prêso, tendo-a redigido da cadeia e encaminhando-a ao editor substituto.

Participara êle de uma fracassada rebelião republicana, em fevereiro de 1829, distribuindo boletins sediciosos e promovendo reuniões secretas, enquanto outros elementos mar-

chavam para o interior do Estado, arrematando prosélitos e arrebanhando armas (13).

Já no ano anterior, conforme **O Amigo do Povo** (edição de 20 de junho de 1829), fôra Antonino denunciado pelo promotor público, padre Bernardo Luiz Ferreira, como incurso em delito de imprensa, por haver injuriado “o Alto Caráter, Dignidade, Moral e Pessoa de S. M. I., chefe do Poder Executivo”, através de uns versos sem assinatura. Absolveu-o o Tribunal do Júri, em reunião de 31 de julho.

Aludindo ao caso, Antonino, ainda da prisão, onde permanecia como subversivo, enviou uma correspondência para o **Diário**, que a inseriu a 3 de agosto. Salientou que, após quase um ano, ocorrera o segundo julgamento da denúncia contra êle dada pelo revm<sup>o</sup> promotor, devido à inserção dum “chamado pasquim” no **Diário** n.º 46, de agosto de 1828. Êle recitou sua defesa, e os jurados concluíram pela absolvição. Terminou dando vivas à Constituição, ao Imperador, à Assembléa Legislativa, à liberdade de imprensa, aos juizes de fato e aos acadêmicos do Curso Jurídico (14).

Tendo tomado feição política, o matutino bateu-se pelos princípios liberais, polemizando com **O Cruzeiro**, também diário, e **O Amigo do Povo**, de publicação semanal, que eram redigidos pelo Vigário Barreto (a quem cognominava “padre Xico Fôrça” e “Dr. Lombriga”, além de outros apelidos contundentes, em cerrada campanha contra os “princípios subversivos” da Coluna do Trono e do Altar, que tinha como defensores os dois jornais, e pelo padre José M. Falcão Padilha. As críticas, ora através de editoriais, ora de Comunicados ou Correspondências d’**O sonâmbulo** (15), (pseudônimo do padre-

---

(13) No artigo citado em nota anterior, Mário Melo transcreveu o libelo da devassa então feita, datada de 6 de março, em que depuseram 34 testemunhas. Segundo F. A. Pereira da Costa (“Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres”), Antonino “foi de nôvo arrastado às prisões da Fortaleza do Brum, onde gemeu por espaço de 14 meses”.

(14) Em seu noticiário de 8 de agosto, o periódico dos vigários Barreto e Padilha vituperou a decisão do Júri, por ter sido “o facinoroso redator do **Diário da Manteiga**” absolvido, “pelos juizes de Fato, do crime de ter impresso nefandos insultos contra o nosso soberano”.

(15) Hélio Viana (“Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812/1869”, pág. 493) cometeu um cochilo, mencionando **O Sonâmbulo** como título de um dos jornais do padre Lopes Gama.

frei Miguel do Sacramento Lopes Gama), d'O **Magnetizado**, d'O **impávido**, e d'O **trambolhista**, atingiam, igualmente, com rispidez desconcertante, o presidente da província, Tomaz Xavier Garcia de Almeida, que também escrevia n'O **Cruzeiro**, aí usando o pseudônimo **O intrépido**. Defendiam aquêles — secundados por J.B. da Fonseca, mais **O popular**, **Um goianense**, etc. — a Independência e Constituição com o imperador Pedro I, contra os absolutistas da Coluna.

A 18 de novembro, ainda de 1829, **O trambolhista** investia, no **Diario**, contra os padres "Lombriga" e "Cafêlefêle" (assim apelidado o Vigário Marinho Falcão), concluindo: "Colunistas ou lombriguistas, espalhados infelizmente pela vasta superfície do solo brasileiro, camaleões, papelões, paparrôtões e impostores, desde o Prata até o Amazonas, cativos agaloados, desenganai-vos, S.M. o I. do Brasil não quer ser absoluto, não quer ser Fernando 7.<sup>o</sup> ou d. Miguel 1.<sup>o</sup> parricida e usurpador. Êle conhece os seus verdadeiros interesses. Êle não é dêsses soberanos sacramentados que só sabem o que os áulicos querem que êles saibam. Ê um soberano suficientemente instruído: é um soberano que lê; é um soberano brasileiro liberal e um dos maiores constitucionais do Império. Colunas da maroteira, caí!"

Logo mais, a 23, **O sonâmbulo** verberava as atitudes do "Padre Carrasco", terminando, após longas considerações: "Amigos, a Coluna gorou". Por sua vez, **O raivoso** chamava o padre Barreto de indigno e patife (16).

Extinta a Coluna do Trono e do Altar, por ordem do govêrno imperial, continuou o **Diario** a atacar o govêrno provincial, no que se salientaram **Pacato**, **O impávido**, **O trambolhista** e, com o próprio nome, Antônio dos Santos Siqueira Cavalcanti. Bateu-se, então, com o periódico **O Constitucional**.

A 10 de fevereiro de 1830 dizia uma nota redacional: "Notícia interessantíssima: Substituição de Tomaz Xavier por Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos". E, seis dias após: "Se Luiz do Rêgo foi mau, se todos os governos que o sucederam não prestaram, o nome de Tomaz Xavier servirá de uma esponja que apaga da tábua do tempo os traços mais ou menos tortuosos de todos os que o precederam; pelo menos nenhum dêles atentou, direta e positivamente, contra a liberdade

---

(16) O padre Ferreira Barreto era famoso poeta, além de jornalista, e um dos maiores oradores sacros do século passado.

da província, e o maior dos crimes é, sem dúvida, maquinar contra a liberdade da pátria. Isto é o que fêz Tomaz Xavier; seja pois o seu nome anatematizado para sempre”.

Ainda no referido mês (edição do dia 26), Pedro Aufran da Mata e Albuquerque defendia-se, em longa Correspondência, de ataques de elementos inimigos, chamando-os “mentirosos, impostores e caluniadores”.

A partir de janeiro de 1831, o **Diario** passou a ser impresso na Tipografia Fidedigna, situada à rua das Flôres n.º 18, trazendo abaixo do título, afora o santo do dia e a preamar, o seguinte: “Subscreve-se na Tipografia Fidedigna; na loja de Livreiro de Manuel Marques Viana, rua da Penha, à ilharga do Livramento D. 23, e em casa do editor, à rua Direita n.º 267, em cujos lugares também se recebem correspondência e anúncios, êstes inteiramente grátis sendo de assinantes, vindo assinados, e com o lugar da morada, e serão publicados no dia imediato da entrega, sendo esta feita até o meio dia e vindo resumidos”.

As vêzes o matutino fazia-se acompanhar de um suplemento, ora de duas, ora de quatro e até mais páginas, conforme a extensão das Correspondências. Na parte principal divulgavam-se, esporadicamente, transcrições d’**O Republico**, que circulava no Rio de Janeiro, sob a direção de Antônio Borges da Fonseca.

A atitude do **Diario**, que não deixava de atacar os “colunas” dispersos, acarretou sérias ameaças ao seu proprietário, por parte do tenente-coronel de cavalaria Francisco José Martins. A propósito, num artigo de 23 de abril de 1831, sem título nem assinatura, mas utilizando a primeira pessoa do singular, dizia o Autor — que não era outro senão Antonino José de Miranda Falcão — achar-se sua cabeça proscrita, sendo o seu crime o patriotismo; “Martins e Gustavo” conspiravam contra a sua vida havia já dois meses; enquanto a província gozava de paz, o seu jornal combatia os abusos praticados por magistrados, combatia o Absolutismo, guardando justa moderação; porisso, queriam matá-lo; mas redobraria de energia; sua casa estivera sitiada à noite e estava cercada de dia; viu Martins, comandante da polícia, no seu encalço; gente suspeita vagava na rua da Penha, onde morava; apesar de tudo isto sustentaria suas opiniões até o último suspiro. Artigo no mesmo dia-

pasão, sem mais esclarecimentos, foi divulgado a 2 de maio (17).

Dois dias após, acrescentava-se ao Expediente: “Os anúncios que não forem dos assinantes deverão, além de mais condições, pagar por cada linha impressa 40 réis”.

A abdicação de D. Pedro I, só conhecida, no Recife, quase um mês depois, foi motivo de júbilo para o **Diario**, que, no seu Suplemento à edição de 4 de maio, divulgou, em apenas quatro linhas, a nota a seguir: “Temos a satisfação de dar a saber aos nossos caros concidadãos os felizes sucesos da Capital do Império: triunfou a Opinião Pública. Parabéns, pernambucanos!” No dia seguinte, divulgava a “Proclamação dos representantes da Nação Brasileira ao Povo do Brasil motivando a causa da gloriosa Revolução operada no governo do Brasil no dia 7 de abril de 1831”.

O editorial de 6 de maio, que começou: “O inimigo perpétuo do Brasil já cessou de manchar o solo da Pátria com sua odiosa presença”, terminava: “Tudo é nôvo hoje: o Leão acordou, o Leão quer firmar, de todo, a sua tranqüilidade, que ninguém mais lha possa perturbar. Todos quantos ousaram despertá-lo em seu sono, fujam da sua presença; tardios arrependimentos não justificam”.

Por sua vez, escrevia Antônio Borges da Fonseca, redator d’**O Republico**, concisa proclamação no **Diario**, intitulada “**Compatriotas**”, dizendo: “O perjuro abdicou; que se vá em paz gozar dos frutos de suas traições”. “Estou estasiado: o prazer me dá lugar a reflexões mais sérias. A Constituição seja o nosso norte, com ela tudo venceremos. Prudência, concidadãos! moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes, e será a pátria salva!”.

No dia 9 aparecia **O sonâmbulo** (frei Lopes Gama) declarando-se doente, impossibilitado “de escrever e fazer aplicações intelectuais”; vinha apenas congratular-se com os pernambucanos: “. . . triunfou a liberdade; e quem nos atraíçoaava deixou (em hora feliz) o solo brasileiro, e foi, talvez devorado de remorsos, unir-se ao traidor Carlos Capeto”, concluindo: “. . . nada de vingança; basta a êsses infelizes o punhal sempre aguçado do remorso”. Na edição seguinte, transcrevia-se uma fala do presidente da Província à tropa,

---

(17) Logo que chegou ao Recife a notícia da abdicação de D. Pedro I, foi o tenente-coronel Francisco José Martins demitido, pelo presidente Pinheiro, do comando do Corpo de Polícia.

na qual aconselhava “a maior subordinação” aos superiores.

No dia 11 do referido mês, introduziu o **Diário**, abaixo do cabeçalho, mantendo-a até março de 1845, a seguinte “proclamação da Assembléia Geral do Brasil”: “Tudo agora depende de nós mesmos, da nossa prudência, moderação e energia; continuemos como principiamos e seremos apontados com admiração entre as nações mais cultas”.

A partir de julho, lia-se: “Tipografia de Antonino José de Miranda Falcão, à rua da Soledade n.º 498”. Melhorou, então, a tipagem, acondicionando mais matéria.

Aludindo, a 11 de outubro de 1831, à chegada e posse de Francisco de Carvalho Pais de Andrade, regozijou-se o **Diário** por haver sido nomeado presidente da província, pela primeira vez, um pernambucano.

Em janeiro de 1833, passou a fôlha a ser impressa por José Vitorino de Abreu, “na Tipografia do **Diário**, pátio da Matriz de Santo Antônio, sobrado da Porta Larga”.

Nesse ano, bateu-se com o periódico **Bússola da Liberdade**, dizendo, em artigo de 16 de abril, que **bússola**, “epíteto de **caramuru**, que para nós é sinônimo de **corcunda**, absolutista e restaurador, é o mais odioso que se pode pôr a um brasileiro”. Participou dessa querela, com artigos assinados, o redator Bernardo de Sousa Franco, o qual atribuiu “gênio irascível e imprudente” ao padre João Barbosa Cordeiro, que era o contendor.

Voltou-se também o **Diário** contra a magistratura, escrevendo o editorialista a 17 de maio: “A justiça é a primeira das necessidades sociais; e o mau magistrado o pior dos flagelos que a sociedade pode suportar”. Fêz, a seguir, “um paralelo entre o salteador de estrada e o magistrado venal” e, depois de desferir novos ataques aos juizes, aconselhava “muito cuidado nas Academias em não deixar formar homens ignorantes; porque a ignorância é mãe dos vícios, e o juiz ignorante é sempre mau, e se não é venal é irresoluto, demorado, governado e passivo executor de ordens superiores”.

Noutro artigo, muito prolixo, na edição de 30 do mencionado mês, vinha a objurgatória: “A venalidade da nossa magistratura e impunidade do crime datam do regime colonial. D. Pedro a aumentou, protegendo e premiando os magistrados prevaricadores, que favoreciam seus planos”.



Ainda em 1833 (18), a edição de 31 de outubro divulgava o seguinte Aviso: “Rogamos a tôdas as pessoas que têm mandado fazer impressões nesta tipografia do **Diario**, e que se acham a dever, hajam de mandar satisfazer, para que não passemos a formar a seu respeito aquêlê juízo que de ordinário se costuma fazer de todos aquêles que de tal maneira obram”.

Vinha o jornal dando intensa cobertura à guerra civil dos Cabanos, no interior do Estado, continuada em 1834. Apoiava a atuação, no caso, da Presidência da Província, a qual, depois de vários nomes, passou, a 4 de junho, a ser exercida por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, e do Comando das Armas, através de editoriais e Correspondências. No mês de janeiro, veiculou a denúncia de que os irmãos Abreu e Lima conspiravam para engrossar as fileiras dos Cabanos e promover a restauração de Pedro I no trono. O promotor José Tavares Gomes da Fonseca chegou a pedir a prisão dos implicados, especialmente do “suposto general colombiano” José Inácio de Abreu e Lima, o qual, residindo no Rio de Janeiro, escrevia cartas comprometedoras ao irmão Luís Inácio Ribeiro Roma, cartas que, apreendidas no Correio, foram publicadas no **Diario**.

Lia-se num artigo redacional de 12 de fevereiro: “Eis de que se compõe em geral o partido restaurador: de ambiciosos, que desde já se desavêm por causa de lugares; de ladrões, que roubam os sócios para não fugirem sem dinheiro, e de alguns estúpidos, que acreditam na possibilidade de nôvo pacífico govêrno de Pedro I no Brasil, e se fiam ainda em ambiciosos conhecidos, que, sôbre a capa de restauração de Pedro, só trabalham por se engrandecer”.

A partir de 2 de abril de 1834, onde se lia: “Impresso por José Vitorino de Abreu”, passou a figurar: “... por A. J. de Miranda Falcão”. Continuavam a predominar, nas Correspondências, os pseudônimos, tais como: **Philo-Harmônico**, **O imparcial**, **O pernambucano**, **O carrapeta**, **O pai da Pátria**, **O catana**, **O assombrado** e **O tranqüilo**, os dois últimos polemizando entre si. Às vêzes apareciam Correspondências firmadas por Caitano Pinto de Veras ou João

---

(18) Nesse ano, além do Suplemento, bastante raro, publicaram-se, de 22 de julho a 15 de outubro, nove números do periódico **O Velho Pernambucano**, que era distribuído grátis aos assinantes do **Diario** e em cuja tipografia se confeccionava (Ver vol. IV desta obra: “Periódicos do Recife — 1821/1850”).

Ferreira de Aguiar (barão de Cutuama), ou artigos de Bernardo de Sousa Franco. Nas seções “Perguntas” e “Avisos Particulares”, viam-se as mais curiosas e estapafúrdias assinaturas, a saber, entre outras: **O amigo do bem público**, **Um que não é anarquista**, **O perguntador**, **O inimigo do Restaurador Pedro I e seu rancho**, **Um homem das costas do Monteiro**, **O econômico dos dinheiros públicos**, **Um amigo do sr. Silva**, **O inimigo dos ladrões**, **O alemão que se quer engajar**, **O que espera resposta e justiça**, **O passageiro lembrado** e **Vigilante inimigo da impostura**. A partir de novembro, **O outro Carapuceiro** (?) bateu-se, em polêmica, com **O Carapuceiro** (segundo pseudônimo, tornado célebre, do padre Lopes Gama), sobre temas econômicos.

### 1835/1844

A 3 de fevereiro de 1835, Antonino desfez-se da empresa, negociando-a com a firma Pinheiro & Faria (19). Lia-se, em artigo de fundo da mesma data, que a nova redação, “se menos ilustrada”, não era “menos patriótica, nem menos atenta a dar-se ao zê-lo da causa pública, promovendo a prosperidade e civilização provinciana, seguindo restritamente a estrada da imparcialidade, tendo a decência por termômetro”. E acentuava:

“**O Diario de Pernambuco**, como jornal do comércio, será mais efetivo em dar notícias estrangeiras de que tanto se precisa e cuja falta nos tem feito pensar ao acaso sobre a política do mundo. Dar-se-á diàriamente as alterações da pauta da Mesa das diversas rendas, assumim em tôdas as ocasiões oportunas, o preço corrente das diferentes praças, e todos os sábados os desta cidade, como até agora se tem praticado. Finalmente, trabalhando por ser útil, instruir, harmonizar e não ofender, serão felizes os redatores se tanto conseguirem”.

---

(19) Dois lapsos cometeu o historiador F. A. Pereira da Costa (obra citada), quando escreveu, na biografia de Antonino J. de Miranda Falcão, que este dirigira a sua empresa até o ano de 1837, e na de Manuel Figueiroa de Faria, ao registrar que este fizera a aquisição da Tipografia do **Diario** em 1830.

A data errônea de 1837, quanto ao fundador do jornal, foi depois

Ficaram franqueadas as páginas do jornal a tôdas as correspondências que lhe fôsem endereçadas, quando tratassem da “manutenção da ordem social ou de censura à prevaricação dos empregados, quando competentemente legalizadas e sob a responsabilidade dos seus autores, ficando a respeito dos anúncios e correspondências de assunto particular em vigor a mesma prática antiga.

A tipografia da nova firma permaneceu no pátio da Matriz de Santo Antônio, sendo admitido como cobrador de assinaturas Francisco Antônio dos Santos. As informações comerciais, de importação e exportação, portuárias e marítimas, das edições dos sábados, passaram a ocupar as duas páginas centrais, em sentido oblongo. A matéria de rotina não sofreu alteração.

Sob a epígrafe “É de absoluta necessidade que se promova a reforma da nação brasileira”, escreveu Pedro Aufran longo artigo, a 9 de fevereiro, a que outros se sucederam, sôbre o mesmo tema, para abordar, depois, a “Excelência da Religião sôbre o Filosofismo”.

Na edição de 24 de abril apareceu um “Comunicado” com a assinatura **O redator do Carapuceiro**, assim começando: “Motivos de diária ocupação, junta ao meu estado valetudinário, me inibiram de prosseguir na carreira do jornalismo, que nunca desamparei nos ensejos de maior perigo”. Vendo, porém, que seus “pobres escritos” podiam, no momento, “fazer algum bem a Pernambuco”, resolvera romper o silêncio e sair a campo. Criticou, então, o governo provincial; aludiu ao dever dos políticos da oposição e

---

copiada por A. V. A. S. Blake, no Vol. I, pág. 436, do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, publicado em 1883.

Também enganou-se Fernando Segismundo na sua “História da Revolução Praieira”, ao afirmar que Figueiroa comprara o **Diário** em 1831, ano em que, isto sim, a tipografia da qual êle era sócio — Pinheiro, Faria & Cia. — se instalava em Olinda, transferindo-se para o Recife em fins de fevereiro de 1833.

Nota da 2.<sup>a</sup> edição:

No tocante a lapsos, o maior de todos foi o cometido pela “Enciclopédia Delta Larousse”, tomo V, Editôra Delta S. A., Rio, 1962. Consta do capítulo “Jornalismo”, a cargo de Vicente Tapajós, subcapítulo “Os mais velhos dos atuais jornais”, pags. 2586/2587, que o **Diário de Pernambuco** “suspendeu sua publicação, isto é, morreu durante alguns anos, tendo reaparecido somente em 1835; estêve o jornal suspenso, certamente, muito mais de dois anos” (sic).

concluiu dizendo que a morte de d. Pedro (20) “desprende do nosso Brasil a hidra de mil cabeças da ambição”.

Prosseguiram os artigos daquele que era, na realidade, um grande cronista (21) e que transferira para o matutino a matéria do semanário, então suspenso, **O Carapuceiro** (Ver vol. IV: “Periódicos do Recife — 1821/1850”).

A 2 de maio do referido 1835 ocorreu substancial transformação no **Diário de Pernambuco**, que, segundo Leduar de Assis Rocha (22), “deu um golpe de mestre, conseguindo realizar a fusão do seu periódico com o **Diário da Administração Pública**”, que lhe vinha fazendo concorrência.

*Figueira*  
1835 } Manuel Figueiroa de Faria (23) assumiu, sozinho, a direção e propriedade do jornal, tornando-o órgão oficial do governo (24); melhorando-lhe, consideravelmente, o formato, que atingiu 41 x 28, três colunas largas de composição, passando para 1\$000 a assinatura mensal e aduzindo ao cabeçalho o clichê do brasão de armas do Império. Abaixo, vinha uma faixa com os Dias da Semana, o Expediente, a mencionada “proclamação da Assembléia Geral do Brasil” e partidas dos Correios. No artigo “Introdução” lia-se.

“Tomando nova face o nosso periódico, e refundindo-se com o **Diário da Administração**, não entenda alguém que de-

(20) O primeiro imperador do Brasil havia falecido a 24 de setembro de 1834.

(21) Em sua edição de 20 de agosto de 1834, o **Diário da Administração Pública** divulgou o seguinte “Anúncio”: “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, professor de Retórica no Colégio das Artes do Curso Jurídico, participa ao Respeitável Público que êle acaba de secularizar-se e d’ora em diante assinar-se-á Miguel do Sacramento Lopes Gama”.

(22) “Figueiroa do **Diário**” (pág. 71).

(23) Sobre Manuel Figueiroa de Faria, escreveu Alfredo de Carvalho (obra citada): “Homem de têmpera antiga, laborioso e honesto; nêle o espírito mercantil, a avidez de lucro e o desejo de sobrepujar o concorrente não obliteravam a consciência dos verdadeiros designios do poderoso instrumento de civilização ao seu dispor; muito semelhante ao famoso Buloz, da **Revue des Deux Mondes**, jamais, talvez, escrevesse uma linha, mas sabia escolher e obter, com singular habilidade, o concurso das mais sadias e brilhantes mentalidades”.

(24) A partir daí o **Diário de Pernambuco** foi órgão oficial dos governos provinciais e estaduais até 1911, com exceção dos seguintes períodos: junho/1845 a abril/1848; julho/1863 a março/1864; março a agosto/1890.

sandássemos a carreira encetada, isto é, que teremos outros fins, e conseqüentemente outra linguagem. Sempre pusemos a mira na felicidade geral, e esta será a nossa bússola. Não abraçamos partido algum, nem advogamos senão o que nos parecer honesto e conforme aos eternos princípios da justiça; e certos, com Pagés, que só a Lei é autoridade e liberdade, que fora da lei não se encontra senão usurpação e revolta, defenderemos sempre a causa da Legalidade, sem todavia apadrinharmos as malversações do Poder.

“Uma coisa é censurar os atos ilegais da Autoridade que transpõe as balisas da sua jurisdição, e outra coisa é concitar os povos à desobediência e à revolta, tirando a fôrça moral ao govêrno, e consequentemente abrindo os diques à anarquia e a tôda a sua terrível comitiva. O primeiro procedimento é próprio das almas livres e característico do verdadeiro patriota; o segundo é a tática usual e já sedição dos demagogos e perturbadores, aos quais não há nem pode haver govêrno que compraza; porque govêrno é sinônimo de fôrça; a fôrça só se mantém com a ordem e os anarquistas sòmente aspiram à desordem.

“Não somos, pois, criaturas nem parasitas do govêrno; pelo que reprovaremos aquêles de seus atos que forem de encontro à lei, elogiaremos aquêles que julgarmos conforme à utilidade pública e às disposições legais; porque se a censura judiciosa e decente serve para corrigir o vício, o louvor das boas ações é um incentivo para a virtude e um poderoso estímulo para a imitação.

“Não rejeitaremos, por isso, as Correspondências e os Comunicados dos nossos assinantes que contiverem censuras e acusações contra qualquer empregado público, uma vez que tais escritos sejam concebidos em termos decentes e com os requisitos legais. Finalmente, o nosso nôvo periódico servirá, quanto estiver em nossas fôrças, para edificar, ou reparar, e não para desmorerar e destruir”.

Na mesma edição, outro artigo ocupava-se do caso da moeda de cobre, que vinha empolgando o povo pernambucano, “com o comércio quase paralisado, a pobreza gemendo”, devido à rejeição geral da mesma. Concluiu chamando a atenção da Assembléia Provincial, a fim de solucionar o problema.

Verificado o nôvo formato, a página comercial dos sábados ficou sendo a quarta. Aumentou, sensivelmente, a matéria publicada, que se tornou mais variada, incluindo amplo noticiário do sul do país e do exterior, recortado dos

jornais chegados por via marítima, seleção que ficou, durante doze anos, a cargo de Vicente Pereira do Rêgo.

Além de seus artigos como **Redator do Carapuceiro**, Lopes Gama apareceu com o próprio nome, acompanhado do apêndice Deputado, na edição de 3 de agosto, firmando longa resposta a Gervásio Pires Ferreira, que o atacara, através do periódico **O Velho Pernambucano** (25), desfazendo de suas aptidões como literato e professor de Lógica. Escrevendo, praticamente, uma aula de Literatura, o impetuoso jornalista esmagou o contendor.

Assinando Correspondências, além de Jerônimo Vilela, surgiram os nomes de José Joaquim Coelho, Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Inácio Bento de Loiola e também Gervásio Pires Ferreira, sendo comum, entre êles, o gênero polêmico. Os artigos “de fundo” quase sempre traziam a assinatura **Os Redatores**; outros artigos, ou Comunicados, eram firmados por **Gm**, como se distinguia o responsável pelo extinto **Diário da Administração Pública**, José Bernardo Fernandes Gama, conforme ficara estabelecido, o que continuou até fins do ano seguinte.

Logo ao iniciar-se 1836, o jurista Pedro Autran divulgou artigos em polêmica com Filipe Lopes Neto Júnior, êste através d'**O Velho Pernambucano**. Depois, batia-se **Gm** com o periódico anti-regressista **Constituição e Pedro 2.º**. Criaram-se as seções “Miscelânea” e “Variedades” e, a 26 de fevereiro, dizia uma nota intitulada “Ao Público”: “Acumulando-se cada vez mais as matérias do nosso jornal, nós o acrescentamos também em formato, sem contudo exigir maior preço”. Ao invés de três, a página passou a ter quatro colunas, sem aumentar a estatura. Continha bastante matéria oficial, não só do govêrno estadual, mas também dos Ministérios.

No mês de junho, dia 26, divulgava-se o seguinte Aviso: “Esta tipografia acha-se reunida à outra do mesmo proprietário, na rua das Cruzes do Bairro de S. Antônio, D. 3, onde os srs. subscritores e mais pessoas interessadas desta fôlha podem remeter seus anúncios, etc”.

---

(25) **O Velho Pernambucano** voltara a circular em 1835/36, em caráter independente.

Sob o título geral “Literatura”, iniciou **O redator do Carapuceiro** a 8 de julho (26) a divulgação de longo trabalho, em que fazia “algumas reflexões sôbre a elocução da língua portuguesa”, oferecendo “à mocidade brasileira algumas noções precisas para estudar os clássicos da nossa língua, aliás tão rica, tão elegante e majestosa”. Dividiu em quatro épocas “os clássicos mais notáveis”, fazendo-lhes o juízo crítico. Esse estudo prosseguiu em onze edições salteadas, concluindo na de 16 de setembro.

Na seção “Avisos particulares”, lia-se o seguinte, na edição de 23 de novembro: “Na tipografia dêste **Diário** precisa-se de um homem, fôrro ou cativo, para dar tinta”.

Em editorial de 2 de janeiro de 1837, de congratulações pela entrada do ano nôvo, o articulista anunciou alguns melhoramentos, inclusive a “publicação interessante do Expediente do Comando das Armas”. Abrindo a edição, **Os Redatores** fizeram uma “resenha sucinta dos fatos mais salientes no ano de 1836”, o que se estendeu por página e meia.

Continuava o **Diário de Pernambuco** sua rotina de órgão oficial por excelência, o que lhe tomava longo e precioso espaço, afora a matéria do Interior e do Exterior, criando, ainda, uma seção de Teatro. Com cêrca de duas páginas repletas de pequenos anúncios, inclusive as Reclamações, transformava-se, segundo Leduar de Assis Rocha (obra citada), em “órgão usual de consultas”, sob pitorescos pseudônimos, como, por exemplo: **Sentinela da Verdade, Tira-teimas, Mirão, Curioso, Atolado, Filantropo, Cristão Velho, Imparcial, Freguês de Santo Antônio, Amigo da Verdade, Inimigo das Calúnias, Duvidoso, Pernetá**, etc.

“Curioso sistema de reportagens particulares” foi tentado pelo jornal, que divulgou, a respeito, a nota a seguir: “O Editor, proprietário desta fôlha, pretendendo publicar, diariamente, uma breve narração de todos os fatos públicos

---

(26) Ligeiro engano cometeu Alfredo de Carvalho, na biografia que traçara do mestre Lopes Gama, inserta no **Almanach de Pernambuco** (de Júlio Pires) para 1904, ao dizer que a “série de artigos” sôbre Literatura, de autoria d’**O Redator do Carapuceiro**, no **Diário**, foi publicada de 6 de junho a 17 de setembro, engano, aliás, já cometido em 1882, com ligeira variante, por F. A. Pereira da Costa, que, no seu “Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres”, consignara para aquêles artigos as datas de 8 de junho a 15 de setembro. O único artigo que Lopes Gama divulgou em junho de 1836, no **Diário**, foi contra a onipotência do júri, começado no dia 7 e terminado em duas outras edições.

que tiverem lugar nesta Província, e de cuja publicidade resultar algum bem à moral pública, polícia e garantia dos cidadãos, roga aos que amam de coração o bem geral queiram informar-nos de qualquer acontecimento que de certo tenha tido lugar... Deverão os nossos correspondentes informar-nos circunstanciadamente da qualidade do delito, pessoa que o perpetrou, lugar e pessoas que presenciaram, enfim, de tôdas as circunstâncias possíveis, a fim de que possamos informar-nos convenientemente da verdade do fato para podermos publicá-lo..."

A começar de janeiro de 1839, cobrava-se assinatura trimestral a 3\$000. E voltou Lopes Gama com seus artigos, então sob o título geral "Variedades — Carapuceiro".

Um editorial da edição de 29 de julho chamava a atenção dos "correspondentes" contra os excessos da linguagem usada contra a reputação alheia. Daí porque deixava de divulgar muitas correspondências, das quais pouco ou nenhum proveito se poderia tirar. A liberdade de imprensa não podia ser ultrapassada pela "impetuosidade das paixões". Depois de alguns conselhos aos "escritores" inflamados, concluiu: "... nós que pensamos de outro modo; que temos em u'a mão as leis sôbre a liberdade da imprensa e na outra a lei natural, que nos manda procurar o nosso sossêgo e boa fama, estamos dispostos a que o nosso jornal não seja o veículo por onde corra a peçonha da intriga, da maledicência e da imoralidade".

A época, depois da edição de 24 de dezembro, os redatores e tipógrafos tinham cinco dias de folga, só voltando a publicação no dia 29, o que ocorria, normalmente, cada ano.

Não deixou o **Diario** de sofrer verrinas de órgãos antagonistas, como, por exemplo, o semanário **O Echo da Religião e do Império**, em 1840, a propósito da maioria de d. Pedro II, mas sem dar atenção bastante, ainda segundo Leduar de Assis Rocha (obra citada), "ao jornalzinho trêfego dêste João Batista de Sá, politiquero e fanfarão, que andara já, pelo ano de 1838, às voltas com a justiça, por delito de imprensa". Entretanto, pondo de lado objeções, fêz um "relato minucioso dos sucessos da maioria e da coroação" no Suplemento de 10 de agosto.

Em saudação ao ano nôvo, escreveu o matutino, a 2 de janeiro de 1841, pela primeira vez aludindo ao aniversário de sua fundação (embora devesse fazê-lo a 7 de novembro, a data certa): "Também o nosso jornal principia a contar o seu 16º ano de existência e, segundo cremos, marchando



sempre por aquêlo círculo que lhe há traçado a lei. A defesa da Constituição, a observância das leis, o respeito às autoridades, a verdade em narração dos fatos, a decência na sua exposição, a repulsa das Correspondências indiscretas e ilegais têm sido sempre os signos por onde tem êle dirigido sua marcha firme e imutável”.

Frisando que “a criminosa licença de escrever foi certamente a primeira víbora que a malvada discórdia lançou no casto seio da Constituição”, focalizou, a seguir, a inconseqüência de alguns “correspondentes”, e concluiu: “... o nosso jornal continuará a sua existência; pois estamos convencidos que êle, extremando o justo do injusto, conseguirá o nobre fim para que se legislou a liberdade na publicação dos pensamentos. Os virtuosos lerão, com satisfação e alegria, nas páginas dêste jornal, os seus nomes seguidos dos mais sinceros encômios; os maus, encontrando nelas a sátira feita ao vício, conhecerão que é preciso repreender-se o crime, poupando-se porém ao criminoso; enfim, as colunas do nosso jornal sempre estarão prontas a receber tudo quanto disser respeito à conveniência e bem ser dos nossos ilustres assinantes, a quem desejamos bons e felizes anos”.

No ano em referência, a partir de 9 de dezembro, a fôlha ostentou nova tipagem, apresentando impressão mais nítida. No dia 30, voltava-se o editorialista, como já vinha fazendo, contra Borges da Fonseca, que insinuara, através do **Correio do Norte**, “a fatal idéia de separação das províncias de Norte e Sul”.

“Mas — lia-se noutro tópico — quem é êste homem ousado, que surge no meio de nós com o bem extensivo desígnio de impelir os pernambucanos à revolta? É um individuozinho ali da Paraíba do Norte, outrora aqui conhecido pelo menino **Totônio Abelha**, porque escreveu ou garatujou um periódico sob êste título, em linguagem de capadócio declamador cheio de erros de sintaxe (que ainda não aprendeu capazmente) e com uma ortografia esquisita, ridícula e nojenta”. Seguiram-se mais de duas colunas de considerações em repúdio às insinuações desorganizadoras” (27).

---

(27) As insinuações a que se reportou o **Diario de Pernambuco** não implicavam em que Antonio Borges da Fonseca fizesse propaganda separatista. O artigo principal do n.º 3 do **Correio do Norte** frisava: “Somos amigos da liberdade, queremos o bem do país; mas não essa separação de que falam o **Diario** e os mais desorganizadores”. No n.º 6, de 8/12/1841: “... êsses boatos de associações para promover a separação do Norte são falsíssimos” e “partiram da perversidade dos pescadores políticos”.

A partir do segundo semestre de 1842, teve o **Diario** de enfrentar ataques do **Diario Novo**, fundado especialmente para fazer-lhe concorrência. Mas o chamado **Diario Velho** não dava muita atenção à catilinária do seu oponente e só feriu a sério o assunto na edição de 2 de janeiro de 1843, ao escrever:

“**O Diario de Pernambuco** entra no seu 18.<sup>o</sup> ano de existência a braços com mais um inimigo, dêsses que a inveja lhe tem procurado de tôdas as côres, de todos os partidos, inimigos que êle tem visto todos desaparecerem, deixando um nome ou odioso ou obscuro. **O Diario de Pernambuco**, através de todos os estorvos que a má fé lhe oponha, dos combates que a desregrada cobiça lhe ofereça, há de conservar-se em seu pôsto, há de ter sempre em mira a estabilidade do trono, a manutenção da ordem e o desenvolvimento material do país, quer os seus antagonistas se vistam da libré do absolutismo, quer se cubram dos andrajos da anarquia.

“Graças a seus benévolos subscritores, a quem desejamos em retribuição tôdas as felicidades, a existência de um competidor descortês e desleal não trouxe ao **Diario de Pernambuco** a menor falha em seus moderados interesses, sem lhe ser necessário empregar as mesmas armas com que tem sido guerreado, armas que por vis desprezamos, deixando-as a nossos contendores: muito miserável é o ente que, para viver, precisa que os outros lhe cedam a vida! Êstes, cuja nociva e mesquinha existência depende da morte dos que lhe precederam em nascimento, são criaturas daninhas, são feras que devem ser mais perseguidas do que a serpente”.

Mas, daí por diante, o velho matutino polemizou com o referido jornal, atacando-o e aos líderes liberais Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa de Melo, enquanto defendia o governo de Francisco do Rêgo Barros, barão (depois, conde) da Bôa Vista. Outra fonte de críticas ao **Diario Novo** adveio das acusações que o órgão de Luiz Inácio Ribeiro Roma fazia ao professor Antônio Maria Chaves e Melo, diretor do Colégio Santa Cruz, de quem o **Diario de Pernambuco** se tornara defensor.

Nesse ano, viu-se o “mais antigo” chamado a juízo. O caso foi o seguinte, melhor narrado por Leduar de Assis Rocha (obra citada): “...um vereador procurou, certa vez, Figueiroa, para saber a quanto montavam as despesas de publicação, no **Diario**, dos atos da Câmara Municipal. 200\$000 anuais foi o preço solicitado e aceito. Em tórno do assunto deveria ser lavrado contrato em regra. As publicações fo-

ram iniciadas, mas o contrato esquecido. Figueiroa não o exigiu, por delicadeza, da Câmara, que lhe parecia entidade idônea. Mas, vem um dia a Câmara e abre ostensivamente uma concorrência pública para a divulgação dos seus atos. Figueiroa, então, dirigiu à Câmara um ofício, “em termos fortes mas não insultantes”, expondo o caso e estranhando aquela atitude, que envolvia, sem dúvida, um lôgro à boa fé do proprietário do **Diário**. A Câmara sentiu-se melindrada e iniciou o processo que tanto deu o que falar ao **Diário Novo**. Mas, vai o juiz e absolve Figueiroa. Absolve e o caso todo, vindo para a imprensa, já não afetaria mais a êle, a quem a justiça deu ganho de causa, mas ao funcionário da Câmara que, por má fé ou desídia, provocara tôda aquela trapalhada”.

Após dois anos de ausência, voltou, mais intensa, em 1843, a colaboração semanal do **Carapuceiro** às colunas do **Diário**, desenvolvendo temas os mais diversos, a salientar: “Prêmios e castigos corporais”, “O sonho”, “O cometa”, “O que é hoje entre nós a Religião”, “Os nossos abusos no culto religioso”, “Os bibliomaníacos”, “Diálogo entre o vigário e o seu barbeiro”, “Educação das meninas”, “A ingratição”, “A avareza e a prodigalidade”, “O não sei que”, “O sistema da inércia”, “Os amantes”, “A beneficência”, “Os ricos” e “A manhã duma mulher depois duma noite de baile”. Abaixo de cada artigo vinha u’a matéria diferente, tudo constituindo o conteúdo do periódico **O Carapuceiro**, cuja circulação fôra novamente suspensa.

A 27 de abril, o colaborador Antônio Pedro de Figueiredo anunciava, em artigo, achar-se à venda o livro do escritor francês Victor Cousin (28), por êle traduzido: “Curso de História da Filosofia”. Liam-se artigos esporádicos de Antônio Inácio de Tôrres Bandeira. Nas edições de 11 e 28 de agosto, a última das quais com a respectiva gravura, ocupando quase tôda a última página, transcreveu-se do **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, a matéria “Carruagem aérea a vapor”, descrevendo “o grande navio atmosférico” inventado pelo dr. Henson, de Londres. A partir de 1.º de setembro, a fôlha passou a cobrar “3\$700 por trimestre para os srs. subscritores que a recebem pelo Correio, em consequência de serem os portes pagos adiantados”. Ainda no

---

(28) Sendo mulato e apologista das idéias de Victor Cousin, Antônio Pedro de Figueiredo tornou-se conhecido como o “Cousin fusco”.

ano de 1843, a 23 de outubro (29), iniciou a divulgação de folhetins, em rodapé, com “O braseiro”, seguindo-se-lhe outras pequenas novelas ou contos, sempre transcritos de jornais do Sul.

Manifestando-se contra a escravatura, sob o título “Os senhores e os escravos”, **Carapuceiro** feriu o assunto longamente, dizendo, em resumo: “Não há homem que possa adquirir o direito de governar a outro homem, para o fazer infeliz. Os maus tratamentos dum senhor injusto e deshumano são manifestas violências, contra as quais grita a lei da natureza e que as mesmas leis humanas deverão reprimir”. Depois, a 5 de dezembro, ocupava-se do tema “O luxo no nosso Pernambuco”: “Proporcionalmente às circunstâncias, creio que não há no mundo cidade onde o luxo tenha chegado a tão alto ponto, como em o nosso Pernambuco. Ninguém olha para as suas posses, ninguém atenta para o futuro, ninguém se importa com a sorte da sua família; o que todos querem é pompear, e ostentar de ricos e faustosos”.

Assim concluiu o artigo redacional do **Diario** de 30 de dezembro: “Nosso jornal percorreu êsse período trabalhoso, partilhando as fadigas dos defensores da ordem, sempre apoiado em um número suficiente de subscritores tão benévolo como constantes, a despeito dos botes insidiosos de adversários dominados de ambição e de ódio”.

Escreveu Lopes Gama, a 5 de julho de 1844: “Depois de diuturna interrupção (que alguns supunham completa morte), eis torna a aparecer o **Carapuceiro**. Muitas senhoras já diziam: — Ora, louvado Deus! estamos livres do maldito **Carapuceiro**, que tanto nos torquezava! Outras, porém, pôsto se arrepelassem com as carapuças, assim mesmo gostavam delas e queixavam-se da sua falta”. Não durou muito, porém, essa nova fase da colaboração do egrégio mestre, assoberbado com suas cátedras de ensino.

Enquanto isto, surgiam raros sonetos de Justiniano Antônio da Fonseca. O folhetim ocupava o rodapé de duas páginas, às vezes três. Continuavam os ataques ao **Diario Novo** e à “pandilha da praia”, em artigos também assinados por **O verdadeiro patriota, O inimigo dos assassinos e vaga-**

---

(29) Não a 2 de janeiro de 1844, como está consignado nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

**bundos dos Afogados (30), O inimigo da anarquia e outros.** Em outubro iniciava-se a seção de comentários ligeiros "Correio do Recife".

O seguinte Aviso foi publicado nas edições de 23, 24 e 30 de dezembro: "Sabem os srs. subscritores desta fôlha que, na época em que começou a sua publicação, a prata dava dois por cento sôbre o valor de 960 por cada patacão, e hoje um patacão vale mais do duplo dêsse valor, quando aliás o preço da assinatura é ainda o mesmo, senão menos, porquanto o formato desta fôlha é quase o duplo do antigo, quando a subscrição não chega a ser sôbre o primeiro de mais 60 por cento. Entretanto, tudo tem aumentado, e neste ano mesmo ainda crescerão os valores com o aumento da pauta da Alfândega e até com o impôsto de outra patente". Assim é que, sem aumentar o preço da subscrição, aumentava o dos anúncios, pagando os subscritores 20 réis por linha e os não subscritores 80 réis, como dantes. "Se o anúncio fôr em tipo maior do que o do **Diario**, pagará o duplo. As repetições serão contadas pela metade para os srs. subscritores sômente; para os demais, contar-se-ão como pela primeira vez. Os anúncios que não forem dos próprios assinantes ainda que por êles assinados, serão rejeitados. O anúncio que fôr entregue depois das 5 horas da tarde só será publicado no dia seguinte, mediante uma gratificação de 320 réis por cada dez linhas, e sendo entregue depois das Ave-Marias, a gratificação será dupla. As correspondências e outros quaisquer artigos continuarão como até hoje, isto é: quer a sua publicação, quer o seu preço, serão inteiramente arbitrários; e neste caso, ficam compreendidos

---

(30) A propósito, escreveu o periódico **O Azorrague**, em sua edição de 20/3/1846: "Foi condenado pelo júri desta cidade o responsável do célebre comunicado (publicado no **Diario de Pernambuco** de 18 de março do ano próximo passado, e assinado — **O inimigo dos assassinos e vagabundos dos Afogados**), em que foi atrocemente injuriado e caluniado o sr. capitão Firmino Teotônio da Câmara Santiago, e outras pessoas. O júri cumpriu o seu dever, fazendo recair a espada da justiça sôbre a cabeça do infame caluniador, que ousou macular a reputação de cidadãos que a prezam mais do que a própria vida, e se porventura tais exemplos se forem reproduzindo cremos que êsses infames detratores, êsses autores de libelos difamatórios, que por assim dizer mercadejam com a honra alheia, atassalhando-a de tôda maneira, por amor de um mesquinho preço, por que se vendem, hão de arrearpear carreira, e tempo virá em que a imprensa de Pernambuco não seja um momento de opróbrio e vergonha para o país".

os avisos que possam por qualquer modo ser ofensivos da honra, conceito ou bom nome de terceiro”.

1845/1854

Aumentado o formato para 54 x 33, escreveu o articulista, a 1.º de abril de 1845: “A experiência cotidiana, contra a qual é debalde lutar com esperança de vantagens, nos convenceu de que o formato do **Diário de Pernambuco** não corresponde às necessidades da imprensa em nossa província, nem satisfaz aos desejos, gostos variados e exigências dos subscritores dêste jornal. Nossos mesmos leitores terão reconhecido, muitas vêzes, que as notícias que recebemos, assim como muitos artigos do mais alto interêsse, ficam retardados por longo tempo, e vêm assim, algumas vêzes, a perder a sua maior importância. Os anúncios, cuja afluência concorre muitas vêzes para esta demora, aumentam todos os dias, e não sendo possível com êles transigir de maneira alguma, forçoso é dar-lhe lugar todos os dias. Uma grande parte dos leitores do **Diário de Pernambuco** quereria achar sempre nesta fôlha um artigo de literatura, dessa literatura que a todos leva as atenções, literatura em voga, da moda, e quase indispensável nos jornais; falamos do folhetim; e quereria, além disto, que não fôsse interrompido, ou, pelo menos, que as interrupções não fôsem longas nem freqüentes, e isto é o que o atual formato da nossa fôlha não comporta.

“Talvez diga alguém que recurso há que sem alterar o formato do jornal faria com que êle pudesse admitir muito mais matéria; isto é, mudando o tipo para menor. Mas todos sabem quanto enfada e mesmo cansa a leitura de jornais em tipo miudinho e para as pessoas a quem já falta um pouco a vista é isto um verdadeiro incômodo. Os jornais da Europa vão pouco a pouco condenando êsse tipo fatigador, e os mais aceitos são hoje publicados em tipos como os do nosso jornal em tempo ordinário.

“Outra necessidade ainda se tem sentido e as reclamações que a êste respeito nos têm sido feitas nos levam a fazer mais outra alteração. Depois que grande número de Dias Santos foram dispensados e que nestes dias se abrem as estações públicas e todos os estabelecimentos comerciais

ou de indústrias, a falta do **Diario**, que não estamos obrigados a publicar nesses dias, torna-se muito sensível e pode até ser prejudicial.

“À vista disto, desejando, quanto em nós cabe, satisfazer em tudo a todos, e considerando que dêste modo não só obviaremos, pelo que nos diz respeito, a grande dificuldade dos jornais, que não está em encher as suas colunas, mas em apresentar nelas tudo o que se quer e tudo o que nêles deve aparecer, como também evitaremos o grave embaraço de uma escolha de matérias, na parte em que pode interessar o público, isto é, daquelas que convém publicar imediatamente, demorar, ou rejeitar, temos deliberado aumentar a capacidade material do **Diario de Pernambuco**, elevando ao formato do **Jornal do Commercio**, conservando contudo a mesma grandeza de tipo, e publicá-lo também nos **Dias Santos** dispensados, mediante a subscrição de 4\$000 por trimestre, o que tem princípio desde hoje”.

Assumindo Manuel de Sousa Teixeira (depois, barão de Beberibe) a presidência da província, o **Diario** veio a perder, em junho de 1845, o prestígio oficial (31), situação que perdurou sob a administração do liberal baiano Antônio Pinto Chichorro da Gama, quando sofreu coações e perseguições, suportando, ainda, a crítica constante do **Diario Novo**, feito órgão do govêrno. Durou quase três anos essa fase de ostracismo.

Substancioso editorial inseriu o matutino a 2 de janeiro de 1846, no qual, após as primeiras considerações, frisou:

“Triste, bem triste se abre o círculo de 1846. O espírito do país, ainda magoado com a vergonhosa esterilidade da Câmara eletiva no ano que acaba de passar, e espectador atônito do insólito e atrevido bill com que o govêrno inglês nos pretende roubar fazenda e vida política, vê desaparecer d'ante seus olhos êsse ano de trevas e desabrochar-se o que hoje começa por entre receios e apreensões fatais. Sairemos nós do estado de opróbrio em que nos achamos, e daremos alguns passos acertados no caminho do progresso, para o qual naturalmente tendemos? Suscitar-se-á alguma grande questão social no ano de 1846, que deixe de uma vez resolvidos para o país os mais importantes pontos da teoria de

---

(31) Pouco antes, a sessão de 27 de maio, da Câmara Municipal do Recife, tinha aprovado um contrato com M. Figueiroa de Faria, para “a publicação, no **Diario de Pernambuco**, das atas, editais e anúncios da mesma Câmara, pela quantia de 150\$000 mensais”.

governar de acôrdo com os destinos da humanidade e com as condições políticas que se dão na única monarquia do Nôvo Mundo?”.

Aludiu às deficiências do govêrno imperial e aos homens ignorantes e hipócritas que exerceram o Parlamento, acen-tuando: “**O Diario de Pernambuco** deixa atrás de si 21 anos de esforços, de lutas denodadas contra inimigos domésticos e estranhos, e de sacrifícios de todo o gênero, para defender a causa da ordem e advogar os interêsses da indústriã. É êste o 22º ano da sua porfiada publicação; e, se lança os olhos temerosos para a longa carreira que tem percorrido, nada aí acha pelo caminho que o envergonhe e o acobarde. Assim, continuará êle firme no mesmo propósito, e com a mesma coragem com que até hoje vem desenvolvendo a unidade social e política por todos os meios que a imprensa põe ao seu alcance, e levando os benefícios da ciência a tôdas as classes produtoras do país”.

O **Diario** começou a dar algumas edições de seis páginas nesse ano de 1846. Era então encarregado de “tomar os trabalhos da Assembléia Provincial” o taquígrafo Luís Antônio de Mesquita Falcão. No ano seguinte, o redator Pereira do Rêgo era substituído por Antônio Pedro de Figueiredo, que figurou ao lado de Floriano Correia de Brito e Filipe Néri Colaço.

Na edição de 21 de junho de 1847, a nota a seguir abria a seção “Avisos diversos”: “O grande atraso de pagamento da parte de alguns srs. assinantes dêste **Diario** é sobretudo estranhável e obriga o proprietário dêle a advertir-lhes que a emprêsa de um jornal não é feita para acumular capitais nas mãos dos respectivos subscritores, a alguns dos quais parece que não é nada conservarem em si o valor de 2, 3 e mais quartéis, não se lembrando que outros fazem o mesmo, e que assim existe a receber um capital avultado. Não é tão excessiva a subscrição de uma gazeta, que se a não possa pagar com prontidão; e quem o não quer fazer melhor é que dêixe de ser subscritor”.

Mas os assinantes continuavam relapsos e, nos últimos dias de dezembro, lia-se: “... semelhante atraso continua quase na mesma escala, com grave prejuízo do referido empresário, que tem de fazer despesas cotidianas e infalíveis”. Em conclusão: “Êle, pois, espera que dora em diante não continue essa prática tão abusiva quanto prejudicial aos seus interêsses, e que os preditos senhores subscritores se



decidam a pôr-se em dia no indicado pagamento, como rigorosamente lhes cumpre”.

No editorial de 3 de janeiro de 1848, o **Diario de Pernambuco** saudou o ano nôvo: “Possas tu trazer-nos dias mais felizes do que êsses que passaram!...” Substanciais considerações foram expendidas acêrca da situação do país, quando persistia o sistema, “anti-social e retrógrado, de desacreditar e destruir tudo quanto provém do adversário, embora aí se enxerguem utilidades reconhecidas”.

A certa altura, frisou o articulista: “Que é muito crítica a nossa situação, ninguém o contestará de boa fé; o comércio como se estagna, a agricultura quase que se conserva no mesmo pé em que a deixaram os nossos maiores; as finanças caminham passo a passo para êsse estado medonho que muito se assemelha ao falimento; a instrução pública clama altamente por uma reforma capaz de avizinhá-la do ponto em que a possuem os países civilizados da Europa; o direito de propriedade territorial é pèssimamente regulado; o trabalho espera por medidas capazes de porem a salvo dos assaltos da sórdida avareza a numerosa e mísera classe dos operários; o pauperismo nos ameaça com tôdas as suas conseqüências terríveis”.

Findou o longo artigo com uma exposição da linha de conduta que manteria o matutino, no decorrer do ano então iniciado, expressa no seguinte tópico:

“Não nos ligaremos a nenhuma das parcialidades que aí se debatem: continuaremos a tomar por norte a justiça, sem nos importarmos com as individualidades; afanar-nos-emos por cumprir com os deveres de escritor que, colaborando para uma gazeta que, como esta, não tem por fim sustentar um partido, jamais se vê forçado a justificar atos contra os quais a sua consciência se pronuncia”.

A 1 dê maio do mesmo ano, o **Diario** manifestou grande satisfação pelo fato de o nôvo presidente da província, padre dr. Vicente Pires da Mota, vindo de São Paulo como substituto de Chichorro da Gama, haver atendido à representação que fizera a S. Ex<sup>a</sup>, no sentido de “publicar”, gratuitamente, o expediente do govêrno”. E aduziu, em nota destacada:

“O **Diario de Pernambuco** era merecedor da graça que S. Ex<sup>a</sup> acaba de proporcionar-lhe: — há vinte e tantos anos que inseria, em suas páginas, os atos do govêrno provincial, sem que por isso percebesse o mínimo estipêndio, e sem que em tempo algum o exigisse”; é, sem contradição, o jornal

mais lido da província, pois que conta maior número de assinantes do que qualquer dos outros, e por isso muito concorrerá para que sejam ainda mais conhecidas a retidão e imparcialidade de S. Ex<sup>a</sup>.

“Qualquer que fôsse, enfim, o indivíduo que ocupasse a cadeira presidencial, a redação dêste periódico nunca o atacou por si mesma; porque, firme nos seus princípios de ordem, e convencida de que esta periga logo que a autoridade pública perde a força moral, sempre entendeu que jamais devera cooperar para que se desse semelhante perda”.

Estava em curso, no decorrer de 1848, forte luta política entre conservadores e liberais, com a preparação subterrânea da rebelião praieira, defendendo-se o **Diario** da acusação de açular elementos portugueses contra os nacionais.

Ao “mata-mata marinheiro” de 26 e 27 de junho deu a fôlha grande destaque, relatando os acontecimentos, comentando-os e condenando (edição de 29) os “cabecilhas sáfáros e sórdidos”, açulados “por alguns entes degenerados e egoístas que, esquecidos dos preceitos da santa religião que professamos, ousam concitar seus concidadãos a cobrirem de opróbrio a pátria dos Vieiras, Henriques Dias e Camarões, cometendo atos de carnificina sòmente próprios dos bárbaros habitantes dos áridos sertões da África...”.

Noutro artigo, na mesma data, aconselhou os pernambucanos a respeitarem a lei, afirmando: “... não há êsse pretendido rancor dos portugueses contra vós; os fatos demonstram o contrário”. E, dirigindo-se aos portugueses: “Confiai no govêrno e no bom senso da parte sã da população; não vos intrometais nas nossas questões políticas e sêde tranqüilos”.

A época, o dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho iniciava longa polêmica com **O alopata**, também colaborador do **Diario**, em artigos sob o título “Propaganda homeopática”, depois ajudado por A. A., que escrevia “O que é a homeopatia”, e, no fim, pelo médico português João Vicente Martins, que defendeu igualmente os princípios curativos do sistema.

Sucederam-se, nesse ano, vários presidentes da província, a saber: tomou posse, em junho, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira; em setembro, Antônio da Costa Pinto; a 17 de outubro, Herculano Ferreira Pena, e, a 25 de dezembro, Manuel Vieira Tosta, sendo os dois penúltimos mineiros e baiano o último, a todos emprestando o **Diario de Pernambuco** seu apoio de órgão oficial.

A 3 de outubro divulgava-se longo poema de Antônio

Rangel de Tôrres Bandeira, em homenagem à memória de Francisco Pais Barreto, morgado do Cabo, marquês do Recife e armeiro-mor do Imperador, que falecera a 26 de setembro.

Foi sob o govêrno de Herculano Pena que começou, a 7 de novembro, a Revolução Praieira. No dia 11, o **Diário de Pernambuco** aludiu a uma "parcialidade" que conspirava contra o govêrno; que tentava "subverter a ordem pública", que pretendia "renovar as cenas sanguinolentas de outras eras". Já se espalhava — dizia — "o susto e o terror" em Olinda, Paudalho e Nazaré-da-Mata; derramaram-se, em Rio Doce, "algumas gotas do precioso sangue pernambucano". Dois dias após, frisava o articulista: "Já se previa que o partido decaído recorreria à resistência armada quando se visse na dolorosa contingência de largar as posições oficiais".

Defendendo a atitude do govêrno, ao mesmo tempo que atacava os jornais oposicionistas, principalmente o **Diário Novo**, o velho órgão afirmou, a 24, que a oposição era só "falsidades, calúnias, aleivosias e intrigas pequeninas".

O **Diário Velho** fêz a melhor cobertura possível do movimento rebelde, que durou cêrca de quatro meses, com noticiário minucioso das diversas frentes de combate, divulgando também extensos poemas de exaltação, tais como: a 1.º de março de 1849, de J. Ferreira Vilela, "aos bravos pernambucanos que lutaram a 2 de fevereiro" (combate em que tomou Nunes Machado); a 31 de março, de A. R. de Tôrres Bandeira, em homenagem ao presidente Manuel Tosta, e, a 17 de abril, de J. B. da Silva, sob o título "A revolta de 1849".

Voltando Pernambuco à normalidade, continuou o matutino sua vida rotineira, como órgão oficial da Presidência da Província (32), defendendo a política conservadora. Ao iniciar-se 1850, ocorreu nova modificação no cabeçalho, passando a faixa de informações úteis e expediente a figurar sobre o título, tendo ao centro o emblema imperial. A tabela de assinaturas era a seguinte: ano — 15\$000; semestre — 8\$000; trimestre — 4\$000. Mantinha-se inalterada a matéria editorial, sem atração literária. Na parte noticiosa, teve boa cobertura a inauguração, ocorrida a 18 de maio, do Teatro Santa Isabel.

---

(32) Na sessão de 3 de setembro de 1849, da Câmara Municipal do Recife, assinava-se contrato para a publicação de suas "atas e mais trabalhos" no **Diário de Pernambuco**.

Em novembro, Lopes Gama, com o próprio nome, divulgou Correspondência em que condenava o método de cura pela homeopatia, incrementado por João Vicente, médico português que para isto editara o bissemanário **O Médico do Povo em Pernambuco** (Ver vol. IV: “Periódicos do Recife — 1821/1850”), chamando a debate aquêle jornalista.

No dia 11 do referido mês, encabeçava a seção “Avisos diversos” a nota a seguir: “Floriano Correia de Brito declara ao público que desde o dia 5 do corrente deixou de ter parte na redação dêste **Diário**”. Assumiu o cargo de redator-chefe Braz Florentino Henriques de Sousa, para nêle permanecer até 1855.

“... o **Diário de Pernambuco** — lia-se a 2 de janeiro de 1851 — tem sempre lutado com dificuldades sem número, que teriam desanimado a qualquer outro que, como o seu proprietário, se não tivesse compenetrado da grande necessidade de sustentar a imprensa como um dos mais poderosos elementos de civilização. Não é certamente necessário ter muita ciência ou muita penetração para conhecer todos os obstáculos que se opõem à marcha do jornalista em um país nôvo como o nosso, onde o amor das letras principia apenas a manifestar-se em um ou outro espírito.

“Quantos cuidados, e quanta vigilância não são necessários ao empresário que toma sob sua direção a publicação de uma gazeta diária e de grande formato em uma terra onde só a muito custo se pode obter aquilo que em outros países consegue o jornalista pronto, e até gratuitamente? Quantos desgostos mesmo lhe não fazem sofrer a intolerância que domina em todos os ramos da vida, e que por tudo se exacerba, e as suscetibilidades mal entendidas e derrisórias dos que por qualquer coisa se ofendem?

“Bem poucos dos que recebem uma gazeta pronta na publicação de tôdas as notícias, quer do país, quer estrangeiras, e regular em sua distribuição, podem avaliar as fadigas e vigílias por que passam os que nela colaboram. Não queremos, porém, com o que fica dito, exagerar o nosso trabalho, nem dar-lhe mais importância do que êle pode merecer aos olhos das pessoas entendidas; queremos, sim, fazer sentir aos nossos subscritores que a nossa constância tem sobejamente correspondido à sua coadjuvação patriótica e que a firmeza do nosso ânimo tem arrostado o que outros não têm podido vencer; pelo que de oito companheiros de publicação diária que temos tido, nem um só se tem podido

conservar e todos não abandonado a carreira, sendo que ainda há pouco, segundo nos consta, suspendeu a sua publicação o que por último apareceu.

“Nós lamentamos, sinceramente, tôdas as causas do desânimo que têm feito desaparecer da arena êsses atletas e fazemos votos para que elas cessem de todo em nossa província”.

Nôvo aumento de formato teve o **Diario** a 1 de julho do referido ano, adotando seis colunas, com a altitude de 63 cm. Em nota de abertura da primeira página, sob o título “Aos senhores assinantes”, justificava a redação o aumento do formato sem aumento da tabela de assinaturas, “apenas com a diferença de ficarem sujeitos a um acréscimo de mais 500 réis por trimestre aquêles srs. assinantes que deixarem de fazer pronto o seu pagamento dentro de 15 dias contados do comêço do quartel; acréscimo êsse que é justificado pelo trabalho que dá o recebimento de quantias diminutas e por muitas vêzes reclamadas, como não é raro acontecer e do qual se podem livrar efetuando o pagamento dentro daquele prazo, o que aliás se não pode reputar oneroso, atenta à modicidade da quantia.

“O mesmo proprietário julga conveniente advertir, ainda por esta vez, que a vantagem dos srs. assinantes na inserção dos seus anúncios pelo preço de 20 réis cada linha na primeira publicação e de 10 réis nas outras, não pode de maneira alguma abranger os de terceiros, e que por conseguinte só pode ser reputado de assinante o anúncio que direta e evidentemente lhe pertencer”.

No editorial da segunda página, ainda a respeito da necessidade de melhorar o formato do **Diario**, frisou o articulista que, depois de um ano de continuadas diligências, pôde o proprietário da emprêsa receber, “de Paris, uma mecânica fabricada de encomenda pelo mr. Normand, o melhor autor de prelos naquela cidade, e com a qual se acha a sua oficina suficientemente provida, não só para dar o **Diario**, como o pedem as necessidades presentes, mas ainda em formato superior, quando elas assim o reclamarem. Desta arte, serão os srs. subscritores, de hoje em diante, servidos com prontidão, nas suas publicações, quer de interêsse público, quer particular.

“Vai, pois, o **Diario de Pernambuco** encetar com o presente número uma carreira nova, não tendo, ao menos

quanto ao material, coisa alguma a invejar aos melhores jornais da Côrte”.

Na edição de 2 de janeiro de 1852, o **Diario** divulgou as bases da criação de “correios para todos os pontos do interior da província, os quais por sua população tornam-se importantes e dignos de participarem dos benefícios da imprensa periódica”.

“Nestas vistas, pois, estabeleceremos correios para qualquer cidade, vila ou povoação do interior que nos der um número de subscritores suficientes para ocorrer a essa despesa, sem exigirmos, todavia, aumento de paga, oferecendo para a realização de um tal fim a seguinte base: A cidade, vila ou povoação que nos der 50 assinantes, e cuja distância não exceder de 20 léguas, terá um correio semanal, e dando 90, tê-lo-á duas vêzes por semana; a que exceder de 20 a 40 léguas, e der 80 assinantes, terá igualmente um por semana e dando 150 terá dois. Estes correios, além dos **Diários**, conduzirão as correspondências dos subscritores gratuitamente.

“Como quer que esta medida exija agentes nos diferentes lugares do destino dos correios, nós aceitaremos as propostas, que a êsse respeito nos quiserem fazer quaisquer de seus habitantes, mediante a retribuição que convencionarmos”. Já havia agentes nas Alagoas e da Paraíba ao Pará.

Lia-se, na edição de 31 de março: “Como hoje termina o quartel, os senhores assinantes que ainda o não pagaram, queiram mandar satisfazer à razão de 4\$500, como está marcado, e não 4\$000, como alguns entendem fazê-lo, sem para isso terem direito. Quando se assina um periódico, deve-se olhar para as condições da subscrição, e se não convém não se abre assinatura; mas, não é depois do tempo vencido que se quer obrigar a receber por menos do que o preço do contrato”.

No mês de maio, o **Diario** repelia outro diário, **A Imprensa**, que, através da pena de Nascimento Feitosa, reacendera velha campanha, das fôlhas liberais, contra o monopólio, pelos portugueses, do comércio a retalho. O editorialista considerava injusta a nacionalização pretendida pelo órgão oposicionista, uma vez que, segundo a Constituição do Império, “nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio” podia ser proibido, a não ser que fôsse de encontro

“aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos” (33).

A 12 de agosto, Antônio Pedro de Figueiredo veio a escrever longo artigo em defesa do socialismo, cujo ideal dizia ser “a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade”, batendo-se contra as idéias, em contrário, do jurista Pedro Autran, expendidas através do bissemanário **A União**. Aberta, assim, expressiva polêmica, não consentiu a emprêsa do **Diário** fôsse publicado o segundo artigo do “Cousin fusco”, que o fêz inserir n’**A Imprensa**, a 6 de setembro. E parou aí.

Nova e interessante matéria foi introduzida na edição das segundas-feiras — o “Retrospecto semanal”, constituído de comentários sôbre os acontecimentos dos sete dias anteriores, redigido (sem assinatura) por A. P. de Figueiredo. Divulgavam-se, de raro em raro, poesias de Manuel Rodrigues do Passo e de Antônio Emilio Zaluar, emérito jornalista e poeta português, naturalizado brasileiro. Cêrca de duas páginas eram dedicadas a anúncios e outras matérias pagas.

Ao iniciar-se 1854, o conceituado órgão cresceu, novamente, de formato, passando ao fólio-máximo (72 x 55), de sete colunas. Intensificaram-se as correspondências do Exterior, dos outros Estados e dos municípios pernambucanos, bem como as transcrições, mantendo-se dividida em seis colunas a faixa de informações úteis e, no meio, o emblema imperial, sem sofrer alteração igualmente, o ponto final do título (**Diário de Pernambuco**).

1855/1864

Tal era a importância econômica da emprêsa, que figurou no capítulo “Estabelecimentos fabris e industriais” do Relatório apresentado, a 1.º de março de 1855, à Assembléia

---

(33) Os artigos dessa campanha foram, em 1854, reunidos num opúsculo, pelo seu autor, que não era outro senão o redator Braz Florentino Henriques de Sousa, sob o título “O comércio a retalho ou a apreciação dos argumentos invocados em favor do exclusivo dêsse ramo de comércio para os brasileiros”.

Legislativa Provincial, pelo presidente José Bento da Cunha e Figueiredo (34).

Leduar de Assis Rocha (obra citada) fêz simpática referência ao “mérito de Figueiroa na feitura do seu jornal”, que “ia ao ponto de manter o título “Erratas”, em que eram consignadas, no número do dia, as incorreções verificadas nos trabalhos do número anterior”. E adiantou:

“Com a reforma, também das seções de anúncios, marcando o aparecimento dos primeiros bons clichês, iniciaram-se as publicações de convites para enterros, para missas, para cerimônias fúnebres nas igrejas, independentemente das cartas de convite que as famílias remetiam, para tal fim, aos amigos e parentes, e o próprio **Diario** dava os esboços da sua futura coluna social, inserindo, ainda que raramente, pequenos necrológicos, notas de viagem, concessões de comendas e títulos honoríficos àquelas pessoas de maior destaque na vida política ou social da província. Não havendo uma coluna apropriada para reclamações, os “Avisos Diversos” continuavam a ser a grande tribuna popular do periódico de Figueiroa. Nêles extravasavam os pernambucanos os seus desprazeres, as suas dores, os seus sofrimentos; nêles apontavam-se erros, propunham-se reformas, ressaltavam-se inconveniências; nêles tudo se pedia, tudo se reclamava, tudo vinha à baila com seriedade ou ridículo; a êles recorriam os que eram roubados, os que eram iludidos, os que tinham interêsses a cumprir ou a tratar”.

Ainda o autor de “Figueiroa do **Diario**”: “Anti-escravagista 34 anos antes da lei áurea de 88, o **Diario** já falava, em 54, no “odioso e fatal regime da escravatura”, na extinção do tráfico, na troca dêste por um racional e humano sistema de colonização de negros e não se temia de aludir, em pleno regime escravocrata do Império, à “abolição”, taxando-a de “grande providência”. São bem típicas estas palavras iniciais de um longo artigo sôbre a questão do tráfego de negros para o Brasil:

---

(34) Foi a seguinte a informação oficial: “Tipografia do **Diario de Pernambuco**, propriedade do cidadão Manuel Figueiroa de Faria; tem hoje montada uma grande mecânica que imprime o **Diario**, e é igual à que imprime a **Ilustração Francesa**: possui, além disso, outra máquina, e seis prelos de ferro, que imprimem diversas obras menores; conta a oficina 150 pares de caixetas de tipos; ocupa diàriamente 72 pessoas, das quais só três são estrangeiras: vencem de 100\$000 a 1:500\$000”.



“A imprensa do Brasil, tôda preocupada de uma extremidade a outra do país com enfadonhas e estéreis discussões políticas, só uma vez ou outra interrompe o eco monótono que as paixões a fazem propagar, para falar de repressão ao tráfico, de colonização e de abolição da escravidão. E entretanto a civilização do Brasil geme opressa sob o jugo ignominioso e esmagador do mais funesto regime econômico. Vamos pela nossa parte prolongar o eco saudável da interrupção; vamos conduzir a nossa pequena pedra para o edifício do nosso futuro engrandecimento...”

O **Diario** combateu “a imoralidade de enlaces matrimoniais entre indivíduos mal saídos dos cueiros, por simples interesse de família ou incúria dos respectivos pais”, que eram chamados “casamentos da moda”.

Na primeira edição de 1856, datada de 2 de janeiro, além de substancioso editorial, no local competente, de análise retrospectiva dos acontecimentos nacionais e internacionais, a nota a seguir: “O editor-proprietário do **Diario de Pernambuco** continuará, no ano de 1856, a não se poupar a sacrifícios de espécie alguma para satisfazer os seus numerosos subscritores com a rapidez e variedade de notícias interessantes, como até aqui há feito, e até com os melhoramentos materiais que lhe fôr possível. As condições para a subscrição no corrente ano são as mesmas que no passado”.

Dias depois: “O Correio do **Diario** para Nazaré, tocando em Paudalho — Hoje, pelas oito horas da manhã, infalivelmente, fechar-se-á a mala do nosso correio para as referidas vilas, podendo os nossos assinantes, que tiverem cartas para aquêles lugares, mandá-las até um quarto d’hora antes, que o proprietário do **Diario** se responsabiliza pela entrega. Nas semanas futuras o referido correio partirá invariavelmente nas segundas e quintas-feiras ao meio dia”.

Irrompendo, em fevereiro, a epidemia do cólera no Recife, assim se expressou, a respeito, Leduar de Assis Rocha, na sua mencionada obra:

“Era pelo **Diario** que o govêrno ensinava a população a defender-se. Era através do **Diario** que ela recebia os conselhos dos higienistas, as sugestões dos práticos, as notícias da marcha apocalíptica do flagelo”; “era pelo **Diario** que se veiculavam as propriedades preventivas e curativas, na cólera, do alho, do enxofre, do vinagre e, sobretudo, do limão, que teve prosélitos e endeusadores, leigos e **mitrados**, de norte a sul do Império; era pelo **Diario** que a cidade tôda — todos

os dias — tinha conhecimento nominal das vítimas da véspera; era pelo **Diario** que se tinha conhecimento das desinfecções em massa realizadas pela Prefeitura, do adiantamento dos trabalhos de abertura da Assembléia, do fechamento de aulas e cursos, do número de enfermos recolhidos nos hospitais da cidade”, nas enfermarias de emergência, etc. “E Figueiroa, numa dobadoura, a buscar aqui e ali homens que fôsem, nas suas oficinas, substituir aos que desertavam por fôrça do grande mal”.

Escreveu a redação, a 8 de março: “A publicação de um jornal diário no formato do nosso, em um tempo epidêmico como o atual, e numa terra em que os empregados de tipografias são unicamente os precisos, pode-se reputar coisa milagrosa, pois que não há dia no qual não se dêem faltas, já em consequência de serem pessoalmente atacados, já por causa de terem indivíduos de suas famílias doentes. À vista, pois, destes motivos, ainda não é possível dar **Diario** amanhã, domingo” (35).

“Durante todo êste período de angústia e de luto — acentuou Leduar — Figueiroa realizou o milagre, e só esta edição dos domingos (edição simples de letras e de modas) (36) foi suprimida”.

No mês de abril o jornal admitiu a divulgação de dois artigos assinados pelo General Abreu e Lima, contra o redator-chefe d'**O Liberal Pernambucano**, Nascimento Feitosa. Passados alguns dias — explicava uma nota, a 3 de maio — “os artigos foram chamados a juízo”; Figueiroa mandou pedir ao respectivo autor “uma declaração em que se responsabilizasse” pelo que escrevera, a fim “de levá-la ao competente tribunal. Entretanto, a isto se negou o mesmo Abreu”. No dia aprazado, o proprietário do **Diario** apresentou-se ao juiz, mostrando-lhe “os autógrafos, reconhecidos por tabelião público, e fêz a declaração expressa de que eram de letra e sinal do sr. general”. Outra nota a respeito, no dia 13, historiando o fato, frisava que o General Abreu e Lima, em bilhetes dirigi-

---

(35) O **Diario** não circulava, então, aos domingos; só em edições extraordinárias, que não passaram de três, datadas de 10, 17 e 24 de fevereiro de 1856, as duas últimas com apenas duas páginas, de matéria escolhida. Mesmo após a normalidade do serviço tipográfico, não voltou a edição extra.

(36) De letras, sim; de modas, não.

dos a Figueiroa, manifestara que pretendia “arranjar” um responsável que não êle. Na audiência seguinte, o juiz dera-o como “não responsável”. Como era de lei, a responsabilidade recaía sobre o diretor-proprietário do órgão. Mas o autor da ação, “com bastante dignidade”, recusou o direito que lhe cabia de continuá-la contra Manuel Figueiroa de Faria.

Entre o segundo semestre de 1856 e o primeiro de 1857, o então redator-chefe Filipe Néri Colaço, usando como assinatura um simples Y, travou árdua polêmica com Nascimento Feitosa, d'**O Liberal Pernambucano**, em tórno do tema Liberdade de Deus, de extraordinária repercussão.

Anunciando, 2 de janeiro de 1857, entrar no 33.º aniversário seguindo a mesma estrada, escreveu a redação: “Pôsto que a parte financeira tenha sofrido uma alteração em consequência do aumento de salário pedido pelos empregados da composição, e aceito pelo proprietário, contudo o preço da subscrição continuará a ser de 4\$000 por quartel e de 15\$000 por ano, pagos adiantados; mas os preços das inserções serão arbitrários, ficando sempre entendido que os subscritores pagarão pelos seus anúncios metade do que pagarem os não assinantes”. E adiantou: “A empresa não tem por fim tirar lucros exorbitantes; contenta-se com um ganho moderado, e ambiciona sobretudo proporcionar aos leitores um jornal por preço tal que possa chegar ao alcance de todos”.

Nas mesma edição, declarava o aditorialista que **O Liberal Pernambucano** não fazia outra coisa senão atacar a administração de José Bento da Cunha e Figueiredo e o **Diario de Pernambuco**, acrescentando: “Desde 17 de novembro, apenas se publicou um número do **Liberal** em que ao Exm.º presidente não fôsem lançadas as acusações de “sanguinário, desleal, hipócrita, caráter talhado para a perfídia, bêbado, retrógrado, africanista, instrumento do Marquês de Olinda e de seu primo, conselheiro Eusébio de Queiroz”.

Intensificava-se, assim, antiga rusga entre os dois diários, tendo o “mais antigo”, de feição conservadora, embora declarado neutro, admitido, no ataque a Nascimento Feitosa, artigos do republicano Antônio Borges da Fonseca, do liberal ortodoxo Jerônimo Vilela (37) e de um terceiro, que usava o pseudônimo **Liberal Genuino**.

---

(37) Não confundir com o outro Vilela, de igual assinatura, ambos jornalistas, referido páginas atrás. Aquêle era o médico baiano Jerônimo Vilela Tavares, radicado no Recife, pai do mencionado nesta

Enquanto isto, era o **Diario** chamado a juízo, por motivo de injúrias que teria assacado, na edição de 2 de janeiro de 1857, contra o médico Joaquim de Aquino Fonseca, que escrevia, n' **O Liberal Pernambucano**, sôbre a epidemia do cólera morbus. O processo, distribuído à 1.<sup>a</sup> Vara, não teve prosseguimento.

Dois colaboradores especiais — Aprígio Guimarães e Francisco Manuel Raposo de Almeida — escreviam sôbre Jurisprudência e História, respectivamente.

Consoante Alfredo de Carvalho (“Anais”), o **Diario** “emulava, então, em tamanho, variedade de conteúdo e número de leitores, com os grandes cotidianos da capital do Império; com uma tiragem de quatro mil exemplares, já em 1856 era, sem metáfora, o órgão genuíno de todo o Norte brasileiro, circulando profusamente, de Alagoas ao Amazonas, onde não ocorria uma contenda política nem uma controvérsia judiciária que se não viesse debater nas suas colunas; condecorava-lhe semanalmente o rodapé, com primorosos folhetins, cuja verve, erudição e amenidade invejam hodiernos cronistas, o formoso espírito de Antônio Pedro de Figueiredo, sob o pseudônimo de **Abdalah-el-Kratif**”.

Os mencionados folhetins, sob o título “A Carteira”, que vinham sendo publicados desde a edição de 24 de setembro de 1855 (38), às segundas-feiras, marcam, realmente, uma época de primazia intelectual para o matutino (39), a par do “Retrospecto semanal”, a que se juntaria, em junho de 1857,

---

página, de nome completo Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que foi professor de Direito, advogado, parlamentar e um dos líderes da Rebelião Praieira.

(38) Enganou-se o historiador Alfredo de Carvalho, ao registrar que o folhetim “A Carteira” alcançou o período 1848/1858. Já antes errara A.V.A. Sacramento Blake (“Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, edição de 1883, págs. 276/277), que registrou “de 1848 a 1859”, chegando a acrescentar: “O primeiro escrito com este título saiu a 24 de setembro daquele ano, e o último da redação de Figueiredo a 15 de novembro de 1858” (?). Ver-se-á, adiante, que a última crônica de Figueiredo tem a data de 15.8.1859, continuando Tôrres Bandeira com a seção até 1860.

(39) Em meio à sua magnífica crônica de apresentação, **Abdalah-el-Kratif** teceu verdadeiro hino a “êste pequenino canto do globo, que Veneza nos inveja e que os nossos pais chamaram Pernambuco”, acrescentando:

“É sôbre êste solo abençoado que vivemos, é sôbre êste solo abençoado que queremos morrer. E por que iríamos procurar em outras

a “Página Avulsa” (40), com o sub-título “Bom Dia!” e a assinatura **Até amanhã** (quando era sábado, assinava: **Até depois de amanhã**), constituída de notas ligeiras, breves comentários sôbre fatos da cidade, seção que saía diariamente

---

paragens as inspirações de nossa alma, os cânticos do nosso amor, os ecos da nossa poesia? Dualidade santa: — amor e poesia. Não vives tu, tôda inteira, entre nós?

Onde, melhor do que aqui, se pode sonhar o amor sob o fogo dos formosos olhos prêtos das nossas queridas irmãs? Onde encontrar um esmalte mais alvo do que nesses dentes de opala que fazem empalidecer a pérola? Um coral mais puro do que sôbre êsses lábios onde habitam as graças?

E essas longas tranças mais brilhantes e mais negras do que a asa do corvo, de que uma rainha se ufanaria para seu manto de côrte? E êsse garbo volutuoso, e essa beleza rafaélica, beleza tropical incompreensível, desconhecida, que nenhum pincel pode traduzir, e que a própria Europa não suspeitou sob as côres de Van Dick e de Creuze?

Onde, melhor do que aqui, se pode sonhar a terna poesia; onde bebê-la em mais longos tragos, numa taça mais vasta?

Céu, firmamento, clima, sol, belas noites, luz radiante, tudo, até a própria tempestade e o relâmpago nas nuvens, tudo fala, tudo murmura essa língua divina ao espírito deslumbrado.

Belo céu da nossa pátria! Como a minha alma absorta te contempla e te adora! Onde se te pode encontrar mais formoso, mais puro e mais esplêndido? E que me importam a mim êsses cânticos da Itália, e o azul tão gabado das ondas do Adriático?! Os seus belos dias são menos belos que as nossas noites mais sombrias.

Belas noites estreladas em que contemplo os mundos suspensos no espaço, como outros tantos zéfiros escapos das mãos de Deus! E que me importam a mim as maravilhas da velha Europa, o seu vapor e o seu gás, os seus monumentos e a sua grandeza, os seus arsenais e os seus canhões! Tebas, Atenas, Roma, Esparta, Cartago! Plêiade de um firmamento extinto, viverás tu a meus olhos a mais pequena das estrêlas cintilantes no meu céu adorado! Tu és o passado, quase a morte, uma recordação! Para mim, debaixo desta abóbada pura, que brilha e me alumia, que me envia os seus cultivos — poéticas revelações — Deus me aponta com o dedo o horizonte crescente do império de Santa Cruz. Eu vivo, tenho o presente, tenho o futuro.

Belo clima, em que o menino dorme e brinca sob a tua brisa embaçada, em que a fria velhice tem sempre um sol, em que as geadas têm grato alento, em que o inverno é radiante e florido, em que a onda que murmura repete um cântico de amor. Por que não amá-lo, para que procurar ao longe essas doçuras inefáveis, que só se encontram aqui?).

(40) Da “Página Avulsa” de 24 de novembro constou a seguinte e curiosa nota: “**É muito badalar** — A torre da Igreja da Santa Cruz, na madrugada do dia 22 do corrente, anunciou a missa com 288 badaladas de sino; arre, que é muito badalar; e então não querem que se fale; pois falaremos e tornaremos a falar, até que, ou os badalos dos sinos caíam, ou a tinta seque nos bicos da nossa pena”. Era a segunda vez que o **Diário** reclamava contra o abuso dos sinos.

(41), a cargo do padre Francisco Peixoto Duarte. Vieram, depois, as “Cartas da Côrte”, de Lúcio Luna.

A 9, 10 e 11 de novembro de 1857, abrindo a primeira página, voltava a mofina: “Não sendo bastante a pouca consideração que alguns senhores assinantes dêste **Diario** têm para com o pagamento do importe de suas assinaturas, demorando-se por forma tal que impossível se torna equiparar a despesa com a receita, acresce que, presentemente, aproveitando-se da imensa dificuldade que há de obterem-se trocos miudos, apresentam aos nossos cobradores cédulas de muito maior valor para o pagamento da subscrição exigindo trôco três ou quatro vêzes maior, de modo que para receber-se cem assinaturas é preciso dar-se um valor quádruplo, ou ao menos cédulas de 1\$000, que gozam atualmente do prêmio de cinco por cento. Semelhante procedimento não era de esperar de pessoas que subscrevem êste **Diario** de sua espontânea vontade, e sem que para isso fôsem rogadas, tanto mais quanto o diminuto preço da subscrição (o mais barato de todos os jornais conhecidos), em relação ao seu formato e matérias, não admite aumento de despesa sem acréscimo de lucros; portanto, espera o proprietário desta emprêsa que os mesmos senhores atendam ao exposto, e dignem-se mandar satisfazer suas assinaturas, que, sendo diminutas para cada um, tornam-se avultadas para nós”.

Em despedida do ano, a 31 de dezembro, lia-se: “Hoje termina o ano de 1857 da era cristã, e hoje completa igualmente o **Diario de Pernambuco** o seu 33.º ano de existência. Se a longa vida de um homem sempre é reputada um favor especial da Providência divina, a longa vida de um jornal, órgão de civilização nos tempos modernos, não pode deixar de reputar-se como a consideração e perfeita estima de que êle goza no país.

“Embora conheçamos a nossa pouca importância, contudo temos íntima convicção de que havemos feito tudo quanto está ao nosso alcance para satisfazer as nossas obrigações; e se cometemos alguma falta no desempenho da nossa tarefa, não dependeu, certamente, da nossa vontade. Entretanto, terminando hoje mais um ano de existência jornalística, não podemos deixar de agradecer aos srs. subscritores a sua benigna cooperação em favor desta emprêsa,

---

(41) Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, aludiu à “Página Avulsa”, por engano, como matéria das quintas-feiras.

e pedir-lhes a respectiva continuação para o ano que amanhã vai começar”.

Mais uma alteração ocorreu na tabela de assinaturas, cobrando-se, a partir de julho de 1858, 4\$000 por trimestre adiantado ou 5\$000 por trimestre vencido. Como vinha ocorrendo desde anos atrás, o **Diario** de quando em vez empenhava-se em polêmica com **O Liberal Pernambucano** (Ver vol. II: “Diários do Recife — 1829/1900”). E a 26 de agosto divulgou uma Correspondência com 36 assinaturas de elementos liberais, que protestavam contra “as injúrias e falsas imputações” com que o jornal de Nascimento Feitosa, numa série de artigos, atacava o deputado Jerônimo Vilela, apontando-as como “publicações ditadas pela inimizade”.

Em janeiro de 1859, defendia-se o padre Pinto de Campos, através de Comunicados com sua assinatura e de extensa Correspondência, firmada por **O Justus**, de acusações do mencionado órgão, que trouxera à balha um assassinio ocorrido anos atrás na comarca do Brejo da Madre de Deus, quando êle era o respectivo delegado de polícia e os jornais da oposição o indicaram como mandante. No mês seguinte, os “comunicantes” do mesmo **O Liberal Pernambucano** voltavam à carga, acusando o padre como ladrão, sendo êle defendido, no **Diario**, por **W, Pilades, Pacato, Vêritas e Y**, ou seja, Felipe Néri Colaço.

O velho órgão apoiava, então, o govêrno provincial de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (barão, depois visconde de Camaragibe), outro motivo de polêmica.

Precisamente a 14 de fevereiro, aparecia o **Diario** com tipagem nova e, portanto, melhor aparência, divulgando a nota a seguir: “**Revista diária** — Substitui êste título ao de “Página avulsa”. Querendo nós dar maiores e diferentes proporções ao escrito, julgamos consentâneo mudar-lhe o título. Aqui serão compreendidos não só os fatos e notícias desta província, mas ainda os que acharmos deverem ser transcritos dos jornais que chegarem a esta redação e quando ainda não tenham título especial neste jornal. Continuaremos a receber as notícias, reclamações, etc., que por cartas anônimas, como até aqui tem acontecido, nos queiram remeter; advertindo, porém, que tais cartas devem ser responsabilizadas, quando contenham matérias que possam incorrer em responsabilidade geral”.

Publicando-se ininterruptamente, às segundas-feiras, o

folhetim “A Carteira”, em que **Abdalah-el-Kratif** praticava crítica literária e teatral, biografia de artistas, contos e lendas, traduções e assuntos locais, veio a sofrer intervalos a partir da segunda quinzena de março de 1859. Doente havia alguns meses, o respectivo redator, Antônio Pedro de Figueiredo, vinha sendo substituído, desde o princípio do ano, por Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, que manteve o mesmo pseudônimo. Na edição de 15 de agosto, voltou o primeiro a redigir o famoso rodapé, declarando:

“No leito da dor, a que temos estado prêso, há dez longos meses; no meio de aturados e intensos sofrimentos; cercados das constantes e peníveis preocupações de uma existência que o destino tecera mesquinha e sombria, e a moléstia viera ainda mais anuviar e torturar; um sentimento havia que nos ralava o coração mais do que os padecimentos; que nos acabrunhava o espírito mais do que as preocupações; que nos pungia a alma mais do que o esquecimento e abandono de alguns que reputávamos amigos sinceros e dedicados; era a saudade acerba das horas, às vêzes tão melancólicas e tão de enfado, que consagrávamos à rápida e imperfeita, mas sempre grata tarefa de compor e escrever êste folhetim, fundado por nós, e tão generosamente abrigado ao **rez de chauseés** do grande órgão de publicidade do norte, órgão que se multiplica quatro mil vêzes por dia, instrui, deleita, lisonjeia e castiga diâriamente tanta gente ávida de prazer, de lisonja e de advertência”.

O escritor ocupou-se do progresso da moléstia que o acometia, do desfalecimento de suas fôrças; custava-lhe ver finar-se o folhetim. Resistiu, mesmo sofrendo dores cruciantes, até que reconheceu a “louca temeridade de continuar uma luta desigual com a própria natureza”.

“Nesse apertado lance, quando estava iminente a cessação de todo o trabalho de espírito, luziu-nos um raio de fagueira esperança. O nosso colega, o sr. Tôrres Bandeira, logo ao primeiro sinal de **détresse**, estendeu-nos mão amiga; e o batel, que se afundava, veio como por encanto à tona d’água, e por oito meses sucessivos navegou, galharda e triunfantemente, por entre tôdas as sirtes e cachopos da publicidade, sob a direção de navegador tão destro e esforçado como é o nosso amável colega. Verdade é que essas navegações, nas águas de pouco fundo e sossegadas da pequena literatura, são mero brinco para quem já tem sulcado, com tanta glória e fama, como o sr. Tôrres Bandeira,



os mares encapelados e semeados de perigos do gênero elevado em que se perde a terra de vista”...

Acrescentou: “Permitam-nos, pois, os nossos leitores que, no momento em que vamos de novo tomar sobre os débeis ombros a árdua e difícil tarefa de cronista **en litre** da semana, manifestemos todo o nosso reconhecimento ao distinto literato, ao amigo prestimoso, que generosamente nos socorrera na hora crítica do desânimo e do abatimento. Receba êle a ingênua e espontânea expressão dos nossos cordiais agradecimentos, e com êles os votos fervorosos pela sua felicidade!

“E feita esta despedida, que é, para nós, mais do que uma cortesia, apossamo-nos do lugar que longo tempo deixamos vago por força maior. Neste instante cresce o nosso receio, avulta o sentimento de nossa inferioridade. E, demais, a ausência gera o esquecimento, e as armas, por falta de uso, se enferrujam e estragam. Entretanto, apesar dos embaraços e solenidade de uma quase inauguração, apesar das emoções de uma nova primeira representação, ousamos saudar os nossos velhos amigos das segundas-feiras com acanhamento e, todavia, com efusão e um certo pressentimento de benévolo acolhimento. Já descobrimos, com efeito, **par ci, par lá**, alguns rostos conhecidos que nos sorriem e parecem dizer: **Tiens! Abdalah-el-Kratif não morreu!**

“**Shake hands**, amigos! Plaudite! Veramente, **Abdalah-el-Kratif** pode-se dizer que ressuscitou. Escapou por um tris de ir pagar uma involuntária e longa visita ao Virões, o mais condescendente e amável de quantos **croque-morts** por aí existem; porém, ei-lo **sain et sauf** na vossa respeitável presença, sempre pronto para servir-vos, sempre desejoso de agradar-vos. **On revient toujours à ses vicelles amours**”.

Depois das explicações e do assunto da semana, que passou a abordar, concluiu o escritor: “Ainda uma vez, **shake hands**, e adeus”.

Entretanto, na segunda-feira seguinte, reencetava Tôrres Bandeira o rodapé, precedendo-o do seguinte preâmbulo: “Eis-nos de novo no pôsto que deixamos por momentos. O nosso amigo, a quem substituíramos por oito meses na redação dêste folhetim, fêz há dias um grande esforço, dando-nos um trabalho de sua própria lavra; mas a enfermidade continua a atormentá-lo de um modo inexplicável e é impossível que, em tal estado, o nosso amigo escreva uma só pala-

vra. Tomamos sôbre nós outra vez esta grave tarefa, e esperamos continuar a merecer a atenção pública”.

Sucedeu que, na mesma edição de 22 de agôsto, a “Revista diária” noticiava, em poucas linhas, o falecimento, na véspera, de Antônio Pedro de Figueiredo, “o mais notável publicista da época” (42), vítima de uma congestão cerebral. Só a 23 publicou o matutino um necrológio, assinado com asteriscos, num palmo de coluna, em que se falava do mérito intelectual e da pobreza do jornalista extinto. No dia seguinte, reproduzia-se um discurso de Franklin Dória, pronunciado no cemitério; e a 29, Tôrres Bandeira dedicava longo rodapé ao companheiro, continuando a escrever “A Carteira”, semanalmente, com as iniciais T.B.

Procurando melhorar, sempre que possível, a parte noticiosa do jornal, sua direção fizera inserir, na edição de 4 de julho, ainda de 1859, a nota a seguir: “Para estreitar os laços que ligam a Pernambuco as províncias situadas desde a margem direita do rio S. Francisco, o proprietário dêste **Diario** está tratando de estabelecer em cada uma das capitais das mesmas províncias um redator especial, o qual deverá tratar das suas necessidades, não só a respeito de objetos gerais, como também de coisas provinciais, e expor ao público os abusos que aí se derem, advogando destarte os meios de engrandecimento de cada uma de suas províncias”.

A 28 de novembro, voltou o matutino ao seu formato imediatamente anterior e que é o mesmo que ainda mantém, passando a sair com oito páginas, a última das quais dedicada a Literatura. Lia-se, então, em longo editorial:

“... o **Diario de Pernambuco**, que acompanha briosamente o progresso e a civilização, Apóstolo como é da Liberdade e defensor dos direitos e interêsses do Brasil, não querendo ficar estacionário, vai assumir maiores proporções e ocupar o primeiro lugar nos domínios da imprensa brasileira; pois o seu proprietário, contando com o auxílio e benevolência de seus leitores, que a despeito de tudo jamais o abandonaram, não duvida expor-se ao acréscimo de despesa que o aumento do **Diario** exige”.

Depois de outras afirmações em tôrno das atividades

---

(42) Assim o qualificaria, noventa anos depois, Barbosa Lima Sobrinho, em conferência pronunciada no Instituto Histórico Brasileiro, sob o título “A Revolução Praieira” e inserta na **Revista do Arquivo Público**, do Recife, n.º V., ano III, de 1948.

redacionais, frisou o articulista: “**O Diário**, sendo, como é, alheio à política (da qual indevidamente nos ocupamos mais do que das necessidades reais da vida), só tratará dela quando estiver tão identificada com os interesses do país que não seja possível tratar destes sem se ocupar daquela. Os discursos, proferidos durante as sessões das câmaras legislativas, serão publicados com mais desenvolvimento, e a parte estrangeira também aumentará na razão do seu formato”.

“... será tão útil ao particular como ao funcionário público, ao moço como ao velho, ao homem como à senhora; tratará de matérias religiosas, científicas e literárias, folhetim, variedades; de artes, de recreio, finalmente de tudo que possa interessar o comércio.

“É geralmente conhecido o aumento que tem tido a mão d’obra de três anos a esta parte, principalmente na arte tipográfica, em que o serviço que até então custava 1\$400, subiu hoje a 3\$500; fundadas nestes acréscimos de despesa, as assinaturas por ano dos jornais da Côrte, iguais ao **Diário**, passaram a ser de 24\$000 para o Rio de Janeiro e de 28\$000 para as províncias, entretanto que o **Diário** conservou seu preço de 15\$000 por ano. Agora, porém, que as despesas têm de aumentar de 50 por cento, o **Diário** vê-se obrigado a elevar o preço de sua assinatura da maneira seguinte: adiantado — 19\$000 por ano, 5\$000 por trimestre; vencido — 24\$000 por ano, 6\$000 por trimestre.

“Apesar deste aumento, o **Diário** continua a ser o mais barato jornal do Império, sendo, aliás, o de maior formato; visto que, na esfera das suas aspirações pecuniárias, contentando-se o seu proprietário apenas com uma módica retribuição de seu esforço e fadigas, tem em vista, só e principalmente, o bem e prosperidade deste gigante da América que se chama Império do Brasil. A confiança que o **Diário** tem merecido, em 35 anos de existência, de seus numerosos e benignos leitores, é a maior prova da consideração que lhe presta o país, e fundado nela não teme encetar e assim abrir uma nova era no Jornalismo brasileiro”.

Ao iniciar-se 1860, trazendo ainda, acima do cabeçalho, o emblema imperial e, abaixo, uma faixa de informações úteis — tais como expediente do jornal, partidas do Correio, efemérides do mês, preamar, audiências dos tribunais, etc. — o **Diário** (cujas tipografia, redação e escritório continuavam localizados à Praça da Independência), publicava na

primeira página a Parte Oficial, seguindo-se longo noticiário do país e do Exterior, que abrangia colunas sucessivas, em tipo batido; a “Crônica Judiciária”; “Revista Diária”; “Informações Marítimas”; “Comunicados” e “Correspondências”; “Publicações a pedido”; “Comércio”; “Movimento alfandegário”; “Editais”; “Declarações” e numerosos anúncios, sendo a última página dedicada a Literatura, Variedades e Jurisprudência, incluindo folhetim.

Os ‘Comunicados’ eram autênticos artigos, sempre assinados, assim como as “Correspondências”, envolvendo assuntos políticos ou tricas pessoais, ao passo que os “a pedido” compreendiam matéria a mais diversa (43), inclusive a boa literatura da época, constante de poemas de Antônio Rangel de Tôrres Bandeira e Vitoriano Palhares, que passaram, depois, para a página especializada, a oitava, quase sempre repleta de extensas transcrições de escritores estrangeiros. Continuava, às segundas-feiras, o rodapé “A Carteira”, assinado por T.B., que o manteve, ainda, por alguns meses. Com as iniciais E. A., divulgou-se, concomitantemente, a partir de 28 de janeiro, outro interessante rodapé semanal, sob o título “Resenha marítima”, “original do **Diário de Pernambuco**”, matéria alusiva à visita de SS. MM. II. a Pernambuco, efetuada em novembro de 1859.

Ainda em 1860, a 16 de abril, anunciava a fôlha: “Sempre que o vapor procedente do Rio de Janeiro chegar a êste pôrto em sâbado, será o **Diário** de segunda-feira distribuído na manhã de domingo, para comodidade de nossos assinantes, como acontece com êste número”.

A edição de 28 de agosto inseriu, na seção “Comunicados”, o “Primeiro boletim eleitoral”, assinado por W., nada mais nada menos que um artigo de polêmica do **Diário** com **O Liberal Pernambucano**, a que se seguiram outros Comunicados assinados por **Omega**, **Obuz**, J. Pedro Barreto de Melo Rêgo ou simples asteriscos (\*\*\*) , até as eleições de setembro, continuando depois, com artigos, sobretudo de **O soldado Z**, em acerba crítica ao órgão oposicionista. Man-

---

(43) Nas “Publicações a pedido” de 6.12.1861 saiu o seguinte recibo firmado por tabelião público, com as devidas testemunhas: “Recebi do sr. José Joaquim da Costa Leite a quantia de 7:093\$250, em parcelas constantes da conta que nesta data me entregou, sendo proveniente por parte do dote que o mesmo sr. e sua sra. concordaram dar à sua filha Isabel Maria da Trindade Leite, com a qual me liguei em matrimônio — **Manuel Fernando Silva**”.

tinha, assim, o jornal de Manuel Figueiroa a sua pretensa neutralidade política. . .

Do corpo de revisores participaram Joviniano da Costa Monteiro, no período 1958/60, e o português naturalizado Antônio Maria O'Connell Jersey.

A 2 de janeiro do ano seguinte, escrevia a redação: "Assinala o ano de 1861 o 37.º da nossa existência no jornalismo do país. Essa vida, que assim se manifesta longa nesse espaço material, tem bebido a seiva de que goza na benignidade dos nossos leitores, cuja confiança tem sido ilimitada para o **Diario de Pernambuco**, que também a seu turno tudo tem envidado para sustentá-la no pé em que convém a todos os interesses a que se liga o mesmo. No presente ano, portanto, não falsearemos os nossos princípios, que são assaz conhecidos para escusar uma reprodução da profissão de fé nestas palavras que ora traçamos".

Assinado por **Youmale**, iniciou-se, em fevereiro, a publicação do "folhetim original" intitulado "A carapuça de meu tio ou Recordação de um homem velho"; época em que **Marcário** e **Cromwell** se bateram em curta polêmica literária, também na oitava página.

A 8 de abril de 1861, a fôlha anunciava a substituição do presidente da província, Ambrósio Leitão Cunha, pelo vice-presidente Joaquim Pires Machado Portela, êste último por sua vez, substituído, no último dia do mês, por Antônio Marcelino Nunes Gonçalves.

No referido ano, precisamente a 16 de agosto, ao nome do proprietário da empresa — Manuel Figueiroa de Faria — acrescentou-se: & Filho.

Mais de duas páginas da edição de 23 de setembro foram ocupadas pela ata da sessão comemorativa do décimo aniversário de fundação do Gabinete Português de Leitura, incluindo vários discursos, a salientar os de Aprígio Guimarães e Nascimento Feitosa. Em edições seguintes divulgaram-se poemas recitados durante a solenidade em aprêço, entre os quais um de Francisco Inácio Ferreira, em quatro colunas, reunindo o total de 508 versos.

A 2 de outubro via-se publicada, na página de Literatura, a "História da taquigrafia ou estenografia", e de 10 a 17 de dezembro, o longo trabalho "Luís do Rêgo e a posteridade — Estudo histórico sôbre a revolução pernambucana de 1817", rico de documentação e sem assinatura.

No ano de 1862 transmudavam-se os horizontes políticos,

ante o surgimento de uma liga entre liberais e conservadores das respectivas alas moderadas, do que resultou, no subsequente, a criação do Partido Progressista, já sob o governo de João Silveira de Sousa, que administrou a província até janeiro de 1864, quando transferiu a função a Domingos de Sousa Leão. Foi o início de uma era de paz entre os polemistas da imprensa.

“Literatura” veio a divulgar, anos a fora, poemas de J. M. Alves Cavalcanti, Guilherme Braga, Manuel de Carvalho Pais de Andrade (44), Aristides A. Milton, Franklin Távora, Antônio de Sousa Pinto, Gastão Guereiro de Castro, José Jorge da Silva Filho, etc. Sobre “Teatro” escrevia **Aroum ab-Hamganes**. Liam-se artigos de Afonso de Albuquerque Melo, F. M. Duprat (assuntos agrícolas), J. Guenes da Silva e Melo, Pedro Autran da Mata e Albuquerque e Caitano M. de Faria Neves, além de longas transcrições.

Em princípio de 1864 divulgou o cônego Joaquim Pinto de Campos artigos de polêmica religiosa. Nesse ano criaram-se, ainda na oitava página, as seções “O que vai pelo Mundo” e “Um pouco de tudo”, sempre extensas. Já então, o preço das assinaturas vinha crescendo do “porte ao Correio”: 3\$000 por um ano e \$750 por três meses, quando antes era garantido “porte franco ao subscritor”.

Além dos atos oficiais do governo executivo (45), o **Diario** vinha publicando os debates da Assembléia Provincial e o “apanhamento dêles por taquígrafos”, desde 1846, sendo o último contrato, por quatro anos, datado de 15 de abril de 1863, ao preço anual de 6:000\$000. Decorrido o primeiro ano, outra emprêsa jornalística apresentou proposta mais vantajosa, o que levou a Assembléia a promover a rescisão do contrato. Escreveu, a propósito, a redação, a 31 de março de 1864:

“Dando publicidade à declaração que nos foi enviada pelo oficial-maior interino da Assembléia Provincial, por ordem da Comissão de Polícia, e pela qual se convidam as pessoas que quiserem contratar a publicação dos debates da mesma Assembléia para oferecerem suas propostas até o dia 6 de abril, fazemos logo o protesto de não convir na

---

(44) Neto do líder revolucionário de igual nome que encabeçou o movimento da Confederação do Equador.

(45) O **Diario** perdeu sua qualidade de “órgão do governo” no período de 1 de julho de 1863 a 2 de abril do ano seguinte.

rescisão do contrato que, para o mesmo fim, tivéramos celebrado com a mesma Assembléa, que nos compete por direito, correspondente ao valor do mesmo contrato, visto que para dita rescisão não procedeu fórmula alguma e não podia ser ela decretada **ex-própria autoritate** de uma das partes contratantes. Estamos no firme propósito de fazer os devidos protestos em forma regular, e de manter o nosso direito pelos meios que admitem as leis do país, para cuja proteção apelamos. E fazemos esta declaração não só para manifestar a nossa intenção, como para que se não alegue qualquer aquiescência de nossa parte, e em tempo e ocasião oportuna deduziremos as razões que temos para opormo-nos à rescisão falada”.

Em artigo de três colunas cheias, o **Diario** expôs tôda a história dos seus contratos com a Assembléa Provincial e das manobras em curso para a rescisão. Por sua vez, os deputados debateram o caso, uns pró e outras contra. Deixou a emprêsa de participar da nova concorrência e, meses depois, a 25 de agôsto, lia-se: “. . . feitos os protestos competentes em juízo e fora dêle, o proprietário dêste **Diario** vai buscar o devido reparo no poder competente na matéria, que é o judicial; e aí por certo se não admitirão as doutrinas originais com que se apoiou a rescisão e que nada mais são do que a consagração do princípio estravagante de ser juiz em causa própria”.

Rescindido o contrato, não deixou o jornal, todavia, de publicar os debates da Assembléa Provincial, mantendo, assim, seus compromissos com os assinantes, que seriam “cumpridos, a despeito de qualquer eventualidade”. Não houve, pois, alteração na matéria editorial. Esta só diminuía quando escasseavam os jornais do sul ou da Europa, fornecedores de assuntos os mais variados. Não faltavam Editais, Declarações e anúncios para suprir o espaço, chegando êles a ocupar, às vêzes, seis páginas, desde os Pequenos Anúncios (“Precisa-se”, “Vende-se”, “Aluga-se”, etc.), até os de grandes proporções (46) e os atestados de cura através

---

(46) Havia, à época, enorme competição no comércio de vendas a varejo, divulgando as principais mercearias longas listas de preços, que chegavam a tomar duas a três colunas, de alto a baixo. Em agôsto de 1864, por exemplo, o **Armazém União Mercantil** proclamava: “Colegas — Não posso por mais tempo sustentar o preço da manteiga inglêsa a 1\$000 a libra”. Reduziu-o para \$800 e, sendo em barril ainda tinha abatimento. **O Baliza** (com clichê ilustrativo) anuncia-

de certos medicamentos. A partir do segundo semestre de 1964, entrou a divulgar, também, atos oficiais do Comando das Armas e do Governô do Bispado de Pernambuco. Nesse ano faleceu, a 15 de novembro, o tipógrafo Aurélio de Figueiroa Faria (47), merecendo poemas de saudade de João Landelino Dornelas Câmara e Vitoriano Palhares, publicados dias após.

Nas "Publicações a pedido", de 28 de novembro, divulgava-se a nota a seguir: "Basiliano de Magalhães Castro, convidado pelo **Diario de Pernambuco** de hoje a aparecer na praça da Independência ns. 6 e 8, para ali buscar uma carta; e verificando não ser uma carta que lhe queriam entregar, mas, sim, a emprêsa dêste **Diario** que procurava, por esta forma, cobrar-lhe uma conta contraída pelo finado José Fernando da Cruz; declara alta e poderosamente, que não lhe pagará semelhante conta, pela qual não pode ser responsável; dirija-se, portanto, a emprêsa à inventariante dos bens daquele finado, única habilitada a pagar o que realmente se lhe deve. Já não é a primeira vez que sou incomodado por credores em idênticas circunstâncias, que não se querem desenganar de que não sou obrigado a essas contas".

---

va uma manteiga inglêsa "menos superior" a \$640 a libra e outros tipos mais baratos. **O Armazém Fronteiro** oferecia "vinho do Pôrto velho engarrafado a 1\$500; idem em barril a \$800; idem de Lisboa, muito superior a \$400 a garrafa". **O Profeta** oferecia (ao respeitável público) "ameixas francesas a 1\$200, 1\$400 e 1\$600, em latas, frascos e lindas caixinhas muito próprias para minosear alguém"; café moído a 10\$000 a arrôba; cerveja a \$500; conhaque francês ou inglê, a 1\$000 e \$800; "figos da comadre" a \$800, "em caixinhas muito lindas", e manteiga francesa a \$520 a libra.

A competição estendia-se, igualmente, ao comércio de fazendas, modas e miudezas, anunciando-se peça por peça, com preços de chariz.

Outro anúncio de atração, divulgado antes, em 1860, foi o do **Grande Hotel de Saxe**, situado à rua Nova, em Bruxelas, próximo às estações de caminho de ferro para a França e a Alemanha, perto de todos os divertimentos da capital belga, com funcionários que falavam diversas línguas, inclusive o português, cuja diária custava 10 a 12 francos, isto é, 4\$000 a 4\$500 na moeda brasileira. Concluiu dizendo que em tão confortável hotel já se haviam hospedado Manuel Figueiroa de Faria, o desembargador Pontes Visgueiro, Filipe Lopes Neto e outras personagens do Brasil e de Portugal.

(47) Aurélio era um dos sete filhos varões (o oitavo morreu ainda criança) do velho Figueiroa, que o mandara à Europa, em princípio de 1858, a fim de estudar a arte gráfica. O jovem frequentou as melhores tipografias de Paris, pelo espaço de dois anos, voltando com certificado de habilitação.



Logo abaixo, lia-se: “Tendo falecido José Fernandes da Cruz, e ficado devendo ano e meio de assinatura dêste **Diario**, e constando-nos que o sr. Basiliano de Magalhães Castro fôra instituído seu testamenteiro, a êle pedimos êste pagamento, independente de ser outrem o inventariante dos bens do falecido, por entendermos que a qualidade de inventariante não dava direito ao pagamento; porquanto o inventário devia ser feito por quem ficasse de posse dos bens, sem que lhe tirasse a qualidade de testamenteiro; portanto, parece que a nossa exigência de pagamento não fôra feita de propósito, e para que possamos exigí-lo, rogamos-lhe queira indicar quem o deve fazer. É infeliz o país em que, para se cobrar a assinatura de um jornal, que devia ser pago em quartéis adiantados, espera-se seis quartéis e ainda não se recebe sem que se sujeite a atos judiciais — Da redação dêste **Diario**”.

Nova mudança de presidente da província foi noticiada pela fôlha, a 2 de dezembro, quando Domingos de Sousa Leão (depois barão de Vila Bela) foi substituído pelo desembargador Anselmo Francisco Peretti, vindo êste a ceder o lugar, a 25 de janeiro de 1865, a Antônio Borges Leal Castelo Branco, que, por sua vez, o transmitiu, a 26 de julho, ao Barão do Rio Formoso, Manuel Tomaz Rodrigues Campelo, e êste, no mês imediato, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, que governou até 6 de março de 1866.

## 1865/1874

O ano de 1865 encontrou o Brasil em guerra com o Paraguai, à qual deu o **Diario** ampla cobertura. Já a 8 de fevereiro divulgava uma Proclamação do chefe do govêrno provincial, chamando os pernambucanos a se alistarem no batalhão dos Voluntários da Pátria, seguindo-se, meses a fora, artigos, Comunicados, Correspondências e poemas de exaltação ao Brasil na luta em que se empenhava contra o inimigo, além do noticiário das frentes de batalha. A redação chegou a abrir subscrição, visando à compra de instrumentos de Música para a banda do 2.º corpo de voluntários.

Em data de 29 de abril saiu a primeira edição extraordinária do matutino, que circulou às 16 horas, com apenas duas páginas, ficando a segunda em branco.

Nesse ano divulgou o folhetim “Revista Dramática”, de **Luciano d’Ataide** (pseudônimo de Luís Guimarães Júnior). Saíam poemas de João Landelino Dornelas Câmara, Francisco Palha, Tobias Barreto, Carneiro Vilela, que algumas vezes assinava Joaquim Vilela; Joaquim Silva Rêgo Júnior, Belmiro Salgado, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, J. A. de Almeida Cunha, Vitoriano Palhares e Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, enquanto José Bento da Cunha e Figueiredo Júnior escrevia sobre “Forum”, na seção de Jurisprudência.

No mês de janeiro e, depois, de maio a julho de 1866, assinou o mosenhor Pinto de Campos (48) longos artigos, na página de Literatura, sob o título “As Bíblias falsificadas”, em polêmica com o **Cristão Velho** (general Abreu e Lima), do **Jornal do Recife**. Em setembro e outubro, foi divulgado, em rodapé, o romance “Memórias de um Sargento de Milícias”, assinado por **Um brasileiro** (depois identificado na pessoa do escritor carioca Manuel Antônio de Almeida). Prosseguia o noticiário do Paraguai, sob o título “Teatro da guerra”, a par da matéria de rotina.

A partir de 17 de julho, lia-se, abrindo a primeira página: “No intuito de evitar dissabores recíprocos, declara esta empresa que dora em diante não fará publicação no **Diario** sem a compensação pecuniária que fôr convencional; visto como resulta da inserção de qualquer escrito despesa para si, não pode omitir a retribuição que ao menos cubra a respectiva composição”.

Falecendo, a 1 de agosto, o diretor Manuel Figueiroa de Faria, apareceu, no dia seguinte, a primeira página enquadrada em tarja, com vinheta fúnebre em que se via um arcanjo debruçado sobre a lousa do túmulo, seguida do necrológio do extinto. Afirmou o necrologista inicialmente, que o **Diario** vestia pela primeira vez pesado luto, após 42 anos de existência, com “a morte daquele que o alentou na in-

---

(48) Lia-se, a propósito, na “Revista Diária” de 2 de julho de 1866: “Continuamos com prazer a publicar, em nossa oitava página, os interessantes e eruditos artigos do Exm<sup>o</sup>. Monsenhor Pinto de Campos; e qual seja o aprêço que o público lhes tem dado, basta ver a avidez com que são procurados os números do nosso **Diario** em que eles saem, tendo desde então acontecido que só temos ficado com o número necessário para a nossa coleção. Os pernambucanos amam de coração a religião do seu país. Não pense a propaganda protestante que há de **nidificar** em Pernambuco, onde, felizmente, a excessão de um ou outro **espírito forte**, encontram-se verdadeiros apologistas das idéias católicas”.

fância, trouxe-o pela mão, de desenvolvimento em desenvolvimento, e soube-o sustentar com proficiência na virilidade em que ora se acha”.

Mais adiante, salientou: “Este **Diário**, que esteve sob seus auspícios imediatos trinta e seis anos, das proporções exíguas em que primitivamente foi dado à luz, por transformações progressivas por êle realizadas em seu material, logrou revestir as formas colossais que hoje ostenta com orgulho da província; pôde com justiça conquistar os foros de legítima importância de que goza em todo o norte; e é, sobre decano atual do jornalismo, efetivamente um dos órgãos da imprensa do Brasil inalterável em sua redação, quer pelo espírito de ordem que sempre constituiu suas feições características e finalmente já pela sustentação constante das instituições do país, já pela promoção do engrandecimento moral e material do Império, condições estas que foram de contínuo o fanal da vida prática que êle lhe imprimiu, de modo que a consideração merecida que do público caía sobre a propriedade ia refletir direta e luminosamente no proprietário, como causa eficiente desse fenômeno”.

Após outras considerações, aludindo aos princípios de vida de Manuel Figueiroa de Faria, que se preparara, sem êxito, para a vida clerical, escreveu:

“O sr. Comendador Figueiroa, pois, tinha de exercer um sacerdócio; e se não fôra predestinado para o da igreja, estava fadado para o da imprensa. De fato, aí com o seu evangelizar, despontou a aurora da redenção do nosso jornalismo; abriram-se de par em par as portas da nossa vida política em tôda a sua amplitude; e o povo teve, então, um livro aonde bebesse lições de amor às instituições livres que nos regem, a par de sãs doutrinas de moral e religião, e de princípios fecundantes do verdadeiro progresso”.

Ressaltou, ainda, que, para colocar o seu jornal na posição em que o deixou, teve Figueiroa de “sofrer algumas vêzes a constrição de crises bem ímprobas; comprometeu mesmo interesses seus mais imediatos”; mas não desanimou ante as hostilidades. “Iniciador de uma grande transformação, foi o mártir dela”.

Aviso publicado nas edições de 6 a 31 de dezembro ainda de 1866, ressaltou a posição privilegiada do **Diário**, ao publicar, em primeira mão, notícias vindas da Europa, nos setores político, literário e comercial, prestando assim inestimável serviço aos seus assinantes. E acentuou:

“Ora, sendo êste **Diario** o jornal de maior formato, de maior soma de matérias instrutivas e de recreio, é também o de maior barateza que se dá à estampa entre nós, e mesmo em alguns pontos da Europa, onde as condições essenciais da publicação são as mais favoráveis possíveis. Daí têm decorrido sérios embaraços para a empresa; e quando a receita se mantém em pé dos cálculos de anos anteriores, que equilibravam-se com as despesas de então, estas sempre crescentes de ano a ano colocam de presente esta empresa na necessidade indeclinável de elevar a assinatura anual a 24\$000 para esta cidade e demais localidades que não tiverem de receber os **Diaros** pelo correio; e a 27\$000 para as outras que, nas respectivas remessas, careçam de ser porteados os mesmos **Diaros**, sendo esta diferença de 3\$000 anuais correspondente ao selo de 300 números que dá o **Diario**”.

Abria, desde então, perante os novos assinantes, “o compromisso formal de no ano próximo vindouro dar as discussões das Câmaras gerais, poupando assim a grande número dêles a despesa que fariam da assinatura do jornal que as publica na Côrte”.

Em conclusão: “Continuará êste **Diario**, como sempre o tem feito, a defender e sustentar os direitos das províncias do Norte, a partir de Alagoas ao Amazonas; e para completa satisfação dêste fim, já tem contratados correspondentes em cada uma delas, a fim de enviarem missivas noticiosas, quer de fatos ocorridos, quer de necessidades de tôda espécie, de que elas se ressintam, e por conseguinte careçam de ser solicitadas pelos reclamos da imprensa aos poderes do Estado.

“Continuará, outrossim, a dar diâriamente espaço a escritos de literatura sempre variada, com os melhores folhetins de atualidades, a fim de que os leitores tenham uma recreação amena permanente em suas páginas”.

A 31 de dezembro, encerrando o ano com 301 números publicados, após afirmar que cumpria os compromissos contraídos com seus assinantes, fêz o **Diario** um apêlo aos compatriotas, no sentido de ser mantido “um momento de glória para a província, um instrumento poderoso da difusão das luzes, um propugnáculo da civilidade e do progresso”.

Aludiu à necessidade da empresa “na emergência da perda sensível por que ela passou com a morte do seu chefe, ocorrida neste ano, e que ao sentimento acumulou dificuldades de um estado embaraçoso, em que de pronto se ela achou. Ora, não é de chôfre que estas podem ser removi-

das; e nem isto se pode conseguir desajudado, sem as filiações da simpatia, e só entregue aos esforços individuais”.

Em artigo de 2 de janeiro de 1867 (primeira edição do ano), lia-se: “. . . eram e são de presente os únicos redatores dêste **Diario** os srs. drs. Manuel de Figueiroa Faria, Filipe de Figueiroa Faria e Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acióli de Vasconcelos, de modo que a esta redação pertencem exclusivamente todos os artigos editoriais que têm vindo à estampa de julho último por diante”, os quais “prometiam manter as boas normas do seu operoso antecessor”.

“Nesses depositários fiéis de suas tradições, pulsa-lhes nas fibras e lateja-lhes no pulso um pensamento em harmonia com elas, um pensamento que se abraça com a sustentação dos princípios, em que sem cessar êle guardou com decorosa devoção na manifestação de suas idéias”.

Na mesma data passou a figurar a tabela alterada dos preços de assinaturas, assim organizada: Para a capital e lugares onde se não paga porte: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; para dentro e fora da província: ano — 27\$000; nove meses — 20\$250; seis meses — 13\$500; três meses — 6\$750, tudo mediante pagamento adiantado. Abaixo, vinha: “Assina-se em Pernambuco no escritório de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, seus proprietários”.

Na seção “Comunicados”, abriu-se a coluna intitulada “Partido Conservador”, para o debate das respectivas idéias e a crítica aos abusos da autoridade, sem ultrapassar “as raias do respeito devido aos poderes constituídos”.

Na edição de 11 de janeiro, o colunista acusava arbitrariedades do governo central, orientado pelo Partido Progressista, sugerindo uma união entre liberais ortodoxos e conservadores, para conjugarem esforços comuns em face da eleição marcada para fevereiro. “Vencido o inimigo comum, buscaria cada um o seu pôsto, para pôr em prática o governo constitucional que a **fação ligueira suprimiu**”.

A coluna do Partido Conservador fêz grande cobertura do pleito, divulgando noticiário dos diferentes municípios, para comentar depois: “Acabamos de ver nesta província até que ponto um **agente do governo**, um **delegado do Imperador** leva o cinismo da compressão do voto popular: as baionetas dos soldados para reforçar, e o dinheiro dos cofres públicos para corromper, foram postos em ação em larga escala”. “O governo fêz questão de **capricho** de vencer nesta ou naquela freguesia. Miserável país onde assim se pratica!”

Prosseguiu o colunista criticando a administração do governo provincial, exercida pelo conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo, até o mês de julho, quando a seção foi suprimida.

A 6 de setembro, um artigo na "Revista Diária", bastante longo, reprovava a atitude do inspetor da Alfândega, que se negara a pagar uma conta de publicações da repartição, ao preço antes combinado de \$100 por linha, exigindo uma redução de 50%. Findou o editorialista chamando, para o caso, a atenção do presidente da província.

Achava-se, então, suspensa a divulgação dos atos oficiais do governo provincial. Enquanto isto, a folha passou a ocupar sua oitava página com o resumo dos debates da Câmara Geral, continuando a fazê-lo nos períodos legislativos, em cujos intervalos voltava a seção de Literatura ou Jurisprudência, deslocando-se, algumas vezes, o folhetim para a primeira página.

Nas edições de 2, 3 e 4 de janeiro de 1868 o **Diário** divulgou longo "Retrospecto político do ano de 1867", referente à Europa e à América. No período de 7 do referido mês até 29 de fevereiro, voltou monsenhor Pinto de Campos a escrever longos artigos, sob a epígrafe "Polêmica religiosa", repisando conceitos emitidos em livro editado pelo **Cristão Velho** (pseudônimo do general José Inácio de Abreu e Lima) (49).

Ainda em janeiro, edição do dia 10, reportando-se à guerra com o Paraguai, a "Revista Diária" fazia um apêlo "aos bríos e patriotismo desta nossa província", para, num "último e supremo sacrifício", enviar aos campos da honra "o maior número de seus filhos". Como sucedia raramente, o matutino divulgou, a 18, poema de Castro Alves (50). A partir de março, liam-se periodicamente interessantes crônicas de **Mefistófeles** (outro pseudônimo do acadêmico Luiz

---

(49) Considerando-se difamado, o monsenhor levou o caso à Justiça e, exatamente como sucedeu em 1856, o **Cristão Velho** não lhe deu importância e o rigor da lei recaiu sobre o impressor, que foi condenado em grau de apelação.

(50) As primeiras produções de Castro Alves divulgadas no Recife (três ao mesmo tempo) saíram no **Diário** de 6 de agosto de 1861, através das "Publicações a Pedido". Foram elas: "A partida do meu mestre do coração, o Exm<sup>o</sup> Sr. D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará", em oito sextilhas de sete sílabas, com assinatura completa e a data: Ginásio Baiano, 14.7.1861; uma crônica de adeus ao prelado e um poema "em sua despedida para aquela província", datado de 12 de julho.

Guimarães Júnior), em rodapé, sob o título “Palavras no ar” (51). Por circunstâncias especiais, a edição de 10 de abril só teve duas páginas, a segunda dedicada à seção “Literatura”.

Voltara ao poder o Partido Conservador, vindo a escrever o jornal, a 30 de julho de 1868: “O programa do ministério de 16 de julho satisfaz urgentes medidas reclamadas pela opinião pública e encerra o bálsamo que deve curar algumas das feridas que cobrem o corpo da nação”. Do seu programa estava fazer terminar a guerra do Paraguay, reparar as finanças do país e promover determinadas reformas constitucionais.

A rendição de Humaitá às fôrças brasileiras deu lugar a editoriais de regozijo e à divulgação de poemas épicos declamados nas festas comemorativas.

Sob o nôvo govêrno, reassumiu o **Diario** sua velha posição de órgão oficial da administração da província, e em novembro criava-se a seção “Política Interna”, a cargo do Partido Conservador, com artigos assinados por **Justus, Appius**, etc., polemizando com a imprensa oposicionista.

Na “Revista Diária”, repelindo insinuações do diário **O Liberal**, escreveu a redação, sob o título “A paz”: “... é necessário que declaremos que nunca pusemos, que nunca poremos o pensamento da redação do **Diario** ao sôlido das idéias de nenhum govêrno. Quando achamos boa ou má uma idéia, bom ou mau um ato que dimana do govêrno, reservamo-nos sempre o direito de aplaudí-lo ou censurá-lo; nisto vai a nossa independência, de que nos não despojamos à custa de nenhum benefício, e que procuramos manter à custa dos maiores sacrifícios.

“Pela honra de sermos órgão oficial, nunca trocaremos a liberdade que nos garantiu o pacto fundamental da nação brasileira. Em outros tempos assinamos contratos para a publicação do expediente, nos quais nos obrigávamos a não insultar nem caluniar o govêrno; podíamos fazê-lo sempre sem quebra de nossa liberdade, porque nunca insultamos nem caluniamos a ninguém, nem êste foi jamais o modo de pro-

---

(51) As “Palavras no ar” foram suspensas dois meses depois. A propósito, escreveu o cronista **E. Califourchon** (?), a 23 de maio de 1868, n' **O Conservador**: “A redação do **Diario** fechou as portas aos folhetins de **Mefistófeles**”, acrescentando: “Para que se meteu a falar em política?”.

ceder dêste **Diario**. Hoje, esta cláusula foi riscada do contrato, com muita honra para o govêrno, e nem ela em tempo algum nos coibiu de manifestarmos-nos contra muitos atos do govêrno”.

“A redação do **Diario** sabe pensar e julgar; e, pois, não precisa de consultar ninguém para emitir seus pensamentos, para manifestar suas apreensões e seus juízos”.

**Appius** divulgou, ainda no mês de julho, uma série de artigos sob o título “Linhas de guerra”, acusando, no dia 19, o **Jornal do Recife** “do pensamento de entenebrece a verdadeira glória de que é altamente credor o nobre Marquês de Caxias.

Encerrando 1868, escreveu o articulista: “O ano que termina hoje foi de provanças para todos os brasileiros; o **Diario** participou delas, sofreu; mas doeram-lhe mais as dores da Pátria que as suas, causaram-lhe mais angústia os sacrificios do povo do que os seus”.

“O ano que começa com a aurora do dia de amanhã ainda há de encontrar entenebrecidos os horizontes da nossa idolatrada pátria. Isto faz-nos estremecer de dor, mas não nos desanima; porque sabemos que é através de titânicas dificuldades que os grandes povos rasgam os véus que lhes encobrem majestosos futuros e encaram a face brilhante do sol da liberdade e do progresso, base de todos os engrandecimentos por que palpita o seio da humanidade”.

“O ano que amanhã se abre encontrará o **Diario** firme no seu pôsto de honra, tendo na sinistra o pavilhão de suas crenças, atado à lança da verdade e flutuando aos ventos da liberdade constitucional, e na destra a balança da justiça, tendo por fiel o escudo do progresso”.

Apresentou-se o **Diario de Pernambuco**. (ainda adotava o ponto final no título), em seu primeiro número de 1869, datado de 4 de janeiro, com nôvo cabeçalho. Excluída a faixa de informações gerais, figuraram no seu lugar três linhas de composição, tipo 10, em tôda a largura, contendo os nomes dos agentes da fôlha no interior e nos outros Estados. Novamente abriu a página um retrospecto político internacional, matéria que continuou nas edições seguintes e não deixou mais de ser inserida cada início de ano.

Ainda por algum tempo funcionou a coluna do Partido Conservador, sendo extinta no fim do ano, no decorrer do qual não houve alteração na matéria de rotina. Divulgavam-se raras poesias de José Francisco de Mendonça, Melo



Morais Filho, J. Borges Carneiro, Luiz de Andrade, Joaquim Manuel Vieira de Melo, Eduardo de Carvalho, Godofredo Aultran e outros. A página de Literatura alternava com Jurisprudência, Ciências, Agricultura e Variedades, seções que como no princípio, seriam suprimidas em cada período legislativo, cedendo o lugar aos debates da Câmara federal.

As edições de 14 e 16 de março deram completa cobertura ao regresso do 53.º batalhão de voluntários, divulgando discursos pronunciados durante os festejos da recepção e poemas declamados, inclusive de Vitoriano Palhares. Prosseguiu, no mês seguinte, o noticiário, em grande escala, das comemorações do término da guerra com o Paraguai, continuando, por outro lado, a inserção de pormenores episódicos das últimas lutas travadas, através de correspondências do sul do continente.

No ano a seguir, precisamente a 29 de junho de 1870, um dos raros editoriais do matutino defendeu o monsenhor Pinto de Campos de acusações d'**O Liberal**, a propósito da inclusão do seu nome na lista sextupla de candidatos à eleição senatorial. As edições de 7, 8 e 10 de agosto divulgaram o poema "A Terra — estudos astronômicos", com a assinatura ???, constituído de 364 quadras de sete sílabas, verdadeiro recorde de produção extensa.

Devido a concertos na máquina impressora, a edição do **Diário** de 25 de janeiro de 1871 constou, apenas, de duas páginas, e, por escassez de papel, as de 14 de março a 12 de abril saíram com quatro, quando o normal eram oito.

Críticas à oposição política e ao respectivo porta-voz, **O Liberal**, vinham sendo feitas nos "Comunicados" e "Publicações a pedido". Enquanto isto, liam-se, de raro em raro, poesias de João Batista Regueira Costa, Antônio de Sousa Pinto, Manuel J. de Castro Vilela, Tórres Bandeira, Pelino Guedes, **Francino Cismontano** (pseudônimo de Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos), etc.

A 2 de janeiro de 1872, encabeçou a "Revista Diária" a lacônica nota a seguir: "Começa hoje o 48.º ano de existência do nosso **Diário**. Como nos antecedentes, a marcha de sua redação será a mais imparcial e justiceira possível, quer em relação aos interesses gerais do país e desta província em particular, quer enfim àqueles dos nossos assinantes e leitores".

Com o primeiro número do ano, distribuiu-se uma Folhinha de Porta, como vinha acontecendo e continuou a acontecer durante longo tempo. Noticiava-se, a 11 de junho, a

posse do nôvo presidente da província, desembargador Francisco de Farias Lemos, em substituição ao primeiro vice-presidente em exercício, Manuel do Nascimento Machado Portela. Foi em 1871/72 que apareceram os primeiros artigos de colaboração de Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos (depois chamado Sílvio Romero), focalizando, principalmente, a questão do indianismo.

Em 1873 criava-se nova coluna, denominada “Parte Política”, sob a responsabilidade do Partido Conservador, para defender o govêrno provincial de Henrique Pereira de Lucena, acerbamente atacado pelo ainda trissemanário **A Província** e pelo também periódico **O Liberal Pernambucano**, com os quais travou dura polêmica.

Enquanto isto, **Lessing** (pseudônimo de Franklin Távora) lançava-se, nas “Publicações Solicitadas”, edição de 12 de julho, contra Tobias Barreto, que criticava Alexandre Herculanô através d’**O Liberal Pernambucano** (52). A 2 de agosto, **Um Amigo Dedicado** escrevia “O sr. Tobias e os zoilos”.

Achava-se em efervescência a Questão Religiosa, e a seção paga do **Diário** enchia-se de artigos a respeito, inclusive do advogado Afonso de Albuquerque Melo, com a série “Os jesuítas, a Maçonaria e os poderes do Estado”. Só a 17 de janeiro de 1874 entrou o velho órgão com editorial sôbre o assunto, para ressaltar a atitude do chefe da administração estadual, acusando a do bispo de Olinda, que, sendo “funcionário público”, se recusara “a obedecer às leis e aos tribunais do país”, acentuando, quanto à prisão do prelado, que “a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça foi a solução única e possível na grande luta que tão imprudentemente foi provocada pelo sr. D. Vital, que, na sua propaganda, não encontra apoio na grande maioria da população pernambucana”. (A prisão efetivou-se no dia 1 de janeiro, durante o encarceramento pouco mais de 20 meses, até 17 de setembro de 1875).

No referido 1874, ocorreu uma edição excepcional em dia de domingo, a 5 de julho, com apenas uma página impressa, inaugurando o serviço telegráfico nacional, fornecido pela Agência Americana, ao qual foi acrescido, no fim da segunda

---

(52) Este segundo **O Liberal Pernambucano**, semanário, existiu, apenas, entre os meses de maio e agosto de 1873 (Ver Vol. V: “Periódicos do Recife — 1876/1900”).

quinzena do mês, o noticiário do Exterior, a cargo da Agência Havas. Logo mais, os telegramas do país passaram a ser enviados por correspondentes especiais. Também se instalou, à época, a seção "Instrução Popular", abrindo a primeira página, enquanto os Atos Oficiais passaram a segundo plano. Por outro lado, intensificava-se o noticiário local, continuando a inserção de Correspondências de toda parte.

Não obstante ser um dos diretores do jornal, Filipe de Figueiroa Faria ocupou as "Publicações a pedido", ainda em julho, repelindo insinuações d'**A Província**, no tocante à sua nomeação para o cargo de ajudante de engenheiro fiscal da Estrada de Ferro São Francisco, pelo governo da província. A 10 de agosto de 1875 voltava o referido diretor às colunas ineditoriais, defendendo-se de acusações de Silveira Lobo a propósito de um pedido de subvenção para o **Diário**. Sucederam-se ataques ao jornal adverso (53).

O assentamento da primeira pedra da construção do Hospital de Alienados, em 1874, obra havia algum tempo projetada, mereceu ampla divulgação, incluindo discursos e poesias durante a solenidade.

Escreveu o **Diário**, a 23 de dezembro, que, em consequência de ordens do governo imperial e baseado em documentos comprometedores, apreendidos pela polícia, o presidente Pereira de Lucena expediu portaria em que ordenava a expulsão dos padres jesuitas, acrescentando que a medida, "reclamada pela segurança pública, contra a qual conspiravam aquêles inimigos da sociedade moderna", começara a ser efetivada. Findou o articulista louvando a resolução do governo imperial. Em artigo assinado, no dia seguinte, monsenhor Pinto de Campos fazia um apêlo no sentido de que terminasse o conflito religioso.

No dia 31 publicava-se uma denúncia do promotor público de Olinda, José Vicente Meira de Vasconcelos, contra o cônego chantre José Joaquim Camelo de Andrade, por haver incidido no art. 16 do Código Criminal, deixando de cumprir o aviso ministerial que mandou sustar o interdito proibitório decretado pelo bispo D. Vital contra a irmandade do Santís-

---

(53) **A Província**, em sua edição de 13 de agosto de 1875, assegurou que Manuel de Figueiroa Faria tinha solicitado o apoio do Partido Progressista para a candidatura de um filho ao legislativo provincial, oferecendo-lhe, em compensação, a solidariedade do **Diário de Pernambuco**. A nota a respeito foi transcrita, no dia seguinte, pelo **Jornal do Recife** e pelo **Jornal da Tarde**.

simo Sacramento. Depois de pouco tempo, noticiava-se a pronúncia e prisão do Cônego denunciado.

1875/1884

Ainda focalizando a magna Questão Religiosa, travaram polêmica, de fins de 1874 a princípio do ano de 1875, através das mesmas colunas do **Diario**, Pinto de Campos e o advogado Afonso de Albuquerque Melo. Em data de 8 de janeiro dizia um editorial, contraditando **A Província**, que “os liberais Jesuitas são os que movem os quebra-quilos”, porque a nenhum govêrno interessava a sedição.

Prosseguiu a fôlha com suas 8 páginas, as duas e, às vêzes, três primeiras repletas de matéria sisuda (54), inclu-

---

(54) Num ensaio de crítica (capítulo “O jornalista”), escreveria Faelante da Câmara, na edição d’**A Província** de 1-1-1908 que, em 1875, “a graça, o humor, a ironia cortante não figuravam nos manuais em voga nas salas de redação”, citando o **Diario de Pernambuco** como exemplo:

“Descolorido, sensaborão, como convinha ao órgão do govêrno e, por igual, patrono oficioso das classes conservadoras, que naqueles tempos retrógrados devia descobrir no passo de cagado inconvenientes de celeridade, o seu ar de jusuíta consorciava-se com a feição mazorra dos seus redatores de gravata a **deux tours** e barba a diretório.

“A graça não deveria ser tolerada na mesa eucarística daqueles sacerdotes. A pitada de rapé não poderia coadunar-se com a pitada de sal de Aristófaes.

“Quando o velho e sisudo pai de família, depois de tirar da gaveta os **trezentos e vinte** réis das suas economias para a compra de um número avulso do **Diario**, no balcão da rua das Cruzes, se dava ao gôzo de se ilustrar nas coisas públicas, era no intuito de ler palavras sérias ou ao menos com êsse rótulo. O negociante em grosso, com os seus correspondentes em Manchester ou o retalhista da rua do Queimado, que ia mesmo em mangas de camisa abastecer o seu armarinho no bairro do Recife, só se extasiava com a leitura dos jornais quando via desfilar nos artigos de fundo o esquadrão bizarro dos adjetivos valetudinários.

“Era o tempo em que o elemento de certeza de um fato se podia resumir na seguinte fórmula: — Saiu em letra redonda.

“Não havia a reportagem bisbilhoteira que invade os lugares públicos e as casas de família, o recinto das repartições e a intimidade do lar, no intuito de colhêr notícias de sensação ou coscuvilhices sensaboronas.

“Quando a notícia de um grande escândalo chegava a obter as honras da gazetilha de um dêsses jornais pantafaçudos, tinha a austeridade inconfundível dos cabelos brancos. Todavia só nesse momento era que o representante das pesadas classes conservadoras lhe punha o sêlo da certeza”.

indo, de quando em quando, poesias de Luiz Francisco da Veiga, Sílvio Romero, Antônio Inácio de Tórres Bandeira e outros, sendo mais frequentes as de **Francino Cismontano**. Escrevia sôbre "Medicina" Pereira da Silva.

No ano de 1876 excluiu-se a coluna do Partido Conservador e, em abril de 1877, **Ganganelli** (55) (pseudônimo do Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho) iniciou uma série de artigos, sob o título "A Igreja e o Estado", transcritos do **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, a qual se prolongou até dezembro, atingindo cêrca de uma centena.

Melhorara, então, o aspecto do cabeçalho, com a retirada da nomenclatura dos agentes, que vinha figurando abaixo do título. A partir de 16 de junho de 1878, divulgavam-se artigos sôbre Agricultura, assinados por **Ceresiades**, como se ocultava o comendador Antônio Valentim da Silva Barroca.

A 13 de dezembro, o **Diario** inseriu o seguinte e lacônico telegrama, procedente do Rio: "Faleceram: a 9, aqui na Côrte, Antonino José de Miranda Falcão"... Nem mais uma nota, um comentário, nem então nem depois, a respeito da viagem para a eternidade do fundador do órgão mais antigo da América Latina (56).

Mais algum tempo e F. Belisário começou a escrever, em março de 1876, as "Questões constitucionais". Foram outros colaboradores: Clóvis Bevilacqua e Ciridião Durval. No referido mês, o matutino empenhou-se em polêmica com **O Tempo** (diário filiado ao Partido Conservador), a propósito da proibição do trabalho, aos domingos, no comércio e na indústria.

Em meados de 1880 ocorreu uma hecatombe na cidade da Vitória de Santo Antão, provocada por elementos da política liberal, merecendo o fato ampla cobertura editorial do **Diario de Pernambuco**, o qual extravasou sua maior reprovação no artigo de 1 de julho, em que, entre outras considerações, sentenciou:

"... a indignação contra tais e tão estupendos fatos não tem duas bitolas, não tem mais de um diapasão: afere-se pela mesma medida, tem o mesmo número de vibrações em todos os corações, e por isto o seu tom é o mesmo em todos os espí-

---

(55) Sobrenome do papa Clemente XV — Lourenço Ganganelli.

(56) Segundo Mário Melo ("O fundador do **Diario de Pernambuco**", in "Livro do Nordeste"), Antonino José de Miranda Falcão morreu com 80 anos de idade, em miséria extrema.

ritos refletidos, que, embora torturados pela dor, não podem calar o grito angustioso da reprovação, que se lhes escapa para pedir justiça!

“Não, em Pernambuco, mesmo através das mais cruéis vicissitudes, em meio das lutas terríveis dos partidos de outrora, nunca foram praticados atos de tão grande selvajaria. Disputavam-se os partidos, até com as armas na mão; trucidavam-se mesmo em campo aberto, em plena revolta; mas havia nessas lutas um pouco mais de humanidade, havia mais cavalheirismo, havia mais dignidade de parte a parte, e sobretudo não havia o refolamento dos covardes que espreitam a vítima para matá-la quando tranqüila se apresenta.

“Agora, a coisa foi de outro modo feita. Preparou-se um plano sangrento, fêz-se uma emboscada, um tanto semelhante às que armam as hienas nas selvas; e quando o bote foi descarregado, tinha-se a certeza do resultado: o assassinato de homens importantes para vingar pequeninos ódios, filhos de uma derrota mui legitimamente infligida no campo eleitoral”.

Na segunda parte, o editorialista ressaltou as providências imediatas da administração provincial e a atitude tomada pelo govêrno imperial e pelas duas casas do Parlamento, tudo gerando a convicção de que não ficariam impunes os criminosos, grandes ou pequenos, fôssem quais fôssem.

No dia seguinte, o **Diario** repelia a coluna do Partido Liberal, do **Jornal do Recife**, que procurou empalidecer “as tintas negras do quadro medonho dos acontecimentos da Vitória”.

Em junho de 1881, entrou **Mário** (pseudônimo de Filipe de Figueiroa Faria) a escrever substanciosos comentários políticos sôbre a posição do Partido Conservador em face da atitude dos adversários, que, disfarçados “sob uma capa conservadora”, tentavam, através das colunas do **Jornal do Recife**, “explorar dissidências que não existem”. Nem sempre diáriamente, mas durante alguns meses, o redator do **Diario** focalizou deslises da política liberal, contraditando conceitos expendidos, igualmente, por **O Tempo** e **A Democracia**.

A par de exaustiva matéria noticiosa e política, eram divulgadas, de quando em quando, poesias de Pedro Jaques, Tobias Barreto, Carlos Pôrto Carreiro, Gustavo Adolfo, Francisco Faelante da Câmara Lima, Carneiro de Meneses, Belarmino Dourado, Joaquim Ramos, Belisário Pernambuco, Hen-

rique de Freitas, José Verônico S. Júnior, João Duarte Filho, etc.

Na edição de 18 de dezembro, noticiava-se a posse, no govêrno provincial, de Antônio Epaminondas de Barros Correia (Barão de Contendas), em substituição ao mineiro José Antônio de Sousa Lima.

Ao fechar o ciclo de suas “evoluções no mundo jornalístico”, para encetar “nova jornada de 365 dias de iguais lutas e canseiras”, escreveu o **Diário** longo editorial, a 31 de dezembro de 1881, declarando, em resumo: “Auxiliar a imprensa, ainda mesmo a mais eivada de erros, até mesmo a que possa ser tida por nociva, é um bem, porque é do choque das idéias, é do embate dos pensamentos, é da pugna das doutrinas que nasce a luz que ilumina, moral e cientificamente, o mundo, a luz que esclarece a verdade, atrás da qual corre a humanidade desde o aparecimento do homem na terra”.

A 21 de junho de 1882, a primeira página apareceu circulada de tarja, com emblema fúnebre e a notícia, ao centro, em fortes caracteres, do falecimento (ocorrido no dia 14, a bordo do paquete inglês “Minho”, em viagem para a Europa) de Manuel de Figueiroa Faria, coproprietário e redator do **Diário**, inserindo necrológio na segunda e tarja entre colunas nas demais páginas (57). Não se alterou, todavia, a propriedade

---

(57) O tipógrafo João Paulo de Almeida confeccionou e imprimiu, dias depois, um prospecto em homenagem ao extinto, com as dimensões de 52 x 36, trabalho gráfico de grande beleza, para apresentar aos leitores do **Diário**. Constituiu-se da reedição do primeiro número do matutino, em fac-simile, as quatro páginas em plano formando um quadro, com artística moldura de vinhetas e linhas, em cuja cornija, numa hábil colocação, lia-se: **1825 — 1882 — Tributo de gratidão — Monumento ao dr. Manuel de Figueiroa Faria**. No pedestal à esquerda, estavam as palavras: “O decano da imprensa brasileira apresenta-se ao mundo como nasceu; e, lamentando a perda de uma de suas fortes colunas, diz: — O dr. Manuel de Figueiroa Faria descansa na mansão dos justos, e eu caminharei relembrando o seu nome”. No pedestal à direita: “A imprensa, o principal farol da civilização, saúda o campeão que conta 58 anos de existência; e, acompanhando-o na sua justa dor, diz: — “Caminhai, que o Brasil se orgulha de possuir-te (?) e Pernambuco especialmente se aclara com as tuas luzes”. Finalmente, na base do monumento — verdadeiro monumento de arte gráfica — figuravam o nome do autor da obra e o da empresa.

A **Lanterna Mágica** ocupou a primeira página da sua edição de 30 de junho com excelente litogravura, representada por uma mulher chorando diante de um túmulo; sobre êle, uma pira acesa; ao lado, em primeiro plano, livros, caneta e pena. Abaixo, a legenda: “A memória do dr. Manuel de Figueiroa Faria — A Imprensa pernambucana”.

da empresa, que permaneceu sob a razão de Manuel Figueiroa de (58) **Faria & Filhos**.

Na edição de 7 de julho, Carlos Gomes assinava uma nota de agradecimento às homenagens que recebera em sua passagem pelo Recife. Enquanto isto, o **Diario** vinha divulgando poesias alusivas ao mérito artístico do grande maestro brasileiro, o que ocorrera, igualmente, quanto ao acontecimento precedente (59).

A partir de 1 de janeiro de 1883, o número avulso, que custava \$320 desde longo tempo, baixou para \$200; um ano depois, reduziu-se para \$120 e, finalmente, no primeiro dia de 1885, passou para \$100. O preço das assinaturas, estabelecido em 1867, sofreu modificação, apenas (para fora da cidade), na parcela de “nove meses”, da qual foi retirada a fração de \$250, sendo suprimida a do trimestre.

Tomara incremento, em 1883, a campanha pró-abolição da escravatura. No mês de março, Afonso de Albuquerque Melo iniciou uma série de artigos, nas “Publicações a pedido”, combatendo a definição de atitude d’**A Tribuna**, de João Barbalho Uchoa Cavalcanti, que sugeria a abolição pronta, mas com o menor sacrifício possível. Defendendo a emancipação através de indenizações, Afonso formulou, na edição do dia 29, um projeto de extinção da escravatura para ser executado no período de dez anos, libertando, cada ano, em cada município, dez por cento do elemento servil. Condenou, depois, o manifesto de 5 de abril, da Comissão Emancipadora do Recife, que defendia a emancipação integral por município, já então secundado por colaboradores sob os pseudônimos **Agrícola** e **O Agricultor Nortista**; êste, em artigo do dia 17, sali-

---

bucana chora a perda do mais amável, inteligente e laborioso filho”.

Algum tempo decorrido, noticiou o **Diario**, edição de 2 de setembro de 1882, que “empregados, tipógrafos e revisores” incumbiram Libanio Amaral (famoso desenhista) de executar um retrato, a craim e fumo, de Manuel de Figueiroa Faria, o qual foi exposto na Livraria Industrial, à rua Nova, e oferecido à viúva no dia 14.

(58) Enquanto o ascendente usava o sobrenome **Figueiroa de**, os descendentes preferiram **de Figueiroa**.

(59) Era um costume da época. Os poetas não deixavam passar sem a homenagem do seu estro os grandes acontecimentos nem os momentos culminantes das personalidades nacionais ou provinciais. Não havia solenidade ou entêrro de gente da alta roda sem longas declamações de versos, afora os discursos de encomenda.



entara que “os abolicionistas exaltados” pretendiam arruinar a classe agrícola.

Em linguagem violenta, Afonso de Albuquerque polemizava com **A Tribuna** (trissemanário e, depois, diário) e com **Um abolicionista, do Jornal do Recife**, chamando-o de “bandido”. Mas a campanha findou com a nota de 24 de abril, intitulada “Ao público”, na qual Afonso frisava que o Clube da Lavoura da Escada vinha pagando a inserção de seus artigos diários em dois jornais; entretanto, a aprovação dos estatutos desse órgão tornou patente a exigência do cumprimento da lei de 28 de setembro; diante disso, “não tendo sido possível demovê-los”, retirava-se do Clube, concluindo: “Largo a pena até achar quem, sociedade ou indivíduo, queira pagar a impressão de meus escritos, combatendo os excessos, assim do abolicionismo como do escravocratismo, onde quer que êle se manifeste”.

A redação, pròpriamente, do **Diario** não se manifestava sôbre o assunto. A 12 de julho, **Cincinatus** iniciou uma série de artigos, intitulados “Emancipação dos escravos”, em resposta a H. B. Rohan, da **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, através da transcrição dêste no **Jornal do Recife**. Dizia êle, inicialmente, que a extinção, de chôfre, seria “extinguir, matar a principal força produtora da lavoura, sem pesar os mais vitais interesses do país”.

Outra polêmica intensa, mas de caráter jurídico, foi mantida, seguidamente, nos meses de junho e julho, pelo professor José Joaquim de Oliveira Fonseca, com os professores Henrique Milet e J. J. Seabra, os quais emitiam seus pontos de vista pelas colunas do **Jornal do Recife** (Ver Vol. II: “Diários do Recife — 1829/1900”).

As “Publicações a pedido” eram o ponto de convergência dos polemizadores, políticos ou não, ocupando longo espaço do jornal. Ali fazia-se a defesa da administração provincial do desembargador José Manuel de Freitas, em artigos com a assinatura L., contradizendo críticas d’**O Tempo**. Enquanto isto, Tobias Barreto entrava em polêmica com padres do Maranhão (artigos d’**A Civilização**, transcritos no Recife), ajudados por **Sacerdos Pernambucensis** e outros padres locais. Bateu-se, ao mesmo tempo, com **Hunger** (pseudônimo do médico Antônio Siqueira Carneiro da Cunha), tudo a propósito de um discurso de paraninfo do ilustre sergipano, publicado na edição de 23 de junho. O **Diario** republicou, naturalmente como matéria paga, uma série de versos assinados pelo

Dr. Lourenço Furtado de Mendonça, que levava Tobias a um redículo inominável, e outra de artigos de Joaquim de Albuquerque (o padre Fonseca), que atacou o mestre por todos os lados. Muito se escreveu em tórno da questão, através de pseudônimos, ora criticando ora apoiando os princípios defendidos no discurso.

Além dessa atividade, decorrida no segundo semestre do ano, Tobias Barreto escreveu sôbre “Pontos de Direito Romano”, rebatendo o filósofo José Soriano de Sousa, e, na página literária, assinou a série “Ensaio da pré-história da literatura clássica alemã”, prosseguindo pelo ano seguinte, com diferentes assuntos, ora jurídicos, ora literários, inclusive as “Glosas heterodoxas a um dos motes do dia”.

No período de 1883/1884, apareciam peças literárias, em prosa, de Bento Américo; T. de Magalhães, com a série “Viagem ao Egito”; França Júnior, Spencer Neto e outros, além de transcrições diversas e dos folhetins, jamais interrompidos, divulgando romance atrás de romance; e poesias assinadas por Luiz Baltar, Zeferino Cândido Galvão Filho (cujos primeiros vãos dataram de abril de 1883), Joaquim Tiago da Fonseca, Figueiroa Sobrinho, André Catanho, Magalhães Pôrto, Camerino Sobrinho, Rangel Sobrinho, Paulo Pereira (“Humorismo”), Olímpio Bonald, Amaro Pessoa, A. Carlos, Dias Barroso, Alcedo Marrocos, etc.

Em princípio de 1884, o **Diário** substituiu sua tipagem, inaugurando “nova jornada aparelhado de nôvo material”, sem alterar, porém, o formato (60). E desprezou, desde a primeira edição do ano, o inexplicável ponto final do título. Nos meses de junho/julho inseriu, na oitava página, um “Esboço cronológico de Pernambuco”, da autoria de Antônio do Carmo Serafim e Silva, cujas informações, quanto à imprensa pretérita, pecam pela omissão e pelo erro. Chegou êle a registrar que o **Diário de Pernambuco** começou a publicar-se no dia 12 de setembro de 1824...

Ante a expectativa de eleições próximas, intensificou-se a literatura política das “Publicações a pedido”, e, precisamente a 1.º de outubro do referido ano, Afonso de Albuquerque Melo iniciou longa série de artigos contra a candidatura a

---

(60) Achando que o formato do **Diário** era muito grande, e para dar menos trabalho ao leitor, a “Encadernação Comercial” fundou, em novembro de 1884, **O Neto do Diário**, nas dimensões de 13 x 9, do qual saíram poucos números (Ver vol. V: “Periódicos do Recife — 1851/1875”).

deputado geral de José Mariano Carneiro da Cunha, a quem atacou desabridamente, terminando sua catilinária de 18 de novembro por pedir votos para si próprio aos eleitores: “Vinde, que venceremos o escravocrata fazendeiro”; “vinde com o vosso voto em segrêdo”; “não é preciso ficar mal visto de alguém a quem não podeis dizer que não; sustentai de público as promessas feitas aos grandes e votai ficando em paz com a vossa consciência e bem com Deus”.

A 30 de outubro, na seção “Variedades”, da oitava página, começou P. S. de A. Galvão (Pergentino Saraiva de Arroxelas Galvão) a divulgar “Os provérbios da língua portuguesa com um apêndice dos de origem brasileira”, reduzidos a versos, publicação extensa, que se prolongou até o ano seguinte. Em novembro, ainda de 1884, voltou o comentarista Mário (Filipe de Figueiroa Faria) à seção “Comunicados”, para defender “a bandeira conservadora” contra ataques de Gladstone (pseudônimo de Fernando de Castro Pais Barreto), no **Jornal do Recife**, ocupando-se, igualmente, da questão servil e seu aspecto político.

## 1885/1894

Como ocorria desde muitos anos, a primeira edição de 1885 foi iniciada, continuando por vários dias, com o “Retrospecto político” do ano anterior, seguido do “Retrospecto comercial” redigido, sempre, por Antônio de Sousa Pinto, que tinha, igualmente, a seu cargo a seleção da matéria literária.

Nas “Publicações a pedido”, Henrique Pereira de Lucena divulgou longos artigos em defesa das acusações que lhe movia Sigismundo Gonçalves, através da Câmara Federal e do **Jornal do Commercio**, do Rio. “A questão das carnes verdes” vinha merecendo editoriais do **Diario**, contra o monopólio existente, assunto largamente debatido pelos interessados, nas colunas pagas. Na página competente, liam-se artigos de literatura de Alfredo Falcão, Gaspar Regueira, Silva Leitão e outros, e poesias de Moreira de Vasconcelos, Figueiroa Sobrinho, Jorge Ramel, Higino Cunha (em francês), Cândido T. dos Reis, José de Castro e Silva, Edístio Martins, Gonçalves Lima, Luiz Bastos e Piolym Donalb (Olímpio Bonald). Procedente de Hamburgo, na Alemanha, divulgou-se, na seção “Variedades”, da oitava página, a 29 de agosto do referido

ano, a primeira produção literária de Alfredo de Carvalho, sob o título “Vitor Hugo — traços biográficos” (61).

Em julho de 1886, um dos diretores do órgão, Filipe de Figueiroa Faria, apresentava-se candidato à Câmara Federal, sendo eleito. A partir de novembro, um Aviso da empresa oferecia vantagens aos novos anunciantes, inclusive o abatimento de 1\$000 aos do interior da província que pagassem adiantado um semestre. O jornalista avulso Afonso de Albuquerque Melo, que aparecia, de vez em quando, assinando longos artigos, sobre assuntos diversos, nas “Publicações a pedido”, voltou a divulgar, no segundo semestre do referido ano, outra série de catilinárias contra o líder político José Mariano.

Prosseguiu intensa a jornada do **Diario de Pernambuco** em 1887, inserindo artigos de polêmica contra a coluna do Partido Liberal do **Jornal do Recife**, mas sem a responsabilidade da redação, que se mantinha neutra. Apareciam nas “Publicações a pedido” artigos e notas de diversos feitios, firmados por pseudônimos como **Sócrates, Themis, Juvenal, Cação, Salisbury, O velho da montanha, Um amigo, Um liberal, Harrisen, A alma do Bodé, A verdade**, etc. O último, em substancioso artigo de 10 de setembro, chamava Joaquim Nabuco “aventureiro político”. Na parte competente, liam-se poesias de Severino de Araújo, João Pessoa (da Paraíba), Guesnes Júnior e, mais freqüentemente, de Manuel Cavalcanti de Melo Filho. Artigos sobre Jurisprudência eram assinados por Joaquim Correia de Araújo; e não faltavam sempre “Comunicados”, os mais diversos, contra o **Jornal do Recife**. Em data de 28 de outubro, noticiando a posse do novo presidente da província, Inácio Joaquim de Sousa Leão, escreveu o **Diario** que a administração de Pedro Vicente de Azevedo, de apenas um ano, fôra “benéfica, porque soube ser justiceira, previdente e criteriosa”.

A oitava página continuava a manter seu padrão, divulgando Jurisprudência, Variedades e, principalmente, Literatura, esta com artigos ou crônicas de J. Tiago da Fonseca,

---

(61) Numa nota de pé de página, escreveu o **Diario de Pernambuco**: “O escrito que se vai ler é de uma criança de pouco mais de 14 anos. Seria injustiça exigir mais de idade tão tenra. O menino-autor mostra já uma inteligência cultivada e capaz de grandes produções no futuro. Há nêle alguma coisa da admirável precocidade que distinguiu o grande gênio cuja brilhante vida inspirou a estréia literária do sr. Alfredo de Carvalho”.

Laura da Fonseca, Manuel Ferreira Ribeiro, José Augusto Pôrto Carreiro e outros, além de transcrições; poesias de Ovídio Filho, **Odlareg Midnal** e Baron G. J. d'Herpent (em francês), e charadas, a cargo de Trigo de Loureiro. Findou, porém, a 31 de maio de 1888, o fastígio dessa oitava página, cuja matéria foi substituída por anúncios, respeitado, apenas, o rodapé, onde apareciam sucessivos romances, o que não sofreu solução de continuidade pelo tempo a fora. Em compensação, criaram-se, nas páginas comuns, novas seções, como "Indústrias e Artes", "Religião" e "Finanças", esta iniciada com uma série de artigos de Francisco Amintas de Carvalho Moura, vindo depois "Ciências", com a série "Economia política", de Henrique Milet, raros trabalhos de Literatura e, diàriamente, a seção "Um pouco de tudo".

A abolição da escravatura (13 de maio de 1888) foi grandemente exaltada pelo **Diario**, que fêz divulgar um boletim, na cidade, contendo telegramas recebidos às 13 1/2 horas, logo após a aprovação, pela Câmara Federal, do projeto. Outro boletim foi distribuído às 23 horas, com telegrama sôbre a sanção da lei pela princesa Isabel. Após o grande acontecimento, o matutino só voltou a circular no dia 17, em virtude das "festas da liberdade", para que seus operários delas participassem. Em compensação, acompanhou a edição do dia um número especial, dedicado ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

Nesse ano, o matutino divulgou alguns artigos de Joaquim Nabuco e, de 1 de julho até 9 de dezembro, aos domingos, o rodapé "Cartas sem arte", admiráveis crônicas de Carneiro Vilela, que ainda apareceu no primeiro domingo do ano seguinte, mas não prosseguiu.

Na última edição do ano — 30 de dezembro — lia-se a nota seguinte: "Aquiesscndo aos desejos manifestados pelos nossos empregados, e também para que possamos resfolegar um pouco, não daremos fôlha na próxima têtça-feira, dando-a sòmente na quinta-feira, por estarem fechadas as nossas oficinas nestes três dias. O tempo será aproveitado para efetuarmos a mudança completa do tipo do **Diario**, que aparecerá no dia 2 de janeiro inteiramente nôvo".

Em sua segunda edição de 1889, dia 3, elogiou a administração provincial do desembargador Joaquim José Oliveira de Andrade, então substituído por Inocêncio Marques de Araújo Góis, homem que "não tinha duas palavras, mas uma só" (segundo a edição de 25 de janeiro), o qual, por sua vez,

só permaneceu como presidente até 25 de abril, quando entregou a função a Inácio Joaquim de Sousa Leão (Barão de Sousa Leão), chamado ao govêrno, pela quarta vez, na qualidade de vice-presidente. Êste, porém, como era das praxes de efemeridade da época, não foi além de 22 de junho, substituindo-o Augusto de Sousa Leão, que por sua vez transmitiu o pôsto, no mês seguinte, ao Conselheiro Manuel Alves de Araújo, depois Barão de Caiará, tendo êste conseguido manter-se no poder até 15 de novembro. Precisamente nesta data, ainda nomeado pelo govêrno imperial, assumiu a presidência de Pernambuco o líder político Sigismundo Gonçalves, cuja gestão durou apenas 32 horas. É que, proclamada a República, viu-se designado, no dia 16, para o govêrno provisório local o coronel José Cerqueira de Aguiar Lima, e êste, pouco tempo depois, o transmitiu ao marechal José Semeão de Oliveira.

No primeiro semestre do referido 889, Carlos, depois Carlos d'Auberville (pseudônimo de Joaquim Tiago da Fonseca), redigia a seção "De domingo a domingo" (62), que não demorou, mas reapareceu no ano seguinte; Henrique Milet escreveu a série de artigos "Questões filosóficas"; Afonso de Albuquerque Melo voltou aos "a pedido", com as "Notas de sentimento"; liam-se artigos redacionais sôbre o empréstimo estadual, em contradita a **A Província**, e sôbre "A questão da farinha", em debate com o **Jornal do Recife**, além de serem focalizados outros assuntos, de natureza política ou econômica, mantida a defesa do govêrno provincial nos "Comunicados" e "Publicações a pedido", onde vieram a aparecer, já em setembro, pequenas notas assinadas por **Jokomensek** (pseudônimo de M. Pinto C. Pessoa), sob o título "Altos e baixos", logo suspensas porque êle pretendia fazer oposição ao govêrno. Na mesma seção o conselheiro Rosa e Silva rebateu, em alguns artigos, asserções de Lourenço de Sá (êste pelo **Jornal do Recife**), chamando-o (edição de 25/9) "estelionatário político". Gaspar de Drumond escreveu sôbre o "caso Crispim", tão focalizado pela **A Província**; e Ceciliano Mamede sôbre a "Companhia do Beberibe", questão da qual se ocupava tôda a imprensa, em face da poluição das águas. Foi nesse ano que o **Diário** incluiu no seu noticiário a seção

---

(62) As crônicas "De domingo a domingo" foram enfileiradas em livro no ano seguinte.

pioneira "Sport", ocupada com o movimento hípico então iniciado no Recife.

Ainda a 16 e 17 de setembro, comentando telegramas procedentes do Rio de Janeiro, dizia o **Diário** que uma revolução seria a "conseqüência fatal" da origem suspeita do gabinete liberal de 7 de junho, acentuando, num segundo editorial, que o Brasil precisava de paz pública e esta só poderia vir com "o concurso dos elementos libertadores". Finalmente, veio a proclamação da República, tendo a empresa divulgado boletins vespertinos com o noticiário telegráfico dos acontecimentos (63). Na edição de 19 de novembro, sob o título "Consumatum!...", escrevia o articulista: "A república tem carência de ser conservadora"; do contrário, não subsistiria. Foi então retirado do cabeçalho o emblema das armas imperiais.

A partir de 24 de dezembro, dizia uma nota de abertura da primeira página que o **Diário** resolvera "mimosar aos seus assinantes" que pagassem "adiantado um ano de assinatura com um volume, à escolha de cada um, de diversos romances e outras obras literárias", costume que permaneceu durante vários anos.

Iniciado 1890, sofreu ligeira alteração o preço da assinatura anual, que passou a ser de 23\$000 para a "capital e lugares onde não se paga porte" e de 26\$000 para "dentro e fora do Estado". Após descansar algum tempo, voltou Afonso de Albuquerque, em fevereiro, a assinar as "Notas de sentimento", então com o sub-título "Deus e a República". Já no segundo semestre, de agosto a setembro, liam-se "Questões de Direito Internacional", por **Bias**.

Rescindido, pela administração do Conselheiro Alves de Araújo, o respectivo contrato, o **Diário** deixou de ser órgão oficial a 20 de março do referido ano, mas recuperou tal posição nos primeiros dias de agosto, quando assumiu o governo o Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena), para isto desistindo da ação de perdas e danos que propusera à Fazenda. E defendeu esse governo, atacado pelo **Jornal do Re-**

---

(63) Um Boletim do **Diário**, datado de 17-11-1889 e impresso em papel almaço, com duas colunas de composição, na altura de trinta centímetros, acha-se exposto, emoldurado, no saguão do prédio do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Nêle se encontra a proclamação do marechal Deodoro da Fonseca, que assumira a chefia do Governo Provisório da República. Só um ano após ascendeu à Presidência Constitucional, eleito por sufrágio indireto.

cife, chegando a escrever, quando o substituiu o desembargador José Antônio Correia da Silva, a 24 de outubro, num "Comunicado" a propósito de sua administração de apenas dois meses e dezoito dias: "Foi um período criador"; "uma quadra eleitoral pacificamente conduzida"; uma "administração sem exemplo nos anais desta terra!", citando-lhe uma porção de realizações.

Criada a seção "História", o matutino divulgou, no fim do ano, o estudo sob a epígrafe "Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco" (64), de autoria de Francisco Augusto Pereira da Costa.

A 1.º de janeiro de 1891, explicava uma nota da primeira página que, como o fizeram os demais proprietários de tipografias, a empresa atendera às justas reclamações dos seus tipógrafos, aumentando-lhes o salário; todavia, apesar do ônus criado, mantinha a mesma tabela de assinaturas e anúncios.

No artigo de fundo da mesma edição, intitulado "O ano de 1890", lia-se: "Foi, não há constestá-lo, um ano feliz para o Brasil o que acaba de volver ao passado, até porque rara vez e sem caráter inquietador, pois não denunciou doença profunda, foi perturbada a ordem pública, que em geral se manteve bem, a despeito dos pruridos dos noveleiros, sempre dispostos a verem sombrios os horizontes como que prenunciando desgraças". Noutro tópico: "As instituições criadas a 15 de novembro de 1889 ganharam imenso na consciência nacional; e o futuro se nos apresenta agora com melhores incentivos e mais esperançoso delineamento". O editoria- lista focalizou tôdas as ocorrências políticas, concluindo por desejar que 1891 fôsse um feliz continuador do ano que findara.

Na seção "Variedades", publicou Dantas Barreto, a partir de 25 de janeiro, alguns artigos, intitulados "Viagem pelo rio São Francisco", de volta da missão que lhe confiara o govêrno, como oficial do Exército, acompanhado de tropas, "para restabelecer a ordem e a disciplina" na vila de Jatobá.

Não obstante a modificação da oitava página, mostrava-se o **Diário** bem variado, divulgando bastante matéria, a saber: Serviço Telegráfico; "Instrução Popular"; Atos Oficiais;

---

(64) O estudo em tela fôra dado à estampa quinze anos antes, no **Jornal do Recife**, edição de 1 de outubro de 1875, reduzido o título para "Estabelecimento da Imprensa em Pernambuco".



“Indústrias e Artes”; “Revista Diária” (noticiário desenvolvido); “Um pouco de tudo” (onde saíam raros versos); “História” (artigos de J. Tiago da Fonseca); Jurisprudência; noticiário especial dos municípios do interior do Estado; noticiário parlamentar; às vészes “Política”; Bibliografia; extensa seção comercial e “Comunicados”. No primeiro trimestre do ano mencionado, período pré-eleitoral, esteve repleta a seção “Publicações a pedido”, de artigos e proclamações de candidatos e cabos eleitorais.

Num “Comunicado” (sem assinatura) de 9 de abril de 1891, arrematando uma série de artigos, o matutino fazia a defesa do govêrno no caso da concessão de auxílios para a criação de usinas de açúcar, em resposta a acusações do **Jornal do Recife**. Não responderia, porém, aos doestos e insultos. Também nesse mês, desde a edição do dia 18, **Ignotus** divulgou a série “A imprensa oposicionista perante a história”. Outros “Comunicados” eram assinados por **Civis**. Já antes, **Ignotus Civis** escrevera a série “A republicanização do Brasil perante a história” (depois divulgada em livro), além de artigos políticos. Ocultava-se nesses pseudônimos Francisco Amintas de Carvalho Moura.

Mais dois meses e o **Diario** congratulava-se com a aprovação e promulgação da Constituição estadual, que tornou “a ex-província de Pernambuco um Estado autônomo na União Federal Brasileira”; com a eleição do Barão de Lucena e do desembargador José Antônio Correia da Silva, para governador e vice-governador, e com a decretação do feriado de 17 de junho. Verificada a renúncia do Barão de Lucena, que não chegou a governar, o Congresso elegeu, a 18 de setembro, o desembargador, que já vinha exercendo o govêrno desde meses atrás.

A 26 de junho, voltaram a figurar, para a assinatura anual, os preços de 24\$000 e 27\$000, respectivamente, dentro e fora da cidade, e se restabeleceu a parcela de nove meses: 20\$250.

Sobrevieram, em dezembro de 1891, graves acontecimentos políticos, que levaram Floriano Peixoto, no exercício da Presidência da República em consequência da deposição de Deodoro da Fonseca, a designar uma Junta Governativa para Pernambuco, e o **Diario**, aparentemente neutro, noticiando os fatos com certa isenção de ânimos, polemizou, rijamente, com **A Província** e com o **Estado de Pernambuco**, através dos chamados “Comunicados”. Com o segundo dos

referidos jornais, manteve J. Tiago da Fonseca, um dos redatores do **Diario**, aceso debate nas “Publicações a pedido”.

Iniciou Sílvio Romero, a 29 de dezembro, uma série de artigos, sob a epígrafe “Considerações sôbre o ensino público”.

Estreou o ano de 1892 nova tabela de assinaturas, a saber: Para a capital e lugares onde não se paga porte: três meses adiantados — 6\$000; idem, vencidos — 7\$000; ano adiantado — 24\$000; idem, vencido — 28\$000; para lugares onde se paga porte: seis meses adiantados — 13\$500; idem, vencidos — 15\$500; ano adiantado — 27\$000; idem, vencido — 31\$000.

Continuaram os “Comunicados”, então sob o título “Notas para a história da revolução de 18 de dezembro”, com acres censuras a **A Província** e aos seus diretor e redator-chefe, José Maria e José Mariano, acusado, principalmente, o primeiro, como provocador das ocorrências do Recife. A 21 de abril noticiava-se a posse do governador Alexandre José Barbosa Lima, cuja administração, consoante um “Comunicado”, era o “complemento da revolução de 18 de dezembro”, para firmar “a doutrina republicana em Pernambuco”.

Escrevendo, de quando em quando, séries de artigos de crítica, ora política, ora financeira, ora social, Afonso de Albuquerque Melo, em longa estirada nos “a pedido” do **Diario** de 28 de abril, apresentou-se candidato a senador. Frisou que, havia quinze anos, se vinha candidatando ao Congresso, “para servir à pátria”, e só conseguiu uma segunda suplência. Foi deputado à Assembléia Legislativa apenas vinte dias, lá brigando com os partidos Liberal e Conservador.

Voltaram a ocupar vasto espaço da seção paga “A questão do gás” e a “Companhia do Beberibe”, dizendo um articulista, a 29 de abril: “... o povo está sendo envenenado”.

Tendo “em vista a extraordinária elevação dos preços de todos os artigos que necessários se tornam à publicação de uma fôlha e tendo, principalmente, em consideração a alça de 37% obtida de 1891 até hoje pelo pessoal tipográfico em seus respectivos salários”, o **Diario** aumentou, a partir de 1 de maio, a tabela de publicações pagas, que, de acôrdo com os demais diários da capital, ficou sendo a seguinte, por linha: Solicitadas — \$150; anúncios para os assinantes —

\$080; idem para não assinantes — \$120; editais, declarações e leilões — \$100; avisos — \$200; memoriais — \$250.

A data comemorativa da abolição da escravidão, declarada, no terceiro ano, feriado nacional, mereceu destaque do matutino, que divulgou, na primeira página, artigos de J. Tiago da Fonseca, Figueiroa Sobrinho, Alfredo de Toledo e Maria Amélia de Queiroz. Ao mesmo tempo que noticiava as solenidades levadas a efeito, o **Diário** anunciou haver circulado um jornal especial — o **13 de maio** (ver Vol. VI: “Periódicos do Recife — 1876/1900”) — redigido por jornalistas e membros das associações abolicionistas, o que constituiu uma iniciativa da imprensa local, nada obstante alguns órgãos lhe terem negado apoio, ocorrendo, em consequência, ligeira polémica com **A Província**, através de artigos de Figueiroa Sobrinho, seguidos dos de J. Tiago da Fonseca, em série, sob a epígrafe “As festas de 13 de maio”.

Em artigo de 8 de junho de 1892, sob o título “A Imprensa”, Figueiroa Sobrinho escalpelou o anonimato e a diatribe, como “duas traças terríveis do grande livro das civilizações”. Concitando a extinção de tais vícios, o redator co-proprietário do **Diário** apontava o meio mais prático de dar-lhes cabo: “É os srs. proprietários e redatores de jornais não aceitarem absolutamente a verrina, seja lá qual fôr a procedência, seja qual fôr a condição”. E concluiu, depois de amplas considerações: “Os nossos bons companheiros, os nossos laboriosos operários, em nome da “União Tipográfica”, já iniciaram uma campanha nesse sentido, em sessão de 29 de maio, tendo em vista o soerguimento dos créditos da imprensa pernambucana. Honrosa, esta atitude constituirá trincheiras inexpugnáveis em torno da nossa imprensa, impedindo o passo aos seus ludibriosos inimigos. Só assim desaparecerá a verrina e, com ela, o anonimato”.

Em outro artigo, no dia 11, Figueiroa Sobrinho defendeu seu ponto de vista, contra opiniões em contrário. O escritor continuou a ventilar temas diferentes, em artigos da primeira página, alternando-os com J. Tiago da Fonseca.

Por intermédio de uma comissão especial, da qual participava João Ezequiel de Oliveira Luz, a União Tipográfica Pernambucana dirigiu longo memorial aos “proprietários de oficinas tipográficas e redatores de jornais”, inserido no **Diário de Pernambuco** de 28 de julho, fazendo longa exposição dos males causados à imprensa pelos excessos de linguagem, para concluir pedindo não aceitarem escrito algum “em lin-

guagem livre, baixa ou de sentido ambíguo”, cuja interpretação pudesse ser “ofensiva à reputação e caráter de quem quer que seja, sem distinção de côr política, de seita religiosa ou de posição social”. A medida estendia-se à extinção do anonimato, tudo valendo pela “regeneração da imprensa”.

Abaixo do memorial, divulgado nas “Publicações a pedido”, vinham, de per si, as respostas emitidas pelas diversas emprêsas jornalísticas, tôdas alegando não lhes caber a medida porque os respectivos jornais não abusavam de linguagem. O próprio **Diario**, que esposara a campanha, não reconhecia, “com relação a si, a necessidade que sugeris e tendes por profícua”, opinião subscrita pelo **Jornal do Recife**. Por sua vez, **A Província** acentuou que o anonimato já estava abolido por lei do Estado (65) e, quanto aos excessos de linguagem, “nada mais irrealizável do que pretende a classe tipográfica”. Tal ponto de vista foi confirmado pela **República** e pelo **Estado de Pernambuco**. Outras declarações fizeram **Era Nova**, **o Commercio de Pernambuco** e a **Gazeta da Tarde**, emprêsa esta última que achou haver a classe dos gráficos invadido “uma alçada superior”, terminando assim frustrado o movimento.

Enquanto isto, prosseguia a polêmica com o **Jornal do Recife**, que atacava o govêrno estadual. Sucessivos artigos, nos “Comunicados” e nas “Publicações a pedido”, viam-se inseridos no **Diario**, visando principalmente à personalidade de Martins Júnior, então à frente do órgão oposicionista, firmados com pseudônimos, tais como **Justos**, **Argus**, **Nestor**, **Benjamin Constant**, **Washington**, **Nunes Machado**, **Silva Jardim** (66) e outros, ou sem assinatura.

Mostrava-se, então, mais variada e interessante a matéria do **Diario**. Em junho do referido ano, ocorria a série de artigos de Sílvio Romero intitulada “Partidos políticos na República brasileira”, a que se seguiram outros, sôbre Filosofia. Liam-se também trabalhos, em prosa, de Melo Moraes Filho e Maria Amália Vaz de Carvalho; poesias de

---

(65) Uma lei à qual ninguém obedecia...

(66) Estranhável, a aplicação de nomes de ilustres desaparecidos, como pseudônimos. Silva Jardim, por exemplo, o grande republicano, faleceu a 1 de julho de 1891 e, um ano depois, já **firmava** artigos sôbre a política de oposição ao govêrno estadual. Esse método foi introduzido, aliás, por Faelante da Câmara, n’**A Província**, o qual usou, em 1888, o travesti **Lincoln**.

Corina de Alencar, **Efe Esse**, Carlos Mariz e Manuel Arão; ensaios de Direito, de Clóvis Bevilaqua; artigos de Medicina, de Nina Rodrigues; e de Jurisprudência, de Materno de Carvalho, ao passo que Afonso de Albuquerque Melo voltava, de vez em quando, com prolixos “a pedido”. Pertencia, já, ao corpo redacional, o professor Artúnio Vieira.

Tendo perdido, seis meses antes, o respectivo contrato, voltou o **Diário** a publicar os atos do govêrno, como órgão oficial, a partir de 28 de junho do referido ano.

A edição de 26 de outubro, ainda 1892, divulgou, precedendo o editorial do dia, o seguinte ofício, assinado pelo coronel Julião Augusto de Serra Martins, comandante do 14.º Batalhão de Infantaria, e dirigido ao governador do Estado: “Considerai-vos prêso, em vosso palácio, à ordem do marechal Presidente da República, pelos insultos que me dirigistes nos jornais do Recife de 23 e de hoje, 25, cujos documentos enviei ao comandante do Distrito, para os devidos fins, o que tudo já participei por telegrama ao mesmo marechal”. O Governador Barbosa Lima mandou cópia do “estranho ofício” ao Comandante do 2.º Distrito Militar, que imediatamente destituiu aquêle oficial do comando e mandou prendê-lo.

Janeiro de 1893 foi iniciado com a “Crônica da semana” (aos domingos), de Manuel Arão, nôvo redator do matutino, que também passou a escrever a nota Quotidianas” e poesias. Mais colaboradores foram surgindo, como João Emiliano, Mateus Coimbra, Olímpio Galvão, João da Silveira Borges Távora (Jurisprudência), Demóstenes de Olinda, José Coelho, Celso Vieira, Júlio Pires (“Lingüística”), Ernesto de Paula Santos, outro redator; Artur Bahia, Paulo de Arruda, Targélia Barreto de Meneses, Epaminondas de Albuquerque, Augusto Aristeu, etc.

Acontecimento pela primeira vez verificado no Recife foi a inserção, no **Diário**, edição de 4 de abril de 1893, de um anúncio de página inteira — a oitava. Coube tamanho ranço de publicidade à “Companhia Usina Cansação de Sinimbu”.

Em setembro dêsse ano, ocorreu forte polêmica com o **Jornal do Recife**, a propósito da revolta da esquadra brasileira. Mas, no artigo do dia 22, intitulado “Última verba”, dizia o **Diário**: “... o confrade apanhou nas sargetas das ruas uma porção de lama e jogou-a contra nós. Cedemos-lhe a palma da vitória nessas batalhas de lama”. Só vol-

taria quando o oponente adotasse “práticas mais decentes”; ainda assim, teria o cuidado de munir-se de alguns frascos de ácido fênico para preservar-se dos “micróbios da lama”.

Consoante nota redacional, divulgada dias seguidos, o encarecimento geral da vida em todos os setores, inclusive o aumento do salário dos tipógrafos, o depreciação do papel-moeda e a elevação dos direitos de entrada do material necessário à imprensa impuseram ligeira modificação nas tabelas de preços, para começar a 1.º de outubro, a saber: assinaturas para a cidade: ano — 30\$000; semestre — 15\$000; trimestre — 8\$000; para “os lugares onde se paga porte”: ano — 33\$000; semestre — 16\$500; trimestre — 8\$800, continuando a 100 réis o número avulso. Publicações pagas, por linha: “A pedido” — \$180; anúncios para assinantes — \$100; para os não assinantes — \$150, editais — \$150; memoriais e avisos — \$250; leilões e declarações — \$120.

Dando completa cobertura aos acontecimentos do Rio de Janeiro, o **Diário** noticiou, lacônicamente, a prisão de José Mariano e de Gonçalves Maia, redatores d'**A Província**, apontados como cúmplices da revolta da esquadra.

Foram outros colaboradores: Rodolfo Galvão (“Higiene pública”), Odilon Nestor, Severino Barbosa, Pedro d’Able, Artúrio Vieira, etc., tendo começado a 13 de janeiro de 1894 o “Retrospecto literário” do ano anterior, assinado por Olímpio de A. Galvão.

Nesse ano, precisamente a 11 de março, estreou a seção “Página do domingo” (a oitava do jornal), sob a direção de João Batista Regueira Costa, êle próprio assinando poesias e uma série de artigos sôbre “Pré-história”, e mais a colaboração de Ernesto de Aquino Fonseca, com a tradução do drama, em cinco atos, “Hernani”, de Victor Hugo; artigos de sociologia, por Clóvis Bevilaqua; poesias de Antônio Peregrino Maciel Monteiro (transcrição), Almeida Cunha, José de Vasconcelos, Aderbal de Carvalho, Joaquim da Costa Ribeiro, **Francino Cismontano** (postumo), Alfredo de Sousa, F. Otaviano de Almeida Rosa, Luiz Guimarães Júnior, João Cândido e outros. Essa interessante seção, todavia, não passou da edição de 23 de dezembro, voltando a página a ser ocupada por anúncios, como nos dias úteis, apenas contrabalançada com o eterno folhetim-rodapé. A época, ocupava Pedro Brasil a chefia da oficina gráfica.

Na segunda página foram introduzidas as seções “As

efemérides pernambucanas”, por Melquisedec de Albuquerque Lima, e “Filosofia”, a 5 de agosto, com a série “Descoberta do paraíso terrestre e da língua primitiva falada desde Adão até Babel”, traduzida do francês por A.C.A.P.

1895/1904

Iniciado 1895, ainda figurava, como matéria principal, o “Retrospecto político”, divulgado através de inúmeras edições, com o relato das ocorrências principais dos países da Europa, América e Ásia. Havia, igualmente, um “Retrospecto comercial”. Surgiram, nesse ano, versos de Francisco Barreto de Meneses. Nas edições de 18 e 19 de janeiro, alguém, com assinatura de asteriscos (\*\*\*), divulgou duas crônicas, intituladas “A questão literária”, defendendo os intelectuais do Grêmio Tobias Barreto, atacados pelo vespertino *A Cidade*, principalmente Manuel Arão e Ernesto de Paula Santos.

Os fatos de 4 de março, quando foi assassinado José Maria de Albuquerque Melo, tiveram a cobertura noticiosa precisa do *Diário*, sem comentários, a não ser nos “a pedido”. Só dez dias depois, o matutino lançou extenso editorial, na primeira página, no qual declarou não ser mais possível “sopitar as mágoas”; precisava desabafar, em benefício do seu caráter. Referia-se ao “inaudito acontecimento” da rua 24 de Maio, defendendo-se e defendendo o governo dos baldões de que eram vítimas, das “infundadas suspeitas e dos sopitados ódios”. “Presos pela gratidão” a Barbosa Lima, não podiam os do *Diário* abandoná-lo “no momento mais crítico de sua administração”; não, S. Ex.<sup>a</sup> não teria interesse em autorizar o assassinio de José Maria, o “que seria bastante para obrumbar os brilhos do seu governo” e “só isto bastava para salpicar de sangue as idéias do seu partido”. Após lembrar os momentos difíceis d’*A Província*, em que o *Diário* esteve ao seu lado, acentuou: “o órgão oposicionista não se farta de doestar-nos”, concluindo que não eram “desnaturados irmãos de Guttenberg” (67).

---

(67) Mais tarde, a 30/12/1904, comentaria **Talião**, nas “Publicações a pedido” do *Diário de Pernambuco*: “Não há no mundo país algum em que a imprensa política tenha dado razão a êsse ódio assassino e selvático, especialidade só da grei deletéria de Pernambuco”.

Seguiram-se, nos “a pedido”, artigos do conselheiro Rosa e Silva, em sua defesa; de **Justus**, sob o título “Na defensiva” (68), criticando, inclusive, a atitude de Martins Júnior: de **Argus**, **D’Aguesseau** e outros, que ocupavam colunas e mais colunas, todos ressaltando a inculpabilidade do governador Barbosa Lima e atacando os jornais da oposição, que exploraram, meses a fio, a morte de José Maria, do que resultou sobrevirem restrições à imprensa.

No ano em referência faleceu, a 17 de maio, na Europa, o co-proprietário da empresa Filipe de Figueiroa Faria (69). Seis dias após, o matutino ocupava toda a sua primeira página com artístico trabalho, em vinhetas, representando um mausoléu, com emblema fúnebre ao alto e, no centro, o dístico: “A memória do dr. Filipe de Figueiroa Faria — homenagem dos tipógrafos do **Diário de Pernambuco**”; em baixo, palavras de saudade. As sete páginas restantes da edição traziam linhas de tarja intercolunais, vindo na terceira o necrológio e mais artigos sobre a personalidade do extinto, assinados por Guilherme Patrício B. C., Júlio Soares de Azevedo, Figueiroa Sobrinho, A. J. de Guimarães Lobo, Fortunato Pinheiro e Parísio Valadares.

Sob o título “Imprensa”, abriu a primeira página da edição de 9 de julho de 1895 um editorial de trinta centímetros de altura, tipo corpo 8, entrelinhado, sobre a lei n.º 140, que regulava a matéria, dizendo, no segundo período: “Ao contrário do que têm pensado outros, o **Diário de Pernambuco** não vê motivos por que a imprensa, que bem compreende os seus deveres e a sua missão, possa condenar essa lei, que, longe de vir restringir-lhe a ação, longe de pear as suas regalias, vem dignificar mais a sua missão.

“Estranhamos que haja quem sustente que está no anonimato, sem responsabilidade, a liberdade de imprensa; que está nesse abuso de escandalizar a sociedade com escritos que destoam das boas normas da educação, nesse pe-lourinho erguido no lar das famílias, que o temem — que

---

(68) Os artigos de **Justos** (pseudônimo que não foi possível identificar) foram, no mesmo ano, enfiados num volume de 50 páginas, sob o título “Na defensiva — Comentários à morte do Dr. José Maria”, impresso na oficina do **Diário de Pernambuco**.

(69) Os três filhos do “velho Figueiroa” que tiveram influência na direção do **Diário** morreram fora do Recife. Sempre que doentes, encaminhavam-se ao Exterior, procurando, em vão, recuperar a saúde.



está nisto, dizemos, a independência e enaltecimento da imprensa, a sua norma de agir, os fins que possa visar”.

Citando o conceito de Emílio Castelar, de que “a imprensa é o grande pedestal de tôdas as boas idéias”, frisou o articulista: “A lei n.º 140 não faz mais do que pôr essas idéias em execução, sem melindrar os jornalistas na sua bem compreendida liberdade, sem estreitar a órbita luminosa onde deve girar a imprensa, que, antes de todos os interesses, tem o grandíssimo dever de velar pelos interesses gerais, tendo sempre, quaisquer que sejam os seus princípios, desfraldada a grande bandeira sob a qual se abrigam tôdas as idéias que nasceram visando a enaltecêr a pátria comum. O **Diario** aceita com satisfação a lei n.º 140, porque vê nela traçado o programa que desejaria houvesse sido sempre a norma de agir da imprensa moralizada e criteriosa, da imprensa que visa outros fins muito diferentes das retaliações individuais que só concorrem para desabafos de paixões incontidas, que tão deponente impressão causam aos espíritos retos e por índole alheios a essas questiúnculas inglórias que depõem dos créditos de quem as provoca e as alimenta”.

Tendo como gerente o co-proprietário Miguel de Figueiroa Faria, o **Diario** passou a divulgar, desde 11 de julho, de acôrdo com a lei n.º 140, o nome dos seus redatores: Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acióli Vasconcelos e Manuel Arão. Vinham sendo publicados versos de Honório Carrilho, Carlos Mariz e Manuel Cacalcanti de Melo Filho. No último trimestre dêsse ano — ainda 1895 — tornaram-se comuns os artigos de fundo, que sempre foram raros, ocupando-se o editorialista de temas gerais, tais como Agricultura, Economia, Trabalho, Comércio, Indústria, Ensino, Comunicações, melhoramentos públicos, política internacional, etc. Um aviso de 30 de outubro dava conta de que o Sindicato Internacional de Publicidade, com sede no Rio de Janeiro, se achava autorizado a fazer assinaturas e assinar contratos de anúncios para o **Diario**. O major José Domingues Codeceira assinava artigos de História e liam-se poesias de João Barreto de Meneses.

Imenso foi o editorial de abertura do ano de 1896, que ocupou três colunas da edição de 1 de janeiro e continuou, no dia 3, com outras três. Além da matéria de rotina, destacaram-se, no primeiro trimestre, os “a pedido” de Fortunato Pinheiro; novamente Afonso de Albuquerque Melo,

e mais o dr. Abelardo de Vasconcelos, êste com os "Contos matutinos", de crítica a **A Província**.

A 17 de março, anunciava a chegada ao Recife do conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, já considerando-o chefe do Partido Republicano Federal no Estado; e a 8 de abril dava a substituição, no govêrno pernambucano, de Barbosa Lima, pelo desembargador Joaquim Correia de Araújo, sendo vice-governador José Marcelino da Rosa e Silva.

O editorial de 15 de agôsto apelava para o Comércio e a Indústria, no sentido de concorrerem pró-aquisição de uma casa destinada à sede da União Tipográfica, sendo dedicados ao assunto outros artigos.

Nos últimos meses do ano mostrava-se decadente o **Diario de Pernambuco**, material e intelectualmente, nada obstante bem redigidos editoriais (70). Eram muito raros os colaboradores, a destacar Artur Bahia e João de Deus (71). Nos "a pedido" fazia-se a apologia do govêrno estadual e do líder Rosa e Silva e atacava-se **A Província**, enquanto ocupavam longo espaço as publicações oficiais.

Iniciado 1897, o corpo redacional foi acrescido dos nomes de José Pinto Mendes e Antônio Coelho Pinheiro, figurando como colaboradores, sempre raros, Venceslau de Queiroz e Gaspar R. C. Uchoa. A partir de 6 de novembro aumentou o preço da vendagem avulsa do **Diario** para \$200, o que todavia não foi além de 28 de abril do ano seguinte, voltando aos \$100. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1898, publicou Fernando Barroca longa série de artigos intitulados "Notas de Viagem". Voltou a abrir a primeira página a seção "Instrução Popular" e liam-se poesias de Luiz Guimarães Júnior.

1898 ->

A 6 de agôsto dêsse ano faleceu Miguel de Figueiroa Faria, principal proprietário e diretor do **Diario**, divulgando-se, no dia seguinte, um quadro, em tôda a altura das seis colunas centrais da primeira página, com o necrológio do extinto, aparecendo as demais tarjadas. Sôbre o extinto escreveram A. J. de Gusmão Lôbo, Fortunato Pinheiro,

(70) Ainda apareciam, ao pé dos editoriais, constantes corrigendas do artigo anterior, dando a entender que os revisores não eram cuidadosos.

(71) A 10/11/1896, João de **Deus** divulgava o soneto "Saudades do Céu".

Júlio Soares de Azevedo e J. Elias de Albuquerque Rêgo Barros, os dois últimos em versos. Tendo o falecimento ocorrido em Lisboa, aonde fôra Miguel tratar da saúde, o corpo foi trazido para o Recife pelo navio inglês "Thames", levando o matutino a dedicar ao acontecimento as edições de 18 e 20.

No fim do referido mês deixava a gerência da empresa Antônio Pinto Mendes, sendo substituído por Filipe de Figueiroa Faria Sobrinho, enquanto entrava para o corpo redacional José Ferreira Muniz.

Procurando compensar deficiências, voltou o **Diário**, desde 15 de janeiro de 1899, a ocupar sua oitava página com matéria de agradável leitura, sob o título geral "Álbum do Domingo", onde pudesse o leitor, "descansando dos labores de uma semana inteira de trabalho, repousar o espírito com uma leitura amena e variada, sem outro programa que não seja a sua própria variedade e ligeireza de assuntos". Serviria, segundo a nota de apresentação, "a todos os paladares". "Assim, ao lado da mais grave notícia científica, divulgada à última hora, o leitor encontrará o conto aéreo, bordado com tôda a gaze de ouro dos espíritos fantasiosos, ao lado da crítica, uma despreziosa notícia; ao lado da nota trágica, o sonêto leve".

Constituída, pois, a oitava página, de produções ligeiras, sem omitir o eterno folhetim, além de curiosidades e algumas anedotas, nela escreveram, sucessivamente, quer em prosa, quer em verso, Acrísio Mota, Olímpio Galvão, Agostinho Velho, Odilon Nestor, Spencer Neto, Leopoldo Brigido, Pedro Sousa Pinto, Venceslau de Queiroz, L. Guimarães Júnior, Ana de Castro Osório, L. Meira, Luiz Delfino, Antônio Sales, Escragnole Dória, Neto Machado, A. Leal, Fraga de Castro, Targino Filho, Olavo Bilac, Georgina Teixeira, Frota Pessoa, Artur Bahia, Antônio Silva, Delfim Cavalcanti, Coelho Neto, Júlio César da Silva, Júlio César Machado, Júlia Lopes de Almeida, Mendes Martins, B. Paixão, Gaspar Uchoa, Pedro Botelho, Manuel Duarte, Auta de Sousa, Sebastião Fernandes, Pereira da Silva, Joaquim Freire, Gastão Diniz, Cesário de Azevedo, Fernando Griz, Estêvão Lellis, Augusto de Carvalho, Alcides Baltar, **José Roc** (José Roque), Antônio Ramos, Ribeiro da Silva, Viana de Carvalho, Raul

Correia, Carlos Pôrto Carreiro (72), Olímpio Bonald, Yoyô Patusco, Francesco Marotti (versos no idioma italiano), Otávio Cavalcanti e diversos outros, inclusive algumas transcrições. O "Álbum" era dirigido por Manuel Arão, que assinava a crônica "Impressões da praia", sob o pseudônimo de **Macário Rubens**, e a nota "Pombo Correio", feito **Macário, o Secretário**, censurando os trabalhos recebidos para publicar. Ajudava-o nesse mister **Clemente, o Assistente**, que era Bráulio Cunha e também se assinava **Clemente Velasco** na seção "A carteira do Clemente"; vindo depois **Canuto, o Substituto**, travesti de Olímpio Galvão.

A 11 de março dêsse ano, Antônio Coelho Pinheiro deixava o corpo redacional, sendo substituído, a 29, por Goulart de Andrade. Mais alguns meses e, a 7 de julho, o redator Ferreira Muniz passou a figurar, ao lado de Figueiroa Sobrinho, como diretor.

No mês de junho iniciava-se, nas "Publicações a pedido" e nos "Comunicados", forte campanha contra Delmiro Gouveia, que se dizia ameaçado de morte, e de defesa do governador do Estado e do líder Rosa e Silva. Em julho lia-se a série de artigos "Banditismo político", em que se fustigava **A Província**, atacando os "alugados do sr. José Mariano, hoje assalariados pelo sr. Delmiro Gouveia, êsses infelizes desclassificados sociais", "êsses **rigoletos** da imprensa pernambucana, êsses imprudentes atassalhadores das reputações imaculadas". O próprio governador Correia de Araújo assinava artigos em sua defesa; outros eram firmados com os pseudônimos **Juvenal, Eglantine e Gneist**, e transcreviam-se comentários, no mesmo sentido, do **Estado de Pernambuco**, tendo êste órgão situacionista afirmado, a 25 de julho, que os artigos assinados por Delmiro Gouveia eram escritos por Gonçalves Maia, redator do jornal que o defendia.

Novas seções foram criadas no segundo semestre do ano, para amenizar a decadência do jornal, inclusive "Parnaso" (nos dias úteis), "Medicina" e "Correio da Moda". A 19 de setembro, a empresa convidava os redatores "a apresentarem seus títulos devidamente legalizados, a fim de

---

(72) Em rodapé, no "Album do Domingo", divulgou Carlos Pôrto Carreiro, a partir de setembro de 1899, sua tradução da peça dramática "Os romanescos", de Edmond Rostand.

serem atendidos no inventário” a que se procedia, no momento, pelo Juízo de Órfãos.

Ao iniciar-se 1900, a redação estava confiada a Antônio Vitróvio, Manuel Arão e José Pinto Mendes, continuando o jornal mal impresso e sem atrativos, senão o “Álbum do domingo”, onde também subscreveram trabalhos, em prova ou verso, Luísa Leornado, Canuto Vasques, A. F. Barata (“A língua portuguesa”), Antônio Soares, Simão d’Armada, Lisboa Filho, João de Carvalho Júnior, Teodorico Rodrigues, **Aldo de Alencar**, pseudônimo do acadêmico Augusto Rodrigues; Mateus de Albuquerque, Adalgiso Tupinambá, M. da Cunha Matos, **Braz, o Rapaz**, e **Benevenuto, o Matuto**. Veio a travar-se caloroso debate literário entre os redatores do “Álbum”, de um lado, com os respectivos pseudônimos, e do outro, n’**A Província**, **Alceste** (Celso Vieira), até que, a 15 de abril, Manuel Arão subscreveu uma nota, na qual fez sentir que não continuaria a tratar das “Questões literárias”, em que seu nome foi envolvido, porque “do outro lado vieram as retaliações pessoais”. Dessa pugna participara Carlos Pôrto Carreiro, com um único artigo, a 18 de fevereiro, de crítica a **Alceste**, sob o pseudônimo de **Tenório, o Suple-tório**. Outra contenda travou Manuel Arão, que iniciara, na mesma data, a divulgação do seu “O drama do ódio”, em folhetim, também no “Álbum do Domingo”, defendendo-o de críticas de José Lima, formuladas através d’**A Província**.

Em junho o **Diário** mudou de formato, novamente, passando ao **in-fólio** máximo, com apenas quatro páginas, entrando para o cabeçalho, como redator, o nome de Bráulio Cunha. O “Álbum do Domingo” foi localizado na segunda metade da primeira página, para durar ainda até 29 de julho (73). Dias depois, precisamente a 9 de agosto, despedia-se o nôvo redator.

Continuava a decadência do **Diário**. Fora alguns editoriais e a seção “Revista Diária”, que mantinha a linha do noticiário, só os “a pedido” de Ceciliano Mamede, com “A questão das águas”, se destacavam nas suas colunas, repletas, na maior parte, de anúncios e matéria desinteressante, sem falar nos Atos Oficiais. Cândido de Figueiredo publicou, então, notas diárias, por algum tempo, sob o título “O que se não deve dizer”, depois enfeixadas em livro.

---

(73) Alfredo de Carvalho (obra citada) registrou, por engano, que o “Álbum do Domingo” findara com a edição de 27 de maio.

Findou o ano e, ao iniciar-se o século **XX**, precisamente no dia 1 de janeiro de 1901, o matutino diminuiu o formato para cinco colunas (53 x 36), aumentando o número de páginas para oito. É que, tendo a máquina grande de sofrer reparos, passou a ser impresso, pèssimamente impresso, numa velha Marinoni de porte bem menor, em caráter temporário. Trouxe, então, bem elaborado editorial, a salientar os seguintes tópicos:

“Cristo, há dezenove séculos, proclamou a igualdade do homem: e essa igualdade atravessou como uma quimera a vastidão dos tempos, vivendo como um germe prodigioso no fundo do coração humano, resistindo ao despotismo de todos os tiranos, bebendo seiva no coração de cada mártir, orando fervoroso na hora de cada sacrifício nôvo. Foi em nome daquela palavra de Cristo que o século que finda, principalmente, agitou-se; e é em nome dessa palavra que novas lutas e novas conquistas se iniciarão na nova fase.

“A verdade — diz muito bem o autor das “Memórias da Literatura Contemporânea” — é que a sociedade está mais próxima da religião de Cristo do que nessas eras desoladas em que vivia poderoso e ardente o entusiasmo religioso. A inteligência substituiu-se à espada; o dogma da igualdade civil dissipou os restos de uma escravidão aviltante; o princípio da liberdade individual triunfa na sociedade moderna e as classes aproximam-se umas das outras, pela comunhão de idéias, pela ligação de interesses, pelo progressivo movimento da ilustração que tende a nivelá-las.

“Que, pois, o nôvo século saiba levar avante essa nobre herança que lhe é dada, cumprindo assim aquêlê pensamento de Lopes Mendonça, quando diz muito bem que a vida da humanidade não existe selada num sepulcro e deve renascer, como um nôvo Messias, para regenerar as gerações e remí-las da agonia do seu sofrimento”.

Além do editorial em cada edição, o **Diario** só divulgava, nessa fase de formato diminuído, atos oficiais, longa correspondência de Portugal, relação de pessoas inumadas nos cemitérios, raros telegramas, sucinto noticiário e anúncios. Era das piores a impressão e os leitores naturalmente escasseavam. Consoante Alfredo de Carvalho (74), “o seu desaparecimento inglório era fatal, após tantos lustros de fecunda atividade”.

Finalmente, rematando êsse período de desajustamento, o jornal foi suspenso a 24 de março de 1901, quando divulgou o seguinte aviso: "Tendo de proceder-se a reformas completas, quer no material, quer nos moldes dêste **Diario**, que passa a nova fase, prevenimos aos nossos leitores e assinantes que fica suspensa a sua publicação até os primeiros dias de abril p. vindouro, quando o **Diario** reaparecerá reformado".

Posta em hasta pública, a emprêsa fôra adquirida pelo Conselheiro Rosa e Silva (75), que entregou a direção do matutino ao jornalista Artur Orlando. Ressurgiu, assim, a 20 de abril do mesmo ano, apresentando-se completamente reformado na parte material, com agradável aspecto, nada obstante ter voltado ao formato máximo, oito colunas de composição e quatro páginas. Lia-se, então:

Rosa  
e  
Silva  
1901

"A nova fase do **Diario de Pernambuco** nem significa metamorfose, nem traduz ressurreição. A metamorfose implicaria um contraste entre seu longo passado, o maior passado jornalístico do Brasil, e o quer que fôsse de surpreendente no presente; a ressurreição importaria a repetição da sua antiga vida sem ajuntar alguma coisa de nôvo na atualidade. Defender o passado contra o futuro como que seria patrocinar o êrro contra a verdade, o mal contra o bem, a inércia contra a atividade. Por sua vez, nem tôda mudança equivale a progresso, nem todo sonho é nova imagem antecipada da realidade. A nova fase do **Diario de Pernambuco** outro sentido não tem senão o de adaptação fecunda ao gênio luminoso de seu tempo".

Noutro tópic: "Nossa preocupação será não tanto a eloquência quanto a informação. Com a linguagem dos fatos e acontecimentos é que pretendemos formar a opinião. Entretanto, para que a informação seja uma realidade viva, duas condições se impõem: plena liberdade de pensar, máxima curiosidade pública. Por mais ampla, porém, que seja a livre publicidade, ela não autoriza a indiscrição nem a licenciosidade, nem o escândalo. Quanto à injúria, à difa-

---

(75) A propósito, publicou o **Jornal Pequeno**, de 20/12/1900: "Pelo agente Gusmão, foi vendida, hoje, em leilão efetuado na rua Marquês de Olinda n.º 13, a emprêsa do **Diario de Pernambuco**. Apareceram diversas ofertas, sendo o lance maior, o de 52 contos de réis, feito por um negociante da rua do Queimado, que supõe o nosso repórter ter sido o sr. Albino Narciso Maia. Por êste foi dito ao leiloeiro que a compra era efetuada pelo conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva".

manão e ao insulto, são processos indignos da imprensa, que para fazer sucesso não precisa manejar senão uma arma — a verdade franca e leal. O **Diário de Pernambuco** continuará a ser um jornal não partidário”.

Instalado à praça da Independência ns. 2 e 4, o matutino teve seu corpo redacional assim constituído: Artur de Albuquerque, João Batista de Albuquerque Sales, Almeida Cunha, França Pereira, José Pinto Mendes, Manuel Arão (poucos dias após afastado) (76) e o repórter Afonso Lúcio, sendo gerente Ceciliano Mamede. Tabela de assinaturas para todo o Brasil: ano — 30\$000; semestre — 16000. Abrindo a página, lia-se: “A nova fase administrativa do **Diário** nada tem com o seu passado”.

A 1.º de maio escrevia o nôvo articulista: “No dia da glorificação do Trabalho, o **Diário de Pernambuco** aproveita a ocasião para lembrar que é preciso completar a disciplina do pensamento com a disciplina do braço, a educação intelectual com a educação profissional. Sòmente dêste modo será possível obter uma educação integral, armar o cidadão, não para a guerra mas para a paz, fazendo-lhe compreender as afinidades da justiça e da economia, do direito e do trabalho, das relações jurídicas e dos interêsses econômicos. Enquanto não fôr organizado o ensino profissional obrigatório, ao lado do ensino intelectual, a educação será uma burla, e não servirá senão para agravar o malestar social, aumentando o número dos desclassificados, dos improdutivos”.

Foram criadas seções como “Movimento agrícola”; “A arte brasileira”; “Cigarras”, crônica de **Frivolino**; “Cartas do Rio”; “Sumário da Imprensa”; “Reportagem do dia”; sucintas “Notas estrangeiras”; “Notas do Norte” e “do Sul”; “Toques”, quadra humorística, pelo **Dr. Badalo** (pseudônimo de Durval de Brito); “Fogos de São João”, por **Faisca**; “Mel de abelhas”, por **Pollux** (em polêmica satírica com

---

(76) Comentou a revista crítico-satírica **Lanterna Mágica** (edição de 10/5/1901) que, “após nove anos de labor incessante”, se desligou Manuel Arão do **Diário de Pernambuco**. Aludiu ao devotamento do escritor quando “do terrível morbus que aniquilou o **Diário**; enquanto colegas retiravam-se, cansados de um trabalho sem remuneração”, êle se manteve firme. Quando a emprêsa passou a outras mãos, quis sair, mas um amigo “prometeu mantê-lo na redação, com as honras a que tinha direito pelo seu brilhante passado”. Não foi cumprida a promessa; Manuel Arão saiu, indo ocultar sua mágoa em modesto retiro. Concluiu a **Lanterna Mágica**: “O **Diário** não lhe consagrou uma linha”.



**Castor, d'A Provincia**); “Atos e fatos”, por **Fradique Perez**; “Tipos da época”, a cargo de Renato de Olinda e Arnaldo Lemos; e “Pelo Correio”, que se dispunha a “criticar tôdas as linhas do **Diario**, desde a coluna dos editoriais até a das “Cigarras”; além da matéria de rotina, com noticiário variado e regular serviço telegráfico, a cargo do correspondente no Rio de Janeiro, Jovino Aires. Ainda em abril, a 21, teve início a divulgação, em rodapé dominical, do “**Cyrano de Bergerac**”, de Edmond Rostand, na tradução de Carlos Pôrto Carreiro (77).

Outros colaboradores: F. A. Pereira da Costa, com as “Reminiscências históricas pernambucanas”; Prado Sampaio, Clóvis Bevilaqua; **Dudu Peralta** (outro pseudônimo de Durval de Brito), humorismo em prosa e verso; Sílvio Romero, com as “Polêmicas” (prefácio ao livro de Tobias Barreto); Antônio Sales, Francisca Isidora (poesia), etc. Iniciou-se, a 14 de julho, a seção “Os sete dias”, aos domingos, e, no dia 31, começavam “Os municípios”, estendendo “até as localidades do centro do Estado as franquias das páginas da imprensa”. Transcreviam-se artigos de Manuel Vitorino, da imprensa carioca. As edições de 14 e 15 de agosto dedicaram grande espaço, promovendo a transcrição de artigos de jornais do Rio e discursos parlamentares, ao “ruinoso contrato de arrendamento das estradas de ferro do Norte da República com emprêsas estrangeiras”. Prosseguiu a divulgação dos atos do govêrno, como órgão oficial, mediante a assinatura, a 11 de junho, do têrmo de aceitação do contrato existente com o Estado (78). Enquanto isto, não deixava o **Diario** de acometer, de rijo, contra o órgão oposicionista e seu principal redator Gonçalves Maia, sobretudo através das novas seções de sátiras “Ziz-Zags” e “Piparotes”, ambas sem assinatura.

---

(77) A famosa tradução, em versos, já tinha sido divulgada, em 1899, através d'**A Provincia**.

(78) O contrato, vindo da anterior administração do **Diario** e continuado sem alteração, atribuía ao Estado uma despesa anual de 50.000\$000, mediante as seguintes obrigações: publicar todos os atos do govêrno, suas mensagens ao Legislativo, todo o expediente das Secretarias e repartições delas dependentes; fornecer livros de guias da Recebedoria; imprimir em livros o expediente divulgado, leis, regulamentos, instruções, orçamentos, relatórios e anexos; publicar, sob o título “Comunicados”, artigos originais que, em defesa da administração, forem enviados de ordem do governador ou dos secretários de Estado, e finalmente, fornecer duzentos exemplares do jornal.

Registrando, em artigo de mais de uma coluna, na edição de 4 de outubro de 1901, o aniversário natalício do conselheiro Rosa e Silva, frisou o editorialista, a par de longos elogios ao dono da empresa: “O jornal simples instrumento de polêmica ou de combatividade desapareceu com o desaparecimento do “romantismo político” e com o advento da política realista”. Devido “ao dr. Rosa e Silva, o **Diário de Pernambuco** é hoje um jornal moderno, não uma simples arma de agressão ou mero instrumento de informação, mas um verdadeiro órgão de educação cívica, um manual cotidiano de propaganda social, moral e estética, na frase pitoresca de Edmundo Pilon, um livro em fatias, servido às pressas”.

Atingindo o seu 78.º aniversário de fundação, o **Diário** solenizou-o a 7 de novembro, pela primeira vez na data certa, ao mesmo tempo que inaugurava nova impressora “Marinoni” e motor Charron, com a presença de personalidades, escrevendo que a edição do dia fôra composta “com tipos dos melhores fabricantes franceses, da mesma qualidade dos usados pelos jornais parisienses e quase todos os jornais do Rio”.

Lia-se no artigo comemorativo: “Melhorado, como se acha, em sua parte material, técnica e redacional, oferecendo sob a forma da mais nítida impressão as mais exatas e minuciosas informações, quer por telegramas, quer por correspondências, quer por estatísticas, quer por crônicas, o **Diário** afigura-se-nos que está em condições de satisfazer as exigências de um jornal moderno, instrumento de educação moral e intelectual, manual cotidiano de propaganda social e estética”.

Almeida Cunha focalizou a data num poema, inserido na primeira página, com o maior destaque; e o **Dr. Badalo**, que já vinha divulgando a seção “A semana em badaladas”, escreveu “Toque de festa”, da qual são as quadras a seguir:

“Bato no bronze, rígido, vibrando  
Um toque cheio de contentamentos.  
Hoje é dia de festa! **Repicando**,  
O meu prazer atiro aos quatro ventos.

Ressone, estrepitoso, o **campanário**,  
Aturda as ouças, **badalando** afoito,  
No dia alegre em que o vovô **Diário**  
Conta muitos cajus: setenta e oito!

Respondam-me, leitores; não comove  
A fôrça dêste **velho** tão pujante,  
Que apareceu no sec'lo Dezenove  
E no vinte penetra, assim, brilhante?!"

Permaneceu brilhante a nova fase do **Diário de Pernambuco**, voltando a publicar folhetins, criando outras seções, como a "Crônica Teatral", de **Lélio**; Notícias Militares; "Colcheias", de versos humorísticos, por **Sustenido**, transcrição de artigos de Vieira Souto e poesias de França Pereira, Faria Neves Sobrinho, Almeida Cunha e outros.

Em 1902, a par do "Kaleidoscópio", começou a 5 de janeiro "O manuscrito do pai Silêncio", constituído de pequenas sentenças, por **Guerin**; e a 9 de fevereiro, pela primeira vez, abriu-se espaço, na primeira página, para sátiras carnavalescas, sob o título "Troça humorística". O nôvo redator Faria Neves Sobrinho iniciou, então, a seção de versos satírico-humorísticos "Rua das Conversas", usando o pseudônimo **Lulu Sena**, mudada, a 13 de agosto, para "Rua das Amarguras"; a 16 de outubro, para "Estrada dos Aflitos" (às vêzes em prosa, quando justificou: "já se vê, pois, que é básico do meu caráter o ódio à invariabilidade"; a 24 de novembro, passou para "Moscas por cordas" e, finalmente, a 8 de janeiro do ano seguinte, para "Na maciota...", que permaneceu, tendo grande receptividade, dada a ironia desencadeada contra os políticos da oposição.

Ainda em meados de 1902 criavam-se as seções "Notas dos tempos", "Notas literárias", "Conversa fiada", "Prosa sem rima", "Uma surpresa por dia", "Calungrafia", por **Sérvio Túlio**; "Zincografia homeopática", por Conceição; "Notas indiscretas", umas substituindo outras, tendo sido admitidos como redatores Aníbal Freire e Fernando Barroca e, como repórter, João da Mata. Novos colaboradores: Mário Sete, Elisa Laura de Almeida Cunha, Carlos Mariz e Orlando Teixeira.

Nesse ano, inaugurara-se, na sala da redação, precisamente a 29 de julho, um retrato emoldurado do proprietário da empresa, F. A. Rosa e Silva, trabalho executado pelo admirável pintor Antônio Vera Cruz.

Através de artigos e nas seções satíricas, não deixava o "mais antigo da América Latina" de atacar **A Província**, o **Jornal Pequeno** e a **Folha do Povo**, os quais faziam restrições à política dominante no Estado, com êles polemizando.

Em janeiro de 1903 começava a seção "Várias"; e o ro-

dapé "Os sete dias" foi substituído pelo intitulado "De domingo a domingo", a cargo de Artur de Albuquerque, ora assinado A. de A., ora sem assinatura, focalizando sempre temas diferentes. Artigos de colaboração eram firmados por Amélia de Freitas Bevilaqua; vieram as "Bisbilhotices" e as novas seções humorísticas "Traquinando", por **Bambine**, e "Mimos", por **Mimoso**. Artur Orlando, além de lançar substanciosos artigos assinados, passou a escrever a crônica ligeira "A lápis", sem assinatura nenhuma, por algum tempo transmitida do Rio de Janeiro; divulgavam-se poesias de Dionísio Maia, Francisco Barreto de Meneses, Gervásio Fioravanti, etc.; artigos de Laudelino Freire e a crônica "Aos domingos e quintas", por **Trapebo**. Nesse ano a gerência esteve a cargo de Aurélio Tavares, sendo administrador da oficina José Marques da Trindade. No mês de setembro iniciava-se a seção "A moda do Rio", em correspondência quinzenal, assinada por **Henriette**.

*Manche - tes*

Surgiram, em princípio de janeiro de 1904, pela primeira vez, as manchetes, em toda a largura da página, com caracteres vistosos, nas quais, em duas ou três linhas, se resumiam os assuntos principais do dia. Duraram pouco. No mês de abril, depois do "Lapijando", iniciava-se nova seção satírica, intitulada "Respingos" (ainda de Artur Orlando), tempos depois substituídos por "Entreprelos", em oposição à "Entre-fôlhas", d'A **Provincia**. Apareceu a "Carta de Portugal", assinada por João Justo. Liam-se raras poesias de **Mário Seina** (pseudônimo do professor João Feliciano da Mota e Albuquerque Filho) e de Odilon Nestor, e artigos de Jules Bois, Faria Neves Sobrinho, a par da seção "Na maciota...", que se prolongou até 1907, com raros intervalos (79), e França Pereira, este não mais no cargo de redator. Nôvo reporter: Nilo Câmara; revisores: Alfredo dos Anjos e Olívio Câmara. Por outro lado, Artur Orlando, em vez de diretor, passou a figurar, no cabeçalho, como redator-chefe.

1905/1914

Foram colaboradores em 1905: Cândido Acauã Ribeiro, João Barreto de Meneses, Ribeiro da Silva e P. T. (depois, Paulo Tavares), com a longa série "Ciência para todos", en-

(79) Iniciando a 4.<sup>a</sup> série de "Na maciota...", ao regressar do

quanto A.A., ou seja, Artur de Albuquerque, escrevia a série de artigos “Uma questão de higiene escolar” e criava a crônica diária “Notas”.

Aníbal Freire, que vinha, desde dois meses antes, escrevendo a crônica literária “Matinais”, apenas utilizando, como assinatura, asteriscos (\*\*\*) (80), abriu, a 8 de junho, um inquérito, com as seguintes perguntas: “A que elementos deve sua formação literária?” — “Qual o espírito mais bem organizado da atual geração de intelectuais de Pernambuco?” — “Como considera o jornalismo do Recife, e quais os meios de remodelá-lo?”

Justificando sua iniciativa, em face de críticas d’A **Provincia**, escreveu \*\*\*, dois dias após: “O nosso intuito foi simplesmente o de dar trégua, por momentos embora, a esta luta, íntima, corrosiva e deletéria, luta das personalidades e não dos princípios, campanha de ridículo ou de ódio pessoal, tarefa desleal e ímproba, que se espraia pelas colunas dos jornais de Pernambuco, gerando o desalento nos espíritos dos intelectuais e predispondo o público a encarar o jornal como uma arena em que só se debatem questões pessoais, num tom de acrimônia odienta e desprezível”. Concluiu: “Se outro resultado não alcançar êste inquérito, terá pelo menos

---

Rio, onde demorara cinco meses, escreveu **Lulu Sena**, a 30 de setembro de 1906:

Volto à luta, meu povo!  
**Na maciota** de nôvo,  
 Surjo, para cantar os novos feitos...  
 E, depois do descanso, certamente,  
 Tenho a carne mais tenra para o dente  
 Da matilha dos ódios e despeitos.

A confiança em mim mesmo me permite  
 Esta declaração propositada,  
 Que só visa aguçar-lhes o apetite;  
 Que, pois, a grei canina o dente amole  
 Para ferrar em carne assim tão mole  
 A gulosa dentada...

Certo, porém, de que, por forte e séria,  
 Que a investida pareça a muita gente,  
 Hei de enxotá-la muito calmamente  
 Com a ponta do chicote da pilhéria.

(80) O **Correio do Recife**, que vivia em constantes rugas com o **Diário de Pernambuco**, chamava o “Sr. Eu” ou “Sr. Estrelinhas” ao autor das “Matinais”.

o de dissipar desafeições e hostilidades, numa cultural homenagem à suprema arte, ao eterno pensamento”.

Na edição do dia 13, o cronista das “*Matinais*” escreveu: “Fugindo às regras da mais elementar cortesia, o dr. Carneiro Vilela preferiu responder pela **Provincia** ao inquérito aberto nesta fôlha”, “aproveitando-se da oportunidade para desabafar os seus ódios”. E acentuou: “Não julgue o velho literato que nos faz mêdo a sua carranca ou nos intimida a sua fama de polemista ousado e desabrido”.

O cronista defendeu o **Diario**, acusado de “infame, scrvil e nocivo” e atacou, fortemente, o agressor, com êle empenhando-se em amarga polêmica, que terminou com duas crônicas assinadas com o próprio nome — Aníbal Freire, a segunda das quais criticando também Baltazar Pereira, que levava “a discussão para o terreno do ridículo e da picuinha insulsa”. Houve outros pronunciamentos contra elementos d’**A Provincia**, que continuavam a martelar o inquérito.

Essa polêmica, da qual logo fugiu Carneiro Vilela, degenerou em recriminações pessoais, tendo o **Diario** declarado que a edição d’**A Provincia** de 21 de junho não estava à altura de ser lida por famílias.

Enquanto isto, iam sendo divulgadas as respostas ao inquérito, que foi atendido por Artur Orlando, Alfredo de Carvalho, Clóvis Bevilaqua, França Pereira, Faelante da Câmara, Gervásio Fioravanti, Teotônio Freire, Altino de Araújo, Faria Neves Sobrinho, F. A. Pereira da Costa, João Barreto de Meneses (81) e Carlos Pôrto Carreiro. Terminou com uma

---

(81) Alguns respondentes, todos êles homens de letras consagrados, manifestaram sua repulsa aos métodos jornalísticos da época, inclusive João Barreto de Meneses (27/6), que foi incisivo:

“... o jornalismo nacional precisa de regeneração, a começar no civismo e independência dos mentores da imprensa. Os grandes órgãos da opinião pública, no Brasil, não refletem o surto das aspirações sociais; mas, em regra o interesse efêmero, a paixão momentânea.

Quanto a Pernambuco, enfim, não há verdadeiramente o que se pode chamar o jornal para todos, sem exclusivismo, nem ódios pessoais. O **Diario** tem o seu grupo, como o **Jornal do Recife**, como **A Provincia**, como o **Pequeno** e o **Correio**, grupos que a política organiza com todo seu esforço de ideais divergentes e, ao mesmo tempo, com todo seu espirito de combatividade violenta, que desorganiza, por sua vez, a missão do jornal”.

Em sua resposta, no dia seguinte, frisava França Pereira: “Raros jornais alheios ao partidarismo. Poucos os rapazes de talento que façam da imprensa uma carreira. Visam-na simplesmente como um meio para atingir altas posições na causa pública”.

crônica de \*\*\*, a 1.º de julho, na qual o autor veio a sugerir a fundação de uma escola de jornalismo. Só as diatribes da polêmica, eminentemente pessoal, é que não terminaram, prosseguindo, ao contrário, com a máxima virulência, lendo-se artigos cujos títulos já diziam muito, tais como “As infâmias d’A **Provincia**” e “Os miseráveis d’A **Provincia**” (82). Entretanto, na edição do dia 6, divulgava-se a nota seguinte: “Devido à intervenção de amigos, que muito prezamos, pomos termo à polêmica que há quase um mês mantemos com **A Provincia**”.

Reacendeu-se, logo mais, a troca de doestos entre os dois jornais, a propósito de questões políticas, do que faziam polêmica permanente, entrando o **Diario** a atacar, igualmente, o **Correio do Recife**. Aníbal Freire ainda escreveu longos artigos, a 27 e 29 de julho, a propósito da capitulação dos diretores do jornal contendor, no caso do inquérito literário.

No mês de novembro iniciava-se a inserção da crônica semanal, às vezes quinzenal “De tudo e de todos”, por **Mc Ipsum**; depois, surgiram os “Instantâneos”, focalizando intelectuais; e **J. Abelhudo** (pseudônimo de Artur Orlando) redigia “Bisbilhotices políticas”, mais um veículo de ataques à oposição e à sua imprensa, onde o **Correio do Recife** passou a ser chamado, invariavelmente, **Corsário do Recife**.

Ao iniciar-se 1906, criaram-se seções como “Palestras de bonde” e “Da carteira do repórter”, constituída de notícias ligeiras, iniciando-se, em março, a colaboração de Justino de Montalvão, com “Aspectos de Paris”, correspondência que prosseguiu meses e anos a fora, procedente da Suíça e da Itália (83). Outra grande colaboração, a partir de maio, foi a de João Grave, com as “Cartas de Portugal”, que, igualmente, continuou por alguns anos. A viagem do presidente eleito Afonso Pena, ao Norte, e sua chegada ao Recife, a 2 de junho, tiveram grande cobertura, provocando, inclusive, polêmica entre A. A. (Artur de Albuquerque) e Faelante da

---

(82) Quanto aos “miseráveis”, dizia o **Diario** (artigo de 5/7): “São dois: o sr. Baltazar Pereira e o dr. Manuel Caitano. Um ferino na sátira, mas vendido e covarde. Outro ignorante, lorpa, grosseiro e bruto”. Acrescentava episódios da vida financeira d’A **Provincia**, fazendo graves acusações ao segundo dos redatores mencionados.

(83) Segundo Gilberto Amado (“Minha formação no Recife”), os artigos de Justino de Montalvão, mandados de Roma, foram enfiados no volume “Itália coroadada de rosas”, editado em Portugal.

Câmara. A 3 de agosto, José Pinto Mendes, que vinha ocupando a gerência do jornal, foi substituído, nesse posto, pelo redator Almeida Cunha. Voltou F. A. Pereira da Costa, com a "Crônica Pernambucana", começando, no fim do ano, os artigos assinados por Fernando de Sá e João Eustáquio Pereira (**Faneca**), este com a série "Guia dos prazeres de Paris", ao passo que, em dezembro, Artur C. Lindoso repelia, nas "Publicações a pedido", artigos de Frei Celestino, sobre a "Queima de Bíblias".

Tendo estreado como repórter, Gilberto Amado, ainda acadêmico, iniciou, a 19 de maio de 1907, a seção de crônicas diárias "Golpes de Vista", sob o pseudônimo de **Áureo**, logo mais entrando em polêmica com **Chilon** (Jerônimo de Rangel Moreira), do **Correio do Recife**, em torno de temas literários, e depois com o jornal de Manuel Caitano, para rebater assim uma crítica recebida: "Eu é que não estou a escrever para estúpidos e para as cavalgadas d'**A Província**". Outra vítima de sua pena causticante foi Raul Azêdo, a quem chamava **Raul Barriga da Cartola Azêdo**.

Continuavam, sem interrupção, a crônica de A. A. "De domingo a domingo", as "Cartas do Rio", os brilhantes artigos de Antônio Sales e os folhetins, colocados, desde alguns anos, ao pé da segunda página, mantendo-se bem distribuído noticiário, parte comercial e serviço telegráfico, com regular quantidade de anúncios e matéria paga, saindo, de quando em vez, edições de seis páginas.

A 27 de junho do referido ano tinha comêço a seção literária "As quintas", ocupando as duas colunas de abertura da segunda página e destinada a "estimular os que se dedicam às letras". Tendo um censor rigoroso, que criticava tôda a matéria recebida, colocando grande parte na cesta, a seção divulgava, sucessivamente, trabalhos, em prosa ou verso, de J. Elias d'Albuquerque Rêgo Barros, Gabriel Quintas, Jovino Barroso, Celina Campos, J. P. Barbosa Lima, Leovigildo Júnior, Manuel Ferreira Diu, Tondela Júnior, Pedro Calado, Alberto Tavares, Severino Leite, **Jacques Milkau** (pseudônimo de Joaquim de Oliveira Melo), Bráulio Costa, Caitano Galhardo, Benedito Costa, Félix Feio, Severino Pimentel, Monte Sobrinho, Francisco Chaves, Saldanha Júnior e José Orange.

Em agosto, ainda de 1907, entrou **Sílvio do Val** a escrever a crônica "Para as crianças". Desde 7 de setembro, o folhetim passou a ser publicado em forma de livro, para recortar e encadernar, ocupando o alto, à esquerda, da terceira



página e o respectivo reverso, não saindo, todavia, diariamente; em outubro, voltava **Lulu Sena**, mas com a seção, também de versos satíricos, "Avulsos", que duraria pouco tempo, uma vez que Faria Neves Sobrinho, no ano seguinte, fôra eleito deputado federal, sendo substituído, na sua qualidade de redator, por Ulisses Gérson da Costa, que se iniciou com a seção "Minhas impressões", para, meses depois, firmar-se nas "Semanais", em rodapé da 1.<sup>a</sup> página, aos domingos, adotando o pseudônimo **Ramon de Oliva**. Ao findar o ano, iniciava-se interessante colaboração de **Carmen Dolores** (pseudônimo de Emilia Moncorvo Bandeira de Melo), com os artigos intitulados "Variações à pena".

Solenizando a entrada de 1908, saiu o importante órgão, a 1.<sup>o</sup> de janeiro, com oito páginas, mais a folhinha de porta, como era feito nos anos anteriores. Edição idêntica circulou no dia 12, inserindo na primeira página (títulos vistosos, em tôda a largura), para continuar na segunda, a bibliografia do próprio **Diario** (até 1907), da autoria de Alfredo de Carvalho (84), depois incluída nos "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908".

Começara, então, a apor, abaixo do título: "Jornal mais antigo em circulação na América Latina — Fundado em 7 de novembro de 1825". O corpo redacional estava assim constituído: Artur Orlando — redator-chefe; Anibal Freire da Fonseca, Francisco de Assis Rosa e Silva Júnior, Artur Henrique de Albuquerque Melo, Ulisses Gérson da Costa, Gilberto Amado e Alberto Rodrigues de Oliveira — redatores; Manuel Monteiro de Carvalho e Manuel César Casado Lima — repórteres; Fábio Silva — tradutor de telegramas; Eusébio Néri de Sousa, Caitano Quintino Galhardo e Miguel Arcanjo Peregrino — revisores, achando-se a gerência a cargo de José Antônio de Almeida Cunha, auxiliado por João Adriano de Melo Dutra, enquanto José Rodrigues da Fonseca exercia a administração da oficina. Foram novas seções: "Crivos e cravos", humorismo em prosa e verso, sem assinatura, mas, na verdade, da autoria do poeta Manuel Monteiro, e "Observações", crônica de **Lúcio Treva** (pseudô-

---

(84) É bastante reduzido o trabalho em aprêço, cuja composição foi aproveitada para um opúsculo em separata, com 65 páginas, formato de 15 x 10, sob o título "**Diario de Pernambuco — 1825/1908** — Notícia Histórico-Bibliográfica do decano da Imprensa Latino-Americana", constando da página inicial a dedicatória: "Ao eminente estadista Francisco de Assis Rosa e Silva". 1908 foi um lapso do título da obra geral, pois a pesquisa não ultrapassou 1907.

nimo de José Maria Moreira Cardoso). Outros colaboradores: João Bruno e Antônio Leão. Prosseguia, enquanto isso, em defesa da administração estadual, a polêmica com **A Província** e o chamado “**Corsário**”.

De passagem pelo Recife, onde viera pronunciar algumas conferências, Osório Duque Estrada escreveu, nas edições do **Diário** de 16 e 18 de fevereiro, desaforos, em prosa e verso, contra Carneiro Vilela, que o atacara através do **Correio do Recife**. Dias depois, notas editoriais acusavam o jornalista Carlos Dias Fernandes como negociador de estampilhas falsas, tendo vindo do Pará para responder a processo em Pernambuco (85), no que foi defendido pelo **Correio do Recife**.

A 15 de março voltou o folhetim a instalar-se ao pé da segunda página, com o romance de Júlio Verne “A agência Thompson and Cia”. Na semana seguinte, **Aureo**, que se achava de férias desde dezembro, reaparecia com os “Golpes de vista”. Sobrevieram as seções “Cinematógrafo”, comentários sem assinatura; “Terras alheias”, artigos do Exterior, por Lúcio Bueno; “Traços”, crônicas de Leôncio Fontes, logo admitido no corpo redacional, e, depois, “Os outros”, resumo comentado dos jornais da véspera. Veio a findar, em agosto, a seção literária “As quintas” (86).

A data do aniversário da fundação do matutino mereceu, de **Aureo**, a 7 de novembro, um “Golpe de Vista”, no qual ressaltou: “A continuidade da sua existência lembra um grande rio que tivesse sua nascente nos primórdios da nossa nacionalidade e que viesse a conduzir do passado para o futuro as gloriosas águas desta paragem remota com a recordação murmurante dos campos que atravessaram, da

---

(85) O “Almanach de Pernambuco”, de Júlio Pires Ferreira, edição de 1915, na sua “Crônica de Pernambuco”, informaria que a 16/10/1909 era “sólto, por perdão do presidente Nilo Pecanha, o estudante Carlos Dias Fernandes, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, por tentativa de introdução de estampilhas falsas”.

(86) Rodovalho de Meneses enviara um soneto — “Seios” — para a seção “As quintas”, declarando-o “perfeitíssimo”. Passado pelo cadinho da crítica do redator competente, verificou êste que os tais seios eram, ao mesmo tempo, “tremulantes, nevados, buliçosos, provocantes, mimosos, macios, assassinos, lúbricos, vadios, pequeninos, venturosos, fortes, temerosos, vencedores, combatentes, valorosos, portentos, divinos, ativos, vingativos, eróticos, conquistadores vivos. “Eis aí um turbilhão de adjetivos em catorze versos de um soneto” — concluiu, mandando a “obra” para a cesta.

luz que embeberam, das árvores cujos pés beijaram, dos aspectos que refletiram”.

“A princípio, simples filete d’água, foi a pouco e pouco entumescendo-se dos elementos fertilizantes, enriquecendo-se nas boas fontes até estender-se em caudal portentosa em cuja transparência ampla e admirável tôda a sociedade, a civilização de Pernambuco atualmente se espelham”.

Concluiu assim: “E o **Diario** de hoje nem parece um velho!”

Gilberto Amado, que também divulgava artigos assinados com o próprio nome, terminou seus “Golpes de vista” a 22 de dezembro de 1908, só vindo a divulgar mais uma, talvez duas crônicas, no ano seguinte. No referido mês surgiram as “Conversas... & Reparos”, de **Ardys**; o comentário político “Candidaturas e candidatos”, por **Zé Eleitor** (outro pseudônimo de Artur Orlando), e, já no último dia, as “Variações”, crônica literária de Teotônio Freire Filho, enquanto Joaquim Guimarães, Gaspar Uchoa e Lessa Júnior divulgavam poesias.

Efetuada as eleições de fevereiro, intensificava-se, em 1909, a polêmica entre “o mais antigo” e **A Provincia**, com artigos sucessivos contra os políticos da oposição. Criara-se a seção “Do Minarete”, assinada por **Márcio da Paz**; e **João Abelhudo** reaparecia com sua sátira contundente, visando, especialmente, ao jornalista Neto Campelo, do **Correio do Recife**.

Em abril passou o **Diario** a ostentar nova tipagem, impressão mais nítida e melhor aspecto. De substituição em substituição, eram novos redatores: João Domingues de Oliveira, Gastão Franca Marinho e José Maria Moreira Cardoso. Afastado da crônica por algum tempo, A. A. voltou, em setembro, com as “Notas”, sempre defendendo a política estadual dominante.

A partir de 1 de janeiro de 1910, o redator Leôncio Fontes escreveu a nota diária “Ontem e hoje”, vindo, porém, a falecer no terceiro mês. Nôvo rodapé surgiu “Às quintas”, com a assinatura de **Til**, e vieram as notas humorísticas em prosa e verso, assinadas por **Y**, depois **Z** e, ainda, **X**.

A propósito de ocorrências no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, entraram em polêmica, ambos nos “a pedido” do **Diario**, os escritores Artur Muniz e Alfredo de Carvalho, começada precisamente a 20 de março. O segundo deles assim terminou violentíssimo artigo: “. . . não trepidarei em chegar ao extremo das repre-

sálias". É que se achava em jôgo a sua "probidade literária e honorabilidade como primeiro secretário do Instituto". Após haver-se manifestado J.B. Regueira Costa, que se colocou ao lado de Artur Muniz, o autor dos "Anais da Imprensa Periódica Pernambucana" considerou encerrado o debate, no décimo primeiro dia, a pedido de amigos.

O matutino deu intensa cobertura ao noticiário em tôrno do falecimento de Joaquim Nabuco, sobretudo quando da chegada, a 19 de abril, do corpo e respectivos funerais.

Desde 9 de maio, o **Diario** veio a circular, também, às segundas-feiras; A.A. mudou o título do seu rodapé, em junho, para "Palestras e confidências", e, no mês seguinte, apareciam os "Bilhetes postais" de **J. Fernandes** (pseudônimo de Ulisses Costa). Foram outros colaboradores: Ascânio Peixoto, frei Matias Teves e José Bezerra, êste com a série de artigos "Pela lavoura", continuada por L. Correia de Brito.

A passagem do 85.º aniversário foi sagrada com uma edição de doze páginas (a maior até então), a 7 de novembro de 1910 (87), na primeira das quais apareceram clichês, em bom tamanho, de Antonino José de Miranda Falcão, Manuel Figueiroa de Faria e Francisco de Assis Rosa e Silva, cujas biografias, ocupando mais de duas páginas, tiveram a assinatura do historiador F.A. Pereira da Costa (88). Nas páginas centrais encontravam-se clichês do edifício e do primeiro número do **Diario** e artigos especiais de Ulisses Costa, Euclides Fonseca, Francisco Pinto, Manuel Monteiro, Alfredo de Carvalho, Aprígio Garcia, **J. Fernandes**, padre Jonas Taurino e outros, e poesia de Odilon Nestor.

Durante o ano inteiro não sofreu solução de continuidade o debate político com os órgãos da oposição, assim começando 1911, quando voltaram a colaboração histórica de Pereira da Costa e a científica de Otávio de Freitas, lendo-se, ainda, artigos de Antônio Sales, correspondência de João Grave, notas de **J. Simplório**, mais artigos de L. Correia de Brito, sôbre "A valorização do açúcar", notículas satíricas a

---

(87) Na mesma data, o semanário **Cidade de Limoeiro** dedicou sua edição ao 85.º aniversário do **Diario**, estampando retratos, na primeira página, dos principais redatores.

(88) A biografia de Antonino J. de Miranda Falcão, divulgada, inicialmente, através do "Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres", em 1882, foi refundida e bastante melhorada para a edição do **Diario de Pernambuco**.

que servia de epígrafe a vinheta de uma mosca, sem assinatura, enquanto assinava o rodapé dominical **J. Fernandes**. Começou Elpídio de Figueiredo a escrever, em maio, sobre “Crédito agrícola”, sendo outros colaboradores **Orosco**, comentarista, e **João da Hora**, com as “Fitas”, voltando **J. Abelhudo** com as “Coisas da vida”, enquanto **Galhardo** assinava uma quadra satírica.

Passado o primeiro semestre de 1911, veio a esboçar-se a candidatura do general Dantas Barreto ao governo do Estado, iniciando o **Diário** campanha de oposição à mesma com o editorial de 18 de agosto. No dia 31 ocorria uma edição de oito páginas, a primeira das quais ostentando título de oito colunas e grande clichê, seguido de editorial, telegramas e noticiário, ocupando, ainda, toda a segunda página, tudo sobre a passagem, pelo porto, do conselheiro Rosa e Silva, procedente da Europa. Não faltou, até, um soneto laudatório, assinado por Domingos de Albuquerque.

Nova alteração verificou-se no corpo redacional, que ficou assim constituído, além do redator-chefe Artur Orlando: redatores principais — Artur de Albuquerque, Ulisses Costa, João Demétrio de Meneses (89) e Rosa e Silva Júnior; auxiliares da redação — João Domingues, Assis Chateaubriand, Alberto de Oliveira, Alexandre Mota, Alberto Fonseca e Miguel Peregrino; revisores (90) — Benedito Costa, Luiz Ribeiro e Oscar Pereira, sendo chefe da oficina Benjamin de Figueiredo.

Depois de acesa campanha, realizaram-se as eleições governamentais a 5 de novembro, contando os adeptos do oficialismo maioria de votos para o candidato Rosa e Silva. Tanto que, dois dias após, numa edição de doze páginas, o matutino solenizava a data do aniversário de sua fundação e, ao mesmo tempo, a vitória eleitoral, estampando enorme clichê do proprietário da empresa e outros do prédio, da máquina impressora, do velho prelo de 1825 (91) e das salas

---

(89) Usando o pseudônimo **Jaime Dourado**, João Demétrio fazia comentários sob o título “Modos de ver”.

(90) Embora não mencionado na relação divulgada, escreveu depois o poeta Raul Monteiro haver-se iniciado no Recife, ao deixar Goiana, como revisor do **Diário de Pernambuco**, em 1911.

(91) Lia-se, abaixo, a seguinte legenda: “Em 1844 passou o prelo do **Diário** para o dr. Antônio Borges da Fonseca, que o levou para Nazaré, imprimindo nêle **O Nazareno** e, depois, **O Jardineiro**, fôlhas de

de redação e oficina, inserindo artigos de Joaquim Pimenta, Artur Muniz, F. A. Pereira da Costa, Aprígio Garcia, Eduardo de Valois, França Pereira, J. Taurino e João das Ruas, e poesias de Odilon Nestor, Faria Neves Sobrinho e Henri Heine (tradução especial).

Ainda no dia 5, conhecidos os primeiros resultados do pleito, desde o início favoráveis a Rosa e Silva, verificaram-se manifestações populares de desgosto, partidas de correigionários do outro candidato, diante do edifício da fôlha, com ameaças de depredação, espancamento e morte. No dia 6 foram pedidas garantias, sendo o prédio guardado por trinta praças, passando estas “a atirar do segundo andar”, segundo testemunho de Raul Azêdo (92), “contra descuida-

---

propaganda do **partido praieiro**. Em 1847, o coronel José Maria do Rêgo Barros, chefe do **partido guabiru**, mandou quebrá-lo, o que se não pôde levar a efeito porque o dr. Borges da Fonseca procurou as garantias do então presidente da província Chichorro da Gama, que mandou para Nazaré uma fôrça de linha, ao mando do capitão Camisão, que o fêz transportar para o Recife. Em 1863, o dr. Antônio Borges da Fonseca nêle publicou diversos trabalhos políticos. “A marquesa dos linguarudos” e outros poemas humorísticos foram nesse prelo impressos em 1870. Em 1888, o cidadão Manuel do Rio Jordão Chagas adquiriu-o, transportando-o novamente para Nazaré, a fim de editar os jornais republicanos **A Luta e O Município**. Como relíquia no jornalismo latino americano, o prelo histórico é conservado pelo sr. Jordão Chaves”.

A legenda acima está cheia de contradições. Por exemplo: **O Nazareno** começou a publicar-se em 1843 e não mudou de oficina gráfica. A referência ao ano de 1847 é, por sua vez, totalmente errada, pois a tipografia de Borges da Fonseca foi transportada para o Recife em agosto de 1844, por não suportar o periódico as perseguições do situacionismo local, isto sob o govêrno do barão da Boa Vista. Em 1847, ao contrário, **O Nazareno** foi “quebrado” no Recife, justamente pela policia do presidente Chichorro (Ver Vol. II: “Diários do Recife — 1829/1900”). Não existiu nenhum poema chamado “A marquesa dos linguarudos”; êste (no singular) foi o título de um periódico humorístico de 1875, impresso na Tip. d’**O Commercio a Retalho**. Quanto ao jornal **A Luta**, de Nazaré, era “imparcial”, não republicano, e circulou em 1892, e **O Município**, de 1894, era “órgão dos interesses democráticos”. (Vale a pena consultar, no caso, os Vols. V e VI desta obra, que tratam dos periódicos de 1851/1875 e de 1876/1900).

Algum tempo depois da data em que saía a legenda, o prelo de 1825 foi parar no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, onde permanece, ofertado pelo dito Jordão.

(92) “Aspectos da Reação Cívica de 1911” — artigo inserto na **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. XXXI, ns. 147/150, de janeiro a dezembro de 1931. Acentuou Raul Azêdo: “Na porta de cobre do “Louvre”, até há pouco tempo,

dos transeuntes que cruzavam a praça da Independência". Nada obstante, ao circular a edição de aniversário, os manifestantes rasgaram vários exemplares. As ameaças continuaram e, apesar da presença, nas imediações, da força federal, a direção do **Diário** sentiu-se sem garantias e suspendeu-lhe a circulação. No dia 10 houve novo tiroteio, na praça da Independência, sendo alvejado e bastante atingido o edifício, onde, segundo Sebastião Galvão (93), foram presos, no dia seguinte, 29 cangaceiros (?).

Voltou a circular o **Diário** no dia 21 de novembro, sob a direção de França Pereira (94), tendo como gerente João Adriano de Melo Dutra e novo redator Leovigildo Júnior.

Nas "Várias", da segunda página, inseriu-se a nota abaixo: "Após catorze dias de suspensão, reaparece, hoje, o **Diário**, o que é certamente motivo de intenso júbilo, não só para nós como também para nossos dedicados amigos e correli-gionários. Cumpre-nos aqui testemunhar o nosso profundo agradecimento ao Exm.<sup>o</sup> Sr. Marechal Hermes da Fonseca, honrado presidente da República, que se dignou de atender com a máxima presteza ao pedido de garantias para os que trabalham nesta fôlha e para sua livre circulação, pedido a S. Ex.<sup>a</sup>. feito por nosso prezado colega dr. Rosa e Silva Júnior. Em dias porvindouros, quando a esta cidade voltar a normalidade de outrora, faremos a narração fiel e desapai-xonada dos tristíssimos acontecimentos últimamente desenrolados no Recife".

No editorial sob o título "Vitória digna":

"O pleito eleitoral travado no dia 5 do corrente, e cujo resultado está agora plenamente conhecido, passará à história como a mais bela afirmação dos sentimentos liberais dos homens que, em Pernambuco, têm as responsabilidades do poder".

Elogiou, a seguir, a atitude da situação dominante, que

---

se via um rombo, feito por uma bala, partida do "órgão mais antigo da América Latina", com enderêço a Mário Rodrigues, jornalista da oposição, que ia passando, à tardinha, na calçada daquele estabelecimento de modas".

---

(93) "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", Vol. QeR, pág. 97.

(94) Artur Orlando abandonara, praticamente, o jornal, dirigindo uma carta de despedida a Rosa e Silva Júnior.

se despojara “das vantagens oficiais, recomendando tolerância e liberdade para tôda parte, atendendo a tôdas as reclamações dos adversários, algumas até sem procedência, para que, sôbre o resultado das urnas, não pairasse a sombra ou a dúvida de uma compressão ou de uma fraude”.

Mais adiante: “Que distância de conduta! A cidade do Recife, com tôdas as nobilíssimas tradições de sua cultura, centro intelectual do norte, terra gloriosa de juristas, de parlamentares, de publicistas e poetas, não esquecerá jámais as cenas torpes desenroladas à luz crua dos dias de sol, não esquecerá o terror da população ordeira, nem o aspecto feroz de uma malta desorientada a exhibir punhais e pistolas, a rugir num desvairamento de ódios açulados pelos que têm a responsabilidade e fogem do perigo, pouco importando que o povo morra, que as famílias se sobressaltem, que se paralise a vida intensa de uma capital, contanto que triunfem as suas ambições de mando”.

“A onda subiu de mais, subiu pela violência, pelo assassinato nas ruas do Recife, pelo morticínio das ruas de Bom Conselho, pela invasão dos quatrocentos cangaceiros em Correntes, pelo assalto dos bandidos em São José do Egito, pelo terror em Olinda, em Igarauçu, em Glória de Goitá, em Vitória, em Nazaré, em Caruaru, em Bonito, em Belo Jardim e Bezerros, onde se deram fatos cuja história será narrada dentro em breve, quando houver garantias”.

“A intolerância dos adversários do Partido Republicano, revelada nos motins do Recife, nas manifestações de desagrado feitas a jornalistas, a todos nós e ao próprio **Diario**, que se viu, na noite de 10 do andante inopinadamente crivado de balas de carabina Mauser, mostra o que seria Pernambuco se voltasse a certos pontificados políticos”.

Depois de outras considerações sôbre as manobras dos dantistas, frisou: “Apesar de tudo, está eleito governador de Pernambuco o Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva, por uma maioria de 2.229 votos”. Concluiu garantindo ao povo pernambucano que passaria o período de agitação e que o poder legislativo do Estado exerceria livremente a sua ação apuradora e o seu **verdictum** seria respeitado “pela ação conjunta dos poderes do Estado e da União, como é preciso para o renome e a estabilidade de nossas instituições políticas”.

Estampou, a seguir, o discurso pronunciado pelo conselheiro Rosa e Silva, no Senado, “a respeito dos graves sucessos



desenrolados nesta capital, em a noite de 10 e manhã de 12 do andante”. O orador denunciou que parte da guarnição federal de Pernambuco se acumpliciara com os políticos da oposição, não se fazendo mistério de que, “eleito ou não, o general Dantas Barreto seria o governador de Pernambuco”; que os canhões da fortaleza do Brum estavam voltados para o palácio do govêrno, para proclamar a vitória do general, e que os eleitores tinham sido coagidos a votar no **nôvo govêrno**.

Três dias após, a 24, aduziu: “Os partidários do Sr. General Dantas e mesmo S. Ex<sup>a</sup>. declaram que se o Congresso não respeitar a vontade do povo, o povo fará o seu reconhecimento. Dentro das fórmulas constitucionais não há lugar para essa espécie de reconhecimento preconizado pelo candidato derrotado no pleito de 5 de novembro, querendo isto dizer que S. Ex<sup>a</sup>. está disposto à caudilhagem, a erguer o facho revolucionário na terra pernambucana, passando por cima dos altos poderes da República e da autonomia de um dos mais importantes Estados da Federação”.

Ressaltando a vitória do conselheiro Rosa e Silva, concluiu o editorialista: “Pela revolução, o Sr. general Dantas Barreto não será o governador de Pernambuco. O **verdictum** do Congresso será respeitado e, se contra êle insurgir-se o caudilhismo anarquizador, seremos nós que aconselharemos as vítimas dêsse grande crime a correrem às armas pela defesa da liberdade e da autonomia de Pernambuco, pela honra das próprias instituições republicanas que querem vilipendiar, mergulhando-as na lama de tôdas as aventuras”.

No dia seguinte, outro editorial fustigava a atitude dos elementos dantistas, que queriam “a revolta, a sedição, talvez o morticínio de todos os adversários”. Uma nota de poucas linhas, antes do artigo, dizia: “Por motivo dos fatos de ontem, que a todos preocupou (95), o **Diario** de hoje pouco difere da edição anterior. Além da notícia das ocorrências, dada resumidamente, e do editorial “Duas lições”, pouco mais que publicamos não é da edição de ontem. Os leitores, certo, desculparão a falta, atendendo aos acontecimentos”.

Informou, então, que a polícia do Estado, voltando à sua função constitucional, — pois o policiamento, desde as eleições, fôra exercido pelo Exército — ao sair à rua foi vaiada, o mesmo sucedendo ao seu chefe, Elpídio de Figueiredo, tendo

---

(95) A edição de 24 de novembro foi queimada pelo povo amotinado.

êste autorizado a dispersão do povo, primeiro a cargas de baioneta e, depois, à bala, havendo mortos e feridos.

Dada a edição de 25 de novembro, ficou a fôlha novamente suspensa, só reaparecendo a 14 de janeiro de 1912, sob a direção do ex-chefe de polícia Elpídio de Figueiredo. Novas hostilidades partiram da massa popular dantista, durante o dia, em represália ao editorial, que lamentava os acontecimentos precedentes, e à notícia da chegada do Rio de Janeiro, para onde fugira, do ex-governador Estácio Coimbra.

Diante dos novos fatos, já então sob o govêrno de Dantas Barreto (96), que tomara posse a 19 de dezembro, apesar da vitória de Rosa e Silva, passou o matutino mais alguns dias sem circular, voltando no dia 18 de janeiro, para prosseguir verberando já agora o terror da polícia, que fizera da praça do **Diario** seu quartel general, formando verdadeiro círculo de ferro, tanto que, no mês seguinte, a 17 de fevereiro, soldados a paisana agrediam o repórter Alexandre Mota e, a 23, eram presos dois redatores: Assis Chateaubriand e Rosa e Silva Júnior. Repórteres, revisores e tipógrafos deixaram de dormir em casa, porque era perigoso sair do jornal alta noite. (O revisor Benedito Costa, por medida de segurança, deixara o cargo desde 26 de janeiro). As pessoas que iam tratar de negócios na gerência eram revistadas; policiais ameaçavam empastelamento, sendo preciso, por vêzes, trabalhar de portas cerradas (97), e o diretor Elpídio de Figueiredo teve que se asilar no Consulado Português, para sair do qual impetrou, por intermédio do advogado Virgínio Marques, uma ordem de **habeas-corpus**.

A gestão de Elpídio de Figueiredo foi, assim, tôda de vexames para o velho órgão, que se viu suspenso, novamente,

---

(96) "... foi quando se iniciou aqui o regime de surras em jornalistas por disfarçados policiais, o que culminou com a morte, a cano de ferro, de Trajano Chacon" — **Mário Melo** ("Aqui e Ali", na **Folha da Manhã** de 15/6/1954).

(97) "Foi a fase mais tormentosa da minha carreira jornalística. Trabalhava-se de portas fechadas. O pessoal do **lenço** começava a rondar o edificio desde que anoitecia e sômente depois de cinco horas da manhã favorecia com a sua ausência. Os telegramas do "submarino" recebia-se por um cordão atirado do 1.º andar ao mensageiro, que nêle amarrava os despachos. Não se tinha o direito de tomar um café. O meu prezado companheiro Alexandre Mota, chefe da reportagem, tentou, uma noite, furar o cêrco. Voltava, dez minutos depois, todo ensanguentado, a cabeça quebrada" — **Oscar Pereira**, in "Memórias de um jornalista provinciano".

a 27 de fevereiro (98), pois, na madrugada desse dia, a edição quase pronta para sair, ocorreu o empastelamento (99), “mandado proceder pelas autoridades policiais de então” (100). 1912

(98) Não a 26 de janeiro, como se lê no opúsculo “Os 125 anos do **Diário de Pernambuco**”, publicado em 1950.

(99) O **Jornal do Recife** (edição de 28/2/1912) assim pormenorizou o empastelamento do **Diário**: “Os estragos foram quase completos. Excetuando as máquinas, uma das quais, a Marinoni, tinha as fitas cortadas, e a seção de avulsos, que estava intacta, tudo mais foi inutilizado. Retratos, espelhos, estantes e outros móveis, aparelho telefônico, lâmpadas, livros em grande quantidade, jornais e outros objetos foram estragados e postos em desordem. As caixas de tipos foram viradas, achando-se tôdas espalhadas na sala de composição. Foi, assim, importante a destruição feita”.

O mesmo **Jornal do Recife** publicou, a 12 de março, o relatório apresentado ao chefe de polícia, pelo delegado Oscar Brandão, a respeito do empastelamento. Em sua longa peça, que ocupou mais de cinco colunas, pretendeu a autoridade policial provar que o **Diário** estava sem recursos para subsistir e por isso “recorreu ao suicídio, como a suprema coragem dos vencidos”. Transcreveu depoimentos dos moradores da vizinhança do edifício, do diretor Elpídio de Figueiredo, do repórter Urbano Ganaud Chateaubriand, dos revisores Misael Domingues da Silva Filho e Luiz Ribeiro Ferreira da Silva, dos tipógrafos e demais operários, constatando, em face das supostas contradições encontradas, que o acadêmico noticiarista Assis Chateaubriand fôra encarregado de espalhar, nas oficinas, o anterior boato do empastelamento em perspectiva, e o “serviço” teve “como executor” o diretor Figueiredo, que, às 2 horas da manhã, descera de sua residência, no segundo andar do prédio, “entrando em ação” acompanhado daquele repórter, dos dois revisores e de empregados das oficinas. Do prolixo relatório resultou a seguinte e curiosa conclusão:

“Os empasteladores do **Diário de Pernambuco** foram: Mandante — dr. Francisco de Assis Rosa e Silva, seu proprietário. Autor — dr. Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo. Mandatários — auxiliares, amigos, criados e pessoas assalariadas para o crime, para o atentado contra a liberdade de imprensa. Eis, sr. dr. chefe de Polícia, os criminosos. Agarrei-os pela gola. A justiça condene-os e o povo maldiga-os”.

A virulência de linguagem dos jornais daquela época levou **Silvio Murat** (pseudônimo de Manuel Duarte) a escrever o seguinte, numa de suas “Cartas a Pacheco”, no trisemanário **Leão do Norte**, de 10/10/1912, a respeito do empastelamento: “Coisas como aquela deviam ser destruídas a dinamite, a bala, a tiros de canhão, a pau”, acrescentando: “É pena que, com o **Diário**, não tivessem desaparecido os patifes de lá de dentro, com o conselheiro por cima, porque somente assim nós estaríamos livres hoje de uns tantos safardanas, de uma ignobil dúzia de sujeitos sem pejo, sem princípio e sem valor, audazes e cínicos”.

(100) “Os 125 anos do **Diário de Pernambuco**”.

1913  
-----  
Correram os meses, precisamente onze meses e, no dia 26 de janeiro de 1913, entrou em circulação, outra vez, o matutino, cujo editorial de reapresentação dizia, inicialmente: "O **Diario de Pernambuco** entra de nôvo no ciclo de sua atividade jornalística, depois duma longa interrupção motivada pelos graves acontecimentos que convulsionaram esta capital quando, sendo ainda seu proprietário o conselheiro Rosa e Silva, defendia, debaixo dos maiores perigos, a bandeira do partido chefiado por aquêlê nosso ilustre conterrâneo, sob a direção do intemerato pernambucano dr. Elpídio de Figueiredo". Adiantou não ter "compromissos de natureza alguma com o partido apeado do poder pelo movimento de 1911", nem "ligações partidárias com qualquer dos três grupos políticos que presentemente servem sob as ordens do honrado governador do Estado".

Carlos Lira 1912  
adquirira  
Mais a explicação: "A emprêsa do **Diario de Pernambuco**, com todo o seu material e prédios em que se acha instalada, pertence, desde o dia 7 de julho p. findo, ao coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, industrial e agricultor neste Estado e no de Alagoas, tendo sido adquirida por compra ao Ilm.º Sr. Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva".

Assumiu a direção Antônio Alves Pereira de Lira, figurando como secretário-gerente Carlos Lira Filho. Ainda em formato máximo, mostrou-se bastante movimentado, inserindo artigos assinados por Otávio de Freitas; seções como "Prosa e Verso", por **Alpha e Betha**, e "O Dia"; sueltos; notas assinadas por **J. Carlos** (como se ocultava Carlos Lira Filho); folhetim, correspondência da Europa, especialmente do Visconde de Santo Tirso e de Justino Montalvão, e as "Varias", com o principal noticiário e comentários. Corpo redacional, em parte, da fase anterior.

A publicação prosseguiu até o dia 31 de julho, quando foi suspensa, devido à "absoluta e urgente necessidade de finalizar, convenientemente, algumas reformas e empreender outras tantas na parte material", acentuando o articulista: "A suspensão do **Diario de Pernambuco** durará o espaço de tempo estritamente necessário à conclusão dos trabalhos de eletrificação (luz e fôrça) em todo o edificio e maquinismos, montagem de várias outras máquinas de composição linotipo já adquiridas, um grande prelo moderno e aperfeiçoado com capacidade para edições de seis a doze páginas, instalação e remodelamento da nossa ofi-

cina de trabalhos avulsos, reparos e pintura do edifício, etc" (101).

No dia 1 de janeiro de 1914 estava o matutino novamente circulando (102), mas em formato menor, de sete colunas, tendo Carlos Lira Filho assumido a direção e, concomitantemente, a função de redator-chefe, logo atraindo Jáder de Andrade, diretor do periódico **A Serra**, de Timbauba, para o cargo de redator-secretário. Nos "Ecos e Notas", abrindo a primeira página, lia-se: "As lutas político-partidárias não nos interessam nem nos interessarão. Estamos e estaremos na maior imparcialidade para encarar os fatos que se desenrolam em nosso meio, quer em relação à política geral do país, quer na do Estado. Imparcialidade, porém, como bem o pensa o eminente Ruy Barbosa, não significa alheamento. O **Diário de Pernambuco** terá de exercer o seu papel, de doutrinador de idéias ou de comentador de fatos, mas o fará com superioridade de vistas, sem preconceitos, com absoluto critério, dentro da norma elevada de seu programa. Se tiver de, a contra-gosto, entrar em luta, não descerá ao personalismo, não faltará com o acatamento devido ao antagonista".

Noutro tópico: "Se contamos alguma coisa de nôvo ou mais forte, vem a ser o aparelhamento moderno em que êste jornal se ajustou nos seis meses em que teve suspensa a sua publicação para finalizar e realizar porção notável dos seus melhoramentos materiais".

---

(101) "Por iniciativa do Coronel Lira, foi o palacete do **Diário**, na antiga e histórica Praça da Independência, ampliado e reformado" (**Livro do Nordeste**, pág. 22).

(102) "Após seis meses de suspensão — escreveu **A Província** — reapareceu, anteontem, êste importante jornal — o mais antigo da imprensa brasileira. Tendo quase um século de existência, é esta talvez a sua fase mais brilhante, quer pelo seu excelente aspecto material — o formato pequeno e elegante, de fácil leitura, grande número de páginas, dobradas, coladas e serrilhadas, as suas modernas instalações elétrica e de linotipos — quer pela sua louvável orientação de tolerância, de polidez, de sereno e justo critério de imparcialidade, em se tratando das coisas da política, e, sobretudo, essa resistência de convicções, vistas largas e amplo descortino dos que trabalham sinceramente em prol da comunhão, na defesa dos interesses gerais. O programa que êle traz para as suas campanhas é o mesmo com que se apresentou o ano passado, após ter sido adquirido pela sua empresa atual".

O cronista **Max** (França Pereira) (103) escreveu, no seu primeiro rodapé da nova fase: “Renasce o **Diario** agora inteiramente outro, remoçado pela água de Juventa da utensilagem elétrica moderna. A Duplex promete bravuras mecânicas que no meu tempo a Marinoni desconhecia”.

Logo no quarto dia, em virtude de desarranjo nas máquinas, o **Diario** ficou suspenso novamente, mas só até 1 de fevereiro. Foi a última paralisação da temporada, tendo continuado a circulação, ininterruptamente, pelos anos a fora.

Iniciou-se, então, grande fase do jornal mais antigo da América Latina, que passou a inserir copioso serviço telegráfico; noticiário abundante; “Ecos e Notas”; “A Vida Econômica”, por Gaspar Peres; folhetim; a seção “Sortes”, em versos humorísticos, assinados por **Pluma y Lapis** (pseudônimo de Jäder de Andrade, depois aparecido, também, feito **Antônio Custódio**); “O **Diario** nos Estados”, principalmente nas Alagoas; “O **Diario** há 50 anos”; “Jornais de Ontem”; “Indicador Profissional e Social”; boa seção comercial; algumas páginas de anúncios, como não podia deixar de acontecer (104), e escolhida colaboração, inclusive do professor Otávio de Freitas, vinda de longa data, padre Leonardo Mascello, Mário Sete, **J. Siqueira** (como, às vezes, se ocultava o padre Jerônimo de Assunção), Mário Melo, êste já pertencendo ao corpo redacional, Silviano de Rangel Moreira, dr. João Costa, padre Heliodoro Pires e outros.

Cobrava-se por assinatura anual (baixou a tabela) — 28\$000; semestral — 14\$000; trimestral — 7\$000, sendo

---

(103) Em sua conferência “Jornais e Jornalistas do meu Tempo”, pronunciada em Campina Grande, Estado da Paraíba, inserida na edição de 6/12/1953 do **Diario** e incluída, depois, no volume “Estudos Pernambucanos”, disse Anibal Fernandes que, ao ingressar no serviço do jornal, para trabalhar na edição vespertina, em 1914, não encontrou “nenhum dos antigos colaboradores do tempo do rosismo”, entre os quais mencionou França Pereira. É um lapso de memória, pois consta das coleções que o brilhante homem de letras recomeçou sua colaboração a 3 de fevereiro daquele ano, sob o título “Crônicas”, com o pseudônimo **Max**, mantendo-a, com tôda regularidade, aos domingos, até a edição de 28 de fevereiro de 1915.

(104) Em sua edição de 31 de julho de 1914, o **Diario** divulgou, em forma de telegrama, o seguinte e curioso anúncio: “**Londres**, 5 de maio — O rei ouviu a “Valsa dos que sofrem” e, maravilhado por essa música adorável, pede remeter, urgente, alguns exemplares (ass). — **Lord Cromwell**”.

Ainda hoje é lembrada, com emoção, a realmente interessante valsa de Alfredo Gama.

ainda vendido o número avulso a 100 réis e o atrasado a 200 réis.

Como resultado da aquisição de nova máquina impressora, o matutino veio a aparecer, durante algum tempo, com a derradeira página impressa a duas côres.

Dada a eclosão da grande guerra, a empresa proprietária resolveu fazer circular uma edição vespertina, que surgiu a 17 de julho de 1914 (ver últimas páginas dêste volume), tornando-se o segundo jornal do país (105) e o único do Norte do Brasil que dava duas edições diárias.

Jáder de Andrade deixou a função de redator-secretário a 1.º de outubro, vindo a assumir a gerência em janeiro do ano seguinte, também por pouco tempo (106).

A edição comemorativa do 89.º aniversário, a 7 de novembro, aliás edição comum, devido às circunstâncias impostas pelo momento internacional, focalizou, em extenso editorial, a vida pretérita do **Diário**, através de tópicos como o seguinte:

“Assistiu à abdicação do defensor perpétuo, manifestou-se quanto à maioria de Pedro II, sustentou fogo na revolução praieira de 48, tomou parte saliente na questão religiosa de Frei Vital, foi testemunha das grandes evoluções do nosso povo — ventre livre, emancipação dos escravos, liberdade de consciência, secularização dos cemitérios, república, e daí por diante tudo de mais notável que se tem passado no nôvo regime. Nem a fúria das paixões momentâneas escapou. Sentiu o pêso das mãos sacrílegas destruir-lhe grande parte do arquivo quase secular. Acompanhou o progresso, tornando-se intelectualmente melhor, **pari-passu** às reformas materiais. Parece ter vencido. Tendo passado por muitos proprietários e transposto diversos ciclos, serviu a

---

(105) Colocava-se em primeiro lugar o **Jornal do Brasil**, no período de 1900/1904.

(106) “Os trabalhos técnicos do **Diário** primavam pela organização. Em tôdas as suas seções a ordem e a disciplina se impunham. Jáder tinha dado a tudo aquilo um cunho particular do seu espírito realizador, emprestando aos operários, nos seus múltiplos serviços, a precisão de uma máquina”. Assim se expressara, em artigo memorativo, n’**A Serra**, de Timbaúba, edição de 7 de novembro de 1925, **Antônio de Jesus**, ou seja, Leônidas de Oliveira, que havia trabalhado, à época, no **Diário de Pernambuco**, acrescentando: “Foram o dr. Carlos Lira Filho e Jáder de Andrade os criadores de seções novas, da forma de distribuição da matéria editorial, da confecção de anúncios e até da paginação do jornal, dando-lhe, pelo lado material, um aspecto nôvo e interessante”.

credos antagonicos, sempre com tendências conservadoras. Atualmente pretende ser um repositório imparcial dos acontecimentos de cada dia, isento das paixões, para melhor servir à causa pública”.

Em fins de dezembro foram admitidos dois novos redatores: Aníbal Fernandes, que já trabalhava na edição vespertina, e João Lemos, este se encarregando dos assuntos forenses. Já figuravam entre os auxiliares da redação, Ortulano Garcia, Luiz Maciel Pinheiro e Ulpiano Bezerra Ventura.

## 1915/1924

Ao iniciar-se 1915, a seção “Ecos e Notas”, que representava o pensamento da direção, voltou ao antigo título de “Várias”. Estas eram constituídas de noticiário ligeiro, sem título, precedido de um comentário, quase sempre redigido pelo diretor Carlos Lira Filho (107). A 10 de abril começou a figurar no Expediente: “Órgão de informações — Noticioso e independente — Nenhum compromisso partidário — Nenhuma ligação oficial”. Precisamente nessa data foi suspensa a edição vespertina, transportando-se para a matutina as notas políticas intituladas “Sortes”, de Xisto, que não era outro senão Carlos Lira Filho, um mestre na sátira.

Tomando a iniciativa de empresa editora, a firma proprietária do **Diário** fez publicar uma **Folhinha Popular**, tipo almanaque, seguida de outras edições, cada princípio de ano, até 1919; o livro de sortes **Estrellas de Junho**, que duraria até 1938, e a revista **Noites de Natal**, que ficou no primeiro número, cuja história (dos três) consta do Vol. VIII desta obra: “Periódicos do Recife — 1916/1930”.

Ainda em 1915, a partir de julho, a folha admitiu a crônica “Em torno da guerra”, que saía às segundas-feiras,

---

(107) Quando Carlos Lira Filho (Carlito), “trancado no seu famoso gabinete, no 3.º andar do **Diário**, onde recebia amigos íntimos e colaboradores mais chegados, escrevia uma “Vária” entre baforadas de cachimbo, todo o mundo comentava na cidade. Não somente era um pequeno editorial, bem redigido, mas orientado por um claro bom senso, que calhava, quase sempre, no gosto do público. A verdade é que as “Várias” do **Diário** de então eram geralmente prato do dia” — Aníbal Fernandes (conferência citada).



com a assinatura A. (Aníbal Fernandes) e permaneceu, depois transferida para os domingos, até o fim da conflagração européia.

Precisamente no dia 7 do mencionado mês, ainda ocorreu um incidente em conseqüência da extinta política ro-sista do **Diario**, com a realização de manifestações populares contra o reconhecimento do conselheiro Rosa e Silva como senador por Pernambuco, em detrimento do eleito — José Bezerra. A passeata terminou defronte do edifício da praça da Independência, onde discursos inflamados levaram o povo a apupá-lo e apedrejá-lo, quando o jornal já não pertencia àquele líder partidário nem fazia política.

A edição de 7 de agosto noticiou haver sido agredido, às 20 horas do dia anterior, ao entrar no jardim do Teatro Helvética, o jornalista Mário Melo, redator do **Diario**, que se fazia acompanhar de dois filhos pequenos, sendo autores da cena os irmãos Mário e Augusto Rodrigues. Deu lugar à vindita um artigo da vítima, já em revide, nas “Solicitações”, em que “foram articuladas algumas graves acusações contra a conduta do Curador de Ausentes”, que era o deputado estadual e também emérito jornalista Mário Rodrigues (108).

Foi também no mês de agosto que o “mais antigo” travou árdua polêmica, através das “Várias”, das ironias de **Xisto** e do humorismo de **Lúcifer**, **Belzebuth** e **Satan** (pseudônimos atribuídos a Jäder de Andrade), com o **Jornal do Recife**, criticando, principalmente, o então famoso caso do contrato dos telefones e defendendo-se de acusações em torno da política neutral que vinha mantendo em face do governo de Dantas Barreto. Ao mesmo tempo, Mário Melo, em artigos da terceira página, sob o título “Chapéu do Chile”, repelia acusações do aludido contendor, que revivia fatos da passada campanha dantista.

Ao solenizar seu 90.º aniversário, o **Diario** inaugurou, na fachada do edifício, uma flâmula de três metros de comprimento por 45 centímetros de largura, com o nome do jornal em caracteres verdes sobre fundo ouro.

Nos últimos meses do ano, a sétima página foi inteiramente ocupada, aos domingos, com *Literatura*, onde po-

---

108) A rixa entre os dois jornalistas começara em 1913, através das páginas do **Pernambuco** e d'**A Republica**. Não só o **Diario de Pernambuco**, mas também **A Província** e o **Jornal Pequeno** verberaram, enérgicamente, a atitude dos agressores.

diam ser lidos, a par de transcrições escolhidas, trabalhos originais, em versos, de Araújo Filho, Olegário Mariano, Zeferino Galvão, Costa Rêgo Júnior, Jáder de Andrade (também usando o pseudônimo **Job Sá**), Frederico Codeceira, **Nogueira Tapety**, Silva Lobato, João Monteiro, Mário Linhares, Nelson Firmo, **Aires Palmeira** (travesti do piauiense José Augusto de Sousa); Baltazar de Oliveira, **Silvino Lopes**, Oliveira e Silva e Mateus de Albuquerque.

A especialidade dessa famosa página não durou muito, continuando a publicação de poesias e contos em páginas diferentes, até que, no ano seguinte, tal matéria tinha apenas caráter esporádico.

O ano terminou com a entrada do jornalista Manuel Caitano para o velho órgão, precisamente a 4 de dezembro, na qualidade de redator-chefe. Em artigo assinado, disse êle: "Eu precisava e queria repousar. Voluntariamente, fechara, atrás de mim, entristecido na mágoa da saudade, mas de firme e deliberado ânimo, as portas amigas, de uma amizade inquebrantável, d'**A Província**. Iria descansar sequer por alguns meses. Fugiria ao bulício da cidade. Procuraria retemperar-me nas serras, escapo da atmosfera densa e pesada das tipografias".

Frisou, mais adiante: "... o meu precário estado de saúde me não permitia continuar a enfrentar a complexidade dos encargos, de conjunto, onde não fiquei, em tarefa limitada à redação, por ligeira divergência de forma com os meus estimadíssimos sobrinhos, também porque já era tempo de exercerem êles a ação, que tenho motivos para augurar esclarecida e vigorosíssima; por mim espontaneamente fechadas aque!as portas, outras se me abrem, de par em par, por igual amigas, deveras convidativas, donas dos segredos da sedução". Concluiu: "Venho da **Província**. Trabalho hoje no **Diario**. E não haverá atritos. Aqui, como lá, há largueza de vistas, há cordura, há boa disposição".

Com Manuel Caitano entraram José Rodrigues dos Anjos, na qualidade de redator secretário, e Leónidas de Oliveira, como gerente.

Dois dias depois, o **Diario** entrou em divergência com **A Província**, acusada de ter adotado orientação de "franca simpatia pela situação dominante", em lugar da posição de neutralidade, desde muito mantida. E, no dia 9, Manuel Caitano refutou, em artigo assinado, acusações que lhe foram feitas pelo jornal dos sobrinhos, a respeito de "sua atitude no tocante à política".

Generalizou-se, em 1916, a polêmica entre os dois grandes órgãos, dela participando, principalmente, Gonçalves Maia, redator-chefe d'A **Provincia**.

Enquanto isto, o **Diario** procurava melhorar seu padrão, criando, inclusive, uma página municipal, dedicada ao noticiário do interior do Estado, por intermédio de correspondentes especiais. Entre os colaboradores mais antigos — a salientar Alfredo de Carvalho (109), J. P. Barbosa Lima, Fernandes e Silva, J. Falcão Filho e Horácio Saldanha — passou a figurar, em setembro de 1916, Oliveira Lima, além de Assis Chateaubriand (de volta) e **Paulo Derby** (pseudônimo do economista Ventura Correia).

Boa edição saiu a 6 de março, comemorativa do centenário da Revolução Republicana de 1817. Numerosas páginas exibiram trabalhos especiais, ilustrados, sobre a data, assinados por J. B. Regueira Costa, Spencer Neto, Zeferino Galvão, Oliveira Lima, França Pereira e outros. Inseriu-se, igualmente, a cópia do projeto de Constituição da República Pernambucana, atribuído, por uns, a Frei Caneca, e por outros, a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva.

Sob o título "História e Histórias", Oliveira Lima divulgou uma série de nove artigos, de 9 a 17 de julho, defendendo o 2 de julho como data certa das comemorações da Confederação do Equador, em polêmica com Gonçalves Maia, que defendia o 24 de julho, através das colunas d'A **Provincia**.

Como era de praxe nos fins de curso, a partir de setembro de 1917 o **Diario** admitiu, na sua seção "Vida Escolar", perfis da Escola Normal Pinto Júnior, assinados por **Ecila**; dos farmacolandos, em sonetos de sete sílabas, por **Aurum**; do curso comercial do Colégio Pritaneu, sob o título "Silhuetas", da autoria de Ruth, e, principalmente, "Os bacharelados dêste ano", com o sub-título "Caricaturas", firmados por **Cam & Sem**, pseudônimos associados dos concluintes Barbosa Lima Sobrinho e Severino Correia de Araújo.

As "Caricaturas" começaram a 3 de setembro, com uma explicação preliminar. Os autores achavam detestável e ridícula a "literatura dos perfis", frisando: "...rompemos com a tradição e iniciamos uma série de caricaturas, aproveitando os traços característicos de cada um e os salientando, depois de escandalosamente exagerados. Há muita

---

(109) O engenheiro Alfredo Ferreira de Carvalho, mais do que tudo escritor enciclopédico, faleceu a 23 de junho de 1916.

maldade nisso, mas a caricatura, que tem hoje um enorme prestígio, é essencialmente maldosa. Não usaremos, também, das iniciais, para revestir o perfil de uns ares misteriosos; preferimos o nome todo, por extenso, mesmo porque há muita carantonha que só se parece mesmo com o modêlo no nome que o caricaturista teve a boa lembrança de citar". **Cam & Sem** fariam, finalmente, o possível para não revelar suas individualidades, "algo nietzscheanas" mas "sensíveis ao cacete sólido da vingança". Seguiram-se, diàriamente, as "Caricaturas", incluindo as dos próprios "caricaturistas", a fim de dificultar a identificação (110).

A 20 de setembro, a direção do matutino deliberou organizar um corpo exclusivo de vendedores nos trens da Great Western (hoje Rêde Ferroviária do Nordeste), uma vez que os encarregados da vendagem avulsa vinham abusando do preço. Medidas acauteladoras foram, igualmente, tomadas quanto à capital, cujos gazeteiros faziam sabotagem em benefício de outra fôlha, preferida pela agência distribuidora.

Tendo empreendido longa viagem, o diretor Carlos Lira Filho fêz publicar, em diversos números do mês de outubro, uma série de crônicas, sob o título "Pelo Sul do País e Repúblicas Limitrofes".

Não se estendeu bastante a gestão de Manuel Caitano, pois deixou, a 1 de janeiro de 1918, "a atividade cotidiana da imprensa, já exaustiva para a sua saúde, experimentada por vinte anos de incessante labor jornalístico".

Carlos Lira Filho acumulou, novamente, por algum tempo, as funções de redator-chefe. E Osvaldo Lima entrava para o corpo redacional, embora por pouco tempo.

Terrível epidemia, conhecida como Influenza Espanhola, ceifou muitas vidas no mês de outubro, chegando mesmo a transtornar a vida da cidade. O **Diario** (como sucedera a outros jornais) sofreu grande redução de pessoal, que ficou reduzido a menos de metade, do que pediu desculpas, na

---

(110) Da "Caricatura" de Barbosa Lima Sobrinho constava o tópic: "Herdeiro da esquelética magreza de seu tio, tem um físico desagradável: alto como u'a montanha, magro como um espêto, pernas compridas e, por cima de tudo, uma cabeça grande com um rosto pequeno. Dá a impressão exata de uma maravilha de equilíbrio — uma vara de espanar mantendo na extremidade um crâneo descamado. É entretanto um **sportman**: natação, remo, escoteirismo, tudo isto lhe é grato e, a julgar das aparências, muito tem concorrido para lhe desenvolver os... ossos".

edição do dia 13, “das faltas, quer na feitura da fôlha — reportagem e informação — quer nos serviços de distribuição, remessa e correspondência”.

Noticiava-se, a 10 de dezembro, a despedida de Mário Melo do corpo redacional, por motivos “inteiramente pessoais”. Sucedeu que êle se candidatara à deputação, sem êxito. Meses depois, voltava aos artigos da terceira página.

Em janeiro de 1919 tinha início a seção de comentários “De uns e de outros”, a princípio assinada por Antônio e, depois, por A. Fernandes (que ambos eram Aníbal), ao mesmo tempo que estreava a colaboração de Gilberto Freyre (111).

Em nova série de artigos da 3.<sup>a</sup> página do **Diario**, a partir do ano atrás referido, o colaborador Oliveira Lima fêz a propaganda da candidatura apartidária de Henrique Marques de Holanda Cavalcanti (Barão de Suassuna) ao governo de Pernambuco, imprensada entre a do oposicionista Dantas Barreto e a do situacionista José Rufino Bezerra Cavalcanti, sendo êste último o vencedor nas eleições de agosto, empossando-se no mês de novembro. Nessa campanha, o admirável escritor-embaixador teve ocasião de repelir críticas do semanário **Cinco de Novembro**, de Caruaru, e de Salomão Filgueira, diretor do **Jornal do Commercio**.

Inauguraram-se, a 21 de setembro, mais algumas seções do nôvo prelo rotativo, que teria capacidade, ao completar-se, para imprimir 16 páginas de uma vez e trinta mil exemplares a hora. A Duplex Tubular era uma das primeiras dêsse tipo instaladas no Brasil. O matutino, que já vinha saindo, aos domingos, com doze páginas, ostentava duas côres na primeira e na última. Na mesma data começou a figurar, abaixo do cabeçalho, à direita: “A. J. de Miranda Falcão, fundador”; à esquerda: “Carlos B. P. de Lira, proprietário”. E Carlos Lira Filho permanecia como diretor.

“Por desacôrdo de interêsses com a Empresa”, deixaram o corpo redacional, a 12 de outubro, o tradutor de telegramas Orlando Sete, os noticiaristas José Barcelos e Antônio Correia de Araújo e os repórteres Baltazar Firmo de Oliveira, Néri de Sousa e Antônio Tavares.

Em 1920, o preço da assinatura voltou para 30\$000 por ano e 16\$000 por semestre. O Visconde de Santo Tirso publi-

---

(111) O escritor Gilberto Freyre tinha recebido, em fins de 1917, no Colégio Americano Batista, o diploma de bacharel em Ciências e Letras.

cou, em março, uma série de artigos intitulados “Dos cinco sentidos corporais”; e, no mês seguinte, vieram as “Impressões do Recife”, também em série, de A. Morales de los Rios.

Ocorreu, no mês de junho, séria crise mundial na indústria de papel, que tendia a agravar-se, e a tonelada do produto, que custava, anos antes, 300\$000, subiu para 1.400\$000. Era alarmante a escassez, mas o **Diario** tomou apenas medidas contra os assinantes relapsos e diminuiu para oito páginas a edição dominical.

Por essa época o corpo redacional, além do diretor, estava assim constituído: José dos Anjos (secretário), Aníbal Fernandes, Cícero Brasileiro de Melo, Samuel Campelo, Costa Dourado, Domício Rangel, Euclides Costa Lima, Luiz Ribeiro, Alvaro Lima e Otávio Malta. Outros redatores foram substituindo os que se afastavam, como Nicomedes Hartman, Severino Correia de Araújo, Adolfo Celso, que chegou a ser secretário; Osório Borba, Artur Marinho, Orlando Tejo, Joaquim Carvalho, Otávio Morais e Antônio Almeida, redator desportivo. Da revisão participaram, por maior ou menor espaço de tempo, Osiris Caldas, Osmundo Borba, Olimpio Costa Júnior, João Domingos da Fonseca, Ildefonso Lopes, Nelson Xavier de Albuquerque, Melquisedec Fonseca, Oscar Gomes, Otávio Correia de Araújo, etc. No escritório trabalhavam, entre outros, Naasson de Figueiredo (também escritor), Alfredo Ramos e João Tavares. Em 1915, passara pela reportagem Alfeu Domingues e, em 1917, Mário Rodrigues dos Anjos, os quais muito cedo desistiram da vida de imprensa.

A meia noite de 31 de dezembro (1920) inaugurou-se, em continuação aos melhoramentos programados, um carilhão na torre do edifício, cujos sinos funcionaram à hora 0, fazendo soar as primeiras notas da harmonia, “seguidas de doze sonoras e majestosas badaladas”. O ato foi festivo, com bandas de música, champanha e numerosos convidados, sendo orador oficial o Coronel Carlos Lira.

Depois de divulgar uma nota explicativa (comum aos outros diários) sobre a alta do preço do papel, que atingiu 1.600\$000 por tonelada, a elevação dos salários e “a queda constante do câmbio”, a refletir-se sobre a importação de materiais estrangeiros, o **Diario de Pernambuco**, a começar de 1 de julho de 1921, aumentou para 48\$000 a assinatura anual, 25\$000 a semestral e 13\$000 a trimestral, subindo para 80\$000 a anualidade para o exterior. O número avulso passou a ser vendido a 200 réis.

A 27 de julho via-se inaugurado o salão de concertos e

conferências do edifício, no segundo andar, com um recital da pianista italiana Maria Carreras. Quatro dias após, entrava em vigor a lei do descanso dominical, deixando por isso o **Diário** de circular às segundas-feiras, como vinha acontecendo nos últimos anos.

Na edição de aniversário de 1921, antecipada para 6 de novembro, ocupou a primeira página artística alegoria, com figuras e datas entrelaçadas, em homenagem ao fundador e diretores do **Diário**, na seguinte ordem: Antonino José de Miranda Falcão — 1825-1835; Manuel Figueiroa de Faria e Filhos — 1835-1901; Francisco de Assis Rosa e Silva — 1901-1912; Carlos B. P. de Lira. As datas de aniversário não vinham merecendo edições apreciáveis. A maior, a última, não teve mais de dezesseis páginas.

Foi nessa época que Gilberto Freyre, então no Exterior, divulgou a série de artigos "Da outra América", depois epigrafados com números seguidos.

A campanha política de 1922, em torno dos candidatos à sucessão governamental, encontrou o **Diário** em campo neutro. Os adeptos, por um lado, de Eduardo de Lima Castro, e pelo outro, do industrial José Henrique Carneiro da Cunha, batiam-se, na arena das competições, através dos jornais ou em comícios, enquanto se preparava um ambiente hostil no tocante a um dos candidatos, por parte da guarnição federal, o que denunciava dias sangrentos, uma vez que do outro lado havia igual disposição para a luta em qualquer terreno.

Na edição de 11 de maio, numa "Vária", dizia o editoria- lista que ambos os candidatos repeliam a possibilidade de se levar a efeito um acôrdo, acrescentando: "Nunca, entretanto, êsse acôrdo se fêz tão necessário como agora, ante o deplorabilíssimo rumo que vem tomando, entre nós, essa ingrata campanha eleitoral, em que o ódio, a intolerância, o apêlo à violência pairam no ar como um desafio atirado à face da população pacífica que, desinteressada das competições pessoais e partidárias em efervescência, apenas almeja aquilo a que tem o mais sagrado dos direitos: ordem e sossêgo para trabalhar e viver".

No dia da eleição, 27 de maio, salientava o **Diário** que, apesar da moderação com que vinha acompanhando a crise política local, não podia deixar de apontar o êrro cometido pela atitude do presidente da República, que autorizara forças federais a participarem da luta a prol de uma facção, exacerbando os ânimos e provocando desordens.

Não circulou o matutino no dia 30, por falta de garantias, ocasionada pelos acontecimentos então desenrolados.

No dia seguinte, o comentarista ainda verberou a atitude do comandante da Região Militar, acusando-o de atirar o Exército contra o povo.

O acôrdo, finalmente, propugnado pelo **Diario**, celebrou-se e o candidato eleito, José Henrique, foi substituído pelo juiz Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto.

“Muito expressiva fôra a ação do **Diario** por ocasião da travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, sendo gesto inesquecível, pela Colônia Portuguesa de Pernambuco, o fato de ter, de madrugada, tangido o carrilhão”, “para anunciar que os dois aviadores estavam salvos” (112). Por ocasião da chegada do “Fairey 17”, que ocorreu a 17 de junho de 1922, o cortejo, com os “ases” lusitanos à frente, dirigiu-se ao edifício do velho órgão, em cujo salão de honra foi redigida e assinada, por numerosas personalidades, a ata que assinalou o grande feito.

A data do centenário da Independência do Brasil mereceu edição excepcional de quarenta páginas, a primeira das quais, contendo ilustração alusiva, trazia, sobre faixas verde e amarela, de um lado, a legenda: “Saúde e fraternidade a quantos, brasileiros e estrangeiros, vivem e trabalham sob o céu do Brasil”, e do outro: “Reconhecimento e homenagem aos antepassados, precursores e fundadores da nacionalidade”. No texto viam-se artigos de colaboração de grandes nomes das letras indígenas e duas páginas sobre “Pernambuco e a Independência” — capítulo inédito dos “Anais Pernambucanos”, de F. A. Pereira da Costa.

A propósito do 98.º aniversário, a 7 de novembro de 1923, acentuou Gilberto Freyre, em artigo na respectiva edição, que se havia conseguido, no **Diario**, fazer jornalismo, e mesmo literatura, **di camera**, num país que tem, antes, o gôsto dos ritmos tumultuosos. Explicou, então, tratar-se de “aristocracia de gôsto. O jornalismo **di camera** é a aristocracia do jornalismo, como a música **di camera** é a aristocracia da música”. Na mesma edição escreveu F. A. Pereira da Costa uma saudação ao velho órgão, em cujas colunas, conforme mencionou, publicara, a 5 de agosto de 1872, sua primeira produção em letra de fôrma. Pouco depois, morria o famo-

---

(112) “Os 125 anos do **Diario de Pernambuco**”.



so historiador, e foi igualmente o **Diario** que divulgou sua última produção (113).

Muito apreciável foi o número de Natal desse ano, com dezesseis páginas, bastante ilustradas, inserindo artigos de literatura assinados por Austro Costa, Olegário Mariano, Emiliano Pernetá, Mário Lima, Mário Melo, Naasson de Figueiredo, Arnulfo Lins e Silva, Maria Vaz de Carvalho e outros, além das seções habituais.

Depois de haver mantido a seção diária "De uns e de outros" até 6 de dezembro de 1922, encerrou Aníbal Fernandes sua primeira fase como redator do **Diario**, continuando, porém, a assinar artigos diferentes, não constantes, e a nota "Livros novos".

Tornou a fornecer artigos assinados, em 1924, o jornalista Manuel Caitano, apenas como colaborador; e voltou a sétima página a ser ocupada, aos domingos, com matéria especializada, sob o título "Magazine", compreendendo: Ciências — Letras — Artes — Mundanismo — Variedades. Gilberto Freyre foi admitido como redator especial, cargo que ocupou durante dois anos.

No dia 11 de junho veio a falecer o coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, proprietário da **Emprêsa Diario de Pernambuco**, permanecendo, entretanto, o seu nome no cabeçalho até 1930.

+  
Carlos  
Lira

Verificou-se a 2 de julho bem organizada edição de vinte páginas, comemorando o centenário da Confederação do Equador, a primeira das quais trazia substancioso editorial alusivo, ladeando expressiva alegoria, representada pela execução de Frei Caneca. No texto, um clichê com assinaturas autógrafas dos doze "homens da revolução" e várias ilustrações históricas, principalmente do pintor Manuel Bandeira, a par de verdadeiro compêndio sobre os acontecimentos de 1824, em trabalhos assinados por Carlos Pôrto Carreiro, Eusébio de Sousa, Ageu Guimarães, Mário Melo, Armando Gaioso, F. A. Pereira da Costa (página inédita), Carlos Pereira da Costa, Gilberto Freyre, Fernando Soares Brandão, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Mário Sete, Aníbal Fernandes, Samuel Campelo, França Pereira (poemas heróicos), Maviael do Prado (soneto) e Ulisses Brandão. No dia seguinte ainda a primeira página era ocupada, totalmente,

(113) O professor Carlos Pereira da Costa, escrevendo na edição do Centenário (1925), revelou que o "canto de cisne" do seu pai, como homem de letras, foi, precisamente, o artigo que publicara a 7 de novembro de 1923.

por uma alegoria em homenagem aos heróis da Confederação do Equador.

1925/1934

No dia 7 de novembro de 1925, data magna do seu centenário, o **Diário** circulou em edição recorde de 60 páginas, além da publicação do "Livro do Nordeste" (114), organizado por Gilberto Freyre, tendo como auxiliar técnico José Maria de Albuquerque e Melo.

Bela alegoria ocupou toda a primeira página do jornal,

---

(114) Com o total de 264 páginas de texto, inclusive 72 de anúncios, o "Livro do Nordeste" constituiu um marco dos mais brilhantes da solenização do 100.<sup>o</sup> ano de vida do **Diário**. Apresentando-se em formato de 41 x 28, com capa, numerosos desenhos internos e vinhetas da autoria de Manuel Bandeira, além da reprodução de desenhos e litogravuras de grandes nomes do Século XIX, como L. Schlappriz e F. H. Carls, e de um Franz Post, do Século XVII, a importante publicação divulgou o seguinte sumário:

"Introdução — **Diário de Pernambuco**", por C. Lira Filho. "Um século de relações internacionais" — M. de Oliveira Lima. "Um século de relações luso-brasileiras" — Fidelino de Figueiredo. "Um século de relações interamericanas" — F. Butler Simkins. "Coronel Carlos Lira". Duas páginas de Barlaeus. "Recife" — Aníbal Fernandes. "Um século de Medicina e Higiene no Nordeste" — Otávio de Freitas. "Cem anos de Agricultura e Pecuária no Nordeste" — Samuel Hardman. "Um bispo de Olinda" — Luiz Cedro. "As sécas do Nordeste (1825/1925)" — Tomaz Pompeu Sobrinho. "Um século de vida de estudante em Pernambuco" — Odilon Nestor. "Festas e funções de engenho no Nordeste" — Júlio Belo. "Os últimos cantadores do Nordeste" — Eloi de Sousa. "A arte da renda no Nordeste" — Leite Oiticica. "Vida Social no Nordeste (1825/1925)" — Gilberto Freyre. "O movimento da abolição no Nordeste" — Coriolano de Medeiros. "Cem anos de vida econômica em Pernambuco" — Gaspar Peres. "Um século de vida musical em Pernambuco" — Euclides Fonseca. "Um século de vida literária em Pernambuco" — França Pereira. "Um século de jornalismo em Pernambuco" — Manuel Caitano. "Evoações do Recife" (versos) — Manuel Bandeira. "Um poeta pernambucano: Manuel Bandeira" — J. Cardoso. "A pintura no Nordeste" — Gilberto Freyre. "Cem anos de teatro em Pernambuco" — Samuel Campelo. "Uma figura literária do Nordeste: Nisia Floresta" — H. Castriciano. "Um século de vida paraibana" — Ademar Vidal. "Viação férrea no Nordeste" — Graciliano Martins. "Velhas janelas do Recife e Olinda". "O fundador do **Diário de Pernambuco**" — Mário Melo. "O Recife em 1925" (quadro de imóveis). "A cultura da cana no Nordeste" — Gilberto Freyre. "Alagoas em 1925" — Moreno Brandão. "O Recife em 1923" (População, tipo de construção, etc.). "Os municípios de Pernambuco".

vendo-se desenhada ao centro a impressora **Duplex** ao lado da prensa de onde saiu o primeiro número, com o respectivo **fac-simile** e outro de edição atual, entremeados com retratos de A. J. de Miranda Falcão (115) e Carlos B. P. de Lira. Acima do desenho, as palavras: “Aos que se foram — Reconhecimento — Saudades”, lendo-se em baixo: “... e sejam os vindouros dignos dêles”. A segunda página inseriu o editorial comemorativo, ilustrado com clichês do presidente Artur Bernardes e do prefeito Antônio de Góis, continuando, na seguinte, com o do governador Sérgio Loreto. Assim começou o articulista:

“Foi numa segunda-feira — “segunda-feira, 7 de novembro e 311 dias do ano de 1825” — que apareceu no Recife o **Diario de Pernambuco**. Medindo 24 1/2 centímetros sôbre 19, dir-se-ia, comparado aos jornais de hoje, um jornalzinho de brinquedo ou de colégio o **Diario de Pernambuco** de 7 de novembro de 1825. Dir-se-ia uma miniatura apenas de jornal a fôlha que, na manhã daquela segunda-feira, hoje românticamente histórica, encontraram alguns cidadãos do Recife de baixo de suas portas, e que outros, curiosos da novidade, foram, à hora doce do cavaco, comprar por quarenta réis, na botica do João Ferreira da Cunha; ou na loja da **Gazeta** à rua do Rosário; ou no botequim da Praça, dentro do Recife.

“Aparecia o nôvo diário com a promessa de lealmente registrar notícias de compras, vendas, leilões, aluguéis, arrendamentos, aforamentos, roubos, perdas, achados, amas de leite, entradas e saídas de navios — todo um conjunto de coisas que até então, no Recife, só se conseguia saber com muito vagar e muito caminhar, indo medievalmente às lojas de barbeiro, indagando nas boticas, perguntando nas sacristias”.

O comentarista fêz, a seguir, um retrospecto do Recife de 1825, focalizando costumes, vida social e política, para depois reencetar: “Os olhos que primeiro leram o **Diario de Pernambuco** são olhos ainda úmidos de impressões fortemente trágicas. Olhos que viram rolar do patíbulo, pálidas e a pingar sangue, as cabeças dos padres ideólogos e dos patriotas generosos. Olhos que viram cair, arcabuzado, em Cinco Pontas, o corpo ainda moço de Frei Caneca, que acabou escrevendo com o seu sangue mártir o **post-scriptum** que pretendia escrever,

---

(115) “A figura do fundador do **Diario de Pernambuco** enquadra-se na categoria dos homens de luta, feitos pelo próprio esforço, em conflito com circunstâncias diversas” — in artigo de redação d’**O Jornal**, do Rio, em 7 de novembro de 1925.

a tinta vermelha de panfletário, dos ideais e aspirações de 1817”.

Após relatar a vida do velho órgão, desde os tempos do seu fundador até chegar às mãos do Coronel Carlos Lira, concluiu o articulista: “Acentuam-se, nesta fase, as linhas do tradicional programa do **Diário**, inspirado nas urgências e nas aspirações gerais do Nordeste brasileiro. Identificado assim com as penas e as alegrias e os esforços e as glórias de quatro gerações, dir-se-ia, a voz do **Diário de Pernambuco**, a própria voz do passado nordestino. E quando o jornal atinge a semelhantes responsabilidades de representação, perde todo direito de subordinar-se a pontos de vista de momento — de pessoas, de grupo, de classe, ou de partido — ou às seduções da popularidade; e adquire o dever de pôr a serviço dos grandes interêsses de sempre, acima dos de momento, e mesmo contra êles, a sua voz secular”.

O texto geral apresentou-se repleto de matéria, a saber: página de **fac-símiles**, intitulada “O **Diário** através dos séculos”; página de clichês do corpo consular de Pernambuco; “Página Feminina”; “Artes e Letras”; página de “Estrelas de Cinema”; página de Radioeletricidade; “O Recife há cem anos”, de Estêvão Pinto, com ilustrações; “Genealogia Pernambucana” (duas páginas) de Mário Melo; “A mulher pernambucana”, página de Edwiges de Sá Pereira, além de numerosos outros trabalhos, em prosa ou verso, assinados por João Vasconcelos, J. A. Correia de Araújo, Júlio Belo, Mário Sete, Hermeto Lima, Luiz da Câmara Cascudo, Mateus de Oliveira, Ulisses Brandão, Nestor Diógenes, Aníbal Fernandes, Hersílio de Sousa, Esmeraldino Bandeira, Silva Ramos, Oton L. Bezerra de Melo, Samuel Campelo, Glicério de Almeida Maciel, João Lemos, Pedro Celso, Mário Marroquim, Austro Costa, Laiete Lemos, Zeferino Galvão, Fernando Griz, Antônio Austregésilo e outros intelectuais. Podiam-se ler, igualmente, mensagens de saudação do Presidente e do Vice-presidente da República; dos governadores de Pernambuco e de outros Estados; do Congresso Nacional; de ministros, parlamentares, representações estrangeiras, Universidades e outras instituições.

A data do centenário (programa também organizado por Gilberto Freyre) foi solenizada com extraordinária pompa, que abalou a vida social do Recife. Houve alvorada, missa, recepção, sessão magna na Escola Normal Oficial (atual Instituto de Educação), inauguração da placa da Rua **Diário de**

**Pernambuco** (116), concêrto de banda musical, sarau dansante, fogos de bengala, almôço oferecido à imprensa e numerosas cerimônias de iniciativa particular. A Biblioteca Pública do Estado, então sob a direção do escritor Umberto Carneiro, inaugurou, no salão principal, uma mostra de tôda a coleção do **Diário** e de primeiros números de quase todos os jornais recifenses até então publicados, e fêz circular, reunindo dez páginas, o “Boletim Bibliográfico — 1825/1925”, impresso na Repartição de Publicações Oficiais, com emblemas de Pernambuco na capa (117). A brochura inseriu dados sôbre o **Diário** e fac-símiles de diversas primeiras páginas (118).

Tocante homenagem foi prestada aos antepassados, por ocasião do baile: quando o sino da tôrre do edifício da Praça da Independência soou as doze badaladas do centenário, cessaram as músicas, atenuaram-se as luzes e fêz-se um minuto de religioso silêncio.

A imprensa pernambucana em geral e de outros pontos do país rendeu homenagens à data magna do importante órgão, sendo-lhe dedicadas até edições especiais (119). Ao

---

(116) A placa constituiu uma homenagem da Prefeitura, resultante de sugestão de Alves Pedrosa, em artigo n<sup>o</sup> **A Noite**, do Recife, edição de 3 de novembro de 1925.

(117) Comprovante também existente na Biblioteca Estadual de Aracaju, Sergipe.

(118) Como homenagem das “classes conservadoras do Estado ao mais antigo jornal em circulação na América”, foi reimpresso, no “A B C Gráfico”, de Carlos Pereira da Costa, o primeiro número do **Diário**, sendo distribuído, em grande quantidade de exemplares, nas diferentes solenidades. Teve capa em cartolina, com palavras de Alfredo de Carvalho (transcritas dos “Anais”) no reverso.

(119) Na sua edição de 3 de novembro, escrevera o vespertino **A Notícia**: “... o que vale, sobretudo, nesses cem anos do **Diário**, é o modo por que êle soube viver. Alheio a essa demagogia que tem sido a praga de nossa civilização, dentro de um critério de conservadorismo educado, o **Diário de Pernambuco** foi alguma coisa, foi muita coisa mesmo no sentido de contrabalançar com sua influência a onda delirante e vária. Foi, ao serviço de nosso progresso, uma força poderosa”.

Em artigo, igualmente, sôbre os cem anos do **Diário**, salientou o escritor Estêvão Pinto: “Seu aparecimento veio dar nova seiva ao jornalismo provincial” (**A Notícia**, 7 de novembro de 1925).

Ainda a 7 do referido mês, na revista **A Ocasão**, número dedicado ao acontecimento, apresentou Manuel Arão “Uma página do velho **Diário**”, recordando sua atuação como redator, iniciada a 10 de novembro de 1892, e perfilando a personalidade do então diretor Fili-

diretor Carlos Lira Filho concedeu o govêrno português o grau de comendador da Ordem Militar de Cristo, e o Gabinete Português de Leitura atribuiu-lhe o título de sócio benemérito (120).

O corpo redacional de então estava assim formado: José dos Anjos, secretário; Gilberto Freyre, redator especial; Mário Melo, João Lemos, Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti, Austro Costa, Dioclécio César, Arnaldo Constantino, Samuel Campelo e Severino Aguiar, sendo revisores, entre outros, Pedro Tomaz

---

pe de Figueiroa Faria, homem que conhecia, do jornalismo, todos os mais íntimos detalhes. A destacar o tópicio a seguir:

“Filipe Figueiroa escrevia pausadamente, meditando sôbre o efeito de uma sentença já enunciada. Nas refregas mais intensas em que o **Diario** se viu envolvido, naquele período agitado da política de Pernambuco que marcou a transição do govêrno Barbosa Lima para o govêrno Correia de Araújo, nunca esqueceu que não a sua pessoa, mas os próprios créditos e tradição da fôlha é que estavam em conflito”.

O periódico **A Serra** dedicou-lhe a edição da data, mais a 1.<sup>a</sup> página do seu suplemento **Timbauba-Chic**, constituída de artística alegoria, assim intitulada: “Homenagem d’**A Serra**, de Timbauba, ao **Diario de Pernambuco**, quando se comemora o centenário do mais antigo jornal em circulação em tôda a América Latina”. O desenho, a côres, continha as datas 1825/1925, o prelo que imprimiu o primeiro número e a Duplex Tubular em uso. No centro, o sonêto “Ao **Diario de Pernambuco**” (paráfrase a Olavo Bilac), da lavra de Jâder de Andrade. Vale a pena trazê-lo para esta página:

“Glória ao esforço gentil da nobre geração  
Que, há cem anos, no céu da grande pátria brilha;  
Glória, da Inteligência, ao fecundo clarão  
Que, aos novos ideais, nos abriu nova trilha;

Glória à luta do Bem; e à luta da razão;  
E à pleiade que em sois essa luta pontilha,  
Do prelo tosco e humilde, a primeira impulsão;  
Da pena humilde e tosca, a primeira gazetilha;

Glória também a vós, modestos operários —  
Quatro ou cinco que fôsseis — e éreis, nesse dia,  
Duma longa epopéia, heróis extraordinários;

Principalmente glória à esplêndida e sadia  
Alma que era a do tempo e, aos estos libertários,  
Na luz da boa imprensa, a terra prestígia”.

- x (120) No princípio do ano seguinte, publicou-se um opúsculo de 64 páginas, intitulado “Noticias das Festas do Primeiro Centenário do **Diario de Pernambuco**”, bastante ilustrado, reproduzindo, igualmente, as mensagens de saudação recebidas. Organizador: Gilberto Freyre.

da Silva e Francisco Floro de Albuquerque Leal (Franco Leal). A gerência estava a cargo de Salvador Pereira de Lira, desde 1920, quando substituiu a Leônidas de Oliveira, continuando a funcionar no escritório o escritor, também poeta, Naasson de Figueiredo (121).

Prosseguiu a publicação, sempre conceituada e prestigiada. Além das "Várias", passou a entremear de sueltos a terceira página. Atingido o ano de 1927, Aníbal Fernandes (122), que realizava sua primeira viagem à Europa, de lá enviou uma série de crônicas de impressões, usando a assinatura A. F.

Em artigo na edição de 7 de março de 1930, o diretor Carlos Lira Filho, respondendo a ataques de Manuel Caitano, feitos através das colunas do **Diário da Manhã** (ver Vol. III: "Diários de Recife — 1901/1954"), verberou a atitude do velho jornalista, que lançara mão do vitupério como argumento de crítica política, contra a sua bela tradição de sempre" (123).

No mês de maio, o **Diário** dedicou grande espaço à chegada do Graff Zepellin, que ocorreu no dia 17. 1930

Vinha então fervendo a campanha política da Aliança Liberal, retemperada em face do assassinio, no Recife, do presidente paraibano João Pessoa, a 26 de julho, até que rebentou a revolução de 4 de outubro. O matutino não circulou logo, só voltando no dia 7, com quatro páginas, apenas, dedicadas ao noticiário dos acontecimentos. Ainda saiu outra edição de quatro páginas, para continuar com seis até o dia 11, voltando à normalidade: 8 a 12 páginas.

(121) Uma peça de folhas de Flandres, de meio metro de altura por 15 cm de diâmetro, ajustada com tiras de madeira e devidamente lacrada, encontra-se no salão da biblioteca do Instituto Arqueológico, com os seguintes dizeres: "Esta lata contém a notícia exata de tudo quanto fez o **Diário de Pernambuco** para solenizar o seu centenário em 7/11/1925. Oferecida pelo sócio deste Instituto, Naasson de Figueiredo, com a condição de somente ser aberta em 7/11/2025".

(122) "Deixando o batente do jornal, nunca do jornal me distanciei, continuando a ser colaborador remunerado. Essa colaboração interrompi-a, por algum tempo, quando tive a meu cargo a parte política d'**A Província**" — escreveu Aníbal Fernandes, na conferência "Jornais e jornalistas do meu tempo".

(123) O diretor do **Diário de Pernambuco** salientou que Manuel Caitano o chamara "jornalista longinquo" e que outros já lhe haviam dado o título de "jornalista semestral"...

Na edição de 16 de outubro registrava o articulista que “o país ia de mal a pior e sem esperança de remédio”, acrescentando que “a revolução vinha a ser, para o Brasil vilipendiado, a única saída possível, diante da fraude eleitoral absolutamente arraigada e dominante no país inteiro”. Grandes títulos, na primeira página, foram dedicados, durante todo o mês, aos assuntos decorrentes da revolução e ao novo governo, com noticiário local e telegráfico bastante copioso.

Em princípio de 1931 reiniciou Assis Chateaubriand — depois de quinze anos de ausência — sua colaboração no velho órgão, ao mesmo tempo que entrava Umberto de Campos, com as “Notas de um diarista”, e Alvaro Moreira com a crônica ligeira “Bom dia”. Enquanto isto, Anibal Fernandes voltava ao “batente”, em caráter definitivo.

*Diários*  
*Associação*  
*dos*  
*Família*  
*Lira*

Grande transformação veio a ocorrer a 17 de junho do referido ano quando, em seguida a uma série de negociações, a empresa passou à propriedade da “Sociedade Anônima Diário de Pernambuco”, federada aos “Diários Associados Ltda.”, sob a superintendência de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. A transação de transferência teve a assinatura, por parte da nova Sociedade, de Jäder de Andrade, presidente; Salvador Nigro, diretor-gerente, e José Rodrigues dos Anjos, diretor-secretário, e por parte dos vendedores: Severina Pereira de Lira, Salvador Pereira de Lira, Alfredo Bastos Tigre, Carlos Lira Filho, José da Rocha Cavalcanti e Cônego Benigno Pereira de Lira. Preço do negócio: Seiscentos contos de réis, com pagamento à vista de uma sexta parte.

Efetuada a transação, Carlos Lira Filho endereçou a Assis Chateaubriand significativo telegrama, do qual merece destaque o tópico: “No mastro grande do velho barco, que nem procelas nem escolhos nem calmaria nem desalento ainda venceram, acabamos de desfraldar a insígnia do novo almirante”.

Assis respondeu com expressiva carta, declarando entre outras considerações: “Você não acreditará que tenhamos a falta de gosto e de espírito de pensar que adquirimos o **Diário de Pernambuco**. Seria a mesma coisa supor que tivéssemos comprado a velha Faculdade de Direito, o Convento de São Francisco, os Guararapes ou o Instituto Histórico. O **Diário** é uma grande Província que entra, voluntariamente, para uma federação de Estados. Entra com a sua soberania intacta, sem restrições”.



Publicando a carta, na edição de 18 de junho, precedeu-a Carlos Lira Filho de longo artigo, abrindo a primeira página, em que salientou: "...nada vai mudar no rumo dêste velho **Diário**, quanto à concepção dos seus deveres para com a coletividade. O mesmo respeito à confiança do público no ministrar-lhe sempre a verdade; a mesma serenidade no julgamento; o mesmo comedimento na crítica quando oportuna; o combate, quando necessário. Nenhuma ligação oficial; nenhum compromisso de partido; jamais o propósito deliberado de agradar ou desagradar seja a quem fôr".

Assumiram a direção o professor José dos Anjos e Salvador Nigro, sendo a função de redator-secretário confiada a José Penante.

Passou a abrir cada edição um artigo de Assis Chateaubriand (124) e, logo a 3 de julho, adotava a reforma ortográfica. Iniciou uma fase de alterações, com a primeira página bastante movimentada, onde vinha o serviço telegráfico, e igualmente a última, sendo admitidos novos colaboradores, como Austregésilo de Ataíde, Jorge Gastão de Oliveira, Mário Sete, Coronel Vilaronga Fontenele, Azevedo Amaral, Mozar Monteiro e outros. Foi criada a seção "O momento internacional", a cargo de Aníbal Fernandes, mas sem assinatura, e vieram a divulgar-se reportagens sensacionais, procedentes do país e do Exterior. A 2 de agosto reproduzia-se, na terceira página, o diploma do Grande Prêmio, com o qual fôra distinguido o **Diário**, a maior recompensa atribuída aos concorrentes à Exposição Internacional de Sevilha, Espanha, em 1929 (125).

Quanto à tabela de assinaturas, só houve mudança no tocante às remessas para o estrangeiro, assim estabelecidas: países signatários da Convenção Postal Panamericana: ano — 78\$000; semestre — 42\$000; países signatários da Con-

---

(124) "A contribuição do **Diário de Pernambuco** para o êxito da revolução brasileira é, na sua espontaneidade e no seu desinteresse, das mais valiosas" — afirmou o diretor dos "Diários Associados", em artigo de 18/6/1931. Noutro tópico: "Durante quase dois decênios, num meio em que os métodos do cangaço marcam o compasso aos tacapes dos estoura-vêrgas e dos trinca-espínhas do jornalismo provinciano, o sr. Carlos Lira Filho soube ser gentilhomem, em cujo florete sutil residia a proteção dos ideais eternos da cidade".

(125) Já antes da guerra de 1914 tinha sido o **Diário** um dos quatro únicos jornais brasileiros que obtiveram Grande Prêmio na Exposição Internacional de Turim, na Itália.

venção Postal Universal: ano — 138\$000; semestre — 73\$000.

De modificação em modificação, o matutino melhorou suas edições dominicais, criando uma página “Para as senhoras e senhorinhas”, a cargo de Celeste Dutra; dedicando outra à “Vida Cinematográfica” e ampliando as seções de Desportos, Comércio e Finanças. Nas quintas-feiras apareceu a “Página das Crianças”. Nesse ano, precisamente a 1.º de outubro, faleceu Jáder de Andrade, presidente da S. A.

### **Diário de Pernambuco.**

Dada a edição de 29 do referido mês, ano de 1931, sofreu a vida do jornal ligeiro colapso. É que, ocorrendo o levante do 21.º Batalhão de Caçadores, “foi malévola mente suspeitado de conivência com o movimento, o que serviu de pretexto ao varejamento do edifício”, prisão do pessoal da oficina e, depois, dos diretores José dos Anjos e Salvador Nigro, de auxiliares da redação e do escritório, sendo todos encaminhados à Casa de Detenção. Até o antigo diretor Carlos Lira Filho foi detido em sua residência. Enquanto isso, o interventor federal no Estado decretava a suspensão do matutino, pouco depois revogada, sendo igualmente relaxadas as prisões. A publicação poderia ser reencetada no dia 3 de novembro, mas não o foi por motivos de ordem interna. Só voltou com a edição do dia 7, de 48 páginas, comemorativa do 106.º aniversário de fundação.

No mês seguinte, a 5 de dezembro, uma nota oficial da Interventoria declarava não permitir que o **Diário** continuasse a contrariar “as determinações do governo, acusando-o de provocar a discórdia nas classes armadas”, isto em virtude de comentários publicados sobre a mazorca de outubro de 1931.

Em 1932 criava-se a “Policlínica **Diário de Pernambuco**”, sob a direção do professor Otávio de Freitas. E Aníbal Fernandes assinou, à época, uma série de artigos a respeito do Nordeste e da sêca, como resultado de uma bandeira dos Associados pelo sertão. Também vários artigos com a assinatura **Rui de Lara**, ou **R. Delara**, ou **X**, eram de Aníbal, bem como a maioria das “Várias” sobre assuntos políticos.

Não deixava o **Diário**, em seus editoriais, de criticar os erros dos responsáveis pela Revolução de 1930, polemizando com os jornais oficiosos. No artigo “Longe do povo”, de 1 de março de 1932, repeliu os ataques que lhe fazia o **Diário da Tarde**, “no seu habitual realejo”, dizendo que o vespertino deitara “curiosíssimo artigo”, no qual clamava,

“para todos os ventos, uma perigosa ofensiva reacionária, orientada, subvencionada, etc., pelos elementos que a revolução outubrista substituiu nos postos de mando por novas figuras da esquerda”.

Após outras vergastadas, frisou: “O mais triste em toda essa atividade quixotesca de hoje é que a Revolução, tão invocada como ponto de partida para o saneamento das torpezas da República Velha, esteja a justificar, em plena República Nova, êsse requinte de intolerância que não admite outra voz fora dos louvores incondicionais e outra atitude além das interessantes ao sabor político dos magnatas de após-revolução”.

Irrompeu a revolução de São Paulo, e o **Diario**, batendo-se pela reconstitucionalização do país, acompanhou, “com simpatia, o movimento”, nada obstante a censura que pesava sobre a imprensa.

A edição de 16 de julho foi dedicada ao município paraibano de Campina Grande, reunindo vinte páginas.

No dissídio havido entre o interventor Carlos de Lima Cavalcanti e o ministro da Viação, José Américo de Almeida, a propósito das Obras Contra a Sêca, o matutino defendeu o ponto de vista do segundo, que dera primazia à Paraíba e ao Rio Grande do Norte no plano de serviços elaborado. Isto porque — alegava o editorialista, na edição de 13 de setembro — “certos jornais (126) afirmavam não haver sêca em Pernambuco, que as notícias em contrário não passavam de exploração política e que, entre nós, o caso se restringia a simples reflexo da calamidade assolante nos Estados vizinhos”.

Foi quando, tomando as dores da Interventoria, Edgar Bezerra Cavalcanti e José Mauricéa, membros da Milícia Cívica, criada por decreto do governo estadual, subiram, às 23 horas, à redação, armados, e, dirigindo-se ao redator-chefe José dos Anjos, ameaçaram-no e a todo o pessoal da redação, em altas vozes, dizendo que “tinham resolvido” proibir a publicação de qualquer referência elogiosa ao ministro José Américo, sob o mínimo pretexto, pois o consideravam “inimigo” do Estado. Em caso contrário, os diretores e redatores, sem exceção de um só, seriam surrados.

Sentindo-se sem garantias, o jornal suspendeu a circu-

---

(126) Êsses jornais eram o **Diario da Manhã** e o **Diario da Tarde**, pertencentes à família Lima Cavalcanti.

lação, só reaparecendo no dia 18, “fiado na responsabilidade que o sr. interventor federal, pessoalmente e como detentor do poder e representante do Governo Provisório, assumiu em documento público, por tôda e qualquer violência que possa ocorrer, quer nas suas oficinas, quer na integridade de seu pessoal redacional”. Nada obstante, acentuou a redação: “Sabemos que o ambiente de coação pesa ainda sôbre nós. Os assaltantes do **Diario** continuam blasonando ameaças, enquanto nós estamos desarmados, não tendo a polícia permitido que usássemos armas para a nossa defesa”.

Diante da repercussão do acontecimento, sobretudo na Associação Brasileira de Imprensa, que de tudo foi inteirada, o interventor retirou a censura que pesava sôbre os jornais (127).

O **Diario de Pernambuco** continuou a atacar o governo estadual, manifestando-se contra a repetição dos erros que deram como resultado a revolução de 1930, “erros de administração e violência policiais”.

As críticas eram revidadas pelo órgão oficioso **Diario da Manhã**, daí nascendo azêda polémica entre os dois respeitáveis órgãos da imprensa, que durou, praticamente, todo o período da gestão de Carlos de Lima Cavalcanti.

Novas seções foram criadas em 1932, inclusive “Através do Mundo”, “Revista das revistas”, Crônica Internacional, em rodapé da terceira página, às quintas-feiras, e “Modas de Paris”. Apareceram colaboradores como Gustavo Bar-

---

(127) Eram os seguintes os têrmos da censura até então vigente: “Não permitir afixação de **placards** com notícias e telegramas sem prévio visto da polícia nos originais; não permitir nenhuma informação ou comentário derrotista ofensivo às autoridades constituídas; não permitir exploração em tórno de acordos com a paz; não permitir referências a movimento subversivo do sul do país, e sim de São Paulo; não permitir chamar revolucionários os políticos reacionários em armas, a fim de evitar confusão; não permitir, sem prévia autorização da Interventoria, informação ou comentário sôbre rompimentos políticos, em qualquer Estado da Federação ou sôbre divergências entre chefes de forças militares do Governo Provisório, para evitar intranquilidade no espírito público; não permitir informações ou comentários que possam dificultar o alistamento e incorporação de reservistas e voluntários para a defesa do Governo Provisório; não permitir alarde sôbre providências da Interventoria quanto à manutenção da ordem pública no interior; não permitir quaisquer comentários desfavoráveis à ação da Interventoria quanto à manutenção da ordem pública no interior; não permitir quaisquer comentários desfavoráveis à ação da Interventoria no sentido de acautelar o govêrno e a população contra a investida dos especuladores do comércio”.

roso, Osvaldo Orico, Medeiros e Albuquerque, Abaeté de Medeiros, Carlos Rios, João Aureliano, Álvaro Lins, Lauro Borba, inclusive com o pseudônimo **Gil Vaz**, nas "Palestras grafológicas"; Naasson de Figueiredo, Fraga Rocha, Guedes de Miranda, Nilo Pereira, Cumplido de Santana, Lindolfo Color, Baltazar de Oliveira, Bezerra de Freitas, Gilberto Osório de Andrade, Afrânio Peixoto, Eduardo de Moraes, Olimpio de Meneses, que escrevia "Pelo Sertão"; Renato de Alencar e outros. Publicaram-se "Perfis Acadêmicos" (bacharéis de 1932), da autoria de **Múcius** (pseudônimo de Murilo Costa), auxiliado por H. G. T. P. A. e P. B.

A edição de aniversário do referido ano contou 48 páginas, ocupando a primeira excelente alegoria e o artigo comemorativo.

O comentarista das "Várias", apoiando o Integralismo e o Partido Economista, criticou a criação do Partido Social Democrático. Relativamente ao Integralismo, dizia, na edição de 23 de novembro, tratar-se de "um movimento de idéias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil". A 27, incentivava a "organização de partidos nacionais com raízes fundas na opinião e interpretando as aspirações e sentimentos coletivos", acrescentando: "Louvamos a Ação Integralista e agora exultamos pela fundação do Partido Economista". Censurou a política econômica do governo pernambucano e sua participação na organização do Partido Social Democrático fundado no Recife e depois filiado ao partido do mesmo nome, nascido no Rio de Janeiro e de âmbito nacional. Era a "Sozial-Democratie pernambucana, de fundo marxista e anti-cristão, afagando correntes extremadas".

Grande promoção redacional ocorreu no mês de dezembro, ainda 1932, quando abriu campanha, através de comentários e entrevistas, visando à inclusão das Obras Contra a Sêca na Constituição, tornando-as "obrigação nacional".

Em meados de novembro o matutino começava a dedicar espaço ao noticiário e comentários sobre o Carnaval, que, na época, se movimentava cedo, com ensaios de clubes e blocos pelas ruas, festas dançantes e piqueniques. O tríduo carnavalesco de 1933, especialmente, mereceu grande destaque.

O corpo redacional contava com Otacílio Alecrim, Galvão Raposo, Teófilo de Barros Filho, Hersílio Celso, Moraes de Oliveira e Antônio Barreto. Trabalhavam na revisão: Antônio Américo de Arruda, Manuel Dionísio da Costa, Aimbiré

Kanimura e outros, ocupando cargos de escritório Alfredo Ramos, Naasson de Figueiredo e Valdemar Angelim.

A 13 de abril do referido ano ocorreu uma edição de 48 páginas, dedicada ao Pará. No dia 26 reabria-se o título "Coisas da Cidade", de crônicas diárias (128), assinadas por M. (Mário Melo). Outra seção aparecida, mas que durou pouco, foi "De leve", a princípio firmada por J. P. L., e depois por **Malazartes**; não tinha mais de meio palmo, mas o miolo era bom. Por algum tempo, ocupou tôda a largura da página o título "Através do Nordeste", abrigando amplo noticiário dos correspondentes municipais.

Em face das eleições para a Constituinte brasileira, a 3 de maio, voltava a atacar o Partido Social Democrático.

*Bis  
nature*  
A partir de 24 de setembro, a edição dominical passou a ser acompanhada de um suplemento, com quatro páginas, de **Literatura, Cinematografia, Modas, Desportos, etc.** Assinavam trabalhos literários Umberto de Campos, Osvaldo Orico, Rubem Braga, Austro Costa, Esdras Farias, Ida Souto Uchoa, Hersílio Celso, Paulo Gustavo, Nair de Andrade, Araújo Filho, etc.

Grande foi a edição de aniversário de 1933, a qual teve 72 páginas, repletas de produções de nomes em evidência nas letras nacionais e regionais.

O preço da assinatura, dentro do país, foi alterado, a 20 de fevereiro de 1934, para: 55\$000, anual, e 30\$000 semestral. E, no mês de maio, criou-se um programa de concursos, em diferentes séries, a saber: Turismo, Educação (financiamento da instrução de jovens) e Melhor Ambiente (casa própria), sendo iniciadas as atividades com o primeiro, que dava lugar a um primeiro prêmio de 10.000\$000.

Além das "Coisas da Cidade", M. passou a assinar outra seção: "Coisas do vernáculo".

Batia-se o **Diario**, no momento, pela solução do problema da habitação do pobre, lamentando (edição de 19 de maio) que, com quatro anos de administração, o governo revolucionário ainda não tivesse pensado em assunto de tão alta relevância.

Em junho fundava-se, definitivamente, a Associação da

---

(128) A seção "Coisas da Cidade" fôra criada, mais de onze anos antes, por C. Lira Filho, mas não passou da segunda crônica, a 7 de dezembro de 1922. Reapareceu, depois, com a assinatura X., baqueando novamente.

Imprensa de Pernambuco (129), acontecimento que mereceu do grande órgão o máximo relêvo. À época, divulgava-se uma série de reportagens de Galvão Raposo, intitulada "Nos domínios do Padre Cícero". Antônio Pádua Neves iniciava-se, sem esquentar o lugar, como repórter de setor. Saíam apreciáveis crônicas de Yamilé e artigos de Agripino Grieco, que continuou a colaborar assiduamente.

A 23 de julho não circulou o matutino, ficando suspenso por alguns dias, pelo fato de os antigos proprietários terem requerido a falência da empresa. Só voltou à tona a 1 de agosto, em caráter temporário, na forma da lei, ficando sob a responsabilidade dos síndicos. A 3 de setembro eram designados diretores efetivos Gilberto Freyre e Ismael Ribeiro.

A falência do **Diário**, nesse ano de 1934, deu lugar a uma série de publicações pagas, de caráter polêmico, sob a responsabilidade, ora da firma vendedora, Carlos Lira & Cia. (130), que requerera a medida a 21 de agosto, ora dos compradores, os "Diários Associados", estes defendendo a legalidade do negócio efetuado e dos compromissos assumidos, através da assinatura do advogado Ismael Ribeiro, com a divulgação de pareceres de juristas e embargos, além de sucessivos artigos de Osvaldo e Assis Chateaubriand e a transcrição de comentários da imprensa carioca, acusando, inclusive, ao governador do Estado como "cúmplice do assalto" levado a cabo pelos vendedores, que cometiam "franco atentado aos direitos dos compradores", pretendendo esbulhá-los. As "Solicitadas", de parte a parte, tiveram início no **Jornal do Recife**, a 19 de agosto; a partir de 19 de setembro passaram a sair, também, n' **O Estado** e, desde 2 de outubro, ac mesmo tempo, no **Jornal do Commercio**, prolongando-se a polêmica até o fim do mês.

Após julgamento favorável, pela instância competente da Justiça, ficou o velho órgão definitivamente incorporado à rede dos "Associados".

---

(129) As "dêmarches" para a instalação do órgão da classe tiveram início a 10 de setembro de 1931, ficando, porém, após as primeiras reuniões, no esquecimento.

(130) Os requerentes fizeram publicar um opúsculo de 72 páginas, intitulado "A falência do **Diário de Pernambuco**", dêle constando o laudo dos advogados Antônio Vicente de Andrade Bezerra e Artur Acioli Lopes Ferreira, a declaração "Carlos Lira & Cia. ao Público" e diversos pareceres de juristas.

*Falência*

A 7 de setembro saiu uma edição de 30 páginas, dedicada ao Ceará. No dia 7 de novembro (data aniversária), a edição, de 36 páginas, foi aberta com magnífico desenho de página inteira, da autoria de M. Bandeira, representando praia, coqueiros, o mar encapelado e um barco, em cujo costado se lia: **Diário de Pernambuco**. No texto destacavam-se trabalhos assinados por Osvaldo Chateaubriand, Ascenso Ferreira, Osvaldo Spengler, Olímpio de Magalhães, Agripino Grieco, Ventureli Sobrinho, Paulo Pimentel, Assis Chateaubriand, Paulo Gustavo, Benito Mussolini, João Aureliano, Edwiges de Sá Pereira, Umberto de Campos, Rafael Correia de Oliveira, Guglielmo Ferrero, Olívio Montenegro, Odorico Tavares, Otávio de Freitas Júnior, Aderbal Jurema, Arnon de Melo e José Valadares.

*Amibal* }  
 Gilberto Freyre renunciou, a 20 de novembro, sua posição de diretor, que só aceitara para cobrir a fase de reorganização do **Diário**, continuando, todavia, a prestar-lhe concurso, na qualidade de colaborador. Nesse ano assumira Anibal Fernandes o cargo de redator-chefe, passando a assinar desde 29 de novembro, com a letra Z, a crônica diária "Coisas da Cidade", até meses antes a cargo de Mário Melo, que deixara a função de redator em junho, acompanhando o secretário José dos Anjos e João Lemos, solidários com a atitude tomada pelo ex-diretor Carlos Lira Filho.

Durante fins de 1934, continuando pelo ano seguinte, ocorreram outras modificações no corpo redacional, onde ingressaram Guilherme Auler e, depois, Albino Gonçalves Fernandes e Diegues Júnior, noticiaristas; Prudenciano de Lemos, redator desportivo; Danilo Lôbo Torreão, cronista cinematográfico; Fernandes Barros, redator policial.

Em 1935, veio de São Paulo Carlos Laino, que assumiu a secretaria da redação, substituindo José Penante, falecido no mês de julho. Do Rio de Janeiro chegavam Valdemar Cavalcanti, sub-secretário, e Rubem Braga, o famoso cronista. De Alagoas, Ulisses Braga Júnior. Todos tiveram atuação passageira.

1935/1944

O **Diário** passou a adotar, aos domingos, em janeiro, um terceiro caderno, tablóide de oito páginas, contendo reporta-



gens mundiais ilustradas, contos célebres, curiosidades e biografias de grandes homens.

Cessados, então, os motivos que determinaram sua presença, e uma vez normalizados todos os serviços, renunciou Ismael Ribeiro a função de diretor-gerente da empresa e diretor do jornal, sendo substituído por Dario de Almeida Magalhães, a princípio em caráter interino, para ser efetivado meses depois, mesmo em 1935.

Em sua edição de 15 de abril, noticiava o matutino haver o interventor Lima Cavalcanti assumido o governo constitucional de Pernambuco, para o qual foi eleito. Dois meses após era promulgada a Constituição do Estado.

Sobreveio uma série de edições especiais, a saber: 2 de maio — dedicada à Paraíba, com 26 páginas, uma das quais apresentando expressivo desenho de Luiz Jardim, que sintetizou toda a atividade econômica do Estado; colaboração de intelectuais paraibanos. 7 de maio — Jubileu de prata do rei da Inglaterra, outras 26 páginas, a primeira delas contendo alegoria também de Luiz Jardim, na qual apareciam, lado a lado, no alto, os soberanos e, em baixo, o escudo de armas do Império. 28 de junho — 26 páginas, em homenagem a Alagoas, com desenho de Manuel Bandeira na primeira página da segunda seção, em que se via uma moldura de palmeiras e, no alto, as armas do Estado no período holandês, aparecendo, ainda, o edifício da catedral de Maceió, o farol da barra, a cachoeira de Paulo Afonso e espécimes da flora alagoana. 30 de junho — também 26 páginas, dedicada à indústria do Açúcar e do Alcool, com desenho do mesmo pintor, representando a cultura da cana de açúcar. 17 de setembro — 32 páginas, dedicada à lavoura e indústria alagoas.

A 10 de setembro nascia mais um suplemento — **O Guri**, jornalzinho infantil de oito páginas ilustradas, incorporado à edição das quintas-feiras, sob a orientação de Luiz de Andrade.

Sob a nova direção, o número de colaboradores aumentou em quantidade e melhorou na qualidade, podendo-se anotar, sucessivamente: Guilherme de Almeida, José Maria Belo, Menotti del Picchia, Geraldo Rocha, Antônio de Alcântara Machado, Paulo do Couto Malta, Hamilton Nogueira, Heitor da Silva Costa, Olívio Montenegro, Gilberto Amado, Jaime de Barros, Tristão de Ataíde, Willy Lewin, Sofonias Cusi, J. E. de Macedo Soares, Alcibiades Delamare, Cônego Eustáquio de

6 30  
de  
Julho

Queiroz, José Américo de Almeida, Mário Casasanta, Arruda Falcão, Danilo Ramires de Azevedo, Sobral Pinto, Albino Gonçalves Fernandes, Austregésilo de Ataíde, Miranda Bastos, Murilo Mendes, Plínio Correia de Oliveira, Mário Guastini, Gomes Maranhão, Malba Tahan, Otávio Tarquino de Sousa, José Lins do Rêgo, Tasso da Silveira, Mesquita Pimentel, Oscar Fagundes, Ernani Fornari, Odorico Tavares, Jónatas Serrano, Mário Pinto Serva, Mateus de Albuquerque, **Mariteresa**, com a “Crônica Feminina”, e Tadeu Rocha, autor de excelentes reportagens.

Na edição de aniversário de 7 de novembro de 1935, com 46 páginas, adiantou o editorial comemorativo: “Como órgão livre, informa com probidade, discute com elevação e, podemos dizer sem falsa modéstia, com aquela elegância moral e temperança de palavras de que um dia falava com orgulho um de seus colaboradores. Esse programa, que é uma tradição da casa, não poderia caber melhor do que numa organização jornalística do vulto e do caráter dos Diários Associados, cuja atuação na vida brasileira dia a dia mais se acentua. Assim, atinge o **Diário** os seus 110 anos com a mesma e inalterável linha de conduta de sempre”.

Da referida edição destacaram-se os seguintes trabalhos de colaboração: “O Homem Salazar”, página de Luiz Delgado; “O Sansão do Império”, de Osvaldo Orico, e “As grandes possibilidades de Itaparica”, de Hildebrando de Menezes.

O cargo de diretor-gerente foi preenchido em data de 1 de fevereiro de 1936, assumindo-o José Bandeira de Oliveira. Novos melhoramentos iam sendo introduzidos na feição do **Diário**, que engrossou suas edições, não só comuns, mas também dominicais. Estas passaram a incluir “Fôro e Judicatura”, “A vida nos campos”, páginas ilustradas de Modas, Rádio, incluindo o comentário “Na onda...”, de **Theo** (Teófilo de Barros Filho), curiosidades e acontecimentos internacionais, sendo dedicado o terceiro caderno a Desportos.

Em julho de 1936 a seção “Várias” foi extinta, passando os artigos representativos do pensamento da direção a ter títulos próprios, abrindo a quarta página, abaixo do Expediente. Essa página abrigou, pelo menos até 1954, a Nota Internacional, a seção “Coisas da Cidade” e os artigos assinados, diariamente, por Assis Chateaubriand, Austregésilo de Ataíde e outros. Enquanto isto, a terceira página ficou reservada às grandes reportagens. Esse tipo de paginação continua a ser mantido, com raras alterações.

A imprensa de Pernambuco vinha sendo submetida, outra vez, a rigorosa censura e, precisamente no dia 10 de agosto do mencionado ano, o capitão Frederico Mindelo, secretário da Segurança Pública, chamou ao seu gabinete todos os diretores de jornais do Recife, dizendo-lhes que, de acordo com a orientação do governo do Estado, a censura passaria a ser feita pelos próprios diretores, consoante as seguintes normas: impedir a publicação, apenas, de notícias e artigos que atingissem, de qualquer modo, a ordem pública e as medidas tomadas para assegurá-la, ou envolvessem, críticas às autoridades militares do Exército e da polícia militar. O comentário de assuntos de ordem administrativa seria sempre permitido, desde que não se empregasse linguagem desrespeitosa ou ofensas à autoridade pública. No fim das instruções vinha a ameaça: “Os diretores dos jornais responderão pela desobediência a essas recomendações”.

A 12 março de 1937, edição de 26 páginas, o segundo caderno foi dedicado ao quarto centenário da cidade de Olinda, com alegoria de Vicente do Rêgo Monteiro, representando as caravelas portuguesas e as armas do primeiro donatário. Inseriu transcrições de artigos e documentos históricos, gravuras de livros holandeses do século XVII e crônicas assinadas por Odilon Nestor, conde de Afonso Celso, Osvaldo Machado e José de Barros Lima. Em princípio de maio começou a campanha pró-candidatura Armando de Sales Oliveira à Presidência da República, a que o **Diário** deu todo apoio, em oposição à de José Américo de Almeida, que combateu vivamente.

Iniciou-se a 8 de junho a publicação de uma página diária de matéria ineditorial, intitulada “Pela dignidade e pelos interesses de Pernambuco”, de iniciativa da Dissidência do Partido Social Democrático, sob a responsabilidade dos deputados federais e estaduais e vereadores que faziam oposição ao governo do Estado. Dizia ser uma tribuna destinada a “esclarecer a opinião pública, desfazendo a rede de embustes em que floresce o gênio e se traçam os frágeis processos dos comuns adversários”, adiantando que a revolução “em nada contribuiu para o melhoramento das condições político-sociais, econômicas e financeiras de Pernambuco”.

Essa página, que continha toda sorte de críticas e remques à administração Carlos de Lima Cavalcanti, ocorreu até 24 de setembro, como predecessora da **Folha da Manhã**, cujo

aparecimento estava anunciado para breve, a fim de prosseguir a campanha contra o govêrno estadual.

Logo mais, a 10 e 11 de novembro, edições extras, vespertinas, noticiavam a promulgação da nova Constituição brasileira, dissolução do Congresso e intervenção federal em Pernambuco, que foi exercida, nos primeiros dias, pelo coronel Azambuja Vila Nova.

Enquanto isso, surgiam diferentes colaboradores, uma parte dos quais em comum com os outros órgãos associados, a salientar: Gilberto Freyre, que estivera afastado algum tempo; Marques Rebelo, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, Odilon Nestor, Lúcio Cardoso, Fernando Sabóia de Medeiros, Ciro dos Anjos, Públio Dias, Alfeu Domingues, Newton Beleza, Lauro Borba, Abelardo Vergueiro César, Peregrino Júnior, Guilherme Auler, Joaquim Cardoso, Aluísio Branco, Cristóvão de Camargo, Costa Rêgo, Novais Filho, Manuel Lubambo, Tarsila do Amaral, Sílvio Rabelo, Gastão Cruis, André Vieira, A. S. de Larragoiti, ex-presidente Manuel Duarte, Eurialo Canabrava, Genolino Amado, Otávio de Moraes, Augusto Frederico Schmidt, Carlos Rizzini, Leonardo Mota, Alfredo Pessoa de Lima, Nelson de Alcântara, Antônio Inácio, Henriqueta Lisboa, Mário Quintana, Rosário Fusco, Reis Junior, Graciliano Ramos, Luiz da Câmara Cascudo, Deolindo Tavares, Jorge de Lima, Lúcia Miguel Pereira, Hildebrando de Meneses e outros.

Grandes nomes das letras estrangeiras passaram a figurar, igualmente, como colaboradores do **Diario**, a salientar Winston Churchill, Georg Bernhard, Theodor Wolff, Pierre-Etienne Flandin, André Maurois, Eugene Borel, Norman Angel, Robert Mackay, Robert Neumann, Ignatz Jan Paderewsky, Henry Kauffmann, Rina Simonetta, Frank Gervasi, David Lloyd George, Gabriela Mistral, Karl H. von Wiegand, Alvaro de las Casas, Frank H. Kent, Ângelo Gatti, Anthony Gibbs, Pina Ballario, Umberto Marconi, Clara Grifoni, Yvon Delbos e Conde Sforza.

A 27 de março de 1938 saiu o **Diario** com 36 páginas, sintetizando “uma impressão de importantes aspectos da vida social, econômica e administrativa do Estado”, com trabalhos de colaboração especial de Leôncio Gomes de Araújo, João Cleofas, Novais Filho, Lauro Borba, José Clóvis de Andrade e outros. Nesse ano foi suspenso, em abril, o suplemento **O Guri**, sendo substituído por uma Página Infantil, aos domingos. A realização do campeonato mundial de fute-

bol levou o matutino a dar edições extraordinárias de quatro a seis páginas, nos dias 6, 13, 14 e 16 de junho.

O diretor Dário de Almeida Magalhães foi substituído, a 31 de julho, por Carlos Rizzini (131). Assumiu a gerência Alfredo Ramos.

Começaram em setembro rumores de guerra na Europa e desde então o jornal passou a encher de manchetes e grandes títulos sua primeira página, apresentando copioso serviço telegráfico do Exterior.

Com apenas 34 páginas, comemorou, a 7 de novembro, mais um aniversário, estampando, logo na primeira, **fac-sí-mile** da edição da mesma data de 1838. No texto, destacava-se um artigo de Agamenon Magalhães, que escreveu a certa altura: “O **Diário de Pernambuco** foi o primeiro jornal em que as gerações que nos antecederam aprenderam a ler, informando-se dos fatos da região e dos acontecimentos nacionais. Foi, também, o primeiro jornal em que escrevemos os nossos primeiros ensaios de adolescente”. Noutro tópico: “É uma oficina de inteligência e de arte gráfica, que trabalha há mais de um século, sem parar nem diminuir o esforço dos seus obreiros. O seu aniversário não é, pois, uma data inexpressiva, porque representa a continuidade do jornalismo brasileiro, que vem de um longo passado de luta e de sacrifício pelas causas nacionais”.

Por sua vez, dizia o artigo principal, de responsabilidade da redação: “Não existe para este jornal o pronome pessoal na primeira pessoa. O “eu” aqui é sempre odioso. E com isso não nos orgulhamos, nem nos jactamos. É que o clima do jornal é mesmo este. Acima de cada um de nós está o dever de servir ao bem público”. “Um jornalismo não se faz sem boa fé. O primeiro mandamento da lei jornalística é dizer a verdade. Temos sempre a intenção de fazê-lo”.

No princípio da guerra européia, setembro de 1939, ocorreu uma série de edições extraordinárias, com intenso serviço telegráfico. Depois, bateu-se pela entrada do Brasil na conflagração ao lado das nações aliadas, e pelo envio duma força expedicionária brasileira aos campos de batalha.

---

(131) Esses dois diretores apenas figuraram como tal, pois viviam no Rio de Janeiro, só vindo ao Recife, esporadicamente, o primeiro; e o segundo, nem uma só vez. Quem ocupava a direção, na realidade, era o redator-chefe Aníbal Fernandes, o qual redigia todos os editoriais, o Momento Internacional e “Coisas da Cidade”, além de supervisionar a redação.

Logo mais, abriu subscrição popular para o oferecimento de uma ambulância ao exército inglês.

A 1 de dezembro houve nova modificação no preço das assinaturas, que ficou assim estabelecido: no país: — ano 65\$000; semestre — 35\$000; países signatários da Convenção Postal Panamericana: ano — 98\$000; semestre — 50\$000; países signatários da Convenção Postal Universal: ano — 215\$000; semestre — 110\$000. As assinaturas para o território nacional sofreram nôvo aumento a partir de 18 de junho do ano seguinte, passando para 80\$000 e 45\$000, respectivamente, ano e semestre.

Foi suspenso, em dezembro de 1939, o suplemento comum, sendo substituído por outro, o Suplemento Feminino, imprcsso em multicolor e repleto de matéria interessante, ilustrada, distribuído igualmente pelos “Diarios Associados” de outros Estados.

Modificou-se a feição do **Diario** a 2 de abril de 1940, passando as páginas a ter oito colunas, em vez de sete, sem alterar-se, todavia, o tamanho geral. Em março de 1941 foi restabelecido o suplemento literário com quatro páginas, incluindo outras matérias, sobretudo “A vida nos campos”. No ano seguinte suspendia-se o Suplemento Feminino, ilustrado, que já não era distribuído com freqüência.

Mediante convênio com a gerência dos outros matutinos da capital, diante da “situação cada vez mais difícil e precária” que a imprensa brasileira atravessava em face da guerra, com “o preço alarmante do papel e de tôda a matéria prima que entra na confecção do jornal”, o velho órgão alterou, novamente, a 1.º de julho de 1942, sua tabela de assinaturas, que passou a ser a seguinte: no país: ano — 120\$000; semestre — 65\$000; para o exterior: ano — 250\$000; semestre — 130\$000; o número avulso subiu para 500 réis nos dias úteis e 600 réis aos domingos. Isto, “além de outras restrições quanto ao número de páginas e, conseqüentemente, quanto ao serviço informativo”. A primeira medida restritiva foi a suspensão do suplemento literário.

Em abril de 1943 apareceu um suplemento de guerra, tablóide de quatro páginas, divulgado às quintas-feiras, tipo **Standard** para todos os “Associados”. Já a 7 de novembro pôde sair uma edição de aniversário de quarenta páginas. Depois, voltou o suplemento literário, com uma página “Para a mulher no lar” e outra dedicada à “Vida nos campos”.

No ano seguinte, a 21 de maio, ampliava-se o Expediente, que passou a mencionar: “Serviço estrangeiro do Chicago Daily News e United Press, com exclusividade; Reuter, Internacional News Service e British News Service; correspondentes especiais em Londres e na frente do Mediterrâneo; serviço nacional da Agência Meridional (exclusivo) e da Agência Nacional”.

Outra edição de quarenta páginas assinalou a passagem, a 7 de novembro de 1944, de mais um aniversário do **Diário**, que comemorou a data efetuando seguro de vida para todo o pessoal da empresa. A partir de 16 de junho desse ano, até fevereiro do seguinte, Laurênio Lima divulgava interessantes crônicas na seção diária “Mundo de Luz e de Som”, usando o pseudônimo **Arrow**.

## 1945/1954

1945 foi um ano de luta para o velho órgão, que logo de princípio se manifestou favorável à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para presidente da República, dedicando a essa campanha grande espaço. No auge da propaganda política, durante um comício promovido por estudantes da Faculdade de Direito, na noite de 3 de março, discursavam oradores da sacada do primeiro andar do edifício do **Diário**, quando partiu da praça da Independência um tiroteio, sendo atingido, na testa, o acadêmico Demócrito de Sousa Filho, que faleceu ali mesmo, enquanto, no pátio, morria um comerciante e dez pessoas ficavam feridas.

Em consequência, foi o edifício ocupado pela polícia militar, sendo apreendidas as matrizes da edição do dia 4, e presos, à saída da redação, o repórter Hélio Pinto, às 11 horas da noite; o redator-chefe Aníbal Fernandes, às 2 e meia da madrugada, e outros redatores, os quais, conduzidos à Casa de Detenção, foram libertados pela manhã. Ficou o jornal impedido de sair a lume, até ulterior deliberação do governo. No dia 5 terminou a ocupação militar, sendo autorizada a circulação, mas sob censura prévia, com o que não concordou a direção, preferindo continuar suspenso (132)

---

(132) Durante o período de suspensão do **Diário**, acadêmicos de Direito fizeram circular o jornal mimeografado **Cupim** (ver Vol. X:

e aguardar o resultado do mandado de segurança impetrado, entre outros, pelos advogados Antiógenes Chaves e Nehemias Gueiros.

Acusado, como foi, em nota oficial, de haver fomentado a anarquia e a revolução, o **Diário** teve toda a solidariedade da congregação da Faculdade de Direito, que responsabilizou, publicamente, a polícia civil como autora do atentado.

Concedido o mandado de segurança, pelo juiz Luiz Marinho, o matutino reapareceu na tarde de 9 de abril (segunda-feira), em edição extraordinária, na qual foi incluída a página 4 da edição de 4 de março, que fôra empastelada por policiais, mas já tinha sido calandrada e fundida, sendo assim salva, figurando como documento histórico. Essa página estava repleta de comentários e informações em torno do acontecimento da véspera, vazados em linguagem altiva de condenação ao atentado. No artigo redacional, em três colunas, tipo 10 negrito (redigido por Aníbal Fernandes), atribuiu-se a responsabilidade do tiroteio ao governo. Todo o restante da edição extra foi igualmente ocupado por artigos assinados, reportagens, entrevistas e telegramas, todos verberando a sangrenta ocorrência.

No mês de maio, Aníbal Fernandes, praticamente o diretor do **Diário**, assumiu essa função em caráter efetivo. Nesse mesmo ano, a 2 de setembro, foi o referido jornalista agredido, por elementos desconhecidos, quando voltava da redação, à 1 hora da madrugada, e ingressava no jardim de sua residência, em Boa Viagem, ficando ferido na cabeça e na face. A 19, exemplares do jornal eram tomados das mãos dos gazeteiros e rasgados, por pessoas suspeitas, sucedendo-se as ameaças de empastelamento. Enquanto isto, prosseguia a campanha pró-Brigadeiro e contra os atos do governo estadual, com artigos veementes.

Finalmente, verificada a deposição, a 30 de outubro, do ditador Getúlio Vargas, findou a campanha do **queremos**, que o **Diário** tanto combateu. Tudo serenou, voltando à normalidade a vida do "mais antigo" da América Latina.

Meses antes, isto é, a 18 de junho (ainda 1945), faleceu

---

"Periódicos do Recife — 1941/1954". ), que saía clandestinamente, com o noticiário dos acontecimentos de 3 de março e incisivos comentários de ataque ao governo do Estado e sua força policial. Exemplares dos três números publicados constam, hoje, do "Museu Demócrito de Sousa Filho", anexo à Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.



o gerente Alfredo Ramos, sendo substituído, interinamente, pelo diretor Aníbal Fernandes. Logo mais, o cargo foi ocupado por Misael do Rêgo Maciel. Este entregou-o, em princípio de 1948, a Wouter Pieter Harten, em função interina. Finalmente, assumiu-o, em abril do referido ano, Samuel Soares.

Nos últimos tempos o corpo redacional contara, de substituição em substituição, alguns permanecendo, com elementos como Gomes Maranhão, que também foi redator-secretário; Odorico Tavares, sub-secretário; Mauro Mota (desde 1941); César de Barros Barreto, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Cleanto de Paiva Leite; Laurênio Lima, por algum tempo sub-secretário; José João da Mota e Albuquerque (Zito Mota), Joaquim Monteiro, Luiz Beltrão, Luiz Paturi Acióli, Luiz de Andrade, José Antônio Gonçalves de Melo Neto, Antônio Santiago Malta, José Gonçalves de Medeiros, Fernando Lôbo, Orlando Cavalcanti, Danilo Ramires, José Borba. Augusto Rodrigues Filho (desenhista), José Valadares, Gustavo Cintra Passhaus, Agamenon Malta, Cláudio Tuiuti Tavares, Edmundo Celso e José Teixeira Machado Júnior. Na revisão: Valdemar Santana, Devaldo Borges, Francisco de Azevedo Lins e outros.

Novembro de 1945 começou com uma série de edições dedicadas ao 121.º aniversário, nelas se fazendo a distribuição de anúncios especiais, até o dia 7. No editorial de então, lia-se: "A fase que o **Diário de Pernambuco** viveu, nestes últimos dois anos, foi das mais agitadas e tempestuosas de sua vida. Sobre o **Diário** se abateu a fúria dos ventos maus; e sinistras vozes agourentas chegaram a desfiar o seu soturno canto-chão, como se estivéssemos assistindo à nossa própria agonia. Sobrepondo-se à lei, à justiça e ao direito, ensaiaram-se todos os processos para ameaçar-nos e destruir-nos. Leis iníquas foram assinadas, com o intuito exclusivo de ferir-nos. Campanhas odientas e mesquinhas foram desencadeadas e a tudo se recorreu para calar-nos, desde a intimidação até o atentado físico. O sangue generoso da mocidade de nossa terra regou este chão sagrado da liberdade; e dir-se-ia que mais o fortaleceu e o animou para a batalha. Como naqueles dias sombrios em que a Inglaterra jogava a grande cartada do seu destino, sentimos-nos ameaçados de todos os lados. E pondo a nossa confiança em Deus, podemos repetir as palavras proféticas de Churchill, de nunca ceder, de nunca capitular, de jamais enfraquecer, quer diante dos insultos, quer diante das ameaças, quer diante do ferro, quer diante do fogo.

“Essa promessa, que fizemos a nós mesmos, de nunca ceder, foi levada até o fim. E porque aquêles, que nos precederam, nos animaram e nos sustentaram em nossa luta é que chegamos à data de hoje, entrincheirados em nosso reduto, onde nenhuma capitulação se verificou, onde não se deu nenhuma defecção, onde todos, juntos e unidos pela mesma causa, como se fôsem companheiros do mesmo barco ameaçado, enfrentamos as circunstâncias mais ásperas e duras. Hoje podemos celebrar a vitória de um combate insano. A nossa bandeira tremula cada vez mais alto; e a fé e a confiança jamais nos abandonaram nos instantes mais negros”.

Assim concluiu o editorialista: “Os tiranos fascistas de todos os portes passarão sempre, mas êste **Diário** continuará, na sucessão das gerações, fiel aos princípios que sempre o nortearam”.

A edição de 28 de março de 1946 dedicou grande espaço da primeira página ao lançamento da pedra fundamental da futura sede do “mais antigo”, documentado o noticiário com clichês, inclusive de pessoas liustres locais e da alta direção dos “Associados” (133).

No dia 21 de agôsto verificou-se nova modificação na tabela de assinaturas, que ficou sendo a seguinte: ano — Cr\$ 150 (134); semestre — Cr\$ 80; exterior: ano — Cr\$ 300; semestre — Cr\$ 160. Número avulso — Cr\$ 5,60; aos domingos — Cr\$ 0,70. Continuou nesse ano, assim como nos seguintes, o regime de uma semana de edições comemorativas do aniversário.

---

(133) Passou o tempo. Quatro anos depois foi aprovada a planta pela Prefeitura do Recife. Enquanto isto, decidia a direção da empresa que o **Diário** ficava no seu canto, sendo o futuro prédio destinado à emissora radiofônica pertencente aos Associados. Nas “Coisas da Cidade”, a 11/5/1950, Z o cronista chegou a comentar “O projeto que Oscar Niemeyer executou para o edifício do Rádio Tamandaré, a ser construído, brevemente, à rua do Imperador, representa uma das belas concepções arquitetônicas da cidade”.

Nada, todavia, foi feito. Passados mais alguns anos, o terreno foi alienado, retirando-se a placa indicatória que lá existia.

Outra meta, dentre os planos de Assis Chateaubriand para Pernambuco, foi a organização de um Museu de Arte, no Sobrado Grande da Madalena, para comemorar, em 1950, os 125 anos do **Diário**. Só veio (esclarecimento desta 2.<sup>a</sup> Edição) a efetivar-se a consecução de tal projeto em 1967, quando se instalou, na vizinha cidade de Olinda, o Museu de Arte Contemporânea.

(134) Desde novembro de 1942 achava-se o padrão Mil Réis substituído pelo Cruzeiro.

O suplemento literário, que estivera mais uma vez suspenso, voltou, em dezembro, a acompanhar as edições dominicais, com quatro páginas. No ano seguinte — 1947 — melhorou consideravelmente, aumentando para oito, a última delas ocupada, a partir de 16 de dezembro, pela seção “Literatura da Semana”, iniciativa de Mauro Mota e Édison Régis de Carvalho, então secretário e sub-secretário, respectivamente, do jornal, coadjuvados por Laurênio Lima. A primeira crônica com que se abriu a página teve a assinatura de Édison Régis, alternando-se, a seguir, os três cronistas, cada domingo, para, meses depois, ficar a cargo exclusivo de Mauro Mota (uma única vez, a 22/2/1948, usou o pseudônimo de **Pedro Simão**), que ainda a subscrevia no fim de 1954, só substituído, nos raros impedimentos, por Tadeu Rocha. Seção bastante movimentada e atraente, da qual também Guerra de Holanda foi um dos redatores, registava os acontecimentos mais destacados do mundo das letras, tanto no setor nacional quanto no regional, ou local, incluindo “Os escritores na vida comum”, “Galeria”, “Antologia”, “Dos arquivos”, outras notas e humorismo.

Com a volta do Suplemento, declarado de caráter definitivo, novos colaboradores foram atraídos para suas páginas, assim como para o primeiro caderno, a saber: Afrânio Peixoto, Antônio Cândido, Milton Pedrosa, Odilon Nestor, Monte Brito, José Honório Rodrigues, Cândido Mota Filho, Joaquim Leitão, Rute Rodrigues, Michel B. Kamanka, Oto Maria Carpeaux, Américo Jacobina Lacombe, Alphonsus Guimarães Filho, Pedro Calmon, Homero Pires, Haroldo Bruno, Ademar Vidal, Tomaz Seixas, Maria Júlia Drumond de Andrade, Ascendino Leite, Clóvis Ramalhete, Almeida Fisher, Mateus de Lima, José Eustáquio Duarte, Manuel Diegues Júnior, Joel Pontes, José Gonçalves de Medeiros, Ernani Fornari, Barreto Leite Filho, Cláudio Tuiuti Tavares, José Laurênio de Melo, José Augusto Guerra, Américo Bandeira, Arsenio Meira de Vasconcelos, Araújo Filho, Gentil Mendonça, Afrânio C. Melo, Paulo Mendes Campos, Carlos Castelo Branco, Jarbas Duarte, Teófilo de Andrade, Breno Acioli, Wilson Lustosa, Antônio Marrocos, Samuel Wainer, Leonel Borba, Estêvão Pinto, Leon Blum, José Pinto Júnior, Valdemar Cavalcanti, Fernando Sabino, Rodolfo Maria de Rangel Moreira, Altamiro Cunha, Carlos Moreira, etc. Nessa fase do Suplemento, publicou Mauro Mota, salteadamente, os famosos sonetos “Elegias”, depois enfeixados em livro.

Com a assinatura dos gerentes de todos os jornais, publi-

cou-se no dia 1 de maio de 1948 a seguinte nota: “A extrema dispersão dos focos de antagonismos internacionais, o rápido suceder dos acontecimentos políticos e econômicos em todo o mundo e, sobretudo, as exigências sempre maiores do noticiário nacional — sem falar na necessidade de se acompanhar o desenvolvimento técnico do jornalismo moderno, com serviços informativos prontos, seguros e ilustrados — induzem as empresas jornalísticas desta capital a elevarem para Cr\$ 0,80 o preço dos exemplares dos jornais diários, matutinos e vespertinos, nos dias úteis, e para Cr\$ 1 o dos matutinos aos domingos, a fim de fazer face às progressivas dificuldades de aquisição do papel em bobinas, que, no período de poucos anos, aumentou de cinco vezes o seu custo”. Logo mais, no dia 5, a assinatura anual passou a ser cobrada a Cr\$ 220 e a semestral a Cr\$ 120 ou, para o Exterior, Cr\$ 440 e Cr\$ 240, respectivamente.

Por essa época intensificou-se, nos editoriais da quarta página, a crítica ao regime comunista, com graves censuras ao P.S.D., por ter promovido a eleição de dois deputados “vermelhos”. José Lins do Rêgo passou a ocupar a abertura da segunda página, com uma crônica diária de duas colunas por cerca de doze centímetros de altura, e foi iniciada, em novembro, a publicação da reportagem-folhetim internacional “A verdadeira história do desmemoriado de Colegno”. Outras reportagens romaneadas seguiram-se, como “Eu fui guarda-costa de Getúlio”, “Memórias de Barreto Pinto”, “A traição matou Pedro Ernesto”, etc.

A 19 de agosto de 1949, às 8,30, precisamente a hora em que, um século antes, nasceu Joaquim Nabuco, o relógio da torre do edifício, “parado há vários anos, voltava a movimentar os seus sinos, cujas ressonâncias envolveram, no passado, tantos acontecimentos culminantes da vida de Pernambuco”. Dois dias após, saiu uma edição especial, cuja primeira página estampou significativa alegoria, sob a epígrafe 1849 — Homenagem ao centenário de Joaquim Nabuco — 1949”, exibindo duas efígies do grande brasileiro: em pôse de orador e fardado como diplomata; mais a torre do **Diário**, a capela do engenho Massangana, família de negros e o Teatro Santa Isabel com a legenda: “Aqui vencemos a batalha da abolição”. Todo o suplemento da referida edição — 16 páginas — foi dedicado a Nabuco, inserindo autógrafos e sonetos dele, **flash** póstumo, documentário sobre sua vida e trabalhos assinados por Jordão Emerenciano, Odilon Nestor, Anibal Fernandes, etc. e poemas de Austro Costa e Hersílio Celso.

Sempre admitindo novos colaboradores, foram atraídos, ainda, às páginas do matutino, mais os seguintes: José Veríssimo de Melo, José Pessoa de Moraes, Túlio Hostílio Montenegro, Lourival Vilanova, Oto Lara Rezende, Saldanha Coelho, Lucilo Varejão Filho, Tadeu Rocha (Registos Bibliográficos), Cezário de Melo, Fernando Ferreira Loanda, Antônio Pinto de Medeiros, Ângela Delouche, José Mucinic, A. Acióli Neto, Rosalina Coelho Lisboa, Édson Néri da Fonseca, Mark Sullivan, Walter Lippman, Oliveiros Litrento, Moacir Souto Maior, Dorothy Tompson, Adauto F. Gonçalves, Gláucio Veiga, Samuel Putnam, Eva Grabower, J. A. Gonçalves de Melo Neto, Carlos Rizzini, Duarte Neto, José Tavares de Miranda, Otávio Moraes, Seve-Leite, Ariano Suassuna, Ascenso Ferreira, Gasparino da Mata, Maria das Graças Santos Leite, Adeth Leite, Evangelina Maia Cavalcanti, Valdemar Valente, Isnar de Moura, Frei Romeu Peréa, Sérgio Milliet, Zilde Maranhão, padre Daniel Lima, Ledo Ivo, Leduar de Assis Rocha, Murilo Marroquim, autor de observações e comentários políticos, e vários outros.

Na edição de 6 de fevereiro de 1949 fôra iniciada a seção “Esperanto — língua bem viva”, a cargo de Calinício da Silveira, publicando-se aos domingos, na segunda página do Suplemento, a qual ainda em 1954 continuava a sair.

A página “Pelos Municípios”, iniciada em junho, aos domingos, passou, logo no mês seguinte, a publicar-se diariamente, sob a direção de Samuel Soares, que assinava a Crônica de abertura. Essa iniciativa deu grande impulso à circulação do **Diário** no interior do Estado, devido à publicação constante de noticiário e comentários sôbre os acontecimentos e necessidades dos municípios pernambucanos. Passaram a colaborar na utilíssima página: **Zeno Cova** (pseudônimo de João Domingos), Régis Velho, Pedro Afonso, Raimundo de Moraes, **Guinard Filho** (assim oculo Clóvis Guimarães), Cícero Barbosa, padre Petronilo Pedrosa, Luiz de Oliveira Neves, Sinésio de Medeiros, Luiz Cristóvão dos Santos, Valdemir Maia Leite, com a crônica diária “Coisas de Municípios”; João Vilaça Lima, Francisco de Assis Barros, João Carneiro da Cunha, Pelópidas Soares, Romualdo Pimentel, José de França Filho, Artur Lima, Reinaldo Lessa, Vieira Pontes, Décio França, Paulo de Oliveira, Gérson Jefferson Barbosa, Israel Ventura de Medeiros, J. M. Vieira de Melo, José Gomes dos Passos, Inocência Oliveira, Américo Sedícias, Viriato Rodrigues, João Ferreira Gomes, Ivani de Azevedo, Rodrigo Pinto Tenório, Inaldo Luigi Lassalvia, Cláudio Correia de Araújo, Eliezer Fi-

gueiroa, Azael Leitão, Mário Lira, J. Queiroz, Ulisses Viana, Carmencita Ramos Cavalcanti, José Miranda, Cleto Raposo, José Almeida, André Beda Cavalcanti, Custódio Tito Braga, Estênio Leite, Antônio Napoleão Arcoverde, Hélio Vidal Campos, Frei Urbano de Sertânia, Valdemar Gomes de Santana, João Calado Borba Neto, Pedro Aleixo, Cid Leal Lima, João Azevedo, Cleto Padilha, Ageu Freitas de Oliveira, Samuel Gonçalves, Ivo Leitão, Paulo da Veiga Pessoa, Alberto Frederico Lins, Osiris Caldas, Floriano Gonçalves de Lima, Luiz do Nascimento e outros.

O matutino assinalou, a 7 de novembro de 1950, seu 125.º aniversário de fundação, solenizado com almôço de 300 talheres, presidido pelo velho Chateaubriand, missa gratulatória e grandes festejos populares na praça da Independência. Na edição comemorativa, de apenas 24 páginas, escreveu o articulista:

“Este 125.º aniversário do **Diário de Pernambuco** não é uma data que interessa, apenas, a um jornal; mas de tal modo se integra na comunidade, que é muito mais de Pernambuco e muito mais do Nordeste do que mesmo nossa. De tal maneira se tem sempre o **Diário** identificado com os interesses supremos da coletividade pernambucana e nordestina, que a sua continuidade histórica é alguma coisa que pertence a todos os pernambucanos. E porque sempre compreendemos que o **Diário** era mais de Pernambuco e dos pernambucanos do que mesmo nosso é que sempre houve da parte de seus dirigentes, através de 125 anos, o maior empenho em mantê-lo ligado aos interesses gerais da comunhão”.

“Essa data de hoje do **Diário** coincide com as alterações no governo do Brasil e do Estado, e queremos mais uma vez reafirmar que marchamos para esse novo período, que se abre diante de nós, sem prevenções, recalques ou ressentimentos, mas apenas com o desejo de servir a Pernambuco e ao Brasil e ajudar a defender e respeitar o regime democrático, que tanto nos custou a readquirir”.

A 1 de maio de 1951 o número avulso passou a ser vendido a Cr\$ 1, tanto nos domingos como nos dias úteis, e a 15 de novembro o preço das assinaturas sofreu nova alta, passando a ser o seguinte: ano — Cr\$ 250; semestre — Cr\$ 130; para o exterior: ano — Cr\$ 500; semestre — Cr\$ 260. O custo do exemplar, aos domingos, elevou-se, a 6 de abril de 1952, para Cr\$ 1,50.

Ao iniciar o 126.º ano, a empresa “Diário de Pernambuco S.A.” tinha à frente a seguinte diretoria: Antiógenes Chaves, diretor-presidente; Aníbal Gonçalves Fernandes,

diretor-secretário; José Bandeira de Oliveira, diretor-gerente. A gerência propriamente do jornal era exercida por Samuel Soares, sendo Wouter Pieter Harten sub-gerente. Redação: Aníbal Fernandes, diretor-redator-chefe; Mauro Mota, secretário; Antônio Camelo Costa, sub-secretário; Paulo do Couto Malta, chefe da reportagem; Luiz de Andrade, Hélio Pinto, José João da Mota e Albuquerque (Zito Mota), Bartolomeu Câmara de Macedo, Newton Farias de Oliveira, Paulo Tarso de França Pereira, Valdemir Maia Leite, Dirceu Orange Vanderlei, Arnaldo Constantino da Silva (o mais antigo, desde 1924), Luiz Maranhão Filho, Itamar Pancrácio, Mozir Sampaio e Atonso de Ligório. Revisão: Pedro Tomaz da Silva, Manuel Maia Lucas, Amaurí Batista Ramos, Reginaldo Xavier Tavares, Bartolomeu Guimarães Pereira, José Bartolomeu Moreira, Maurino Maia Lucas, Raul Godinho, Taurino A. Casé, Jaime Paulo da Silva e Vicente Procópio (135). Fotógrafos: Murilo Guedes da Luz e Diógenes Montenegro. Chefe do serviço de radiotelegrafia: Manuel Gomes da Silveira. Contador: Jaime Aranha. Chefe da oficina: Antônio Marrocos.

Ainda prestaram serviços na redação do **Diário**: Edson Néri da Fonseca, Júlio Barbosa, Antônio Luiz de Matos Se-rejo, Antônio Luiz Lins de Barros, Carlos Alberto Mateus de Lima (crônica musical); João de Deus Neves (revisão); Edmir Régis de Carvalho e outros, em épocas diferentes.

Com a edição de 11 de maio de 1952, o **Diário** passou a circular, aos domingos, com três cadernos (dois suplementos), no segundo dos quais mantinham-se três páginas de literatura, duas de assuntos femininos, uma de arte cinematográfica e outra dedicada ao rádio. Figuravam no terceiro: reportagem de página inteira, ilustrada; "Vida Rural", "Notícias do Nordeste", página dedicada ao histórico de um município pernambucano; "Economia e Finanças" e "Ronda do Recife", esta constituída de crônicas de Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Mauro Mota, Paulo do Couto Malta ("Rua Nova"), Luiz do Nascimento ("Três Assuntos"), e Nertan Macedo de Alcântara; a Antologia Poética, e mais uma reportagem. Nas reportagens e crônicas desse movimentado caderno figuraram outros nomes, como Gomes Maranhão, Umberto Carneiro, Armando Cunha, Antônio Bezerra de Carvalho, Osman Lins, Jorge Abrantes, Laurênio Lima, Nilo Pereira, Haydn Goulart, Hermilo Borba Filho, Dercílio

---

(135) No quadro incluso figuram redatores e revisores em atividade ou não, substitutos interinos ou eventuais.

Gomes de Albuquerque, Tadeu Rocha, Renê Ribeiro, Valdemir Maia Leite, etc. Entretanto, o terceiro caderno, que interessou tão vivamente aos leitores, teve seu "canto de cisne" a 30 de novembro, passando algumas páginas para o primeiro, enquanto se suprimiram outras.

Na edição de aniversário de 1952 escrevia o articulista: "O fato de termos lutado nesses últimos vinte anos pela reintegração do país nos quadros legais, contra a censura à imprensa; contra o nazismo e contra o fascismo, pela causa das Nações Unidas, pela vitória dos ideais democráticos e contra o bolchevismo internacional, constitui um passado de dignidade, que situa o jornal no conceito de seus concidadãos. Não sabendo odiar, também não sabemos o que é o medo. Por isso o jornal permanece identificado com a sua tradição. Acima de tudo queremos o bem da nossa terra. Havemos de nos bater sempre pelos postulados do direito e da justiça; pelo domínio da lei e pelo combate aos desmandos; contra tudo o que violenta as liberdades públicas; e para que se dê a todos os homens que vivem e trabalham em Pernambuco uma vida sadia e digna. Serão sempre êses os rumos do **Diário**, rumos inalteráveis, através das gerações que se vão sucedendo".

Pouco antes, a 30 de setembro, deixava Samuel Soares a função de gerente. Continuou, todavia, a escrever a crônica diária de abertura da página "Pelos Municípios", sendo substituído, naquela, por Nelson Dimas de Oliveira.

No dia 12 de dezembro afastou-se do cargo o diretor Anibal Fernandes (136), mediante uma "aposentadoria por motivos de saúde". Sua ausência, segundo o editorial a respeito, significava "o encerramento de um período na vida dêste centenário jornal. Período da maior importância em nossa história secular". Entrando "como simples noticiarista, ocupou todos os postos redacionais, até o de diretor". "Editorialista, comentador internacional, repórter, cronista de arte ou dos temas urbanos, ninguém foi maior do que êle em tôda a vida do mais antigo jornal da América Latina". "Além de um grande jornalista, e isso já seria muito, ainda foi aqui um extraordinário mestre de jornalismo".

Por sua vez, escreveu P.C.M. (Paulo do Couto Malta), que sempre o substituiu, eventualmente, na crônica diária "Coisas da Cidade", situada ao pé da última coluna da quarta

---

(136) Data que coincidiu com a da posse do governador Etelvino Lins, tão combatido pelo jornalista e, no momento, tolerado pela alta administração dos Associados em Pernambuco.



página: “Não deixou formalmente o jornal, que o jornal é o sal de sua vida”, acentuando: “A admirável versatilidade de sua prosa tanto acariciava como arranhava. E como acariciava! E como arranhava”!

Embora “aposentado”, Aníbal voltou a escrever as “Coisas da Cidade” a 2 de fevereiro de 1953, assinando **Z.**, e seu nome permaneceu no Expediente até o dia 20, quando foi substituído pelo próprio Assis Chateaubriand, superintendente dos “Diários e Rádios Associados”.

Ainda no primeiro trimestre do ano, foi Aníbal Fernandes levado à Justiça, mediante queixa-crime apresentada pelo escritor francês Paul Antoine Evin, por suposto delito de imprensa, porque, em crônicas e artigos enérgicos, defendera a preservação do Sítio Trindade, lugar histórico do Recife, que serviu de teatro a episódios marcantes da Guerra da Restauração Pernambucana contra o domínio holandês, que o herdeiro impetrante pretendia alienar para loteamento. A queixa foi considerada nula.

Prosseguiu a trajetória de jornal moderno e bem redigido, servido de boas reportagens e excelente colaboração diária, quer na quarta página — com Gilberto Freyre, Olívio Montenegro, Murilo Marroquim, Guido Fernandes, Nertan Macedo de Alcântara, etc., tendo ao alto, com título em quatro colunas, o artigo de Assis Chateaubriand — quer nos suplementos dominicais. Durante alguns anos ocupou um lugar na quarta página, diariamente, o jornalista Costa Rêgo, do **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro. Politicamente, o matutino, que permaneceu neutro no governo de Agamenon Magalhães, apoiou tácitamente o de Etelvino Lins.

A 27 de janeiro de 1954, ocorreu magnífica edição dedicada ao Tricentenário da Restauração Pernambucana, com as 16 páginas do segundo caderno repletas de matéria alusiva ao grande acontecimento histórico, a cargo dos escritores Nilo Pereira, Luiz da Câmara Cascudo, J. Wash Rodrigues, dom Augusto Álvaro da Silva, Eustórgio Vanderlei, França Pereira (póstumo), Jordão Emerenciano, João de Deus de Oliveira Dias, Pedro Calmon e Lúcia Néri da Fonseca.

Uma página infantil foi criada a 30 de maio, “para divertir aos seus pequenos leitores, divulgar os seus escritos, tanto se trate de poesia ou de crônica, como de contos e desenhos”, constituindo-se “elemento de ligação entre as crianças de Pernambuco e do Nordeste, inclusive divulgando os endereços dos seus colaboradores-mirins, para que se permutem cartas, troquem cartões postais, criando, assim, novos ami-

guinhos entre brasileiros de fora de suas cidades e vilas". Coube a direção ao **Tio Juca**, ou seja, Luiz de Andrade. Essa página, inserta nas edições dominicais, começou sendo impressa em sépia, assim como as de "Rádio", "Mundo de Luz e Som" e "Vida Rural".

Passou o **Diario** a circular, desde então, com quatro cadernos, aos domingos, entre êles o suplemento feminino, um tablóide de 12 páginas, igualmente impresso em sépia (depcis mudou para prêto) e comum aos outros órgãos associados do país.

No dia 14 de junho a redação prestou significativa homenagem ao jornalista Aníbal Fernandes, que viajaria, novamente, rumo à Europa, no dia seguinte, e ia completar, em julho, quarenta anos de atividades no **Diario de Pernambuco**, com a aposição do seu retrato na sala dos diretores. Nova série de Correspondências do Velho Mundo mandou êle e, voltando, continuou a escrever, pelo resto da vida, a saborosa crônica diária "Coisas da Cidade" e, depois, artigos assinados, diariamente, no centro da quarta página. Ficou a cargo de Mauro Mota a redação dos editoriais e da nota internacional. Logo após a viagem de Aníbal, assumiu a direção do jornal João de Medeiros Calmon, que já exercia a superintendência dos "Diários e Rádios Associados" em Pernambuco.

A tabela de assinaturas sofreu nova modificação a 17 de outubro, ficando assim organizada: ano — Cr\$ 400; semestre — Cr\$ 220; para o exterior: Cr\$ 800 e Cr\$ 440, respectivamente. O preço do exemplar subiu para Cr\$ 2.

Na edição de 7 de novembro, data do 129.<sup>o</sup> aniversário, fêz-se rápido balanço de tão longa existência, concluindo: "Tôdas as situações diversas passaram. E o **Diario** continua vigilante contra as que vierem".

Ao findar o ano de 1954, n.<sup>o</sup> 291, ano 130.<sup>o</sup>, de 31 de dezembro (quando se conclui esta bibliografia), o **Diario de Pernambuco** empregava a seguinte equipe:

Diretoria da Emprêsa: Presidente — Antiógenes Chaves; tesoureiro — João Santos; secretário — Aníbal Fernandes.

Diretor do jornal — João Calmon; redator-chefe — Mauro Mota; secretário — Antônio Camelo Costa; sub-secretário — Valdemir Maia Leite; redator político e social — Paulo Malta; chefe da reportagem — Luiz de Andrade; redator agrícola — Guido Fernandes; cronista teatral — Gondim Filho; repórter — Marco Aurélio de Alcântara; repórter policial — Paulo de França Pereira; repórter forense — Ar-

naldo Constantino; noticiarista — José João da Mota Albuquerque (Zito Moça); tradutores de telegramas — Adeth Leite, Bartolomeu Macedo, Dirceu Orange Vanderlei e Itamar Pancrácio; redatores desportivos — Viriato Coelho Rodrigues e Agamenon Malta; arquivista — Rolando Raposo; fotógrafos — Murilo Guedes e Diógenes Montenegro; chefe do serviço de recepção radiotelegráfica — Manuel Gomes; chefe da oficina — Antônio Marrocos. (Pelo corpo redacional do matutino passaram, também, João Calado Borba Neto, Clodomir Moraes, Fernando de Moraes, Floriano Ivo Júnior, Nilson Sabino Pinho e outros). Revisores: Pedro Tomaz (afastado por motivo de saúde); Osvaldo Botelho Fagundes, chefe do serviço; Bartolomeu Pereira, William Dias Araújo, Manuel Maia Lucas, Maurino Maia Lucas e Taurino Alexandrino Casé.

Administração: Gerente — Nelson Dimas de Oliveira; sub-gerente — Walfrido Moreira Dias; consultor jurídico — Prudenciano de Lemos; contador — Carlos Tavares; caixa — Francisco Silva; auxiliares de escrita — Alínso Pacheco, Delmizite Serpa, Adélson Pacheco, Everaldo Machado e Hélio Bigoes. Departamento de Publicidade: diretor — Mário Henriques Silva; chefe — Carlos Teles de Carvalho; auxiliares — Annie Marie Pinto, Maristela Souto Lima e José Carlos Poncell Neto.

Com 16 páginas, ou mais, nos dias úteis e 40, no mínimo, aos domingos, o **Diário de Pernambuco** manteve inalterável sua linha de jornal líder do Nordeste e do Norte brasileiro e um dos mais bem feitos da cadeia dos “Diários e Rádios Associados” (137) (**Bib. Púb. Est.**).

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO — Edição Vespertina** — Começou a circular no dia 17 de julho de 1914, com o n.º 165, sem alterar o formato da matutina, em boa apresentação gráfica, contando quatro páginas. Lia-se no artigo de abertura:

“O **Diário** da tarde é apenas um suplemento da fôlha, no exclusivo desejo de completar, de maneira melhor, as infor-

---

(137) Prosseguindo a publicação em 1955 e pelo tempo a fora, não ocorreu nenhuma anormalidade na vida do **Diário de Pernambuco**, cuja empresa se completa com duas estações de rádio-difusão e uma de Televisão. Dirige o jornal, ao circular esta 2.ª Edição, Antônio Camelo Costa, sendo redator-secretário Amílcar Neves. Exerce a superintendência geral Hilton Carneiro Mota.

mações do jornal e sem a menor solução de continuidade no programa e na orientação seguidas. Registamos, satisfeitos, que o movimento da cidade e quiçá o do Estado já exigiam êsse prolongamento do nosso esforço, inteiramente a serviço do público”.

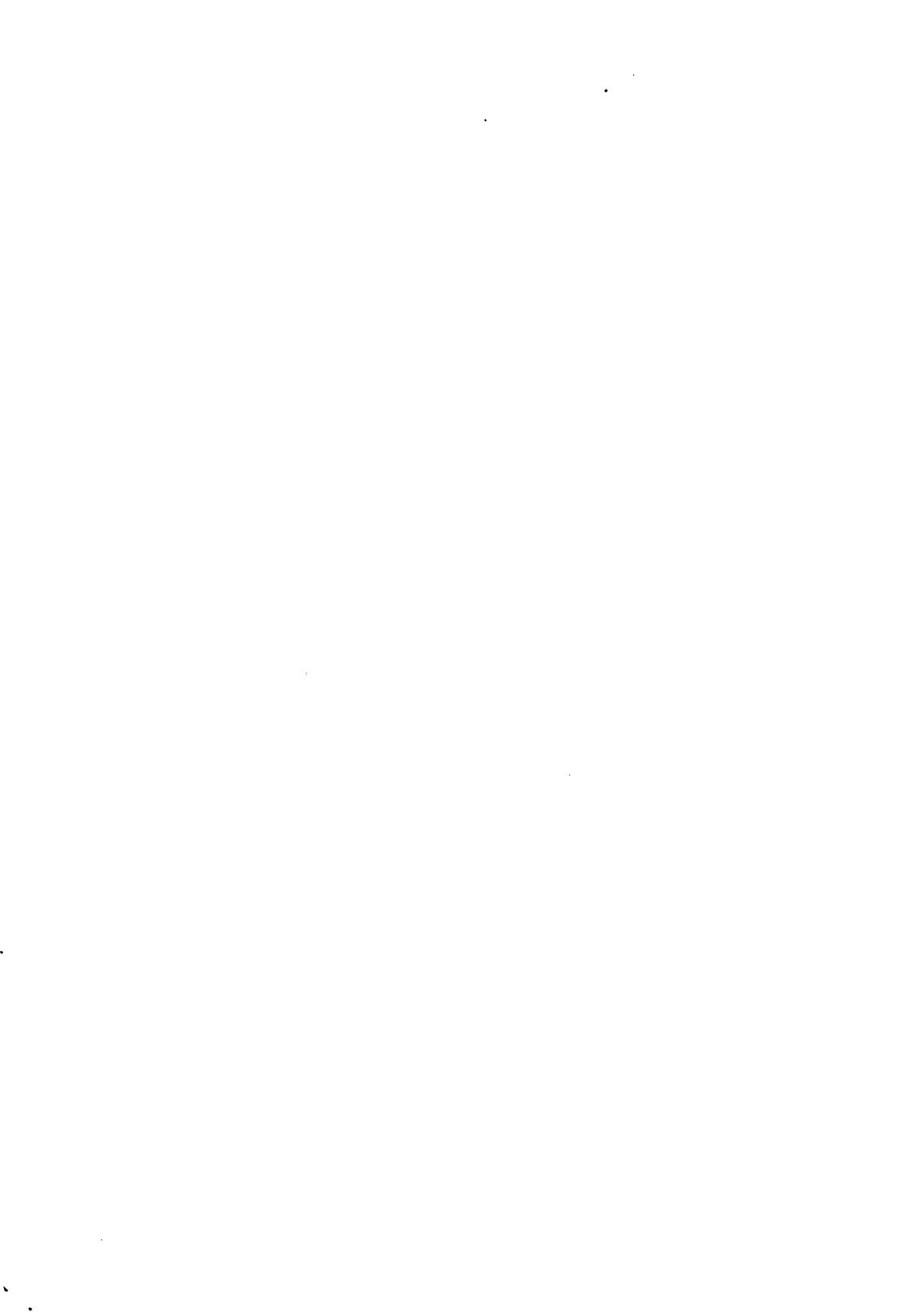
Apresentou-se variado de matéria, às vêzes impresso em papel verde suave, depois atingindo seis páginas. Abria o texto a seção “Ecos e Fatos”, constituída de ligeiros comentários. O “**Diario Social**” precedia-se de crônica elegante. Apareciam “**Caras & Caretas**”, autoria de Abelardo Gama, ou Sílvio ou Crayon (Abelardo Maia). “**Quadras à quadra**” era um epigrama lírico de J., havendo também as “**Sortes...**”, por Xisto (pseudônimo de Carlos Lira Filho), de notas satírico-humorísticas, aqui e acolá incluindo versos soltos. Na última coluna da 1.<sup>a</sup> página vinha a seção “**Kodak**”, de crônicas literárias, não a cargo de um só nome, mas de vários, que se revezavam, tais como: Jáder de Andrade, Mário Melo, Américo do Rêgo Neto, Aníbal Fernandes, J. Barcelos, Costa Rêgo Júnior, E. de Medeiros, Luiz Cabral de Melo, João Lemos, M. Magalhães, Ferreira de Melo e raros outros. Não faltava, na segunda página, sob o título geral “**Pelo Parnaso**”, um sonêto, em coluna dupla, de poeta local ou transcrito. Noticiário bastante variado. Boa parte de reclamos comerciais.

A publicação teve curso regular, com lisonjeira receptividade. Circulava às 14 1/2 horas, mas, no período de 6 de agosto a 2 de setembro, passou para 14 horas, a fim de apresentar mais copioso serviço telegráfico da guerra européia. No dia 7 de novembro apareceu em edição especial de dez páginas, comemorativa do 89.<sup>o</sup> aniversário da matutina.

O corpo redacional, sob a chefia de Jáder de Andrade, era comum às duas edições, acrescido do nome de Aníbal Fernandes.

Terminado o ano com o n.<sup>o</sup> 307, começou 1915 abrindo numeração nova. Todavia, nada obstante a aceitação que tivera, a edição da tarde só chegou ao n.<sup>o</sup> 85, de 10 de abril, É que a situação anormal do mundo, dificultando o tráfego comercial e criando outras anomalias, notadamente no tocante à importação de papel, forçou a empresa a tomar essa medida, que, embora de caráter provisório, se tornou definitiva (**Bib. Púb. Est.**).

NOTÍCIA DO LANÇAMENTO DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO



Assim noticiou o **Diário de Pernambuco**, a 8 de novembro de 1962, o lançamento da 1.<sup>a</sup> edição do Vol. I da “História da Imprensa de Pernambuco — 1821/1954”:

“O 1.<sup>o</sup> volume da “História da Imprensa de Pernambuco”, de autoria do confrade Luiz do Nascimento, foi apresentado ontem, à tarde, em cerimônia realizada no Arquivo Público, sob a presidência do governador Cid Sampaio. O livro é a história do **Diário de Pernambuco** e seu lançamento, no dia em que festejamos mais um aniversário de fundação, foi uma homenagem do autor ao jornal mais antigo da América Latina.

Secretários de Estado, representantes do corpo consular, numerosos intelectuais e jornalistas estiveram presentes à solenidade, que foi iniciada com ligeiras palavras do escritor Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público, que aludiu ao paciente trabalho de pesquisa desenvolvido por Luiz do Nascimento e que começava a frutificar com a história do **Diário**, primeiro de uma série de livros de importância excepcional para o estudo da história do jornalismo pernambucano e brasileiro. Disse que o Arquivo se sentia honrado em colaborar para a publicação daquela obra, cuja impressão a Imprensa Oficial, graças à boa vontade e ao esforço do jornalista Cleofas de Oliveira, concluiu em apenas um mês. O Arquivo e a Imprensa uniram-se, dêsse modo, não apenas para prestigiar uma obra literária, mas também para homenagear o velho **Diário de Pernambuco**, que comemorava os seus 137 anos de fundação, sempre fiel às suas melhores tradições de Pernambuco e do Nordeste. O sr. Jordão Emerenciano congratulou-se com os jornalistas Luiz do Nascimento e Costa Pôrto, pedindo, afinal, ao superintendente dos “Associados” que fizesse a apresentação do livro.

#### FALA COSTA PÔRTO

O jornalista Costa Pôrto, em breves palavras, referiu-se à história do **Diário**, desde o seu aparecimento, como uma

simples “fôlha de anúncios”, até os nossos dias. Jornal identificado com as mais sentidas aspirações dos pernambucanos e nordestinos, sempre se esquivou, por isso, a ser um jornal sem opinião, uma imprensa neutral. Foi, desde Antonino de Miranda Falcão, um jornal combativo e, por isso, diversas vêzes, ao longo de sua história, enfrentou as iras dos prepotentes e dos liberticidas. Aludiu, a seguir, à correspondência trocada entre Carlos Lira Filho e Assis Chateaubriand, quando da integração do **Diario** na cadeia dos “Associados”, e afirmou que êste jornal sempre se manteve fiel às suas origens, numa posição firme de defesa das boas causas do povo.

Adiantou sentir-se honrado, como superintendente dos “Associados”, em participar daquela festa intelectual de lançamento do livro de Luiz do Nascimento sôbre a história do **Diario**. Evocou, no autor, um dos seus mestres de jornalismo, que, no **Diario de Manhã**, lhe ensinara a traduzir telegramas e também o “estilo” dos primeiros noticiários. Era um homem fiel à verdade, e essas qualidades jornalísticas predominaram nas suas atividades de pesquisador incansável, cujo trabalho paciente resultava, ali, na história do **Diario**, primeiro de uma série de volumes sôbre a história da imprensa pernambucana. Agradecia a Luiz do Nascimento aquela honra que dera aos “Associados” de juntar a apresentação de sua obra às comemorações aniversárias do nosso jornal e agradecia ao governador do Estado o patrocínio do livro através do Arquivo Público. Era reconhecido àquela homenagem ao **Diario**, homenagem que, sem falsa modéstia, considerava justa, porque o mais antigo jornal da América Latina era, antes de tudo, um patrimônio de Pernambuco, do Nordeste e de todo o Brasil.

Falou, em seguida, o jornalista Reinaldo Câmara, presidente da AIP, congratulando-se, em nome da classe, com o confrade Luiz do Nascimento, pela sua obra de inestimável valor para o estudo da história do jornalismo brasileiro, e com o govêrno do Estado, pela colaboração magnífica que dera à obra.

A seguir, o jornalista Luiz do Nascimento pronunciou um discurso, que publicaremos em nossa edição de amanhã, na 4.<sup>a</sup> página.

#### FALA O GOVERNADOR

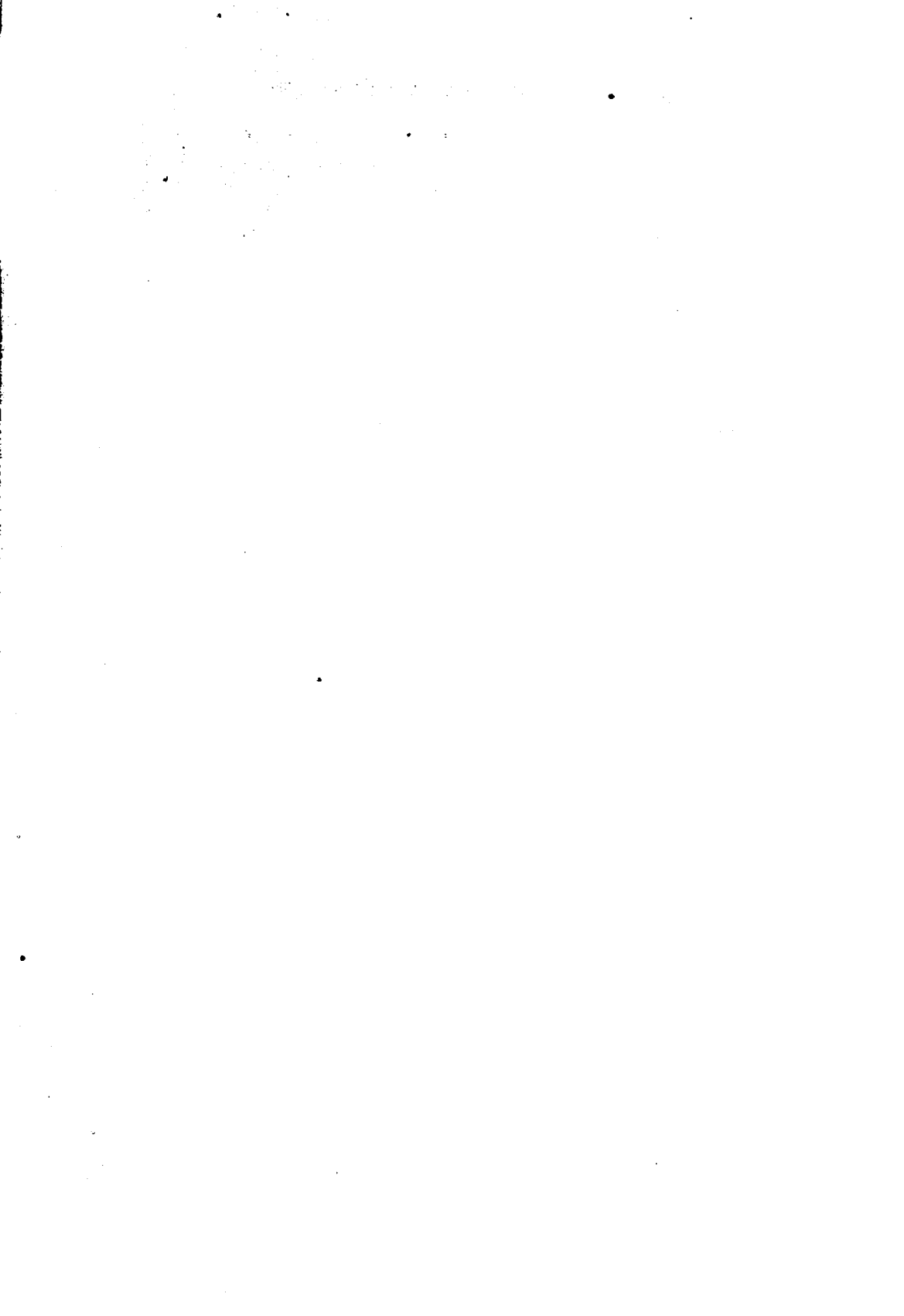
Finalmente, o governador Cid Sampaio proferiu algumas



palavras, dizendo que, à frente da chefia do Executivo, sempre se batera por um programa desenvolvimentista. Não pelo puro e simples desenvolvimento material, mas, sim, por um desenvolvimento amplo e harmônico que abrangesse o progresso econômico e o progresso intelectual. Impossível, por isso, alhear-se o Arquivo Público do Estado a uma obra como aquela, em que Luiz do Nascimento contava a história do **Diário**, os primeiros resultados de suas pesquisas que seriam divulgadas na “História da Imprensa de Pernambuco”.

O Arquivo — repetiu o governador — não poderia alhear-se e jamais se ausentou de prestigiar iniciativas culturais como aquela, visando ao conhecimento do passado de nossa imprensa, que sempre se empenhou na luta pelas aspirações libertárias de Pernambuco e do Brasil.

Em seguida, foi servido um coquetel aos presentes. O escritor Luiz do Nascimento autografou, na ocasião, diversos exemplares de seu livro”.



## BIBLIOGRAFIAS

- AMADO, Gilberto — “Minha Formação no Recife” — Editora José Olímpio, Rio, 1955.
- Arquivos** (Prefeitura do Recife) — Imprensa Oficial, Recife, 1945/51.
- AZÊDO, Raul — “Aspectos da Reação Cívica de 1911” — Na **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, 1931.
- BLAKE, Antônio Vitorino Alves do Sacramento — “Dicionário Biográfico Brasileiro”, Tip. Nacional, Rio, 1883.
- CARVALHO, Alfredo de — “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama” — No **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1904.
- CARVALHO, Alfredo de — “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908” — Tip. **Jornal do Recife**, 1908.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da — “Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres” — Tip. Universal, Recife, 1882.
- Diário de Pernambuco**, “Falência do — Recife, 1934.
- Diário de Pernambuco** — “Notícia das Festas do Primeiro Centenário” — Recife, 1926.
- Diário de Pernambuco**, “Os 125 anos do — Recife, 1950.
- Enciclopédia Delta Larousse** — Tomo V, Editora Delta S. A., Rio, 1962.
- FERNANDES, Aníbal — “Estudos Pernambucanos” — Imprensa Oficial, Recife, 1956.
- FERREIRA, Júlio Pires — **Almanach de Pernambuco** — Recife, 1915.
- FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e — “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial” — Recife, 1850.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos — “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco” — Imprensa Nacional, Rio, 1921.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa — “A Revolução Praieira” — Na **Revista do Arquivo Público**, Recife, 1948.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa — “O Problema da Imprensa” — Editora Alvaro Pinto, Rio, 1923.
- MELO, Mário — “O fundador do **Diário de Pernambuco**” — No **Livro do Nordeste**, Tip. D. de P., Recife, 1925.
- ROCHA, Leduar de Assis — “Figueiroa do **Diário**” — Editora O Cruzeiro, Rio, 1946.
- SEGISMUNDO, Fernando — “História da Revolução Praieira” — Editorial Vitória Ltda., Rio, 1949.
- PEREIRA, Oscar — “Memórias de um Jornalista Provinciano” — Recife, 1945.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABLE, Pedro d' — 102.  
ABRANTES dos Santos, **Jorge** — 13, 175.  
ABREU, José Vitorino de — 32, 33.  
ACIOLI, Breno — 171.  
ACIOLI Neto, A. 173.  
ADOLFO, Gustavo — 86.  
AFONSO de Medeiros, Pedro — 173.  
AGUIAR, João José Ferreira de, Barão de Catuama — 33, 34.  
AGUIAR, Severino de — 150.  
AIRES, Jovino — 113.  
ALBUQUERQUE, Dercilos Gomes de — 175, 176.  
ALBUQUERQUE, Domingos de — 125.  
ALBUQUERQUE, Epaminondas de — 101.  
ALBUQUERQUE, Joaquim de — 90.  
ALBUQUERQUE, Lourenço Bezerra Cavalcanti de — 38.  
ALBUQUERQUE, Mateus de — 109, 138, 162.  
ALBUQUERQUE, Nelson Xavier de — 142.  
ALCÂNTARA, Marco Aurélio de — 178.  
ALCÂNTARA, Nelson de — 164.  
ALCANTARA, Nertan Macedo de — 175, 177.  
ALECRIM, Otacílio de — 157.  
ALEIXO, Pedro — 174.  
ALENCAR, Corina de — 101.  
ALENCAR, Renato de — 157.  
ALMEIDA, Antônio Martins de — 142.  
ALMEIDA Cunha, Elisa Laura de — 115.  
ALMEIDA Cunha, José Antônio de — 74, 102, 112, 114, 115, 120, 121.  
ALMEIDA, **Guilherme de** Andrade e — 161.  
ALMEIDA, João Paulo de — 23, 87.  
ALMEIDA, José — 174.  
ALMEIDA, José Américo de — 155, 162, 163.  
ALMEIDA, Júlia Lopes de — 107.  
ALMEIDA, Manuel Antônio de — 74.  
ALMEIDA Rosa, Francisco Otaviano de — 102.  
ALMEIDA, Tomaz Xavier Garcia de — 29, 30.  
ALVARO da Silva, Augusto, Padre, Bispo, Cardial — 177.  
ALVIM da Anunciação, **Alvaro** — 13.  
AMADO, Genolino — 164.  
AMADO, Gilberto — 119, 120, 121, 122, 123, 161.  
AMARAL, Libânio — 88.  
AMARAL, Tarcila do — 164.  
AMÉRICO Cavalcanti Sobrinho, **Bento** — 90.  
ANDRADA Machado e Silva, **Antônio Carlos** Ribeiro de — 137.

- ANDRADE **Bezerra**, Antônio Vicente de — 159.  
 ANDRADE, Gilberto Osório de — 157.  
 ANDRADE, Jáder de — 133, 134, 135, 137, 138, 150, 152, 154, 180.  
 ANDRADE, Joaquim José de Oliveira — 93.  
 ANDRADE, José Clóvis de — 164.  
 ANDRADE, José Joaquim Coelho de, Cônego — 83.  
 ANDRADE, Luiz — 81.  
 ANDRADE, **Luiz** Gonzaga Gusmão de — 161, 169, 175, 178.  
 ANDRADE, Manuel Aristeu **Goulart de** — 108.  
 ANDRADE, Maria Júlia Drumond de — 171.  
 ANDRADE, Nair de — 158.  
 ANDRADE, Teófilo de — 171.  
 ANGEL, Norman, — 164.  
 ANGELIM, Valdemar — 158.  
 ANJOS, Alfredo Rodrigues dos — 116.  
 ANJOS, **Ciro** Versiani dos — 164.  
 ANJOS, **José** Rodrigues dos — 138, 142, 150, 152, 153, 154, 155, 160.  
 ANJOS, **Mário** Rodrigues dos — 142.  
 ARANHA, Jaime — 175.  
 ARAÓ de Oliveira Campos, **Manuel** — 101, 103, 105, 108, 109, 112, 149.  
 ARAÚJO **Filho**, Joaquim de — 138, 158, 171.  
 ARAÚJO, Leôncio Gomes de — 164.  
 ARAÚJO, Manuel Alves de, Barão de Caiará — 94, 95.  
 ARAÚJO, Severino de — 92.  
 ARAÚJO, William Dias de — 179.  
 ARCOVERDE, Antônio Napoleão — 174.  
 ARISTEU de Sousa Ribeiro, **Augusto** — 101.  
 ARMADA, Simão d' — 109.  
 ARRUDA, Antônio Américo de — 157.  
 ARRUDA, **Paulo** Gonçalves de — 101.  
 ASSIS **Barros**, Francisco de — 173.  
 ASSUNÇÃO, Jerônimo de, Padre, Cônego — 134.  
 ATAÍDE, Alceu Amoroso Lima, **Tristão de** — 161.  
 ATAÍDE, Raimundo Austregésilo de — 153, 162.  
 AULER, **Guilherme** Martinez — 160, 164.  
 AUSTREGÉSILO Rodrigues de Lima, **Antônio** — 148.  
 AUTRAN da Mata e Albuquerque, Manuel Godofredo — 81.  
 AUTRAN da Mata e Albuquerque, Pedro — 30, 35, 38, 55, 70.  
 AVELAR, Manuel Severino d' — 22.  
 AZEDO, **Raul** de Almeida — 120, 126.  
 AZEVEDO, Avani de — 173.  
 AZEVEDO, Cesário de — 107.  
 AZEVEDO do **Amaral**, Antônio José — 153.  
 AZEVEDO, João — 174.  
 AZEVEDO, Júlio Soares de — 104, 107.  
 AZEVEDO, Pedro Vicente de — 92.
- BAHIA da Cunha, **Artur** Augusto — 101, 106, 107.  
 BALLARIO, Pina — 164.  
 BALTAR, **Alcides** Ferreira — 107.  
 BALTAR, Luiz — 90.  
 BANDEIRA, Américo — 171.  
 BANDEIRA, de Melo, **Emilia Moncorvo** — 121.  
 BANDEIRA de Oliveira, **José** — 162, 175.  
 BANDEIRA, **Esmeraldino** Olímpio de Tôrres — 148.  
 BANDEIRA **Filho**, **Manuel** Carneiro de Sousa — 145, 146. *pinhor*

- BANDEIRA, **Manuel** Alves — 146, 160, 161, 164.  
BARATA, A. F. — 109.  
BARBOSA da Silva, **Cícero** — 173.  
BARBOSA da Silva, **Severino** — 102.  
BARBOSA de Oliveira, **Ruy** Caitano — 133.  
BARBOSA, Gerson Jefferson — 173.  
BARBOSA, **Júlio** Ferreira — 175.  
BARCELOS, José — 180.  
BARLAEUS, — 146.  
BARRETO, **Antônio** Gonçalves — 157.  
BARRETO, Emídio **Dantas**, General — 96, 125, 129, 130, 137, 141.  
BARRETO, Francisco Ferreira, Padre, Monsenhor — 27, 28, 29.  
BARROCA, Antônio Valentim da Silva — 85.  
BARROCA, Fernando — 106, 115.  
BARROS, Antônio Luiz Lins de — 175.  
BARROS Barreto, César de — 169.  
BARROS Filho, Teófilo de — 157, 162.  
BARROS, Jaime de — 161.  
BARROSO, Antônio Dias — 90.  
BARROSO, **Gustavo** Dodt — 156, 157.  
BARROSO, Jovino — 120.  
BASTOS, Luiz — 91.  
BASTOS, Miranda — 158.  
BATISTA, Cícero Romão, Padre — 161.  
BELEZA, Newton — 164.  
BELISÁRIO, F. — 85.  
BELO, José Maria — 161.  
BELO, **Júlio** Celso de Albuquerque — 146, 148.  
BELTRÃO de Andrade Lima, **Luiz** — 14, 169.  
BERNARDES, **Artur** da Silva, — 147.  
BERNHARD, Georg — 164.  
BEVILAQUA, Amélia de Freitas — 116.  
BEVILAQUA, Clóvis — 85, 101, 102, 113, 118.  
BEZERRA Cavalcanti, **José** Rufino — 124, 137, 141.  
BIGOES, Hélio — 179.  
BILAC, **Olavo** Braz Martins dos Guimarães — 107, 150.  
BLAKE, Antônio Vitorino Alves do **Sacramento** — 35, 60.  
BLUM, Leon — 171.  
BOIS, Jules, 116.  
BORBA de Carvalho **Filho**, **Hermilo** — 175.  
BORBA, José César de Andrade — 169.  
BORBA, José Osório de Moraes — 142.  
BORBA, **Lauro** de Andrade — 157, 160.  
BORBA, **Leonel** de Moraes — 171.  
BORBA Neto, **João Calado** — 174, 179.  
BORBA, **Osmundo** de Moraes — 142.  
BOREL, Eugene — 164.  
BORGES Alheiros Dias, **Devaldo** — 169.  
ROTELHO Fagundes, Osvaldo — 179.  
BOTELHO, **Pedro** Joaquim Velez — 107.  
BRAGA, Custódio Tito — 174.  
BRAGA, Guilherme — 70.  
BRAGA **Júnior**, Ulisses de Mendonça — 160.  
BRAGA, Rubem — 158, 160.  
BRANCO, Aloísio — 164.  
BRANDÃO da Rocha, **Oscar** — 131.

- BRANDÃO, Fernando Soares — 145.  
 BRANDÃO, F. H. **Moreno** — 146.  
 BRANDÃO, **Ulisses** de Carvalho Soares — 145, 148.  
 BRÍGIDO, Leopoldo — 107.  
 BRITO, Durval de — 112, 113, 114.  
 BRITO, Floriano Correia de — 48, 52.  
 BRITO, Luiz Correia de — 124.  
 BRITO, Monte — 171.  
 BRUNO, Haroldo — 171.  
 BRUNO, João — 122.  
 BUENO, Lúcio — 122.
- CĂBRAL de Melo, Luiz AntĂnio — 80.  
 CABRAL, Sacadura — 144.  
 CAETĂ, Francisco Barreto — 12.  
 CALADO, **Pedro** Eloi Pereira — 120.  
 CALDAS, Osiris — 140, 174.  
 CALMON, **JoĂo** de Medeiros — 178.  
 CALMON, Pedro — 171, 177.  
 CĂMARA, **Nilo** Dornelas — 116.  
 CĂMARA, **OlĂvio** Dornelas — 116.  
 CĂMARA, **Reinaldo** Dornelas — 183.  
 CAMARGO, CristĂvĂo de — 164.  
 CAMELO Costa, **AntĂnio** — 175, 178, 179.  
 CAMERINO Sobrinho — 90.  
 CAMISĂO, CapitĂo — 126.  
 CAMPELO, Manuel **Neto** Carneiro — 123.  
 CAMPELO, Manuel Tomaz Rodrigues, BarĂo do Rio Formoso — 73.  
 CAMPELO, **Samuel** Rodrigues Carneiro — 23, 142, 145, 146, 148, 150.  
 CAMPOS, Celina — 120.  
 CAMPOS, HĂlio Vidal — 174.  
 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, Monsenhor — 63, 70, 74, 78, 81, 83, 84.  
 CAMPOS, Paulo Mendes — 171.  
 CAMPOS, Umberto de — 152, 158, 160.  
 CANABRAVA, Eurialo — 164.  
 CĂNDIDO, AntĂnio — 171.  
 CĂNDIDO da Silva, **JoĂo** — 102.  
 CANECA, Joaquim do Amor Divino, **Frei** — 21, 22, 139, 145, 147.  
 CARDOSO, **Joaquim** Moreira — 146, 164.  
 CARDOSO, JosĂ Maria **Moreira** — 122, 123.  
 CARDOSO, Lúcio — 164.  
 CARLZ, Franz Heinrich — 146.  
 CARNEIRO da Cunha, AntĂnio de Siqueira — 89.  
 CARNEIRO da Cunha, JoĂo — 173.  
 CARNEIRO da Cunha, **JosĂ Henrique** — 143, 144.  
 CARNEIRO da Cunha, **JosĂ Mariano** — 91, 92, 98, 102, 108.  
 CARNEIRO da Cunha, Manuel **Umberto** — 149, 175.  
 CARNEIRO da Cunha, **OlegĂrio Mariano** — 138, 145.  
 CARNEIRO, J. Borges — 81.  
 CARNEIRO LeĂo, **Luiz Cedro** — 146.  
 CARPEAUX, Otto Maria — 171.  
 CARRERAS, Maria — 143.  
 CARRILHO da Fonseca e Silva, **HonĂrio** — 105.  
 CARVALHO, Aderbal de — 102.  
 CARVALHO, **Alfredo** Alves de — 10, 11, 21, 22, 24, 26, 36, 39, 44, 60, 62, 92, 109, 110, 118, 121, 123, 124, 139, 149.



- CARVALHO, Antônio Bezerra de — 175.  
CARVALHO, Augusto de — 107.  
CARVALHO, Carlos Teles de — 179.  
CARVALHO, Eduardo de — 81.  
CARVALHO, **Joaquim** Monteiro de Sousa — 142.  
CARVALHO Júnior, João de — 109.  
CARVALHO, Maria Amália Vaz de — 100, 145.  
CARVALHO, Viana de — 107.  
CASADO **Lima**, Manuel César — 121.  
CASAS, Alvaro de las — 164.  
CASASANTA, Mário — 162.  
CASCUDO, Luiz da Câmara — 148, 164, 177.  
CASÉ, Taurino Alexandre — 175, 179.  
CASTELAR, Emílio — 105.  
CASTELO Branco, Carlos — 171.  
CASTILHO de Alcântara Machado de Oliveira, **Antônio** — 161.  
CASTRO **Alves**, Antônio — 78.  
CASTRO, Basiliano de Magalhães — 72, 73.  
CASTRO, Fraga de — 107.  
CASTRO, Gastão **Guerreiro de** — 70.  
CASTRO Pais Barreto, **Fernando de** — 91.  
CATANHO, André — 90.  
CATANHO, Ricardo Fernandes — 10.  
CAVALCANTI, André Beda — 174.  
CAVALCANTI, Antônio dos Santos Siqueira — 29.  
CAVALVANTI, Carlos de Lima — 155, 156, 161, 163.  
CAVALCANTI, Carmencita Ramos — 174.  
CAVALCANTI de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula, Visconde de Camaragibe — 63.  
CAVALCANTI, Delfim — 107.  
CAVALCANTI, Edgar Lins Bezerra — 155.  
CAVALCANTI, Evangelina Maia — 173.  
CAVALCANTI, J. M. Alves — 70.  
CAVALCANTI, José da Rocha — 151.  
CAVALCANTI, Orlando — 169.  
CAVALCANTI, Otávio — 108.  
CAVALCANTI, Valdemar — 160, 171.  
CELESTINO, Frei — 120.  
CELSON da Silva, **Edmundo** — 169.  
CELSON da Silva, **Hercílio** — 157, 172.  
CELSON de Assis Figueiredo Júnior, **Conde de Afonso** — 163.  
CELSON Uchoa Cavalcanti, **Adolfo** — 142, 150.  
CELSON Uchoa Cavalcanti, Pedro — 145, 148.  
CÉSAR, Abelardo Vergueiro — 164.  
CÉSAR, Dioclécio — 150.  
CESÁRIO **de Melo**, José Frutuoso — 173.  
CHACON, **Traiano** Carneiro de Holanda — 130.  
CHAGAS, Manuel do Rio Jordão — 126.  
CHATEAUBRIAND Bandeira de Melo, Francisco de **Assis** — 125, 130, 131, 139, 152, 153, 159, 160, 162, 170, 174, 177, 183.  
CHATEAUBRIAND, Osvaldo — 159, 169.  
CHATEAUBRIAND, Urbano Ganaud — 131.  
CHAVES, Antiógenes — 168, 174, 178.  
CHAVES Filho — 120.  
CHURCHILL, Winston — 164, 169.

- CISMONTANO Francisco, do Brasil Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos,  
**Francino** — 81, 85, 102.  
 CLEOFAS de Oliveira, **João** —  
 CODECEIRA, **Frederico** Augusto — 138.  
 CODECEIRA, Manuel **José Domingues**, Major — 105.  
 COELHO, José — 101.  
 COELHO, José Joaquim, General — 38.  
 COELHO **Neto**, Henrique — 107.  
 COELHO, Saldanha — 173.  
 COIMBRA, **Estácio** de Albuquerque — 130.  
 COIMBRA, José **Mateus** — 101.  
 COLAÇO, Filipe Néri — 48, 59, 63.  
 COLOR, Lindolfo — 157.  
 CONSTANTINO da Silva, Arnaldo — 150, 175, 178, 179.  
 CORDEIRO, João Barbosa, Padre — 32.  
 CORREIA, Antônio Epaminondas de Barros, Barão de Contendas — 87.  
 CORREIA da Silva, José Antônio — 96, 97.  
 CORREIA de Araújo, Antônio — 141.  
 CORREIA de Araújo, Cláudio — 173.  
 CORREIA de **Araújo**, Francisco **Altino** — 118.  
 CORREIA de Araújo, **João Aureliano** — 148, 157, 160.  
 CORREIA de Araújo, Joaquim — 92, 108, 150.  
 CORREIA de Araújo, Otávio — 142.  
 CORREIA de Araújo, Severino — 139, 142.  
 CORREIA de Oliveira Andrade, **Fábio** —  
 CORREIA de Oliveira, João Alfredo — 93.  
 CORREIA de Oliveira, Rafael — 160.  
 CORREIA, Raul — 107, 108.  
 CORREIA, Ventura — 139.  
 COSTA, Antônio de Macedo, Bispo — 78.  
 COSTA, Austriclinio Ferreira Quirino, **Austro** — 145, 148, 150, 158, 172.  
 COSTA, Benedito — 120, 125, 130.  
 COSTA, Bráulio — 120.  
 COSTA, Heitor da Silva — 161.  
 COSTA, João, Dr. — 134.  
 COSTA **Júnior**, **Leovigildo** Samuel da Silva — 120, 127.  
 COSTA Júnior, Olímpio Vaz da — 12, 142.  
 COSTA, Manuel Dionísio da — 157.  
 COSTA, **Murilo** Pernambucano da — 157.  
 COSTA **Pôrto**, José Antônio da — 182, 183.  
 COSTA **Rêgo Júnior**, José Maria da — 138, 180.  
 COSTA **Rêgo**, Pedro — 164, 177.  
 COSTA **Ribeiro**, Joaquim da — 102.  
 COSTA, **Ulisses** Gerson da — 121, 124, 125.  
 COUSIN, Victor — 43.  
 COUTINHO, Gago — 144.  
 CRESPO, Luiz Ângelo Vitório do Nascimento — 24, 26.  
 CROMWELL, Lord — 134.  
 CRULS, Gastão — 164.  
 CRUZ, José Fernandes da — 72, 73.  
 CUNHA, Altamiro — 171.  
 CUNHA, Armando — 175.  
 CUNHA, Bráulio — 108, 109.  
 CUNHA Cavalcanti, **Ambrósio Leitão da** — 69.  
 CUNHA, Higino — 91.

- CUNHA, João Ferreira da — 22, 147.  
CUSI, Sofonias — 161.
- DELAMARE, Alcebiades — 162.  
DELBOS, Yvon — 164.  
DELFINO, Luiz — 107.  
DELGADO, Luiz Maria de Sousa — 162.  
DELOUXE Bedel, **Angela** Maria de Lurdes — 173.  
DIAS, João de Deus de Oliveira — 177.  
DIAS, Públio — 164.  
DIAS, Walfrido Moreira — 179.  
DIEGUES **Júnior**, **Manuel** Baltazar Pereira — 160, 171.  
DINIZ, Gastão — 107.  
DIÓGENES da Silva Melo, **Nestor** — 148.  
DIU, Manuel Ferreira — 120.  
DOMINGOS da Fonseca, João — 142, 173.  
DOMINGOS, João — 125.  
DOMINGUES, Alfeu — 142, 164.  
DOMINGUES da Silva Filho, Misael — 131.  
DÓRIA, Franklin Américo de Meneses — 66.  
DORNELAS Câmara, João Landelino — 72, 74.  
DOURADO, Belarmino da Costa — 86, 142.  
DRUMOND, Gaspar de Meneses Vasconcelos de — 94.  
DUARTE Filho, João — 87.  
DUARTE, Francisco Peixoto, Padre — 62.  
DUARTE, Jarbas — 171.  
DUARTE, José Eustáquio — 171.  
DUARTE, Manuel — 164.  
DUARTE, Manuel Gomes — 107, 131.  
DUARTE Neto, Alfredo — 173.  
DUPRAT, Francisco Maria — 70.  
DUQUE **Estrada**, Joaquim **Osório** — 122.  
DURVAL, Ciridião —  
DUTRA, Celeste — 153.  
DUTRA, João Adriano de Melo — 121, 127.
- EMERENCIANO, Severino **Jordão** — 172, 177, 182.  
EMILIANO, João — 101.  
ERNESTO, Pedro — 172.  
ESCRAGNOLE Dória, Luiz Gastão de — 107.  
EVIN, Paul Antoine — 177.  
EZEQUIEL de Oliveira Luz, **João** — 99.
- FAELANTE da Câmara Lima, Francisco — 84, 86, 100, 118, 119, 120.  
FAGUNDES, Oscar — 162.  
FALCÃO, Alfredo — 91.  
FALCÃO, Antonino José de Miranda — 21, 22, 23, 26, 28, 30, 32, 33, 34,  
85, 124, 141, 143, 147, 183.  
FALCÃO Filho, J. — 139.  
FALCÃO, Joaquim de Arruda — 162.  
FALCÃO, Luiz Antônio de Mesquita — 48.  
FARIA, Aurélio de Figueiroa — 72.  
FARIA, Filipe de Figueiroa — 77, 83, 86, 91, 92, 104, 149, 150.  
FARIA, Manuel de Figueiroa — 77, 83, 87, 88.  
FARIA, Manuel Figueiroa de — 11, 34, 35, 36, 42, 47, 56, 58, 59, 69, 72, 74,  
75, 77, 88, 124, 143.

- FARIA**, Miguel de Figueiroa — 105, 106, 107.  
**FARIA**, Pinheiro & — 34, 35.  
**FARIA** Sobrinho, Filipe de Figueiroa — 90, 91, 99, 104, 107, 108.  
**FARIAS** de Oliveira, **Newton** — 175.  
**FARIAS**, **Esdra**s Leonam Alves de — 158.  
**FEIO**, Felix — 120.  
**FEITOSA**, Antônio Vicente do **Nascimento** — 54, 58, 59, 63, 69.  
**FERNANDES**, **Albino** Gonçalves — 160, 162.  
**FERNANDES**, **Anibal** Gonçalves — 13, 134, 136, 137, 141, 142, 145, 146, 148, 151, 152, 160, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180.  
**FERNANDES Barros**, José Cândido Carneiro — 160.  
**FERNANDES**, Carlos Dias — 122.  
**FERNANDES** e Silva — 139.  
**FERNANDES**, Guido — 177, 178.  
**FERNANDES**, Sebastião — 107.  
**FERNANDO VII** — 25.  
**FERRÃO**, José Carlos Mayrink da Silva — 21.  
**FERREIRA**, Artur Acioli Lopes — 159.  
**FERREIRA**, **Ascenso** Carneiro Gonçalves — 160, 173.  
**FERREIRA**, Bernardo Luiz, Padre — 28.  
**FERREIRA**, Domingos Malaquias de Aguiar Pinto — 50.  
**FERREIRA**, Francisco Inácio — 69.  
**FERREIRA**, José — 12.  
**FERREIRA**, Luiz Gonçalves — 22.  
**FERRERO**, Guglielmo — 160.  
**FIGUEIREDO**, Antônio Pedro de — 43, 48, 55, 60, 64, 65, 66.  
**FIGUEIREDO**, Benjamin de — 125.  
**FIGUEIREDO**, **Elpídio** de Abreu e Lima — 125, 129, 130, 131.  
**FIGUEIREDO**, Fidelino de — 142.  
**FIGUEIREDO**, Firmino **Cândido** de — 109.  
**FIGUEIREDO**, José Bento da Cunha e — 51, 59.  
**FIGUEIREDO** Júnior, José Bento da Cunha e — 74.  
**FIGUEIREDO**, Naasson de — 142, 145, 151, 157, 158.  
**FIGUEIROA**, Eliezer — 173, 174.  
**FILGUEIRA**, **Salomão** Augusto de Vasconcelos — 141.  
**FIORAVANTI** Pires Ferreira, **Gervásio** — 116, 118.  
**FIRMO** de Oliveira, **Nelson** — 138.  
**FISHER**, Almeida — 171.  
**FLANDIN**, Pierre-Etienne — 164.  
**FLORESTA** Brasileira Augusta, **Nísia** — 146.  
**FONSECA**, Alberto — 125.  
**FONSECA**, Antônio Borges da — 30, 31, 41, 59, 125, 126.  
**FONSECA**, Edson Néri da — 173, 175.  
**FONSECA**, Ernesto de Aquino — 102.  
**FONSECA**, Euclides — 124, 146.  
**FONSECA**, J. B. da — 29.  
**FONSECA**, Joaquim de Aquino — 60.  
**FONSECA**, **Joaquim Tiago** Lopes da — 90, 92, 94, 97, 98, 99.  
**FONSECA**, José Joaquim de Oliveira — 89.  
**FONSECA**, José Rodrigues da — 121.  
**FONSECA**, José Tavares Gomes da — 33.  
**FONSECA**, Justiniano Antônio da — 44.  
**FONSECA**, Laura da — 93.  
**FONSECA**, Lúcia Néri da — 177.  
**FONSECA**, Manuel **Deodoro** da, Marechal, 95, 97, 127.

- FONSECA, Melquisedec da — 142.  
FONTENELE, Vilaronga, Capitão, — 153.  
FONTES, Leôncio — 122, 123.  
FORNARI, Ernani — 162, 171.  
FRANÇA, Décio — 173.  
FRANÇA Filho, José — 173.  
FRANÇA Júnior, Joaquim José de — 90.  
FRANÇA **Pereira** Luiz de — 112, 115, 116, 118, 126, 127, 134, 139, 145, 146, 177.  
FRANÇA **Pereira, Paulo** Tarso de — 175, 178.  
FRANCO, Bernardo de Sousa — 32, 34.  
FREIRE da Fonseca, **Anibal** — 115, 117, 118, 119, 121.  
FREIRE **Filho**, Manuel **Teotônio** — 123.  
FREIRE, **Gilberto** de Melo — 141, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 159, 160, 164, 175, 177.  
FREIRE, Joaquim — 107.  
FREIRE, Laudelino — 116.  
FREIRE, Manuel **Teotônio** — 118.  
FREITAS, Henrique de — 86, 87.  
FREITAS, José **Bezerra de** — 157.  
FREITAS, José Manuel de — 89.  
FREITAS, José **Otávio de** — 124, 132, 134, 146, 154.  
FREITAS **Júnior**, José **Otávio de** — 160.  
FUSCO, Rosário — 164.
- GAIOSO, **Armando** Taborda de Sousa — 145.  
GALHARDO, **Caitano** Quintino — 120, 121, 125.  
GALVÃO, **Olimpio** Eusébio de Arroxelas — 101, 102, 107, 108.  
GALVÃO, Pergentino Saraiva de Arroxelas — 91.  
GALVÃO, Rodolfo — 102.  
GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos — 11, 127.  
GALVÃO, Filho, **Zeferino** Cândido — 90, 138, 139, 148.  
GAMA, Abelardo — 180.  
GAMA, Alfredo Aires — 134.  
GAMA, Antônio Pinto Chichorro da — 47, 49, 126.  
GAMA, José Bernardo Fernandes da — 38.  
GANGANELLI, **Lourenço**, Clemente XV — 85.  
GARCIA, **Aprigio** C. de Amorim — 124, 126.  
GARCIA, Ortulano — 136.  
GATTI, Ângelo — 164.  
GEORGE, David Lloyd — 164.  
GERVASI, Frank — 164.  
GIBBS, Anthony — 164.  
GODINHO, 175.  
GOIS Cavalcanti, **Antônio de** — 147.  
GOIS, Inocêncio Marques de Araújo — 93.  
GOMES, Antônio **Carlos** — 88.  
GOMES da Silveira, **Manuel** — 175, 179.  
GOMES, **Eduardo**, Brigadeiro, 167.  
GOMES, João Ferreira — 173.  
GOMES, José Celestino — 23.  
GOMES, Oscar — 142.  
GONÇALVES, Adauto F. — 173.  
GONÇALVES, Antônio Marcelino Nunes — 69.  
GONÇALVES, **Samuel** José — 174.  
GONÇALVES, **Sigismundo** Antônio — 10, 91, 94.

- GONDIM **Filho**, Isaac — 178.  
GOULART, Haydn — 175.  
GOUVEIA, **Delmiro** Augusto da Cruz — 108.  
GRABOWER, Eva — 173.  
GRAVE, João — 119, 124.  
GRIECO, Agripino — 159, 160.  
GRIFONI, Clara — 164.  
GRIZ, Fernando — 107, 148.  
GUASTINI, Mário — 162.  
GUEDES da Luz, Murilo — 175, 179.  
GUEDES, **Pelino** Joaquim da Costa — 81.  
GUEIROS, **Nehemias** da Silva — 168.  
GUENES da Silva e Melo, **Joaquim** — 70.  
GUENES da Silva e Melo Junior, **Joaquim** — 92.  
GUERRA **de Holanda**, Augusto Pessoa — 171.  
GUERRA, **José Augusto** Nascimento — 171.  
GUIMARÃES, Ageu — 145.  
GUIMARÃES, **Aprigio** Justiniano da Silva — 60, 69.  
GUIMARÃES, Clóvis — 173.  
GUIMARÃES Filho, Alphonsus — 171.  
GUIMARÃES, Joaquim — 123.  
GUIMARÃES **Júnior**, Luiz Caitano Pereira — 74, 78, 79, 102, 106, 107.  
GUSTAVO, Paulo — 158, 160.
- HARDMAN, **Samuel** Henrique — 146.  
HARTEN, Wouter Pieter — 169, 175.  
HARTMANN, Nicomedes Spencer — 142.  
HEINE, Henri — 126.  
HENSON, Dr. — 43.  
HERCULANO de Carvalho e Araújo, **Alexandre** — 82.  
HERPENT, Baron G. J. d' — 93.  
HOLANDA Cavalcanti, Henrique Marques de, Barão de Suassuna — 141.  
HUGO, Victor — 92, 102.
- INACIO de Barros Ribeiro, **Antônio** — 164.  
ISABEL, Princesa — 93.  
IVO Júnior, Floriano — 179.  
IVO, Lêdo — 173.  
IZIDORA Gonçalves da Rocha, **Francisca** — 113.
- JAQUES, Pedro — 86.  
JARDIM, Luiz — 161.  
JERSEY, Antônio Maria O'Connell — 69.  
JUREMA, **Aderbal** de Araújo — 14, 160.  
JUSTO, João — 116.
- KAMANKA, Michel B. — 171.  
KANIMURA de Lima Leal, **Aimbiré** — 151, 157, 158.  
KAUFFMANN, Henry — 164.  
KENT, Frank H. — 164.
- LACOMBE, Américo Jacobina — 171.  
LAINO, Carlos — 160.  
LARRAGOITI, A. S. de — 164.  
LASSALVIA, Inaldo Luigi — 173.

- LEAL, A. — 107.  
 LEAL, **Franco**, Francisco Floro de Albuquerque — 151.  
 LEÃO, Antônio — 122.  
 LEITÃO de Albuquerque, **Azael** — 174.  
 LEITÃO Filho, **Ivo** — 174.  
 LEITÃO, Joaquim — 171.  
 LEITÃO, Silva — 91.  
 LEITE, Ascendino — 171.  
 LEITE, Cleanto de Paiva — 169.  
 LEITE, **Estênio** Alves — 174.  
 LEITE Filho, Barreto — 171.  
 LEITE, Isabel Maria da Trindade — 68.  
 LEITE, José Joaquim da Costa — 68.  
 LEITE, Maria das Graças Santos — 173.  
 LEITE Nascimento, **Adeth** — 173, 179.  
 LEITE, **Seve**, Severino Alves do Amaral — 120, 173.  
 LEITE, Valdemir Maia — 173, 175, 176, 178.  
 LELLIS de Sousa Pontes, **Estêvão** — 107.  
 LEMOS, Arnaldo — 113.  
 LEMOS Duarte, **Laiete** Edgar Poggi de — 148.  
 LEMOS Filho, Artur de — 13.  
 LEMOS, Francisco de Farias — 82.  
 LEMOS, **João** Emanuel Poggi de — 136, 148, 150, 160, 180.  
 LEMOS, **Prudenciano** Agostinho Pereira de — 160, 179.  
 LEONARDO, Luisa — 109.  
 LESSA **Júnior**, Joaquim dos Santos — 123.  
 LESSA, Reinaldo — 173.  
 LEWIN, Willy — 161.  
 LIGÓRIO, Afonso de — 175.  
 LIMA, Alexandre José **Barbosa** — 98, 101, 104, 106, 150.  
 LIMA, Alfredo **Pessoa de** — 164.  
 LIMA, Alvaro — 142.  
 LIMA, Artur — 173.  
 LIMA, Carlos Alberto Mateus de — 175.  
 LIMA Castro, Eduardo de — 143.  
 LIMA, Cid Leal — 174.  
 LIMA, Daniel, Padre — 173.  
 LIMA e Silva, Luiz Alves de, **Marquês, Duque de Caxias** — 80.  
 LIMA, Euclides Costa — 142.  
 LIMA, Floriano Gonçalves de — 174.  
 LIMA, Gonçalves — 91.  
 LIMA, Hermeto — 148.  
 LIMA, Jorge de — 164.  
 LIMA, José — 109.  
 LIMA, José Cerqueira de Aguiar — 94.  
 LIMA, José de Barros — 163.  
 LIMA, José Inácio Ribeiro de **Abreu e, General** — 33, 58, 74, 78.  
 LIMA, José Paulo Barbosa — 120, 139.  
 LIMA, **Laurênio** Lins de — 167, 169, 171, 175.  
 LIMA, Mário — 141.  
 LIMA, Maristela Souto — 179 .  
 LIMA, Mateus de — 171.  
 LIMA, Melquisedec de Albuquerque — 103.  
 LIMA **Osvaldo** Cavalcanti da Costa — 140.  
 LIMA, Pedro de Araújo, Visconde, Marquês de Olinda — 59.  
 LIMA Sobrinho, Alexandre José Barbosa — 26, 66, 139, 140, 150.

- LINDOSO, Artur Cristo — 120.  
 LINHARES, Mário — 138.  
 LINS, Alberto Frederico — 174.  
 LINS, **Alvaro** de Barros — 157.  
 LINS de Albuquerque, **Etelvino** — 176, 177.  
 LINS e **Silva, Arnulfo** de Barros — 145.  
 LINS, Francisco de Azevedo — 169.  
 LINS, Osman — 175.  
 LIPPMAN, Walter — 173.  
 LIRA, Antônio Alves Pereira de — 132.  
 LIRA, Benigno Pereira de, Cônego — 152.  
 LIRA, Carlos Benigno Pereira de — 132, 133, 136, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148.  
 LIRA Filho, Carlos Benigno Pereira de — 132, 133, 135, 136, 140, 141, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 180, 183.  
 LIRA, **Mário** Eugênio — 170.  
 LIRA, Salvador Pereira de — 151, 152.  
 LIRA, Severina Pereira de — 152.  
 LISBOA Filho — 109.  
 LISBOA, Henriqueta — 164.  
 LISBOA, Rosalina Coelho — 173.  
 LITRENTO, **Oliveiros** Lessa — 173.  
 LOANDA Fernando Ferreira de — 173.  
 LOBO, A. J. de Guimarães — 104, 106.  
 LOBO, Aristides da Silveira — 83.  
 LOBO, Fernando — 169.  
 LOBO, Francisco de Paula Silveira — 78.  
 LOIOLA, Inácio Bento de — 38.  
 LOPES **Gama**, Miguel do Sacramento, Padre-Frei — 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 52.  
 LOPES **Idelfonso** Pessoa de Almeida — 142..  
 LOPES Neto Júnior, Filipe — 38, 72.  
 LOPES Pereira, **Silvino** — 138.  
 LORETO, **Sérgio** Teixeira Lins de Barros — 144, 147.  
 LUBAMBO, **Manuel** da Costa — 164.  
 LUCAS, Manuel Maia — 175, 179.  
 LUCAS, Maurino Maia — 175, 179.  
 LUCENA, Henrique Pereira de, Barão de — 82, 91, 95, 97.  
 LUNA, Lúcio — 62.  
 LUSTOSA, Wilson — 171.
- MACEDO, Bartolomeu Câmara de — 175, 179.  
 MACEDO, **Soares**, José Eduardo de — 161.  
 MACHADO, Everaldo — 179.  
 MACHADO Freire Pereira da Silva, **Osvaldo** — 163.  
 MACHADO, Joaquim **Nunes** — 42, 51.  
 MACHADO, Júlio César — 107.  
 MACHADO Júnior, José Teixeira — 169.  
 MACHADO, Neto — 107.  
 MACIEL, Glicério de Almeida — 148.  
 MACIEL, Misael do Rêgo — 169.  
 MACIEL **Monteiro**, Antônio Peregrino, II Barão de Itamaracá — 102.  
 MACIEL Monteiro, Luiz — 136.  
 MACKAY, Robert — 164.  
 MAGALHÃES, **Agamenon** Sérgio de Godoy — 12, 165, 177.  
 MAGALHÃES, Dário de Almeida — 161, 165.



- MAGALHÃES, M. — 180.  
MAGALHÃES, Olímpio de — 160.  
MAGALHÃES, T. de — 90.  
MAIA, Abelardo — 180.  
MAIA, Albino Narciso — 111.  
MAIA, Dionísio Gonçalves — 116.  
MAIA, José **Gonçalves** — 102, 108, 113, 139.  
MALTA, **Agamenon** Santiago — 169, 179.  
MALTA, Antônio Santiago — 169.  
MALTA, Otávio — 142.  
MALTA, Paulo do Couto — 161, 175, 176.  
MAMEDE, **Ceciliano** Alves Ferreira — 94, 109, 112.  
MARANHÃO Filho, Luiz — 175.  
MARANHÃO, Gil de **Metódio** — 23.  
MARANHÃO, Manuel **Gomes** — 162, 169, 175.  
MARANHÃO, Zilde de **Enock** — 173.  
MARCONI, Umberto — 164.  
MARINHO, Artur — 142.  
MARINHO, **Cândido** da Silva —  
MARINHO, Gastão da Franca — 123.  
MARINHO, Joaquim **Saldanha** — 85.  
MARINHO, **Luiz** Tavares de Gouveia — 168.  
MARIZ, Juvêncio Carlos — 101, 105, 115.  
MAROTTI, Francisco — 108.  
MARROCOS, Antônio — 171, 175, 179.  
MARROCOS, Francisco **Alcedo** da Silva — 90.  
MARROQUIM de Sousa, **Murilo** — 173, 177.  
MARROQUIM, **Mário** Rômulo do Nascimento — 148.  
MARTINS, Antônio **Mendes** — 107.  
MARTINS, Edístio — 101.  
MARTINS, Francisco José, Tenente-Coronel — 30, 31.  
MARTINS, Graciliano — 146.  
MARTINS, João Vicente — 50, 52.  
MARTINS, Julião Augusto de Serra, Coronel — 101.  
MARTINS **Júnior**, José Izidoro — 100, 104.  
MASCELLO, Leonardo, Padre — 134.  
MATA, Gasparino da — 173.  
MATA, João da — 115.  
MATERNO Pereira de Carvalho, **Jerônimo** — 101.  
MATOS, M. da Cunha — 109.  
MAURICÉIA, José — 155.  
MAUROIS, André — 164.  
MEDEIROS, Abaeté de — 157.  
MEDEIROS, Antônio Pinto de — 173.  
MEDEIROS, Coriolano de — 142.  
MEDEIROS e Albuquerque, Joaquim José de Campos da Costa — 157.  
MEDEIROS, E. de — 180.  
MEDEIROS, Fernando Saboia de — 164.  
MEDEIROS, Israel Ventura de — 173.  
MEDEIROS, Sinésio de — 173.  
MEIRA, L. — 107.  
MELO, Afonso de Albuquerque — 70, 82, 84, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 98, 101, 105.  
MELO, Afrânio Cavalcanti de — 170.  
MELO, Antônio Maria Chaves de Melo — 42.

- MELO, **Arnon Afonso de Farias** — 160.  
MELO, **Artur Henrique de Albuquerque** — 112, 116, 117, 119, 121, 124, 125.  
MELO, Cícero Brasileiro de — 142.  
MELO, Ferreira de — 180.  
MELO Filho, Manuel Cavalcanti de — 92, 105.  
MELO, José Laurênio de — 171.  
MELO, José Maria de Albuquerque — 98, 103, 104.  
MELO, José Maria de Albuquerque e — 146.  
MELO, **Manuel Caitano** de Albuquerque e — 11, 119, 120, 138, 140, 145, 146, 151.  
MELO, **Mário** Carneiro do Rêgo — 11, 13, 21, 25, 28, 85, 130, 134, 137, 141, 145, 146, 148, 150, 158, 160, 180.  
MELO **Morais Filho**, Alexandre José de — 80, 81, 100.  
MELO Neto, José Antônio Gonçalves de — 169, 173.  
MELO, Oton Linc Bezerra de — 148.  
MELO **Rêgo**, J. Pedro Barreto de — 68.  
MELO, Urbano Sabino Pessoa de — 42.  
MENDES, Antônio Pinto — 107.  
MENDES, José Pinto — 106, 109, 112, 120.  
MENDES, Murilo — 162.  
MENDONÇA, **Gentil** Carvalho de — 171.  
MENDONÇA, José Francisco de — 80.  
MENDONÇA, **Lopes de** — 106.  
MENDONÇA, Lourenço Furtado de — 90.  
MENDES, Carneiro de — 86.  
MENESES, Francisco Barreto de — 103.  
MENESES, **Hildebrando** Gomes de — 162, 164.  
MENESES, João Barreto de — 105, 117, 118.  
MENESES, João Demétrio de — 125.  
MENESES, Olímpio de — 157.  
MENESES, Rodovalho de — 122.  
MENESES, Targélia Barreto de — 161.  
MENESES, Tobias Barreto de — 74, 82, 86, 89, 90, 103, 113, 116.  
MIGUEL J — 29.  
MILET, **Henrique** Augusto de Albuquerque — 89, 93, 94.  
MILTON, **Aristides** Augusto — 70.  
MINDELO, Frederico — 163.  
MIRANDA, Antônio **Guedes de** — 157.  
MIRANDA, José Tavares de — 173.  
MIRANDA, **José** Tiago de — 174.  
MISTRAL, Lucila Godoy Alcayaga, **Gabriela** — 164.  
MONTALVÃO, Justino de — 119, 132.  
MONTE, **Sobrinho**, Francisco do — 120.  
MONTEIRO de Carvalho, **Manuel** — 121, 124.  
MONTEIRO, Joaquim — 169.  
MONTEIRO, João — 138.  
MONTEIRO, Joviniano da Costa — 69.  
MONTEIRO, Mozar — 153.  
MONTEIRO, Raul — 125.  
MONTEIRO, **Vicente** de Paula do Rêgo — 163.  
MONTENEGRO Nascimento, **Diógenes** — 175, 179.  
MONTENEGRO, **Olívio** Bezerra — 160, 161, 177.  
MONTENEGRO, Túlio Hostílio — 173.  
MORAIS, **Clodomir** Santos de — 170.  
MORAIS, Fernando Ribeiro de — 179.  
MORAIS Gomes Ferreira, **Eduardo** de — 157.

- MORAIS, **Raimundo Atanásio de** — 173.  
MORAIS, Sousa, **Otávio** Rodrigues de — 142, 164, 173.  
MORALES de los Ríos, Adolfo — 142.  
MOREIRA, **Carlos** Martins — 14, 171.  
MOREIRA da Silva, **Álvaro** — 152.  
MOREIRA, Jerônimo de Rangel — 120.  
MOREIRA, José Bartolomeu — 175.  
MOREIRA, Rodolfo Maria de Rangel — 171.  
MOREIRA, Silviano de Rangel — 134.  
MOTA, Acrísio — 107.  
MOTA, Alexandre — 125, 130.  
MOTA e **Albuquerque Filho**, João Feliciano da — 116.  
MOTA e Albuquerque, **Mauro** Ramos da — 13, 169, 171, 175, 178.  
MOTA e Albuquerque (**Zito Mota**), José João da — 169, 175, 178.  
MOTA Filho, Cândido — 170.  
MOTA, Hilton Carneiro — 170.  
MOTA, Leonardo — 164.  
MOTA, Vicente Pires da, Padre — 49.  
MOURA, Francisco Amintas de Carvalho — 93, 97.  
MOURA, **Isnar** Cabral de — 173.  
MUCINIC, José — 173.  
MUNIZ, José Ferreira — 107, 108.  
MUNIZ, Manuel **Artur** — 123, 124, 126.  
MUSSOLINI, Benito — 160.
- NABUCO de Araújo, **Joaquim** Aurélio Barreto — 93, 124, 172.  
NASCIMENTO, Luiz do — 174, 175, 182, 183, 184.  
NÉRI Alves de Sousa, **Eusébio** — 121, 145.  
NÉRI Alves de Sousa **Filho, José** — 141.  
NESTOR de Barros Ribeiro, **Odilon** — 102, 107, 116, 124, 126, 146, 163, 164, 171, 172.  
NEUMANN, Robert — 164.  
NEVES, Amílcar — 179.  
NEVES, Antônio Pádua — 159.  
NEVES, Caitano M. de Faria — 70.  
NEVES, João de Deus das — 175.  
NEVES, Luiz de Oliveira — 173.  
NEVES **Sobrinho**, Joaquim José de Faria — 115, 116, 117, 118, 121, 126.  
NIEMEYER, Oscar — 170.  
NIGRO, Salvador — 152, 153, 154.  
NOBRE, José de **Freitas** — 12.  
NOGUEIRA, Hamilton — 161.  
NOVAIS Filho, Antônio de — 164.
- OITICICA, Francisco de Paula Leite e — 142.  
OLINDA de Almeida Cavalcanti, **Demóstenes de** — 101.  
OLINDA, Renato de — 113.  
OLIVEIRA, Ageu Freitas de — 174.  
OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de — 121, 125.  
OLIVEIRA, Armando de Sales — 163.  
OLIVEIRA, Baltazar Firmo de — 141.  
OLIVEIRA, **Baltazar José de** — 138, 157.  
OLIVEIRA, Cleofas Nilo de — 182.  
OLIVEIRA e **Silva**, Francisco de — 138.  
OLIVEIRA, Inocêncio de — 173.  
OLIVEIRA, João Domingos de — 123.

- OLIVEIRA, Jorge Gastão de — 153.  
 OLIVEIRA, José Semeão de, Marechal — 94.  
 OLIVEIRA, Leônidas de — 135, 151.  
 OLIVEIRA **Lima**, Manuel de — 139, 141, 146.  
 OLIVEIRA, Manuel **Morais de** — 157.  
 OLIVEIRA, Mateus de — 148.  
 OLIVEIRA Melo, Joaquim de — 120.  
 OLIVEIRA, Nelson Dimas de — 176, 179.  
 OLIVEIRA, **Paulo** Gustavo **de** — 173.  
 OLIVEIRA, Valdemar de — 13.  
 OLIVEIRA, Vital Maria Gonçalves de, Bispo — 82, 83, 135.  
 ORANGE, José — 120.  
 ORICO, Osvaldo — 157, 158, 162.  
 ORLANDO da Silva, **Artur** — 111, 116, 118, 119, 121, 123, 125, 127.  
 OVÍDIO Filho — 93.
- PACHECO, Adelson — 179.  
 PACHECO, Alinso — 179.  
 PADERESWSKY, Ignatz Jan — 164.  
 PADILHA, Cleto — 174.  
 PADILHA, José Marinho Falcão, Padre, — 28, 29.  
 PAIS **Barreto**, Francisco, Morgado do Cabo, Marquês do Recife — 51.  
 PAIS de Andrade, Francisco de Carvalho — 32.  
 PAIS de Andrade, Manuel de Carvalho — 33.  
 PAIS de Andrade (Neto), Manuel de Carvalho — 70, 74.  
 PAIXAO, B. — 107.  
 PALHA, Francisco — 74.  
 PALHARES, **Vitoriano** José Marinho — 68, 72, 74, 81.  
 PALMEIRA, José Augusto de Sousa, **Aires** — 142.  
 PANCRACIO, Itamar — 175, 179.  
 PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha, Marquês de — 73.  
 PASSHAUS, Gustavo Cintra — 169.  
 PASSO, Manuel Rodrigues do — 55.  
 PASSOS, José Gomes dos — 173.  
 PATRÍCIO B. C., Guilherme — 104.  
 PATURI Acioli, Luiz — 169.  
 PEÇANHA, Nilo — 122.  
 PEDRO I, Imperador — 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36.  
 PEDRO II, Imperador — 40, 68, 135.  
 PEDROSA, Alfredo Xavier, Cônego — 11.  
 PEDROSA, Milton — 171.  
 PEDROSA, **Olímpio Bona/d** da Cunha — 90, 91, 108.  
 PEDROSA, Petronilo da Cunha, Padre — 173.  
 PEDROSA, Severino Nicomedes **Alves** — 149.  
 PEIXOTO, **Ascânio** Alcântara dos Guimarães — 124.  
 PEIXOTO, Floriano, Marechal — 97.  
 PEIXOTO, Júlio **Afrânio** — 157, 171.  
 PENA, **Afonso** Augusto Moreira — 119.  
 PENA, **Herculano** Ferreira — 50, 51.  
 PENANTE, José — 153.  
 PERÉA Cortês, **Romeu, Frei** — 173.  
 PEREGRINO Júnior — 164.  
 PEREGRINO, Miguel Arcanjo — 121, 125.  
 PEREIRA, **Baltazar** Martins de Albuquerque — 118, 119.  
 PEREIA, Bartolomeu Guimarães — 175, 179.  
 PEREIRA da Costa, Carlos Augusto — 23, 145, 149.

- PEREIRA da Costa, Francisco Augusto — 23, 28, 34, 39, 96, 113, 118, 120, 124, 126, 144, 145.
- PEREIRA da Silva, Francisco — 85.
- PEREIRA da Silva, José Ladislau — 107.
- PEREIRA da Silva, Oscar — 125, 130.
- PEREIRA, Edwiges de Sá — 148, 160.
- PEREIRA (Faneça), João Eustáquio — 120.
- PEREIRA, Nilo — 13, 157, 175, 177.
- PEREIRA, Paulo — 90.
- PERES Campelo, Gaspar Cavalcanti — 134, 146.
- PERETTI, Anselmo Francisco — 73.
- PERNAMBUCO, Belisário — 86.
- PERNETA, Emiliano — 145.
- PESSOA, Amaro — 90.
- PESSOA Cavalcanti de Albuquerque, João — 92, 151.
- PESSOA de Moraes, José — 173.
- PESSOA, Frota — 107.
- PESSOA, M. Pinto C. — 94.
- PICCHIA, Paulo Menotti del — 161.
- PILON, Edmundo — 114.
- PIMENTA, Joaquim — 126.
- PIMENTEL, Mesquita — 162.
- PIMENTEL, Paulo — 160.
- PIMENTEL, Romualdo — 173.
- PIMENTEL, Severino — 120.
- PINHEIRO, Antônio Coelho — 106, 108.
- PINHEIRO, Fortunato — 104, 105, 106.
- PINTO, Antônio da Costa — 50, 81.
- PINTO, Antônio de Sousa — 70, 91.
- PINTO, Barreto — 172.
- PINTO de Carvalho, Annie Maria — 179.
- PINTO, Estêvão de Meneses Ferreira — 148, 149, 171.
- PINTO, Francisco — 124.
- PINTO, Hélio José Rôla — 167, 175.
- PINTO Júnior, José — 171.
- PINTO, Pedro Sousa — 107.
- PIRES, Homero — 171.
- PIRES, Heliodoro, Padre — 134.
- PIRES Ferreira, Gervásio — 38.
- PIRES Ferreira, Júlio — 39, 101, 122.
- POMPEU de Sousa Brasil Sobrinho, Tomaz — 146.
- PONCELL Neto, José Carlos — 179.
- PONTES, Joel — 171.
- PONTES, Vieira — 173.
- PORTELA, Joaquim Pires Machado — 69.
- PORTELA, Manuel do Nascimento Machado — 82.
- PÔRTO Carreiro, Carlos da Costa Ferreira — 86, 108, 109, 113, 118, 145.
- PÔRTO Carreiro, José Augusto — 93.
- PÔRTO, Magalhães — 90.
- POST, Franz — 146.
- PRADO Sampaio, Mavial do — 145.
- PROCÓPIO, Vicente — 175.
- PUTNAM, Samuel — 173.
- QUEIROZ Coutinho Matoso da Câmara, Eusébio de — 59.
- QUEIROZ, Eustáquio de, Cônego — 161, 162.

- QUEIROZ, José Manuel de — 174.  
QUEIROZ, Maria Amélia de — 99.  
QUEIROZ, Otacílio Nóbrega de — 169.  
QUEIROZ, Venceslau de — 106, 107.  
QUENTAL, Antero Tarquínio do —  
QUINTANA, Mário — 164.  
QUINTAS, Gabriel Soares — 120.
- RABELO, Sílvio Lira — 164.  
RAMALHETE, Clóvis — 171.  
RAMEL, Jorge — 91.  
RAMIRES de Azevedo, Danilo — 162, 169.  
RAMOS, Alfredo M. de Oliveira — 142, 158, 165, 169.  
RAMOS, Amauri Batista — 175.  
RAMOS, Antônio — 107.  
RAMOS da Silveira, Calinício — 173.  
RAMOS, Graciliano — 164.  
RAMOS, João da Silva — 148.  
RAMOS, Joaquim — 86.  
RANGEL, Domicio do Rêgo — 142.  
RANGEL Sobrinho, José Francisco do Rêgo — 90.  
RAPOSO, Cleto — 174.  
RAPOSO de Almeida, Francisco Manuel — 60.  
RAPOSO, Edgar Galvão — 157, 159.  
RAPOSO, Rolando — 179.  
REBELO, Eddy Dias da Cruz, Marques — 164.  
RÉGIS de Carvalho, Edison — 171.  
RÉGIS de Carvalho, Edmir — 175.  
RÉGIS Velho de Melo, José — 173.  
RÊGO Barreto, Luiz do, Capitão-Mor — 10, 29, 69.  
RÊGO Barros, Francisco do, Barão, Conde da Boa Vista — 42, 126.  
RÊGO Barros, J. Elias de Albuquerque — 107, 120.  
RÊGO Barros, José Maria do — 126.  
RÊGO, João de Deus do — 106.  
RÊGO, José Lins do — 162, 172.  
RÊGO Júnior, Joaquim Silva — 74.  
RÊGO Neto, Américo — 180.  
RÊGO, Vicente Pereira do — 38, 46.  
REGUEIRA Costa, Gaspar — 91.  
REGUEIRA Costa, João Batista — 81, 102, 124, 139.  
REIS, Cândido T. dos — 91.  
REIS Júnior — 164.  
REZENDE, Otto Lara — 173.  
RIBEIRO, Cândido Acauã — 116.  
RIBEIRO da Silva, José Cavalcanti — 107, 117.  
RIBEIRO Ferreira da Silva, Luiz — 125, 131, 142.  
RIBEIRO, Ismael — 146, 159, 161.  
RIBEIRO, Manuel Ferreira — 93.  
RIBEIRO, Renê — 176.  
RIOS, Carlos Lutgardes da Silva — 157.  
RIZZINI, Carlos — 164, 165, 173.  
ROCHA, Geraldo — 161.  
ROCHA, Gilberto Fraga — 157.  
ROCHA, Leduar de Assis — 11, 36, 39, 40, 42, 56, 57, 58, 173.  
ROCHA, Tadeu Gonçalves da — 13, 162, 171, 173, 176.  
RODRIGUES, Augusto — 109, 137.

- RODRIGUES Filho, Augusto — 169.  
RODRIGUES, J. Wash — 177.  
RODRIGUES, José Honório — 171.  
RODRIGUES, **Mário** Leite — 127, 137.  
RODRIGUES, Nina — 101.  
RODRIGUES, Rute — 171.  
RODRIGUES, Teodorico — 109.  
RODRIGUES, **Viriato** Coelho — 173, 179.  
ROHAN, Henrique Beaurepaire — 89.  
ROMA, Luiz Inácio Ribeiro — 33, 42.  
ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, **Sílvio** — 82, 85, 88, 100, 113.  
ROQUE Dias da Silva, José — 107.  
ROSA e **Silva**, Francisco de Assis — 94, 104, 106, 108, 111, 114, 115, 121, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 143.  
ROSA e Silva, **José Marcelino** da — 106.  
ROSA e **Silva Júnior**, Francisco de Assis — 121, 125, 127, 130.  
ROSTAND, Edmound — 104, 113.
- SÁ e Albuquerque, **Fernando** de — 120.  
SÁ e Albuquerque, **Lourenço** Augusto de — 94.  
SÁ, João Batista de — 40.  
SABINO, **Fernando** Tavares — 171.  
SABINO **Pinho** de Oliveira, **Ni/son** — 179.  
SABINO **Pinho**, Olegário Ludgero — 50.  
SALDANHA, Horácio — 139.  
SALDANHA Júnior — 120.  
SALES, Antônio — 107, 113, 120, 124.  
SALES, João Batista de Albuquerque — 112.  
SALGADO, Belmiro — 74.  
SAMPAIO, **Cid** de Feijó — 182, 183, 184.  
SAMPAIO, **Mozir** Jatahy — 175.  
SANTANA, Artur **Cumplido** de — 157.  
SANTANA, Valdemar Gomes de — 169, 174.  
SANTIAGO, Firmino Teotônio da Câmara, Capitão — 45.  
SANTOS, Ernesto de Paula — 101, 103.  
SANTOS, Francisco Antônio dos — 35.  
SANTOS, João — 174.  
SANTOS, Luiz Cristóvão dos — 173.  
SCHLAPPRIZ, Luiz — 146.  
SCHMIDT, Augusto Frederico — 164.  
SEABRA, José Joaquim — 89.  
SEDÍCIAS, **Américo** de Sousa — 173.  
SEGISMUNDO Esteves, **Fernando** — 35.  
SEIXAS, Tomaz — 171.  
SEREJO, Antônio Luiz de Matos — 175.  
SERPA, Delmizite — 179.  
SERRANO, **Jónatas** Araújo da Silveira — 162.  
SERTÂNIA, Urbano de, **Frei** — 174.  
SERVA, Mário Pinto — 162.  
SETE, **Mário** Rodrigues — 115, 134, 145, 148, 153.  
SETE, **Orlando** Rodrigues — 141.  
SFORZA, Conde — 64.  
SILVA, Antônio — 107.  
SILVA, Antônio do Carmo Serafim e — 90.  
SILVA, Antônio José Vieira da — 22.

- SILVA, Fábio — 121.  
SILVA Filho, José Jorge da — 70.  
SILVA, Francisco — 179.  
SILVA, J. B. da — 51.  
SILVA, Jaime Paulo da — 175.  
SILVA **Jardim**, Antônio da — 104.  
SILVA, José de Castro e — 91.  
SILVA, Júlio César da — 107.  
SILVA **Lobato**, Manuel Tolentino da — 138.  
SILVA, Manuel Fernando da — 68.  
SILVA, Mário Henriques — 179.  
SILVEIRA, Tasso da — 162.  
SIMKINS, F. Butler — 146.  
SIMONETTA, Rina — 164.  
SOARES, Antônio — 109.  
SOARES da Silva, **Pelópidas** — 173.  
SOARES, Samuel — 13, 169, 173, 175, 176.  
SOBRAL **Pinto**, Heráclito Fontoura — 162.  
SOUSA, Alfredo de — 102.  
SOUSA, Auta de — 107.  
SOUSA, Braz Florentino Henriques de — 52, 55.  
SOUSA, **Eloi** Castriciano **de** — 146.  
SOUSA **Filho**, **Demócrito** César **de** — 167, 168.  
SOUSA, Henrique Castriciano de — 146.  
SOUSA, **Hersílio** Lupércio **de** — 148.  
SOUSA, João Silveira de — 70.  
SOUSA, José Soriano de — 90.  
SOUSA Leão, Augusto de — 94.  
SOUSA Leão, Domingos Filipe de, Barão de Vila Bela — 70, 73.  
SOUSA Leão, Inácio Joaquim de — 92.  
SOUSA, Otávio Tarquínio de — 162.  
SOUSA, Pedro Tasso de — 23.  
SOUTO Maior, Moacir — 173.  
SOUTO, Vieira — 115.  
SPENCER Lopes Neto, Joaquim — 90, 107, 139.  
SPENGLER, Osvaldo — 160.  
SUASSUNA, Ariano — 173.  
SULLIVAN, Mark — 173.
- TAHAN, Júlio César de Melo e Sousa, **Malba** — 162.  
TAPAJÓS, Vicente — 35.  
TARGINO Filho — 107.  
TAURINO Ferreira de Andrade, **Jonas**, Cônego — 124.  
TAVARES, Alberto — 120.  
TAVARES, Antônio — 141.  
TAVARES, **Aurélio** Francisco — 116.  
TAVARES, Carlos — 179.  
TAVARES, Cláudio Tuiuti — 169, 171.  
TAVARES da Silva Filho, **Odorico** Montenegro — 160, 162, 169.  
TAVARES, Deolindo — 164.  
TAVARES, João — 142.  
TAVARES, Paulo — 117.  
TAVARES, Reginaldo Xavier — 175.  
TAVORA, João da Silveira Borges — 101.  
TAVORA, João **Franklin** da Silveira — 70, 82.  
TEIXEIRA, Georgina — 107.



- TEIXEIRA, Manuel de Sousa, Barão de Beberibe — 47.  
TEIXEIRA, Orlando — 115.  
TEJO, **Orlando** de Castro Pereira — 142.  
TENÓRIO, Rodrigo Pinto — 173.  
TEVES, Matias, Frei — 124.  
THOMPSON, Dorothy — 173.  
TIGRE, Alfredo Bastos — 152.  
TIRSO, Santo, Visconde de — 132, 141.  
TOLEDO, Alfredo de — 99.  
TOMAZ da Silva, **Pedro** — 150, 151, 175, 179.  
TONDELA Júnior, Francisco — 120.  
TORREÃO, Danilo Lobo — 153.  
TÔRRES Bandeira, Antônio Inácio de — 81, 85.  
TÔRRES Bandeira, Antônio Rangel de — 43, 50, 51, 60, 64, 65, 66, 68, 74.  
TOSTA, Manuel Vieira — 50, 51.  
TRIGO de Loureiro, Lourenço — 93.  
TRINDADE, João de Deus de Albuquerque —  
TRINDADE, José Marques da — 116.  
TUPINAMBÁ, Adalgiso — 109.
- UCHOA Cavalcanti, João Barbalho — 88.  
UCHOA, Gaspar R. C. — 106, 107, 123.  
UCHOA, Ida Souto — 158.
- VAL, Sílvio do — 120.  
VALADARES, **José** de Vasconcelos — 160, 169.  
VALADARES, Parisio — 104.  
VALENTE, Valdemar — 173.  
VALOIS, Eduardo de — 126.  
VANDERLEI, Dirceu Orange — 175, 179.  
VANDERLEI, Eustórgio — 177.  
VAREJAO **Filho**, José **Lucilo** Ramos — 173.  
VARGAS, **Getúlio** Dorneles — 172.  
VASCONCELOS, Abelardo de — 106.  
VASCONCELOS, Arsênio Meira de — 171.  
VASCONCELOS, João Carlos Mendonça de — 148.  
VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro de — 29, 31.  
VASCONCELOS, José Vicente Meira de — 83.  
VASCONCELOS, Moreira — 101.  
VASCONCELOS, **Sanelva** Moreira Ramos de — 11.  
VASQUES, Canuto — 109.  
VEIGA, José **Gláucio** — 173.  
VEIGA, Luiz Francisco da — 85.  
VEIGA Pessoa, Paulo da — 174.  
VELHO, Agostinho — 107.  
VENTURA, Ulpiano Bezerra — 136.  
VENTURELI Sobrinho — 160.  
VERA Cruz, Antônio — 115.  
VERAS, Caitano Pinto de — 33.  
VERÍSSIMO, Érico — 164.  
VERÍSSIMO **de Melo**, José — 173.  
VERNE, Júlio — 122.  
VERÔNICO S. Júnior, José — 87.  
VEUILLOT, Louis — 10.  
VIANA, Hélio — 28.

- VIANA, Manuel Marques — 30.  
VIANA, Ulisses — 174.  
VIDAL, Ademar — 146, 171.  
VIEIRA, André — 164.  
VIEIRA, Artúrio — 101, 102.  
VIEIRA de Melo, Joaquim Manuel — 81.  
VIEIRA de Melo, José Manuel — 173.  
VIEIRA Pereira de Melo, **Celso** — 101, 109.  
VILAÇA Lima, **João** — 173.  
VILA Nova, Azambuja, Coronel — 164.  
VILA Nova, Lourival — 173.  
VILELA de Castro Tavares, **Jerônimo** — 59, 60, 63.  
VILELA, J. Ferreira — 51.  
VILELA, Joaquim Maria **Carneiro** — 74, 93, 118, 122.  
VILELA, Manuel J. de Castro — 81.  
VILELA Tavares, Jerônimo — 27, 38, 59.  
VISGUEIRO, Pontes — 72.  
VITORINO, Manuel — 113.  
VITRÚVIO Pinto Bandeira e Acioli de Vasconcelos, **Antônio** — 77, 105, 109.
- WAINER, Samuel — 171.  
WIEGAND, Karl H. von — 164.  
WOLFF, Theodor — 164.
- ZALUAR, Antônio Emílio — 55.

**Nascimento, Luiz do**

História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1968—

v. 23 cm.

Inclui bibliografia.

Conteúdo. — v. 1. Diário de Pernambuco.

1. Imprensa — —História — Pernambuco.

655.1834 (C.D.D 16. ed.)

655.1 (813.4) (C.D.U.)

UFPe.

SD-Bc 68-257

Composto e impresso nas oficinas  
gráficas da Imprensa Universitária  
Universidade Federal de Pernambuco  
— Rua do Hospício, n.º 619 —

PARECER — O trabalho que ora nos cabe relatar, da lavra do veterano jornalista e escritor pernambucano Luiz do Nascimento, enquadra-se na letra **b** do Art. 11 do Regimento que disciplina o VIII Congresso Nacional de Jornalistas (realizado em Fortaleza, Ceará). Trata-se de uma biografia da imprensa pernambucana, que vem sendo brilhantemente desenvolvida pelo autor, desde o Congresso de Curitiba (1953), quando tratou da "Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco", e logo em seguida (Belo Horizonte, 1955), de "Periódicos do Recife no Século XIX". A presente tese encerra a história do **Diário de Pernambuco**, separata de um volume denominado "Diários do Recife".

O **Diário de Pernambuco** completou, recentemente, 134 anos de fecunda e proveitosa existência a serviço da coletividade, orientando, informando e conduzindo a opinião pública desta parte do Mundo de Colombo, pois que é o mais velho periódico da América Latina. Nas suas 126 páginas, mimeografadas, Luiz do Nascimento faz o condensado histórico da vida de um dos 135 jornais de circulação diária aparecidos na capital pernambucana de 1825 até 1954, último ano pesquisado, com um cabedal de informações raramente conseguido, em pesquisas ininterruptas e prolongadas no extenso lapso de tempo que dedicou às suas investigações, apresentando, afinal, um estudo histórico capaz de contribuir, verdadeiramente, para o prestígio da imprensa brasileira, tal como o exige a letra citada de nosso Regimento.

Sou pela aprovação do trabalho em causa, com inclusão, em nossa ata, de um voto de louvor ao esforçado autor. Sala das Comissões do VIII Congresso Nacional de Jornalistas, em 4 de setembro de 1959 (a) **Belfort de Oliveira**, relator.

